

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA

KAROLYNA MARIN HERRERA

A JORNADA INTERMINÁVEL:
A EXPERIÊNCIA NO TRABALHO REPRODUTIVO NO
COTIDIANO DAS MULHERES RURAIS

FLORIANÓPOLIS
2019

Karolyna Marin Herrera

**A JORNADA INTERMINÁVEL:
A EXPERIÊNCIA NO TRABALHO REPRODUTIVO NO
COTIDIANO DAS MULHERES RURAIS**

Tese submetida ao Programa de Pós-
graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa Cata-
rina para a obtenção do Grau de dou-
tora em Sociologia Política
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Ignez
Silveira Paulilo

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Herrera, Karolyna Marin

A Jornada Interminável : A experiência no
trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres
rurais / Karolyna Marin Herrera ; orientadora,
Maria Ignez Silveira Paulilo, 2019.

227 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Agricultura Familiar.
3. Gênero. 4. Divisão Sexual do Trabalho. 5.
Cuidados. I. Silveira Paulilo, Maria Ignez. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

**“A Jornada Interminável: a experiência no trabalho reprodutivo
no cotidiano das mulheres rurais.”**

Karolyna Marin Herrera

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pela
Orientadora e pelos demais membros da Banca
Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr. Maria Ignez Silveira Paulo
(PPGSP/UFSC)
Orientadora/Presidente

Prof. Dr. Elizabeth Farias Da Silva
(PPGSP/UFSC)

Dr. Vilênia Venâncio Porto Aguiar
(Núcleo de Estudos sobre Agricultura
Familiar/UFSC)

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Coordenador PG em Sociologia Política
Portaria 550/GR/2018
PPGSP/CFH/UFSC

Prof. Dr. Andrea Lorena Butto Zarzar
(UFRPE) (Via videoconferência)

Prof. Dr. Isabel Pauline Hildegard Georges
(UFSCar/ Institut de recherche pour le
développement IRD. (Via videoconferência)

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Coordenador PPGSP/UFSC
Prof. Dr. Ernesto Seidl
Coordenador PG em Sociologia Política
Portaria 550/GR/2018
PPGSP/CFH/UFSC

FLORIANÓPOLIS, (SC), MARÇO DE 2019.

Às mulheres agricultoras, motivo maior deste trabalho, pela persistência e resistência.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desse processo de tese tive a honra de contar com o apoio de diferentes pessoas, a todas e todos que, de uma forma ou de outra fizeram parte dele, registro a minha mais profunda gratidão.

Agradeço especialmente:

À minha orientadora, Maria Ignez Silveira Paulilo, que com imensa generosidade e sabedoria conduziu meu processo de pesquisa. Obrigada por proporcionar um espaço acadêmico onde prevalece a alegria e a amizade. Foi um prazer compartilhar de seus conhecimentos ao longo destes anos.

À minha família: mãe, Sonia; irmãos, Rafa e Mari; sobrinhos, Gabi e Matheus; meus cunhados Anne e Luis Paulo, vó Dedé (in memoriam), tia Ivani, Mada, Hélio, Carol, Giulia e Renê, que sempre me apoiaram e me deram muito carinho.

À memória de meu pai, Paquito.

À tia Ivani pela valiosa ajuda na formatação de minhas referências bibliográficas.

Aos meus companheiros do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF): Valmir, Vilênia, Cris, Patrícia, Maria, Jéssica, Tcharles, Hélio, Annia, Ivón e todos aqueles que passaram por ali nestes 7 anos que integro o núcleo. Agradeço pelas discussões, trocas de experiências, leituras e, principalmente, pela amizade. Participar deste espaço me possibilitou compreender o propósito da vida acadêmica.

Agradeço particularmente, ao Cris, pela inestimável ajuda no processo final desta tese.

Especialmente, agradeço à Valdete, pela generosidade em me receber em sua casa durante meu trabalho de campo. Obrigada pelo apoio logístico e ter me ajudado a desvendar os mistérios do campo.

Aos amigos da vida: de São Paulo, Barcelona, Floripa e Gamboa, sou grata pelo apoio, incentivo e amizade.

Às/ao professoras/e Emma Siliprandi, Marilda Aparecida de Menezes e Alexandre Bergamo pelas contribuições na qualificação desta tese.

Às professoras Andrea Lorena Butto Zarzar, Elizabeth Farias Da Silva, Isabel Pauline Hildegard Georges e Vilênia Venâncio Porto Aguiar pelo diálogo e contribuições na banca de defesa.

Às/ao professoras/es do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC pelo aprendizado.

Agradeço à secretaria do PPGSP, pela ajuda prestada.

À Capes, pelo incentivo financeiro durante nestes quatro anos de doutorado.

À Renê, meu amor, sou grata pelo carinho, cuidado e apoio irrestrito em todos os instantes. Só foi possível trilhar essa caminhada com você ao meu lado.

E por fim e mais importante, agradeço às participantes desta pesquisa por me receberem em suas casas e por compartilharem suas vidas, respondendo meus questionamentos e narrando suas experiências de vida. Levarei suas histórias de vida e aprendizados por toda minha vida.

Obrigada!

RESUMO

Nesta tese me proponho a refletir sobre o trabalho reprodutivo que as mulheres realizam em contextos rurais, a partir do diálogo com estudiosas da sociologia do trabalho e da sociologia rural, sobretudo aquelas que fazem interface com as temáticas de gênero e trabalho. Parto do questionamento acerca da concepção do trabalho doméstico e de cuidados, originária no âmbito da produção do conhecimento social e não do cotidiano da vida dessas mulheres. Nesse sentido, argumento sobre a impossibilidade de analisar o trabalho reprodutivo realizado por agricultoras familiares em toda a sua dimensão, sem que se considere a experiência das próprias mulheres, a partir da vivência cotidiana nas famílias e nas configurações sociais em que estão inseridas. É no diálogo com categorias como trabalho doméstico, cuidados, tempo e experiência, incorporadas a uma perspectiva feminista, que busco apontar alguns aspectos para a construção de uma perspectiva analítica que permita compreender o sentido que as próprias mulheres imprimem ao trabalho reprodutivo. A presente tese se justifica na medida em que pretende contribuir com uma nova abordagem teórico-metodológica sobre o trabalho reprodutivo realizado por mulheres rurais, relativamente a duas lacunas específicas: a ausência de pesquisas na sociologia rural sobre a experiência de mulheres no trabalho doméstico e de cuidados; e a inexistência de estudos sobre a realidade rural nas pesquisas sobre gênero no âmbito da sociologia do trabalho. O objetivo principal desta pesquisa foi o de contribuir para a compreensão do cotidiano das mulheres rurais no trabalho doméstico e de cuidados. Para atingir tal escopo, foram realizadas entrevistas narrativas de caráter biográfico e observação etnográfica com mulheres residentes na região oeste de Santa Catarina. Foi possível apreender que a experiência cotidiana das mulheres no trabalho reprodutivo é construída ao longo da vida, desde a infância, momento em que são iniciadas nos trabalhos doméstico e de cuidados, até as configurações familiares a que pertencem na atualidade. O casamento surge para elas como um marcador temporal na experiência com o trabalho reprodutivo, pois representa o momento em que elas deixam de conviver sob a autoridade do pai e passam a conviver sob a autoridade do marido ou do sogro. Observa-se que, ao contrário da visão essencialista, que julga que realizar os serviços domésticos e de cuidados é inerente do ser mulher, a experiência no trabalho reprodutivo vai sendo tecida progressivamente, conforme as necessidades das pessoas, dos animais e das plantas. Na execução das tarefas cotidianas opera as qualidades morais da atenção, da responsabilidade, do afeto e da obrigação. O sentimento de culpa aparece também em contraponto a noção de

responsabilidade. Os cuidados são concebidos como relacionais, criando-se uma rede de interdependência estabelecidas entre os agricultores familiares. Nesta rede de interdependência é notável como as configurações sociais em que estão inseridas afeta a experiência das mulheres no trabalho reprodutivo. É neste sentido, que a forma como a herança da terra foi forjada na vida das mulheres influencia na carga de trabalho cotidiano. Assim como, opera a questão racial, situação na qual as mulheres caboclas são mais sobrecarregadas que as de ascendência europeia não-ibérica. Também foi possível evidenciar que a dicotomia produtivo e reprodutivo não é suficiente para explicar a experiência do trabalho das mulheres rurais em suas vidas cotidianas. As mulheres fluem de uma esfera a outra, tanto que denominam as atividades em “trabalho de dentro” e “trabalho de fora” da casa, separando espacialmente suas ações, uma vez que elas atuam conforme as necessidades que surgem no dia, independente da natureza do trabalho. Também foi possível evidenciar que a decisão sobre o sistema produtivo considerado, pela visão androcêntrica dominante, como o espaço masculino por excelência, é influenciada pela estrutura de cuidados da família, o que corrobora que os cuidados são um eixo organizador das relações sociais.

Palavras-chave: agricultura familiar; mulheres rurais; trabalho doméstico; cuidados; experiência

ABSTRACT

In this thesis, I propose to reflect on the reproductive labor that women perform in rural contexts, parting from a dialogue with scholars who study the sociology of work and rural sociology, especially those that create an interface with gender and work. I start with questioning the conception of domestic work and care, originating with the production of social knowledge and not from the everyday life of these women. In this point, I argue about the impossibility of analyzing the reproductive labor performed by female family farmers in all their dimensions, without considering the experience of the women themselves, based on the everyday life of the families and in the social settings in which they are inserted. It is in the dialogue with categories such as housework, care, time and experience, incorporated into a feminist perspective, that I try to point out some aspects for the construction of an analytical perspective that allows the understanding of how women themselves imprint on reproductive labor. This thesis is justified because it intends to contribute to a new theoretical-methodological approach on the reproductive work carried out by rural women, regarding two specific gaps: the lack of research in rural sociology on the experience of women in domestic work and care, and; the lack of study on rural reality in gender research in the field of sociology of work. The main objective of this research was to contribute to the understanding of rural women's daily routine in domestic work and care. To reach this scope, narrative biographical interviews and ethnographic observation were carried out with rural women residing in the western region of Santa Catarina. It was possible to perceive that the daily experience of women in reproductive work is built throughout life, from childhood, when they begin in domestic work and care, to the family settings to which they belong today. Marriage appears to them as a temporal marker in the experience of reproductive work, for it represents the moment when they cease to live under the authority of their father and live under the authority of their husband or father-in-law. It is observed that, contrary to the essentialist view, which considers that to perform domestic services and care is inherent to being a woman, experience in reproductive labor is gradually woven according to the needs of people, animals and plants. In the execution of everyday tasks, the moral qualities of attention, responsibility, affection, and obligation operate. The sense of guilt also appears in counterpoint to the notion of responsibility. Care is conceived as relational, creating a network of interdependence established among family farmers. In this network of interdependence, it is remarkable how the social settings in which they are inserted affects the experience of women in reproductive work. It is in this sense that the way the inheritance

of land was forged in women's lives influences the daily workload. As well as that, there is a racial issue, in which female caboclos are more burdened than those of non-Iberian European descent. It was also possible to show that the productive and reproductive dichotomy is not enough to explain the experience of rural women's work in their daily lives. Women flow from one sphere to another, so much that they call the activities in "work from within" and "outside work" of the house, spatially separating their actions, since they act according to the needs that arise in the day, regardless of the nature of the work. It was also possible to show that the decision on the productive system, considered by the dominant androcentric vision as the masculine space par excellence, is influenced by the care structure of the family, which corroborates that care is an organizing axis of social relations.

Keywords: family farming; rural women; domestic work; care; experience

LISTAS DE SIGLAS

ALASRU – Associação Latinoamericana de Sociologia Rural
ALAST – Associação Latinoamericana de Estudos do Trabalho
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CPDoc – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
EPS – Economia Popular Solidária
GDSC – Grupo de Documentação em Ciências Sociais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAF- Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar
ONU – Organização das Nações Unidas
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
UTI – Unidade de Terapia Intensiva

ÍNDICE DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

TABELA 1: CONFIGURAÇÕES FAMILIARES DAS AGENTES DE PESQUISA .	43
FIGURA 1: MAPA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	49
QUADRO 2: VÍNCULO ENTRE AS ENTREVISTADAS	45
QUADRO 3: PERFIL DAS AGRICULTORAS.....	96
FOTOGRAFIA 1: AGRICULTORA ACENDENDO O FOGÃO A LENHA.	135
FOTOGRAFIA 2: AGRICULTORA ALIMENTANDO PEQUENOS ANIMAIS...	137
FOTOGRAFIA 3: AGRICULTORA LIMPA A ESTREBARIA.	139
FOTOGRAFIA 4: AGRICULTORA ORDENHA A VACA.....	139
FOTOGRAFIA 5: AGRICULTORA UTILIZA ORDENHADEIRA MECÂNICA..	140
FOTOGRAFIA 6: HORTA AGROECOLÓGICA AO LADO DA CASA DE JOANA.....	141
FOTOGRAFIA 7: AGRICULTORA RECOLHENDO A FOICE.....	146
FOTOGRAFIA 8: AGRICULTORAS RECOLHENDO MATERIAIS DEIXADOS PELO CAMINHO.	146
FOTOGRAFIA 9: AGRICULTORA PREPARA GADO PARA VACINAÇÃO.....	149
FOTOGRAFIA 10: JÚLIA TRABALHANDO NO VIVEIRO DE MUDAS.....	150
FOTOGRAFIA 11: AGRICULTORA CELEBRA MISSA EM CULTO.	167
FOTOGRAFIA 12: PREPARAÇÃO DE ALMOÇO PARA EVENTO NA COMUNIDADE.....	169

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJETO DA TESE E METODOLOGIA	21
1.1. PERCURSO METODOLÓGICO	28
1.2. PROCEDIMENTO DE PESQUISA: OS RELATOS ORAIS BIOGRÁFICOS	33
1.3. PERGUNTA DE PARTIDA, OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES.....	40
1.4. O CAMPO EMPÍRICO.....	41
2. O TRABALHO NO COTIDIANO FAMILIAR.....	53
2.1. O TRABALHO DE CUIDADOS.....	61
2.1.1. A complexidade do trabalho de cuidados.....	71
2.2. O TEMPO DO TRABALHO COTIDIANO DAS MULHERES	74
2.3. AS REFLEXÕES SOBRE O <i>CARE</i> NO BRASIL.....	81
3. GÊNERO E TRABALHO NO MEIO RURAL.....	83
4. A JORNADA DE TRABALHO COTIDIANA DAS MULHERES RURAIS.....	93
4.1. OS RELATOS ORAIS BIOGRÁFICOS.....	97
4.2. BIOGRAFIAS	99
4.2.1. Lúcia	99
4.2.2. Joana	100
4.2.3. Marina.....	101
4.2.4. Helena.....	102
4.2.5. Cida	103
4.2.6. Júlia	104
4.2.7. Deise.....	105
4.2.8. Deolinda	106
4.2.9. Rosa	106

4.2.10.	Fernanda.....	107
4.3.	GERAÇÕES DE MULHERES	108
4.4.	O TRABALHO COTIDIANO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	108
4.5.	O COTIDIANO FAMILIAR DEPOIS DO CASAMENTO.....	122
4.6.	O TRABALHO REPRODUTIVO NO TEMPO PRESENTE.....	133
4.6.1.	Cuidar dos outros e cuidar de si	155
4.6.2.	O tempo do lazer	164
4.6.3.	Os dois pesos da ajuda.....	171
5.	AS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO REPRODUTIVO.....	178
5.1.	A HERANÇA DA TERRA E O TRABALHO COTIDIANO DAS MULHERES	179
5.2.	A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E O TRABALHO DE CUIDADOS.....	194
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
	REFERÊNCIAS.....	205
	ANEXO I- ROTEIRO DE PESQUISA.....	224

1. CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJETO DA TESE E METODOLOGIA

A agricultura familiar como categoria social apresenta uma estreita relação entre a posição social, profissional e familiar de agricultores e agricultoras¹ (BRUMER; ANJOS, 2008). A cooperação entre os diversos membros da família na atividade agrícola e/ou nas demais atividades no estabelecimento rural, que incluem o trabalho produtivo, o trabalho doméstico, de cuidado, lazer, sociabilização, dentre outras, costumeiramente indicam nos estudos da área, uma harmonia e equilíbrio familiar.

Tal aspecto é corroborado por pesquisas que tratam a família rural como uma unidade, ou seja, como um coletivo que interage e atua em prol de um objetivo comum. Isto porque na agricultura familiar, a família usualmente conta com a mão de obra dos membros que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento (ABRAMOVAY, 1992), o que leva os/as pesquisadores/as a analisar a unidade familiar como um todo coeso. Pensar na família seria, nessa perspectiva, pensar no bem-estar de todas e todos que a compõem.

Esforços como os de Paulilo (1987, 2004, 2010, 2016); Stropasolas (2006); Menezes (2012); Abramovay et.al. (1998), dentre outros, colaboraram para ampliar as perspectivas analíticas que consideram a unidade familiar também como um espaço de tensões, de relações hierárquicas e de dominações, dos homens sobre as mulheres e dos pais sobre as filhas e filhos. Contudo, embora as contribuições desses autores sejam fundamentais, a incorporação das perspectivas de gênero² e geração no campo da sociologia rural, nas análises sobre a organização familiar, seguem sendo tratadas como marginais às abordagens dominantes.

¹ O uso da língua portuguesa formal contribui para produzir a naturalidade com que o gênero masculino é entendido como o termo genérico da humanidade. Considero que o uso da língua no seu padrão formal pode reforçar os estereótipos de gênero em nossa sociedade, por este motivo irei fazer uso do gênero feminino quando julgar adequado e quando estiver fazendo referência a um coletivo no plural utilizarei ambos os gêneros.

² O conceito de gênero é um dos principais instrumentos teóricos utilizados pela produção acadêmica feminista e é definido por uma de suas mais relevantes teóricas, Joan Scott (1995), como a organização social da diferença sexual percebida.

Nestas relações os papéis sociais são negociados entre os membros com desigualdade de poderes, assim como os interesses, os desejos e as necessidades de cada membro são disputadas e, deste modo, se observam as diferenciações dos papéis sociais, condicionados através de vivências, símbolos e representações que se reproduzem no cotidiano familiar, resultando em uma situação de opressão e subordinação de alguns de seus membros, principalmente de mulheres e seus dependentes.

A forma de construção da família como uma unidade de “autogestão” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.48) promove a reprodução das desigualdades de gênero, que, ao naturalizar o papel do homem e da mulher, favorece arranjos que estabelecem relações hierárquicas, sendo a divisão sexual do trabalho um fator relevante na reprodução dessas desigualdades.

Para Durán (2000b, p. 221), ao se estabelecer uma divisão no trabalho cria-se um correlato axiológico, ou seja, uma atribuição de capacidades e valores a cada uma das qualidades do trabalho e dos sujeitos da relação social prescrita, dispondo as bases para suportar tal relação. Neste sentido, a divisão sexual tem dois organizadores, o da separação, situação na qual diferenciam-se os trabalhos de homens e de mulheres, e o da hierarquização, circunstância em que o trabalho dos homens “vale” mais que o das mulheres (KERGOAT, 2009). Ou seja, nesta divisão o homem participa da esfera pública, representada pela responsabilidade do trabalho produtivo e a mulher, da esfera privada, local do trabalho reprodutivo, ou seja, dos trabalhos doméstico e de cuidados (*care*³).

A divisão sexual do trabalho conforma as formas de sociabilidade na vida cotidiana⁴ das famílias. Neste contexto, o trabalho integra o movimento interno do vivido no dia a dia das pessoas (ÁVILA;

³ No Brasil, o termo *care* foi adotado de forma ampla pelas pesquisadoras desta temática, pois abarca a polissemia do conceito: cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care* (Hirata, 2010). Nesta tese utilizarei os termos trabalho de cuidados e *care* indistintamente, pois ambos os termos se referem ao significado enunciado por Hirata (2010).

⁴ Por sociabilidade da vida cotidiana compreendo as interações sociais dos indivíduos em seu dia-a-dia. As contribuições de Norbert Elias (1970, 1994) são utilizadas nesta tese como fundamentação teórico-metodológica às análises das relações na vida cotidiana. Para esse autor, existe uma indissociabilidade entre a vida cotidiana e as mudanças estruturais na sociedade. A vida coletiva dos indivíduos é um aspecto de sua vida cotidiana, que está ancorada nos padrões de experiência e vivência.

FERREIRA, 2014) e a lógica do trabalho produtivo se impõe sobre a do trabalho reprodutivo.

A reconhecida pesquisa de Ester Boserup (1970) foi precursora em demonstrar, através de análises de indicadores estatísticos, que a divisão sexual do trabalho é um elemento constitutivo das relações sociais e, portanto, responsável pela invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente por mulheres em nossa sociedade⁵. Nesta dinâmica, o papel das mulheres está comumente assentado na reprodução, justificado pelo argumento da maternidade e na naturalização de seu papel nas atividades domésticas e de cuidados.

Isto se dá porque, apesar de o trabalho reprodutivo ter um grande significado para o bem-estar, para a reprodução biológica e social dos indivíduos, este tipo de trabalho não tem caráter mercantil. Por este motivo, é desvalorizado pela sociedade que dele depende para se reproduzir e, também, é invisível por parte da sociedade e para as abordagens econômicas hegemônicas, que ao não considerar o trabalho reprodutivo como sendo passível de geração de valor monetário, o ignora.

Trabalhos passados e recentes de economistas e cientistas sociais como Hildete Pereira de Melo, Danièle Kergoat, Helena Hirata, Cristina Carrasco, Elizabeth Jelin, Maria Ángeles Durán, Teresa Torns, Bila Sorj, Cristina Bruschini, dentre outras, apontam para a constante desigualdade da condição da mulher, mesmo com as mudanças que se produziram nas relações de gênero em nossa sociedade nos últimos anos. Conforme afirmam Hirata e Kergoat (2007, p.597), “nessa matéria, tudo muda, mas nada muda”.

Nestas últimas décadas presenciamos a inserção de um maior número de mulheres no mercado de trabalho. Teixeira (2016, p.85) ao interpretar os dados da PNAD afirma:

As mulheres vêm ampliando a sua participação no mercado de trabalho desde os anos de 1970 cujo nível de ocupação, em 1980, já representava um quarto do total de ocupadas no mercado de trabalho (26%), alcançando o percentual de 44%, em 2010, conforme dados dos Censos Demográficos de 1980 e 2010. Somente nessa última década o crescimento superou duas décadas inteiras.

⁵ Boserup (1970) apresentou como exemplo a forma como as mulheres são subestimadas na contabilidade do produto nacional.

Entre as mulheres ocupadas com 16 anos ou mais na zona rural brasileira, o relatório da ONU Mulheres de 2016 ressalta que 69,8% estavam dedicadas às atividades agrícolas, em 2003. Esse valor baixou para 57,2%, em 2013⁶.

Observou-se, também, o aumento do grau de escolaridade das mulheres, conforme revelam os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Entre 2004 e 2014 no Brasil, as mulheres que detinham mais de oito anos de estudos passaram de 48% para 64%, e o percentual de mulheres sem instrução diminuiu de 8,6% para 5%. Adicionalmente, os dados da PNAD evidenciam que as mulheres apresentam escolaridade superior à dos homens (TEIXEIRA, 2016)⁷.

Além de uma maior inserção no mercado de trabalho e do aumento na escolarização, ocorreu uma diminuição do número de filhos por famílias e a ampliação de direitos das mulheres, tanto no meio rural quanto no urbano.

Contudo, pesquisas empíricas e análises do uso do tempo revelam que o aumento da participação das mulheres na esfera pública não reduz as suas obrigações na esfera privada (MELO; CASTILHO, 2009), pois continuam sendo responsabilizadas pelas atividades do âmbito reprodutivo. Conforme mencionam Melo e Thomé (2018, p.10), apesar dos avanços no nível educacional e na inserção no mercado de trabalho, persistem as evidências de desigualdade no mercado laboral e na família. As mulheres ao longo da história reivindicaram seus direitos de participação nas esferas privada e pública, contudo, apesar de reconhecidos avanços, suas lutas não resultaram em transformações cotidianas significativas.

Isto quer dizer que, embora as mulheres historicamente tenham conquistado mais autonomia e tenham tido uma maior inserção no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho não resultou em alteração na sua estrutura de desigualdade. Dados da PNAD contínua de 2017 relevam que 92,6% das mulheres realizam afazeres domésticos e de cuidados com as pessoas, enquanto os homens que afirmam fazer algum serviço doméstico e de cuidados é de 78,7%. As mulheres dedicam a essas atividades quase o dobro do tempo, com uma média de horas semanais de

⁶ Os dados para o meio rural não são precisos, conforme afirma o próprio relatório ONU Mulheres, que sistematizou as informações através dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e algumas pesquisas qualitativas publicadas na área. A queda na ocupação agrícola pode ser explicada pela migração rural-urbano.

⁷ Os dados da PNAD também denunciam a desigualdade das condições de trabalho e dos rendimentos médios nos trabalhos remunerados.

20,9 horas, enquanto para os homens a média equivale a 10,8 horas por semana. Nessas situações, as mulheres têm uma jornada média duas vezes maior do que a observada para os homens (IBGE, 2017).

De acordo com a PNAD de 2014, as jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres rurais, especificamente das mulheres ocupadas em atividades agrícolas, combinando o que se considera trabalho produtivo e afazeres domésticos, totalizavam 52 horas semanais, sendo 29 destas em trabalho reprodutivo e 23 horas em trabalho produtivo (ONU MULHERES, 2016). Os dados aqui são imprecisos pois, no contexto da invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres rurais, a declaração sobre a ocupação das mulheres na atividade agrícola é subvalorizada. O trabalho realizado por elas na esfera produtiva, muitas vezes, é considerado uma ajuda aos pais e aos cônjuges. Adicionalmente, como a PNAD trabalha com amostras, ela depende da declaração das entrevistadas, sendo comum no meio rural a situação descrita: “as [próprias] mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades [que realizam] como trabalho doméstico.” (PAULILO, 2013, p.285).

Estudos qualitativos, como a pesquisa organizada por Ávila e Ferreira (2014), evidenciam que mesmo que os homens participem do serviço doméstico, habitualmente o fazem em seu próprio benefício, como, por exemplo, ao cuidarem de sua própria alimentação, ou ao realizarem tarefas que não exigem esforço cotidiano, tal como fazer as compras de produtos para a casa⁸. Nos cuidados com os filhos, doentes ou idosos, os homens quase não estão presentes. As desigualdades na divisão das tarefas reprodutivas revelam que “as mulheres são as principais realizadoras das tarefas de todo dia, inadiáveis, incessantes, repetitivas e incontornáveis.” (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p.28).

Ao lado disso, têm-se, também, os arranjos institucionais, formais e informais, expressos na presença ou ausência de instituições públicas ou privadas, tais como, creches, escolas, hospitais, postos de saúde, residências de idosos, dentre outras, que poderiam incidir no tempo de dedicação das atividades reprodutivas. A ausência dessas instituições intensifica os usos do tempo no trabalho reprodutivo e resulta na permanência das desigualdades de gênero, haja vista que, geralmente, são

⁸ A coletânea organizada por Ávila e Ferreira (2014) apresenta uma ampla discussão sobre este tema a partir da investigação do papel de mulheres assalariadas residentes em São Paulo e Recife no trabalho reprodutivo.

as mulheres que se responsabilizam por esses afazeres, quando as instituições não ocupam esse lugar.

Jelin (2010) menciona, inclusive, a responsabilidade das mulheres pela correta utilização dos serviços públicos e privados disponíveis para as famílias. São elas as responsáveis por procurar as informações, contatar as instituições, agendar consultas, acompanhar reuniões escolares e, no caso da necessidade de utilização de serviços privados disponíveis, são elas que se responsabilizam por compatibilizar os orçamentos domésticos com eventuais acessos a esses serviços. Ademais, a maioria das mulheres adultas, graças a dedicação ao trabalho de cuidados e doméstico, aportam bem-estar cotidiano às sociedades contemporâneas (TORNS, 2008).

Na agricultura familiar, além disso, as tarefas realizadas no cotidiano incluem a produção de alimentos para consumo da família e os cuidados com animais e plantas que integram o sistema produtivo. A produção em hortas, pomares e o trato de animais, principalmente dos animais pequenos, são reconhecidamente tarefas das mulheres, com participação quase inexpressiva de homens.

Mesmo em momentos eventuais de ausência das mulheres das propriedades familiares, pude verificar em pesquisa realizada em 2014, em consonância com os principais achados da literatura da área, que os cuidados com os arredores da casa, ou seja, com as hortas e pomares (à exceção de pequenos animais, que não podem ficar sem a alimentação diária), não são realizados até o retorno das mulheres. Este fato evidencia a ausência sistemática da participação de homens na produção e no preparo de alimentos em contextos rurais (HERRERA, 2015).

A sobrecarga de trabalho a que estão submetidas, muitas vezes, se constitui em um impedimento para prosseguir na formação escolar, para usufruir de tempo para si, para utilizar o tempo para o lazer, para melhorar a qualificação profissional, ou seja, para construir um projeto de vida independente das necessidades dos membros de suas famílias.

Isto ocorre pois, no âmbito familiar, os ingressos monetários, os serviços públicos, o trabalho doméstico e o trabalho de cuidados são combinados para que uma melhor qualidade de vida seja possível. Neste ritmo, as mulheres geralmente disponibilizam permanentemente o seu tempo para o serviço da família, sendo que em muitas situações esta dedicação se estende para além da família, envolvendo a rede de sociabilidade das mulheres (JELIN, 2010).

Essas interpretações alertam sobre o dilema de como lidar com as exigências do trabalho e das famílias, que são conflitantes e que, muitas vezes, parecem inconciliáveis, especialmente no contexto de

invisibilidade e desvalorização do papel que as mulheres têm em nossa sociedade, no que concerne às atividades do trabalho reprodutivo.

As atividades domésticas e de cuidados são tecidas progressivamente a partir de práticas cotidianas e de necessidades de cuidados. Essas atividades e práticas constituem-se numa vasta teia de interdependência que envolve a todos e todas. Ninguém é completamente autossuficiente. Neste sentido, torna-se imperativo problematizar a ampla variedade de significados na construção de saberes e competências, nas negociações sobre as relações e as práticas de trabalho doméstico e de cuidados para desconstruir a tradicional naturalização do papel da mulher.

A investigação sobre o papel das mulheres rurais a partir da perspectiva dos trabalhos domésticos e de cuidados implica em dois níveis de análise: no nível das políticas públicas e no nível das atividades e práticas cotidianas. Por um lado, investigando como são repartidos os cuidados entre o Estado, as famílias, os mercados e as redes de sociabilidade e, por outro lado, nas relações sociais constituídas dentro das famílias, demarcadas por meio de especificidades entre gêneros e gerações.

Neste trabalho de tese me dedico ao segundo nível de análise, a respeito da vida cotidiana, reconstruindo os sentidos que as próprias mulheres imprimem aos trabalhos doméstico e de cuidados. Por meio das experiências relatadas por mulheres que fizeram parte desta pesquisa, foi possível destacar as variedades dos significados dotados e, também, compreender a significação que essas mulheres atribuem à configuração social em que estão inseridas, que incluem a vida familiar, o trabalho produtivo e a presença ou ausência de serviços públicos nas atividades reprodutivas. Para tanto, segui a abordagem proposta por Elias (1997), para quem as noções de significação e de configuração social⁹ possibilitam a compreensão da relação entre indivíduos e sociedade de forma dinâmica, sem que uma dimensão seja necessariamente determinante em relação a outra.

Os trabalhos domésticos e de cuidados são aqui concebidos a partir da ideia de interdependência dos indivíduos, onde cada sujeito demanda cuidados e oferece diferentes maneiras de atividade de cuidado. As atividades reprodutivas são, portanto, relacionais e não somente porque existe uma pessoa que realiza os trabalhos doméstico e de cuidados e outras que os recebem. Mas, sim, porque essas atividades pressupõem uma rede de interligações nas quais o atributo do trabalho varia de acordo

⁹ Elias utiliza os termos *figuração* e *configuração* indiferentemente em seus escritos. Para o autor, ambos termos têm o mesmo significado.

com a fase de vida dos indivíduos e é provido por uma rede de pessoas (de forma individual, como no caso da relação mãe e filho; ou de forma coletiva, como no caso dos cuidados com idosos por um grupo de pessoas da mesma família), composta em sua maioria por mulheres.

1.1. PERCURSO METODOLÓGICO

Subjacente a cada opção metodológica de pesquisa em ciências sociais existem premissas e pressupostos teóricos sobre o que é a realidade social e a interação entre os agentes sociais. No campo das ciências humanas e sociais as possibilidades de abordagem sobre o mundo social são inúmeras. Neste sentido, a eleição de um método particular de investigação tem implicações que comprometem quem investiga, orientado por certas formas de pensamento. Inevitavelmente, ao optarmos por uma forma de investigar, excluimos outras opções, que poderiam ser úteis para analisar aquela realidade social de maneira tão coerente quanto a opção utilizada pela pesquisadora.

Neste trabalho opto por realizar uma investigação feminista. Esta afirmação gera diversos questionamentos que venho enfrentando em minha trajetória acadêmica, dentre os quais: Seria o feminismo uma teoria ou um movimento social? Como incorporar as abordagens feministas na sociologia? Não seria o feminismo uma contribuição filosófica, como utilizá-lo para interpretar uma realidade social?

Como menciona Scavone (2008, p. 173),

Ainda persistem inúmeros preconceitos que os estudos feministas e/ou estudos de gênero causam às/aos cientistas sociais em geral, que, ao recusarem sua relativa autonomia histórica, teórica e política, consideram-no de menor importância diante de questões sociológicas e políticas abrangentes.

Esses questionamentos geram um debate intenso que não pretendo abordar aqui. Apenas tenho como intenção me posicionar de maneira que, espero, explicito suficientemente minhas opções teórico-metodológicas.

Optar por uma investigação feminista significa posicionar a categoria gênero na investigação sociológica sem recair numa pretensa neutralidade, que desconsidera as contribuições históricas do feminismo, os seus aportes teóricos e metodológicos; assim como, também, ao seguir nesta direção, pretendo ultrapassar o patamar de “denúncia” da desigualdade de gênero na realidade social analisada.

Uma investigação feminista considera que os pressupostos das diferenças de gênero afetam na elaboração da ciência e do conhecimento (SALGADO, 2008). O feminismo acadêmico com seu campo conceitual amplo, complexo e interdisciplinar centrou a sua atenção em compreender, explicar, criticar e interpretar os conhecimentos que sustentaram o androcentrismo na ciência. Para isto, as diferentes correntes feministas propuseram teorias, conceitos e categorias que contribuem para desvelar conhecimentos e experiências que haviam sido ignorados, invisibilizados ou mesmo negados, por correntes dominantes. Estas últimas contribuíram significativamente para distorcer e/ou ocultar as desigualdades que subordinam as pessoas que se identificam com o gênero feminino (SALGADO, 2008, p. 11).

A produção teórica feminista consolida-se conjuntamente com as transformações políticas, econômicas e sociais que vêm transformando as sociedades. O seu principal alicerce é fundado na história das lutas feministas, que, ao longo de mais de dois séculos, contribuíram para a visibilidade das questões de gênero no campo das ciências sociais¹⁰ (SCAVONE, 2008). As temáticas dos estudos feministas e de gênero estão associadas ao que se convencionou denominar as grandes fases do feminismo: o feminismo da igualdade que, em termos gerais, corresponde aos séculos XVIII e XIX; o feminismo da diferença, resultado da discussão iniciada no final do século XX e; o feminismo da denominada fase pós-moderna, que se inicia no século XXI¹¹.

A crítica feminista influenciou e incrementou as pesquisas sobre as relações sociais, contribuindo para superar a ideia iluminista de existência de um sujeito único e universal, com características biológicas e sociais consideradas a-históricas (SCAVONE, 2008). As pesquisas feministas também assumem o caráter político da ciência, rejeitando as noções de neutralidade e objetividade.

¹⁰ Apesar de minha pesquisa se vincular ao campo das ciências sociais, não nego a enorme contribuição do feminismo para outros campos do conhecimento, tais como a filosofia, as ciências da saúde, a biologia, a história, dentre outras.

¹¹ Scavone (2008, p.177) chama a atenção para o fato de que “apesar de estabelecermos a relação temporal com períodos e lutas distintos, essas fases não são fixas, elas dependem da situação social, econômica, cultural e política de cada sociedade”. Evito nesta tese tratar o feminismo como uma teoria evolucionista, como se as teorias mais recentes se sobrepusessem às anteriores. Minha proposta de investigação feminista se fundamenta no diálogo entre as diversas correntes ao longo das décadas.

Isto porque as epistemologias dominantes se assentam em uma série de contraposições dicotômicas “generificadas”¹² (HARDING, 2004) tais como, cultura/ natureza, mente/corpo, racional/emocional, pensamento/sentimento, público/privado, produtivo/reprodutivo, dentre outras, que inevitavelmente e sistematicamente relacionam as mulheres aos conceitos considerados inferiores. Como a ciência opera a partir de polos dicotômicos opostos, que associam a posição masculina como neutra, as experiências das mulheres restam radicalmente marginalizadas na produção científica (HARDING, 2004).

Para Lowy (2009, p. 41),

Elaborar uma crítica do uso dos conceitos de universalidade ou objetividade da ciência em determinadas circunstâncias históricas não implica que seja necessário renunciar à aspiração de desenvolver conhecimentos universalmente válidos e produzir conhecimento objetivo do mundo natural. As pesquisadoras que têm estudado a relação entre ciências e gênero, mas também entre ciências e classes sociais, etnia, ou culturas não ocidentais, têm argumentado que a ampliação da base do conhecimento científico levaria ao desenvolvimento de uma maior objetividade e de uma maior universalidade das ciências.

A ampliação da objetividade e da universalidade significa que os saberes e as práticas em que estão baseadas a construção científica e o estatuto social das/os pesquisadoras/es não são ocultados¹³ (HARDING, 2004). Assim como o momento e o local da produção, ou seja, o contexto histórico da pesquisa científica é desvelado, demonstrando o caráter situado da pesquisa (HARAWAY, 1995). A noção de objetividade e universalidade ampliadas favorece um olhar crítico e reflexivo sobre a ciência sem, portanto, pretender a construção de um conhecimento verdadeiro e universal.

A investigação feminista é, então, uma maneira especial de conhecer e de produzir conhecimento, caracterizada por seu interesse em que os conhecimentos produzidos possam contribuir para eliminar as desigualdades de gênero que marcam as relações sociais. São teorias que nos permitem pensar em termos de pluralidades e diversidades.

¹² Em inglês, *gender-dichotomous*.

¹³ Refiro-me à já consagrada contribuição de Harding, a “objetividade forte”.

Neste contexto, meu objetivo é o de articular a teoria sociológica com as contribuições teóricas feministas. Este é um movimento que pode ser reconhecido como uma sociologia feminista, conforme advoga Scavone (2008). Para esta autora,

No campo da Sociologia há sempre uma tendência de articulação da teoria feminista e de gênero com reflexões políticas e sociais mais amplas. Além disso, cabe lembrar que uma sociologia feminista comporta a bagagem comum de teorias, métodos e hipóteses, procedimentos de pesquisa da Sociologia, além do acúmulo teórico, científico e político que o seu objeto de estudo lhe demanda: as relações sociais de gênero. É com base nesse objeto que a sociologia feminista escolhe o diálogo com as teorias sociológicas ou com as outras Ciências Humanas e a Filosofia. (SCAVONE, 2008, p.182-183).

A articulação teórico-metodológica que proponho aqui apoia-se em um dos grandes expoentes da sociologia contemporânea, Norbert Elias¹⁴. Os principais conceitos da obra de Elias foram propostos pelo autor a partir da identificação de deficiências e limitações derivadas do clássico debate teórico das ciências sociais, fundado na antinomia indivíduo/sociedade.

Para Elias, “ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos.” (ELIAS, 1994, p.16). Contudo, é preciso entender que não existe um abismo entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, que estes não podem ser analisados em separado. Para o autor, o indivíduo e a sociedade só podem ser analisados a partir das relações que se estabelecem entre si, ou seja, “as pessoas através de suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras.” (ELIAS, 1970, p.15). Ao se posicionarem em relação aos outros, as pessoas criam teias de interdependência.

¹⁴ Existe um debate entre a relação do feminismo com a perspectiva figuracional de Elias no campo da sociologia do esporte, principalmente na Inglaterra. Desde 1980, inúmeros trabalhos foram escritos e esta aproximação foi incansavelmente debatida. O trabalho de Mansfield (2008) apresenta esse debate. Não irei abordar esta articulação, pois ela é restrita às contribuições de Elias para o mundo dos esportes, por meio de seu texto *Quest of Excitment*.

Existem elos que ligam os indivíduos, haja vista que as funções que cada indivíduo exerce é realizada em relação ao outro. A estrutura da sociedade não é uma criação individual, não existe fora dos indivíduos, nem tampouco é resultante de uma força coletiva. A rede de funções que as pessoas desempenham nas relações entre si é o que pode ser chamado para Elias de sociedade.

Este autor não aceita qualquer tipo de concepção social "totalizadora", nem mesmo "individualista" dos processos sociais. A sua proposta é o resultado de uma inovadora abordagem sociológica na qual o conceito de configuração opera como componente mediador das relações sociais. Este conceito é uma importante chave teórica que nos auxiliará na interpretação dos processos sociais, a partir da ação dos próprios indivíduos. No entanto, sem o pressuposto de que a agência dos indivíduos seja o resultado de uma ação social livre e autônoma.

Segundo a visão figuracional,

Os seres humanos nascem em redes de interdependência entre indivíduos, e as estruturas sociais que eles formam entre si possuem uma dinâmica emergente que não pode ser reduzida a ações e motivações individuais. Essa dinâmica emergente molda o crescimento, o desenvolvimento e a trajetória de vida dos indivíduos. As configurações estão em constante estado de fluxo e transformação e, ainda, as transformações de longo prazo nas configurações sociais humanas não são passíveis de planejamento prévio e previsão (JOHN SCOTT, 2009, p.84).

A perspectiva figuracional de Elias permite combinar os enfoques macro e micro dos processos sociais possibilitando a interpretação e compreensão das interligações existentes entre os indivíduos em uma dada realidade social, sem prescindir do conhecimento destes a respeito desta realidade. Esta perspectiva ampara a compreensão do objeto de pesquisa a que me proponho analisar nesta tese.

A sociologia processual de Elias (1994) auxilia nas análises que abordam as interações entre os indivíduos a partir de suas vivências cotidianas, na medida em que esta perspectiva aponta para a compreensão de que as trajetórias individuais não são motivadas apenas por decisões particulares dos agentes sociais, mas são também parte integrante de uma estrutura social mais ampla, que pode ser estudada pela/o cientista social a partir das configurações sociais. Segundo Elias, as mudanças ocorridas nessas configurações indicam as transformações ocorridas nas próprias

estruturas sociais. Adicionalmente, a perspectiva dos indivíduos como “pessoas abertas”, em oposição à visão tradicional de *homo clausus*¹⁵ na sociologia, permite considerar os indivíduos como pessoas plurais, abrindo espaço para uma visão relacional, vinculada às funções que os indivíduos estabelecem entre si. Elias reconhece que a maneira de ver os indivíduos emerge das matrizes configuracionais das quais os indivíduos participam.

Assim sendo, a realidade da vida cotidiana de mulheres rurais e as interações sociais nos trabalhos doméstico e de cuidados daí decorrentes serão o *locus* principal desta tese. Ao analisar a forma como as agentes interagem dentro das configurações das quais fazem parte é possível compreender como as estruturas sociais são formadas, assim como, identificar eventuais alterações nessas relações.

As interligações existentes entre as mulheres, as interações sociais na vida cotidiana e a forma como as estruturas sociais interferem nas relações cotidianas a partir das figurações serão analisadas por meio de relatos orais biográficos das agentes sociais desta pesquisa.

1.2. PROCEDIMENTO DE PESQUISA: OS RELATOS ORAIS BIOGRÁFICOS

Os relatos orais biográficos, um dos procedimentos que compõem a pesquisa qualitativa, constituem-se como um instrumento de pesquisa fundamental nas ciências humanas. Expressão polissêmica, os relatos orais biográficos têm sido utilizados de diferentes formas na literatura sociológica brasileira¹⁶. Embora os primeiros estudos datem da década de 1940, este procedimento de pesquisa permaneceu marginal na produção sociológica até períodos mais recentes.

Segundo Santos et al. (2014), os estudos biográficos receberam grande influência da sociologia empírica da Escola de Chicago, que realizou pesquisas de campo a partir das "*lives histories*". Dentre os diversos estudos que foram realizados naquele momento, o estudo que utilizou mais intensamente o material biográfico foi produzido pelos

¹⁵ Ou seja, um construto teórico baseado numa representação supostamente universal de indivíduo que pressupõe um homem adulto, ocidental e do sexo masculino como sendo um ser supostamente universal.

¹⁶ A bibliografia consultada apresenta uma série de tipologias: relato oral, história oral, história de vida, narrativas, trajetórias, etc. Optei por utilizar a expressão relatos orais biográficos por acreditar que ela abarca suficientemente a polissemia desta abordagem metodológica.

autores William Thomas e Florian Znaniecki, entre os anos de 1918 e 1920¹⁷ (MENEZES, 2006).

No Brasil, em 1945, Florestan Fernandes analisou a biografia de um indígena no centro-oeste brasileiro com objetivo de investigar a marginalização da população nativa. O trabalho de Florestan se inseriu em um anseio latente naquele período histórico que consistia em “dar voz aos oprimidos”, ou seja, conhecer a realidade de vida de grupos marginalizados a partir de pesquisas que reproduzissem os seus próprios discursos (SANTOS, et al., 2014).

Na década de 1960, o instrumento metodológico nomeado como história oral começou a ser afirmado por historiadores que advogavam pela importância em se utilizar a fonte oral como documento histórico, em contraposição aos pesquisadores que empregavam exclusivamente os documentos escritos. A consolidação científica deste instrumento gerou um debate intenso e polêmico, que repercute até os dias de hoje. O debate gira em torno da pertinência em se utilizar os relatos orais nos estudos historiográficos e, também, em como abordar esse procedimento metodológico. Dentre os pesquisadores, há os que entendem a história oral apenas como uma técnica de pesquisa, outros, como uma disciplina e, por fim, os que a consideram como uma metodologia de pesquisa (MEIHY, 2006).

Os críticos da história oral questionam a validade dos documentos orais devido à influência da subjetividade dos informantes em seus relatos, podendo os sujeitos da pesquisa contar suas histórias de maneira enviesada ou distorcida, impossibilitando o conhecimento do que “realmente sucedeu” em determinado período histórico investigado. No entanto, os defensores da história oral rebatem os seus críticos questionando a capacidade do documento escrito em garantir o registro objetivo de fato, haja vista que estes documentos refletem o ponto de vista de quem os produziu, bem como os seus interesses e, por que não dizer, a sua subjetividade.

Este impasse influencia também os estudos sociológicos que utilizam os relatos orais biográficos. No período em que se inaugurou esta polêmica, 1960, as pesquisas de cunho quantitativo, em especial as que utilizavam dados estatísticos, começaram a ganhar mais relevância (RIGOTTO, 1998). O objetivo era substituir os relatos orais por instrumentos de coleta de dados que expressassem a suposta objetividade

¹⁷ “*The polish peasant in Europe and America*” foi publicado em cinco volumes no ano de 1927.

da pesquisa e do/a pesquisador/ra¹⁸. Segundo Pereira de Queiroz (1988),

Pouco a pouco se percebeu, no entanto, que valores e emoção permaneciam escondidos nos próprios dados estatísticos, já que as definições das finalidades da pesquisa e a formulação das perguntas estavam profundamente ligadas à maneira de pensar e de sentir do pesquisador, o qual transpunha assim para os dados, de maneira perigosa porque invisível, sua própria percepção e seus preconceitos. Os números perdiam sua auréola de pura objetividade, patenteando-se dotados de vieses anteriores ao momento da coleta, escondidos na formulação do problema e do questionário; ocultos, pareciam inexistentes... Porém, influenciavam o levantamento, desviando-o muitas vezes do rumo que deveria seguir (PEREIRA DE QUEIROZ, 1988, p.15).

Maria Isaura Pereira de Queiroz foi uma das pesquisadoras que resistiu à tendência da adoção de pesquisas quantitativas na sociologia e se tornou uma destacada proponente do uso de história de vida¹⁹ em suas pesquisas. Seu centro de pesquisa - Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) - tornou-se, na década de 1970, um frutífero propagador da história oral. O CERU passou a registrar trabalhos realizados sobre “pessoas comuns”, como carnavalescos, mulheres trabalhadoras e imigrantes, e continua sendo um centro de pesquisa relevante até os dias de hoje.

Para Pereira de Queiroz, a perspectiva da história de vida é capaz de:

Captar o grupo, a sociedade de que ela é parte; busca encontrar uma coletividade a partir do indivíduo [e, também, proporciona] o

¹⁸ Esta discussão ainda está presente nos dias de hoje. As pesquisadoras que optam por utilizar os relatos orais biográficos inevitavelmente são questionadas sobre a pertinência deste procedimento de pesquisa. Uma forma de minimizar as limitações dos documentos orais tem sido a sua utilização como complementar a outras fontes.

¹⁹ Segundo Pereira de Queiroz (1988), a história oral incluiria todo o tipo de relato oral, seja a história de alguém, de um grupo, história real ou mítica. A história de vida seria o relato feito pelo sujeito sobre os eventos e a maneira como sua vida transcorreu.

esclarecimento de relações coletivas entre indivíduos num grupo, numa camada social, num contexto profissional, noutras épocas e também agora (PEREIRA DE QUEIROZ, 1988, p.24).

Mesmo de forma marginal, as pesquisas fundamentadas em relatos orais biográficos continuaram a existir até voltarem a ganhar mais destaque na década de 1970. Em 1973 foi criado o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDoc), da Fundação Getúlio Vargas; em 1974 foi constituído o Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDSCS), formado por diretores da Fundação Casa de Rui Barbosa, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Fundação Getúlio Vargas. A ideia era criar arquivos e preservar os materiais existentes na área de ciências sociais, como biografias, autobiografias, documentos orais diversos, através de gravações de depoimentos e entrevistas e escritos de suporte aos estudiosos das ciências sociais no Brasil. Neste período, os estudos autobiográficos e entrevistas biográficas com a presença de um/a ou mais pesquisador/a(es) se tornam proeminentes (SANTOS, et al., 2014).

Segundo Santos et al. (2014), havia um interesse emergente naquele momento em compreender a política brasileira a partir do testemunho de personagens importantes para a história. A biografia de um indivíduo permitiria a compreensão das relações sociais em períodos determinados. Essa preocupação em conhecer a história a partir do estudo das elites foi sistematizada pelo CPDoc no Brasil, que realizou um acervo de documentos escritos e orais, por meio da coleta de depoimentos e entrevistas com personalidades políticas.

Além de almejar compreender a história a partir das elites, ou seja, a visão dos detentores do poder (embora com restrições devido à censura do regime militar no período), os relatos orais biográficos continuaram se preocupando em fazer emergir as perspectivas dos diversos agentes sociais. A atenção permanecia voltada para a compreensão da realidade de grupos marginalizados e oprimidos, tais como os operários, os agricultores, os moradores de favelas, dentre outros.

Contudo, embora o foco fosse investigar os marginalizados e oprimidos, não estava mais em voga a ideia de “dar voz aos oprimidos”. A intenção de utilizar os relatos de sujeitos com o objetivo de preservar o aspecto fidedigno do acontecido foi alvo de críticas devido à sua conotação positivista. Como se o/a pesquisador/a ao utilizar o relato do indivíduo como expressão de uma realidade tivesse em busca de uma

verdade (CARDOSO, 1986, p.99). Os/As pesquisador/as passaram, então, a ter o cuidado de não reproduzir os relatos dos sujeitos oprimidos, e, sim, utilizar de seus relatos como fonte ou como uma das fontes de análise da pesquisa.

A partir da década de 1980, os estudos baseados na história oral e na história de vida se multiplicaram. A realidade social retratada pelos pesquisadores estava voltada não só para a análise de biografias e relatos de personagens-chave de um determinado período histórico, mas, também, se tornava corriqueira a análise de “pessoas comuns”. Baseado em estudos do cotidiano dos sujeitos pesquisados, as pesquisas passaram a almejar a compreensão da realidade social em que determinados agentes estão inseridos, resgatando a heterogeneidade social e histórica brasileira. Os temas de estudos são bastante diversos, circunscritos em análises do mundo do trabalho, da realidade rural, da política, das migrações, dentre outras.

Naquele momento surgem, também, os trabalhos sobre as histórias de vida das mulheres. Esse era um momento propício, pois na década de 1980 o movimento feminista iniciou uma nova fase, ao renovar-se com a incorporação de outras identidades: a de mulheres negras, periféricas, indígenas, dentre outras, o que influenciou decisivamente os novos estudos sobre as mulheres. Santos et al. (2014) mencionam o estudo realizado por Daphne Patai (1988) da Universidade de Massachusetts como pioneiro sobre a história de mulheres brasileiras, mais especificamente de mulheres da região nordeste e do Rio de Janeiro. Sobre o estudo de Patai, Meihy (2000, p.92) menciona,

O livro de Daphne Patai se converteu em uma espécie de modelo para iniciantes que, então, se vocacionavam a aventuras de transcrições livres, independentes do referente gravado que registrava repetições, erros vernaculares, equívocos de datas ou detalhes. A novidade de uma história oral de pessoas anônimas e a força das transcrições completas de depoimentos representou um avanço diferenciado da prática que prezava "a busca da verdade" em detrimento do "registro da experiência". Nesta aventura estava a grande distinção entre a tendência positivista de documentação que certos grupos pioneiros ostentam e as reclamadas novas alternativas.

Cabe observar que os estudos baseados em relatos orais biográficos foram erguidos sobre bases militantes (MENEZES, 2006;

MEIHY, 2000). Estando seu desenvolvimento intimamente vinculado ao período de redemocratização, grande parte das pesquisas realizadas no Brasil até 1990 tinham como objetivo trazer à luz histórias, relatos e testemunhos de agentes que, até então, estavam “esquecidos” pelas ciências sociais. Contudo, apesar da importância em investigar diferentes grupos sociais, os pesquisadores começavam a ressaltar a insuficiência de um esforço para clarificar ou para estabelecer um procedimento metodológico que pudesse ser reconhecido pela comunidade científica.

As propostas metodológicas que reproduziam os discursos do sujeito muitas vezes desconsideravam a base epistemológica daqueles métodos. Nas palavras de Cardoso (1986):

Um disfarçado pragmatismo (muitas vezes confundido com politização) dominou as ciências sociais contemporâneas e desqualificou como ocioso o debate sobre os compromissos teóricos que cada método supõe. Concentra-se o interesse na relevância do tema estudado e na forma pela qual o investigador se engaja no estudo. Um investigador capaz de uma “boa” interação com as minorias ou grupos populares será sempre um porta-voz de seus anseios e carências, logo, de sua “verdade”. O critério para avaliar a pesquisa é principalmente sua capacidade de fotografar a realidade vivida. Sua função é tornar visível aquelas situações de vida que estão escondidas e que, só por virem à luz, são elementos de denúncia do *status quo*. (CARDOSO, 1986, p.95).

Cabe mencionar, além disso, a crítica de Pierre Bourdieu com respeito aos estudos biográficos na análise sociológica. Em seu curto artigo intitulado “A ilusão biográfica”, Bourdieu argumenta que a incorporação da história de vida na pesquisa sociológica não passaria de uma “concessão da sociologia ao senso comum.” (BOURDIEU, 1998, p. 183). A história de vida, segundo o autor, levaria à construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou um mesmo grupo, o que implicaria assumir que a vida é história, entendida como uma sucessão de eventos históricos, o que se assemelha ao senso comum, que descreve a vida como uma estrada ou um caminho (BOURDIEU, 1998, p. 183).

Os acontecimentos biográficos não se definem pela linearidade, antes são frutos de alocações e deslocamentos no espaço social, por este motivo é importante o conhecimento prévio dos estados sucessivos do

campo no qual a história de vida se desenrolou. A crítica de Bourdieu nos chama a atenção para a necessidade da vigilância epistemológica, a começar pela construção do objeto de estudo, que não pode ser confundido com objetos dados pelo senso comum, passando por uma vigilância em relação à aplicação dos métodos e, enfim, uma vigilância quanto aos pressupostos teóricos e filosóficos que informam os atos de pesquisa e os construtos teóricos que se unem com os resultados obtidos pela utilização do método (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2010).

Desta forma, na elaboração desta tese estive atenta para não me limitar a reproduzir os relatos orais biográficos. Na construção dos relatos sobre o objeto investigado, desloquei o discurso para as próprias agentes de pesquisa, permitindo a emergência de uma diversidade de olhares e pluralidade de experiências, tendo como horizonte a perspectiva teórico-metodológica adotada. A construção do conhecimento se tornou, então, um diálogo intersubjetivo. O objetivo não foi reconstruir os eventos, experiências e/ou processos sociais, mas, sim, interpretar as suas falas, ou seja, analisar o sentido atribuído aos relatos.

Na análise dos relatos foi possível abarcar experiências pessoais e coletivas, que constroem e são construídas por estruturas sociais e práticas objetivadas, assim como são determinadas por questões subjetivas e por estruturas, por vezes, invisíveis. Essas experiências são construídas no espaço do trabalho produtivo, na produção e preparo da alimentação, nas demarcações entre o público e o privado, nas atividades cotidianas do âmbito reprodutivo e na separação entre o institucional e o pessoal.

Por meio das experiências relatadas pude verificar a maneira como as mulheres tratam as relações em que estão inseridas. Nesta abordagem, a interpretação de Joan Scott (1999) sobre o conceito de experiência serviu para direcionar a minha atenção. Para a autora, “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (JOAN SCOTT, 1999, p. 5). Para Joan Scott, a experiência não é o início de uma explicação, tampouco há um ponto de chegada predeterminado. Não é a evidência vista ou sentida que fundamenta a análise. A experiência vai constituindo as identidades e visões de mundo, que ao longo da história, estão em constante mutação.

Desta forma, as experiências dos indivíduos são constituídas em uma determinada configuração, tal como menciona Elias (1994). As experiências são, então, produtos de uma série de fatores interligados, como o meio natural, a capacidade biológica, as interferências sociais, culturais e históricas. Os grupos sociais, entre eles as mulheres, conformados pelas redes de interdependência nas configurações sociais

constituem as suas identidades, que nunca são fixas, mas estão vinculadas com o que estão vivenciando no momento. Esta dinâmica emergente molda a trajetória de vida das mulheres.

O estudo sobre os trabalhos de cuidados e doméstico no meio rural implica em descortinar aspectos menosprezados no cotidiano e em torná-los de interesse público²⁰. Neste sentido, as questões relativas à reprodução social, ao bem-estar, à dependência, à vulnerabilidade e/ou à carência total, parcial ou temporal da autonomia dos indivíduos, constituem-se como expressões densas de sentido na compreensão do fenômeno empírico aqui estudado. Esta perspectiva parte de uma análise ampla das relações sociais organizadas em torno da vida cotidiana. Neste contexto, emergem os ritmos e dinâmicas do trabalho das mulheres rurais, que serão aqui analisados em relação ao trabalho reprodutivo e a sua constituição no cotidiano familiar.

1.3. PERGUNTA DE PARTIDA, OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES

Partindo-se da pergunta: “qual é o sentido que as mulheres rurais dão aos trabalhos doméstico e de cuidados? ”, este trabalho tem como objetivo geral investigar o sentido do trabalho reprodutivo para as mulheres rurais, levando em consideração as relações assimétricas de gênero que se configuram na agricultura familiar.

Voltar o olhar para os trabalhos domésticos e de cuidados implica em três objetivos específicos: a) avançar na discussão sobre a importância do papel das mulheres rurais para a reprodução biológica e social e para o bem-estar das famílias rurais; b) contribuir para o debate sobre o trabalho reprodutivo no meio rural por meio da experiência das próprias mulheres e c) evidenciar o valor que os trabalhos domésticos e de cuidados têm para a vida.

O estudo sobre os trabalhos domésticos e de cuidados constitui-se em uma ferramenta de análise estratégica das mudanças que estão sendo produzidas em nossa sociedade. Os trabalhos domésticos e de cuidados contribuem para trazer à tona o trabalho cotidiano, uma vez que marca um território transfronteiriço com grande potencial para contribuir com a reconfiguração das análises e abordagens existentes, que separam de forma estanque os trabalhos produtivo e reprodutivo. Ao me debruçar sobre a problematização das relações sociais que engendram e são

²⁰ No sentido do que é “público” pode ser visto e reconhecido por todos e todas.

engendradas pelas dinâmicas das práticas sociais do trabalho produtivo e reprodutivo no meio rural a partir da experiência das mulheres rurais em seus cotidianos, pretendo realizar, assim, a principal contribuição desta tese.

A presente tese se justifica na medida em que visa contribuir com uma nova abordagem teórico-metodológica sobre o trabalho reprodutivo realizado por mulheres rurais, relativamente a duas lacunas específicas: a ausência de pesquisas na sociologia rural sobre a experiência de mulheres no trabalho doméstico e de cuidados; e a inexistência de estudos sobre a realidade rural nas pesquisas sobre gênero no âmbito da sociologia do trabalho.

1.4. O CAMPO EMPÍRICO

O início das reflexões que resultaram nesta investigação ocorreu em 2013. Naquele momento, estava iniciando minha pesquisa de mestrado que tratou do tema da invisibilidade e do reconhecimento do trabalho das mulheres rurais vinculadas ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), no Estado de Santa Catarina (HERRERA, 2015). Em meados de 2014, em função de minha investigação empírica, visitei 18 agricultoras residentes na região oeste de Santa Catarina, a fim de conhecer e analisar as suas jornadas de trabalho e a importância de suas atividades para a reprodução social de suas famílias, e, em certa medida, da reprodução social da própria agricultura familiar.

Naquele momento interoguei as mulheres a respeito de suas jornadas cotidianas, dando ênfase ao trabalho realizado no âmbito reprodutivo. Realizei uma análise do tempo dedicado às atividades produtivas e reprodutivas e, como era de se esperar, minha pesquisa evidenciou o que diversos outros estudos na área já apontavam (FONTOURA, ARAÚJO (Org.), 2016; ABREU, HIRATA, LOMBARDI (Org.), 2016; MOLINIER, 2013). Ou seja, os trabalhos das mulheres (produtivo e reprodutivo) estão quase que exclusivamente voltados para o bem-estar e a necessidade de suas famílias, sendo estes fundamentais para a reprodução biológica e social da agricultura familiar.

Terminada a pesquisa de mestrado, reencontrei as agricultoras em reuniões do MMC e durante a realização do curso sobre “Organizações Produtivas de Mulheres e Promoção da Autonomia por Meio do Estímulo a Prática Agroecológica”, promovido pela Universidade Federal da Fronteira Sul, no ano de 2015, no qual atuei como professora. A manutenção desta proximidade ao longo desses anos recentes com o tema

e com essas agricultoras me impulsionou a aprofundar o objeto de minha investigação inicial.

Para realizar a pesquisa desta tese escolhi como participantes algumas das mulheres que havia conhecido na pesquisa anterior, com as quais tive maior empatia, pois como menciona Minayo (2001, p. 61), “as capacidades de empatia e de observação por parte do investigador e a aceitação dele por parte do grupo são fatores decisivos” nas pesquisas qualitativas. Nesta atual pesquisa combinei técnicas de coletas de informação, tais como: pesquisa documental, relatos orais biográficos, entrevistas em profundidade e observações etnográficas com anotações em caderno de campo.

Contudo, no andamento desta investigação acabei expandido a minha amostra para além da proposta inicial, incluindo mais cinco mulheres. Isto porque, além das motivações mencionadas acima, uma das preocupações foi incorporar agricultoras que compõem diferentes configurações familiares. Na amostra inicial não estavam contempladas agricultoras com filhos pequenos e, também, uma família apenas com mulheres. No quadro a seguir menciono as configurações familiares das agricultoras que escolhi como agentes desta pesquisa.

Tabela 1: Configurações familiares das agentes de pesquisa²¹

Joana	Marina	Lúcia	Helena
<p>Casal com filhos adultos. Filhos não residem na propriedade.</p> <p>Um filho casado e com filha que reside em outra cidade do oeste catarinense.</p> <p>Uma filha solteira com filho que reside em um Estado do centro-oeste.</p> <p>Joana tem 57 anos.</p> <p>*Amostra Inicial</p>	<p>Casal com quatro filhos adultos. Dois filhos solteiros residentes na propriedade com o casal.</p> <p>O filho mais velho, solteiro e que vive com os pais, tem um filho adolescente que reside com a mãe.</p> <p>A filha é casada, tem dois filhos e vive em outra cidade do oeste catarinense.</p> <p>Um dos filhos é casado, tem um filho e vive na zona urbana do mesmo município que os pais.</p> <p>Mãe da agricultora reside na propriedade.</p> <p>Marina tem 55 anos.</p> <p>*Amostra Inicial</p>	<p>Casal com duas filhas e um parente deficiente intelectual. Filha mais nova e cunhado residem na propriedade com o casal.</p> <p>Filha mais velha casada e reside na parte urbana do município, sem filhos.</p> <p>Filha mais nova é adolescente, reside na propriedade com os pais, mas não exerce nenhuma atividade agrícola.</p> <p>O parente com deficiência intelectual é irmão do marido de Lúcia e reside na mesma propriedade.</p> <p>Lúcia tem 36 anos.</p> <p>*Amostra Inicial</p>	<p>Casal com filha adolescente. Todos os membros da família residem na propriedade.</p> <p>Marido tem deficiência motora em decorrência de uma doença no joelho.</p> <p>Filha adolescente reside na propriedade e exerce atividades agrícolas.</p> <p>Helena tem 47 anos.</p> <p>*Amostra Inicial</p>

²¹ Os nomes das agricultoras e de seus parentes são fictícios e o local de suas residências foi ocultado para garantir a privacidade. Mais adianta apresentarei a biografia detalhada das agentes de pesquisa.

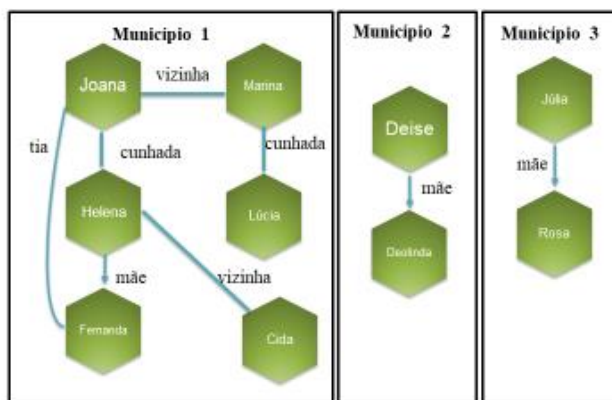
Fernanda	Deise	Cida	Júlia
<p>Adolescente, solteira e sem filhos.</p> <p>Reside com os pais.</p> <p>O pai tem deficiência motora em decorrência de uma doença no joelho.</p> <p>Fernanda tem 13 anos.</p> <p>*Amostra Inicial</p>	<p>Casada pela segunda vez, sem filhos e com mãe idosa. Todos membros da família residem na propriedade.</p> <p>Deise tem 46 anos.</p> <p>* Incorporada na amostra</p>	<p>Casal com dois filhos. Todos membros da família residem na propriedade.</p> <p>Filho mais velho com 12 anos e filha mais nova com dois anos.</p> <p>Cida tem 34 anos.</p> <p>* Incorporada na amostra</p>	<p>Casal e três filhos. Todos residem na propriedade.</p> <p>Dois filhos (uma mulher e um homem) adultos, solteiros, sem filhos, residem na propriedade e exercem atividade agrícola.</p> <p>Júlia tem 47 anos.</p> <p>O filho mais novo tem Síndrome de Down.</p> <p>* Incorporada na amostra</p>
Rosa	Deolinda		
<p>Solteira e sem filhos.</p> <p>Vive com os pais.</p> <p>Irmão mais novo tem Síndrome de Down</p> <p>Rosa tem 22 anos.</p> <p>* Incorporada na amostra</p>	<p>Idosa, viúva, tem duas filhas.</p> <p>A filha mais velha vive com ela na propriedade.</p> <p>A filha mais nova faleceu recentemente</p> <p>Deolinda tem 72 anos.</p> <p>* Incorporada na amostra</p>		

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A heterogeneidade das configurações familiares assegura uma interessante forma de compreender a variedade das trajetórias pessoais analisadas. A escolha por diferentes configurações familiares não se deu pela intenção em analisar as famílias em si, mas sim em compreender o sentido do trabalho reprodutivo para as agricultoras que pertencem a diferentes conformações familiares.

A opção por esta amostra empírica, além disso, se deu pelo meu interesse em pesquisar a vida cotidiana de mulheres que mantêm relações de parentesco entre si, haja vista que há uma divisão de responsabilidades do trabalho reprodutivo entre as famílias. Para esta pesquisa foi importante observar, ouvir os relatos e analisar como as atividades cotidianas são divididas e/ou compartilhadas nas famílias e entre familiares.

Quadro 1: Vínculo entre as entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Cabe ressaltar que incorporei na pesquisa apenas relatos orais de mulheres que realizam atividades agrícolas e que se consideram agricultoras na atualidade. Na propriedade de Lúcia, sua filha adolescente nunca teve nenhum envolvimento com a agricultura e a mãe de Marina, apesar de ter sido agricultora a vida inteira, não realiza mais atividades agrícolas, em função de sua idade avançada. Estas duas mulheres não foram incorporadas como agentes desta pesquisa, mas fazem parte das análises como integrantes do cotidiano familiar das agricultoras, que são objeto de estudo desta tese.

Ao ampliar a minha amostra de pesquisa a fim de compor diferentes configurações familiares, expandi a minha investigação para

mais de um município. Portanto, as agentes da pesquisa para esta tese residem em três municípios com características semelhantes em termos demográficos e culturais da região oeste de Santa Catarina.

O Oeste Catarinense

A história de povoamento do oeste de Santa Catarina remonta-se ao século XIX e, segundo Poli (2006), pode ser subdividida em três fases de ocupação. A primeira delas se refere à ocupação indígena, pois até meados do século XIX, com exceção de algumas excursões exploratórias portuguesas, a região era povoada de forma predominante por índios da etnia Kaingang; a segunda fase corresponde à ocupação cabocla (miscigenação entre indígenas e luso-brasileiros); e a terceira fase se iniciou nas primeiras décadas do século XX com a colonização de imigrantes europeus de origem italiana ou alemã e/ou descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul.

Até a década de 20 do século XX²², a região oeste era pouco povoada, os grupos indígenas e caboclos que habitavam o local tinham como produção o cultivo de milho e feijão e a coleta de erva-mate. Os europeus e descendentes de europeus que imigraram, inicialmente se dedicaram à produção de subsistência e à exploração dos recursos da floresta.

Para promover a imigração, empresas colonizadoras, conhecedoras da saturação das colônias de imigrantes do sul do país, se instalaram na região, promovendo um intenso fluxo migratório. As terras da região eram consideradas devolutas e o único meio de posse das terras do oeste catarinense passou a ser a compra. As empresas colonizadoras,

²² O oeste catarinense foi palco da Revolta do Contestado, guerra que durou de 1912 a 1916 e que, segundo Piazza (1982), ocorreu por diversos fatores. Segundo este autor, “interesses econômicos (na época, dada a conotação da erva-mate a região contestada era detentora das maiores reservas nativas desta planta, e era, também, área de criadouro), sociais (com problemas de posses de terra, questionadas em face a construção da estrada de ferro de São Paulo-Rio Grande do Sul e de seus direitos territoriais daí advindos; além de um processo de formação de segmentos sociais marginalizados, devido à estrutura da sociedade pastoril, da própria construção da estrada de ferro); religiosos-culturais (a formação e desenvolvimento de uma cultura religiosa, propiciada pela aceitação de líderes messiânicos) e políticos (a colocação antagonônica de líderes regionais- coronéis- perdendo para a facção de cada um dos citados litigantes” (PIAZZA, 1982, p.251). Ao término da guerra muitos remanescentes se espalharam pela região.

fortemente apoiadas pelo Estado, vendiam as terras aos imigrantes e descendentes de europeus sem considerar os posseiros da região, expulsando de suas terras a população cabocla e indígena.

Segundo Paulilo (1996, p.111),

A colonização do Oeste se fez rápida e exponencialmente. De 1920 a 1940, temos 10.340 imigrantes. Nos dez anos seguintes, 1940-1950, 22.801. As décadas de 50 e 60 são as que mais atraíram gente para lá. De 1950 a 1960, temos 48.664 imigrantes. Na década seguinte, 61.730. Em 1980, quase a metade da população regional não era natural do município onde residia, o que dá uma ideia da intensidade da migração.

A colonização ocorrida de 1917 a 1960 foi mais que um marco migratório, ela demarcou importantes configurações que condicionaram a continuidade histórica da região (ROVER, 2009). A expulsão de indígenas e caboclos e a superpopulação de imigrantes europeus são marcos importantes que irão redefinir a história do oeste catarinense a partir deste período.

A partir da década de 1960, o território começou a ser afetado pelo processo de modernização da agricultura. Principalmente na década de 1970, empréstimos e créditos subsidiados, incentivo ao uso de máquinas e utilização de outros insumos industrializados, tais como, adubos químicos e agrotóxicos ocorreu em todos os Estados brasileiros. Neste período ocorreu também o fechamento da fronteira agrícola no oeste catarinense e a “revolução verde” começou a mudar o caráter da pequena produção.

O processo de modernização foi também um processo de seleção, conforme aponta Paulilo (1996). Ao mesmo tempo em que o pacote da “revolução verde” beneficiou alguns grupos de agricultores, também gerou, em contrapartida, excedentes da força de trabalho e um intenso processo de migração da população, que não acompanhou esta mudança. A população não beneficiada com estes estímulos e que permaneceu no meio rural teve sua condição social e econômica agravada.

Desta década até meados da década de 1980, a mecanização dos processos agrícolas culminou na chamada agroindustrialização verticalizada, marcada pela expansão dos frigoríficos. Segundo Campos (2013, p.21):

A verticalização das relações entre os grandes frigoríficos e seus fornecedores de matéria-prima

por meio de contratos de integração constitui um arranjo institucional totalmente novo, sob o qual os mecanismos de coordenação do mercado são parcial ou totalmente substituídos por relações contratuais entre entidades jurídicas e empresas.

A produção se concentrou na suinocultura, pois, a cultura de criação de pequenos animais e o plantio de milho para a sua alimentação foi a base para a integração dos agricultores à agroindústria. Segundo Campos (2013, p.18), “tão logo chegavam, os novos colonos passaram a se dedicar à suinocultura”.

Na década de 1980, a crise econômica se fez sentir na economia do oeste catarinense. Conforme Testa et al. (1996 apud Rover, 2009), os fatores conjunturais que motivaram a crise foram expressos pela concentração expressiva na suinocultura, pela diminuição dos recursos de crédito, elevação da taxa de juros, diminuição da área cultivada de milho e de soja e diminuição da rentabilidade dos produtos tradicionalmente produzidos. Somadas a fatores estruturais, tais como, escassez de terras, esgotamento da fronteira agrícola, estrutura fundiária desigual, numerosa população rural, dentre outros. A crise econômica afetou sobremaneira a vida dos agricultores.

Altmann (2003) menciona que em 1985 havia na localidade cerca de 60 mil suinocultores que produziram aproximadamente 242.000 toneladas de suínos neste ano, contudo, em 2003, o número de suinocultores foi reduzido para cerca de 15 mil, com uma produção de 668.000 toneladas de suínos. Ou seja, apesar da drástica redução de produtores, a produção de suínos aumentou quase três vezes quando comparada a 1985. Este processo se deu principalmente pela exigência das agroindústrias, que concentraram a produção em poucos produtores e deixaram marginalizados um contingente expressivo agricultores.

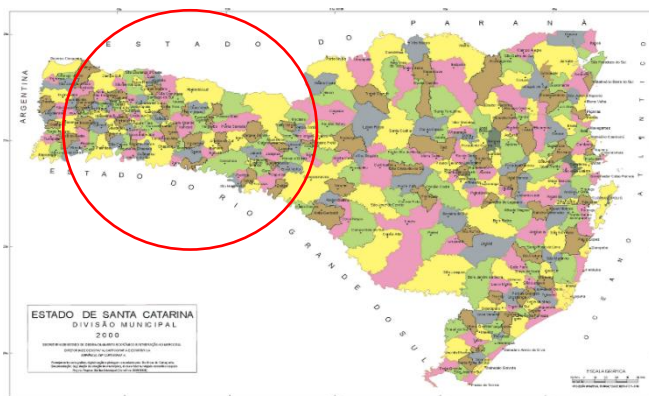
Os pequenos agricultores passaram a ter dificuldades para competir no mercado em decorrência da diminuição dos ganhos sobre os produtos produzidos e também não conseguiram arcar com os prejuízos das dívidas. Estes fatos, conjugados com a histórica exclusão de uma expressiva população de caboclos e indígenas e a crescente concentração de terras nas mãos de poucos agricultores, tornaram o ambiente propício para o surgimento de grupos sociais organizados como forma de resistência.

Desta forma, a partir dos problemas e crises ocorridos na produção dos pequenos agricultores surgiram os movimentos sociais rurais. Entre eles cito o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o movimento

pela renovação dos sindicatos rurais e a constituição de um sindicalismo de caráter reivindicativo no campo, o Movimento das Mulheres Agricultoras (que em 2004 é renomeado para Movimento das Mulheres Camponesas), o Movimento de Retomada das Terras pelos Índios e o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Na figura a seguir destaco a localização destes municípios no estado de Santa Catarina.

Figura 1: Mapa do estado de Santa Catarina



Fonte: IBGE

A pesquisa de campo

A pesquisa de campo ocorreu entre julho e novembro de 2017. No processo de pesquisa realizei dez entrevistas semi-estruturadas em profundidade e participei de um grupo de discussão com mulheres integrantes do MMC.

Além das oito entrevistas realizadas concomitantemente à observação do cotidiano por um período de três a cinco dias em cada residência, realizei entrevistas com a mãe de uma das agricultoras, Deolinda e com Cida, a vizinha de Helena. A entrevista com Cida foi incorporada à amostra inicial, devido a oportunidade de incluir um relato inédito, representado por uma conformação familiar de uma agricultora com filhos pequenos. Cida preferiu não me receber em sua casa por um período mais longo, permitindo somente que eu a entrevistasse por algumas horas. Além disso, justificou a impossibilidade de não me

receber numa estadia prolongada, alegando falta de tempo para se dedicar a visitas, em função dos dois filhos pequenos para cuidar.

O grupo de discussão ocorreu com treze agricultoras integrantes do MMC de um mesmo município. Aproveitei a oportunidade em que elas estavam reunidas, em função de uma oficina liderada por Deise, e as indaguei sobre suas vivências no trabalho doméstico e de cuidados. Anotei as suas percepções em meu caderno de campo e utilizei destas informações como subsídio para a análise dos depoimentos das agricultoras desta pesquisa.

Permaneci entre três a cinco dias na casa de oito agricultoras, participando do dia a dia, observando cada uma das atividades realizadas tanto no ambiente privado (interior da casa e ambiente externo do estabelecimento rural), quanto no espaço público, exterior ao estabelecimento. Para acompanhar o cotidiano, e em virtude da distância da propriedade familiar da sede dos municípios, pernoitei na casa das entrevistadas. A quantidade de dias que fiquei na casa de cada agricultora dependia da disponibilidade delas para me receber e da dinâmica do trabalho cotidiano. As agricultoras aposentadas, cujos filhos não moram na propriedade, dispunham de mais tempo para me receber. Do contrário, as agricultoras com filhos residentes na propriedade, dispunham de menos tempo.

Dormir na casa das agricultoras mostrou-se decisivo, possibilitando acompanhá-las em suas jornadas de trabalho, já que as suas atividades se iniciam entre seis e sete horas da manhã e se encerram somente depois das dez horas da noite. As nossas conversas (entrevistas) ocorriam nos intervalos das atividades ou concomitante a estas, tais como, o momento da ordenha das vacas, da lavagem das roupas ou ao carpir o pasto. O momento oportuno para a realização das entrevistas e a minha estadia nas casas para a observação do cotidiano dessas mulheres, por si só, revelam as dinâmicas do tempo de trabalho doméstico e de cuidados. Além disso, as conversas foram sempre acompanhadas por ruídos de animais, de maquinários agrícolas, de eletrodomésticos ou do ruído das atividades domésticas. Elas quase nunca paravam para conversar, a não ser à tarde na hora do chimarrão, momento no qual o marido também estava presente.

Preocupe-me em não atrapalhar a dinâmica das casas em que visitei. Procurei, também, me comportar sistematicamente de maneira informal, tentando demonstrar que me sentia confortável em suas casas, apesar de saber que o modo de me apresentar (expresso na fala, nos gestos, na roupa, etc.) interferia no diálogo, no conteúdo das entrevistas e na percepção geral sobre o meu trabalho. Obviamente, o fato de eu ser

uma mulher pesquisando o cotidiano de outras mulheres, estabelecia condições mais ou menos favoráveis para tratar sobre determinados assuntos. Mas o fato de eu ser uma mulher da cidade, com experiência de vida bastante diferente da delas, causava uma estranheza mútua, da mesma forma como curiosidade e interesse.

Adentrar o campo da intimidade das agricultoras certamente é um terreno inquieto, que pretende se firmar em meio aos conflitos internos que o ato de pesquisar apresenta. Devo confessar que permanecer na casa das agricultoras resultou em uma experiência muito rica, mas exaustiva emocionalmente. Da mesma forma como adentrei os seus espaços íntimos, elas e seus familiares também despertaram curiosidade sobre a minha vida. Afinal, como vive aquela pesquisadora da cidade que quer observar nossa rotina? Fui interpelada diversas vezes sobre minha vida íntima, tive cuidado em minhas respostas, pois não queria causar muita estranheza em uma situação que já era inusual para todos. Para agravar o estranhamento, em quase todas as situações, era a primeira vez que uma pessoa de fora do núcleo familiar pernoitava nas casas. O cuidado com as respostas não me impedia de refletir sobre a minha própria convivência na casa de meus pais na infância e na adolescência, assim como, sobre a visão que tenho sobre a vida das agricultoras e a vida na agricultura. Ao mesmo tempo que conhecia as suas experiências, eu me reconhecia. Lidar com este processo e com a falta de intimidade nos dias em que estive em suas casas foi, psicologicamente, bastante árduo.

Foram abordadas nas entrevistas temas relativos a experiência no trabalho de cuidados e doméstico e no trabalho produtivo ao longo da vida, o tempo do trabalho, a vivência na unidade produtiva familiar, a divisão de tarefas e os significados dos trabalhos de cuidados e doméstico. Um roteiro de perguntas²³ foi elaborado como instrumento para conduzir o diálogo acerca dessas questões.

As entrevistadas falaram livremente e foram interrompidas apenas quando alguma pergunta adicional era necessária ou quando eu me expressava relatando alguma experiência pessoal. As entrevistas foram realizadas ao longo dos dias em que permaneci na casa das agricultoras. Eu aguardava momentos oportunos, em geral, entre uma tarefa e outra e quase sempre na ausência dos maridos, para que as agricultoras se sentissem à vontade para narrar as suas experiências de vida, sem constrangimentos. No desenvolvimento das entrevistas algumas questões foram retomadas ou recolocadas livremente por mim e pelas entrevistadas.

²³ O roteiro da pesquisa encontra-se no APÊNDICE A desta tese.

As análises das entrevistas e dos relatos foram realizadas à luz das referências teórico-metodológicas que orientaram a pesquisa a partir do contexto em que as relações sociais analisadas são constituídas, ou seja, no âmago do cotidiano familiar. Nós, as pesquisadas e eu, nos permitíamos falar sobre aspectos circunscritos à privacidade e intimidade mútuas, conforme os interesses e possibilidades eram oportunizados. Portanto, o resultado desta pesquisa certamente não é fruto de uma observação distanciada e neutra, mas, ao contrário, de um rico e denso processo de diálogo e observação situada. Neste processo, adentrei e conheci uma realidade nova e singular, que emergiu da busca por responder à pergunta de pesquisa, assim como de seus objetivos. Sendo assim, o sentido dado às atividades da vida cotidiana é reposicionado no processo de análise teórico-metodológica, através do qual o trabalho de cuidados e o trabalho doméstico são evidenciados, resultantes do entrelaçamento dessas pretensas contraposições dicotômicas. Se tais contraposições se consolidam como naturalizadas ao olhar androcêntrico, desfazem-se, contudo, nos relatos das experiências das agricultoras nas suas jornadas cotidianas.

Na estrutura desta tese, além deste primeiro capítulo, no capítulo 2, abordo as contribuições teóricas da literatura especializada sobre o trabalho doméstico e de cuidados. A intensão é tratar a reflexão sobre o trabalho realizado pelas mulheres no cotidiano familiar, considerado por Tornø (2008) como uma ruptura epistemológica do conceito de trabalho. Evidencio neste percurso teórico que à medida que foram sendo discutidas e visibilizadas algumas das características e/ou funções do trabalho doméstico, as terminologias utilizadas passaram a ser ampliadas, culminando na reflexão sobre o trabalho de cuidados realizado pelas mulheres. Adicionalmente, abordo a questão do tempo do trabalho das mulheres, para refletir como este componente tem sido tratado quando o objeto de análise é voltado para o trabalho cotidiano das mulheres.

Para situar a reflexão sobre as mulheres nos estudos rurais, realizo no capítulo 3 uma revisão sucinta da trajetória da produção de conhecimento sobre gênero e trabalho no meio rural brasileiro. Esse alargamento do recorte histórico da pesquisa tem o objetivo de situar a forma como as mulheres foram se configurando como objeto de pesquisa nos estudos rurais. Considero esta abordagem indispensável para situar minha contribuição nesta tese.

No capítulo 4, analiso os dados coletados em meu campo empírico, discorrendo sobre a experiência das agricultoras no trabalho doméstico e de cuidados em três momentos da vida: “Infância e Adolescência”, “Após o Casamento” e “Tempo Presente”. Estes marcadores temporais surgiram

a partir dos próprios depoimentos das mulheres ao relatarem as suas experiências no trabalho cotidiano. O objetivo foi compreender o sentido que elas dão ao trabalho doméstico e de cuidados. Resta bastante evidente que as agricultoras são iniciadas em suas atividades ainda muito jovens e vão, gradativamente, incorporando responsabilidades ao longo de suas vidas. Além da descrição de suas atividades, as entrevistadas expressaram os componentes materiais, morais e afetivos que subjazem às suas atuações em seus cotidianos. Foi possível constatar que as mulheres rurais dedicam permanentemente seu tempo para as suas famílias e para o estabelecimento rural, atuando cotidianamente em prol das famílias, das plantas e dos animais.

No capítulo 5, que precede as considerações finais, analiso a influência das estruturas sociais na dinâmica do trabalho doméstico e de cuidados. As ênfases analíticas recaem sobre a herança da terra na vida das mulheres e a organização do sistema produtivo no estabelecimento rural. O objetivo é o de compreender como as estruturas sociais afetam as experiências das mulheres rurais no trabalho doméstico e de cuidados.

2. O TRABALHO NO COTIDIANO FAMILIAR

Grande parte das pesquisas contemporâneas que tem como objeto a vida familiar cotidiana remete ao trabalho reprodutivo (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Este conjunto de tarefas realizadas no terreno familiar e que pressupõe um trabalho gratuito, efetuado principalmente pelas mulheres, outrora foi considerado óbvio e sem importância, mas vem sendo objeto de análise, principalmente de feministas, nas últimas décadas. Muitos estudos foram realizados questionando a concepção de trabalho. Dentre os quais, aqueles que destacam a multiplicidade de atividades desenvolvidas no âmbito familiar, e que denunciam a desigualdade na realização de atividades reprodutivas, ressaltando a divisão sexual do trabalho e a diferente valorização dada a essas atividades. Nesses contextos o trabalho produtivo teria, supostamente, mais relevância.

A reflexão crítica sobre o conceito de trabalho foi um dos primeiros temas que trouxeram as feministas para a vida acadêmica no final dos anos 1960 e no início da década de 1970, conforme mencionam Heilborn e Sorj (1999). Uma das expoentes nesta discussão foi Danièle Kergoat, socióloga francesa, que se esforçou em reconstruir o conceito de trabalho, incluindo na conceituação o trabalho doméstico e as atividades realizadas na esfera da reprodução (HIRATA; ZARIFIAN, 2009).

A visão crítica sobre o trabalho está vinculada ao questionamento da relação subordinada das mulheres e a sua possível explicação na exclusão das mulheres do mercado de trabalho. Sob influência marxista, as teóricas feministas procuravam, naquele momento, explicar a participação/exclusão das mulheres no mercado de trabalho a partir do desenvolvimento industrial e tecnológico. A discussão sobre o trabalho doméstico estava, então, estreitamente vinculada às práticas características do modo de produção capitalista.

A essencialização do papel da mulher contribuiu para vincular as suas atividades na esfera da reprodução aos aspectos biológicos iminentes, que caracterizam os afazeres domésticos como naturais e inatos, vinculando-os ao carinho e ao afeto para/com a família. Feministas marxistas como Christine Delphy (1970), Gayle Rubin (1975) e Heidi Hartmann (1979) ressaltaram, inclusive, a contribuição do patriarcado²⁴ no confinamento da mulher na esfera da reprodução, mostrando o intrincado vínculo entre o capitalismo e o patriarcado²⁵. As mulheres, nesta perspectiva, estariam duplamente sujeitadas, ou seja, se sujeitariam ao capital e a seus maridos, pois, são impedidas de ocuparem o espaço público e, ainda, são responsáveis pela reprodução da força de trabalho, por meio de atividades que realizam no âmbito familiar. Ou seja, as pessoas do sexo feminino se encarregariam da produção de valores de uso na esfera privada.

Federeci (2017) corrobora com Delphy, Rubin e Hartmann sobre o trabalho invisibilizado das mulheres na reprodução da força de trabalho. Segundo a autora:

²⁴ Segundo Miguel (2017, p. 1223) devemos ter o cuidado de não tratar os termos patriarcado e dominação masculina como sinônimos, para o autor, “(...) “patriarcado” é um termo que possui uma trajetória própria na história das ideias sociais e torná-lo coextensivo à dominação masculina não é isento de consequências. No que se refere à ordem política geral, o patriarcado remete a uma doutrina absolutista específica, associada em particular ao livro póstumo de Robert FILMER (1991 [1680]). Ele vê o poder monárquico como sendo uma derivação direta do poder paterno, transmitido por direito de progenitura a partir de Adão. Trata-se de uma percepção que toma como base o modelo da família patriarcal, entendida como aquela em que a autoridade do pai e marido é total e que é composta não apenas por um núcleo consanguíneo direto, mas incorpora mais de uma geração e, também, um contingente de agregados e serviços”.

²⁵ Sobre a relação entre o capitalismo e o patriarcado o artigo de Miguel (2017) apresenta uma excelente revisão crítica, destacando a influência das contribuições das feministas marxistas no feminismo contemporâneo.

Partiendo de nuestra situación como mujeres, sabemos que la jornada laboral que efectuamos para el capital no se traduce necesariamente en un cheque, que no empieza y termina en las puertas de la fábrica, y así redescubrimos la naturaleza y la extensión del trabajo doméstico en sí mismo. Porque tan pronto como levantamos la mirada de los calcetines que remendamos y de las comidas que preparamos, observamos que, aunque no se traduce en un salario para nosotras, producimos ni más ni menos que el producto más precioso que puede aparecer en el mercado capitalista: la fuerza de trabajo. El trabajo doméstico es mucho más que limpieza de la casa. Es servir a los que ganan el salario, física, emocional y sexualmente, tenerlos listos para el trabajo día tras día. Es la crianza y cuidado de nuestros hijos-los futuros trabajadores-cuidándoles desde el día de su nacimiento y durante sus años escolares, asegurándonos de que ellos también actúen de la manera que se espera bajo el capitalismo. (FEDERICI, 2017, p.55)

A partir dessas perspectivas, a crítica fundamenta-se no fato de o trabalho doméstico ser considerado improdutivo, tendo em vista que o produto resultante desse esforço laborioso não constituir-se em valor de troca, mas em valor de uso. No entanto, o único trabalho passível de ser considerado produtivo é aquele que está vinculado à produção de bens e mercadorias (valor de troca) que, não por acaso, é realizado, majoritariamente, por homens.

Esse debate inspirou pesquisadoras brasileiras e foi introduzido no Brasil entre o final da década de 1960 e nos anos 1970 por Heleieth Saffiotti (1969), Eva Blay (1975), Neuma Aguiar (1978), dentre outras²⁶. Segundo Bilac,

Em grandes linhas, a questão costumava ser equacionada nos seguintes termos: como pode um trabalho realizado fora do circuito da mercadoria ser responsável pela produção da mercadoria da força de trabalho e, portanto, contribuir para seu valor? Tratava-se e definir se aquela atividade - a

²⁶ Bruschini (2006) afirma, baseada em estudos realizados na década de 1990 de sua autoria, que o tema do trabalho feminino também foi a porta de entrada dos estudos sobre mulher na academia brasileira.

de produção de valores de uso e de prestação de cuidado - poderia ser considerada realmente um trabalho sob a ótica de produção capitalista. (BILAC, 2014, p. 129)

Ao longo dos anos, muito foi discutido em torno dessa temática. Torns (2008), destacada pesquisadora espanhola, encara a preocupação com o trabalho doméstico e com as atividades realizadas na esfera da reprodução como uma ruptura epistemológica do conceito de trabalho. Adicionalmente, Sorj (2013) menciona que as contribuições das feministas acerca da reflexão crítica em torno do conceito de trabalho “operou uma verdadeira mudança de paradigma sociológico”, haja vista que até então existia uma divisão disciplinar sobre estes temas. Segundo a autora, nas duas décadas que antecederam a preocupação com o trabalho realizado na esfera da reprodução, os temas relativos ao trabalho eram discutidos no campo da sociologia do trabalho referindo-se basicamente ao trabalho remunerado, e o tema da família, pelo campo da sociologia da família, que

mesmo reconhecendo a relação entre casa e trabalho, o fazia através da noção de papel ocupacional masculino (instrumental) e papel feminino (expressivo), que se relacionavam de maneira complementar e seriam indispensáveis para a manutenção da estabilidade do sistema social (SORJ, 2013, p.480-481).

Entretanto, a imprecisão conceitual relativa ao trabalho produtivo e improdutivo e a caracterização do trabalho reprodutivo a partir de preceitos marxistas se tornaram um impasse teórico nunca resolvido. Analisando as contribuições de feministas marxistas acerca das concepções de trabalho doméstico e trabalho assalariado, Miguel (2017, p. 1229) comenta que,

[...] há um curto-circuito: a ausência de reconhecimento do caráter produtivo do trabalho doméstico permite à tradição marxista deixar em segundo plano as relações de gênero e, ao mesmo tempo, a primazia dada à classe exige que se mantenha a distinção radical entre o trabalho assalariado e o trabalho realizado no lar. Com isso, a discussão simplesmente não avança.

Por sua vez, Gelinsky e Pereira (2005) consideram que o fato do debate sobre a caracterização do trabalho doméstico como improdutivo e produtivo ter ficado inconcluso se deu, pois, a discussão circunscrevia o trabalho doméstico apenas em termos econômicos, haja vista que este tipo de trabalho é composto por características sociais e afetivas, não expressas apenas em termos econômicos.

Com o passar dos anos a discussão a respeito da pertinência ou não em se considerar produtivo ou improdutivo o trabalho realizado na esfera da reprodução arrefeceu.

Apesar do impasse teórico em torno do conceito de trabalho, é inegável a existência do trabalho reprodutivo, assim como, a persistente hierarquização entre as diferentes tipologias de trabalho. Como menciona Paulilo (2016, p.15), a lente teórica do marxismo tem grande importância para a emergência de novos olhares e para a visibilidade de grupos antes desprezados nas análises sociais. Contudo, deixar de utilizar esta lente teórica no debate sobre o tema, não significa que os problemas que as feministas marxistas se preocupam (à época e nos dias de hoje) tenham desaparecido.

Conforme menciona Kergoat (2016, p.18),

[...] assim, um passo após o outro, caminhamos para uma definição que não se centrava mais unicamente na valorização do capital. O trabalho foi redefinido e mudou de estatuto: de uma simples produção de objetos, de bens, ele se transformou no que alguns chamam de “produção do viver em sociedade” (GODELIER, 1984; HIRATA e ZARIFIAN, 2000)- trabalhar é transformar a sociedade e a natureza e, no mesmo movimento, transformar-se a si mesmo.

Desta forma, a ruptura epistemológica do conceito de trabalho abriu novas possibilidades de análise sobre o que até então era considerado inédito: o trabalho das mulheres. Um trabalho feminino que, em que pese a falta de consenso da maneira de o qualificar, serviu para questionar o conceito dominante de trabalho tanto entre cientistas sociais quanto entre economistas e, também, para analisar a condição das mulheres em nossa sociedade. Com a dificuldade em lidar com o conceito de trabalho reprodutivo tenta-se estabelecer, então, uma análise sobre o seu conteúdo, destacando: a multiplicidade das atividades realizadas no âmbito reprodutivo, a organização social do trabalho reprodutivo e a hierarquização destas atividades.

No ano de 1975, devido ao Ano Internacional da Mulher promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a produção sobre o tema ganhou mais fôlego. As crescentes reivindicações dos movimentos sociais feministas criaram as condições necessárias para a legitimação da condição feminina como objeto de estudo acadêmico e, a partir da década de 1980, o feminismo acadêmico passou a incorporar a categoria gênero nas pesquisas sobre o trabalho doméstico. Portanto, as análises começaram a extrapolar a esfera da produção e as pesquisadoras passaram a utilizar o conceito de gênero para resgatar o conjunto diversificado dos papéis desempenhados pelas mulheres, considerand-as como agentes, ao contrário de considerá-las, exclusivamente, como pessoas integrantes do núcleo familiar (MELO; CONSIDERA; SABATTO, 2007).

Neste sentido, algumas correntes feministas das gerações seguintes continuaram a criticar a condição do trabalho feminino e passaram, então, a articular a discussão em torno dos espaços produtivo e reprodutivo no âmbito familiar. Uma vez que, para as mulheres, a vivência cotidiana do trabalho implica sempre na combinação dessas duas esferas, seja pelo seu entrosamento, seja por sua sobreposição (BRUSCHINI, 2006). A produção acadêmica, segundo Bruschini (2006), foi pouco a pouco mostrando maior sensibilidade, tanto para fatores culturais e simbólicos, que também determinam e explicam a subordinação feminina, quanto para a inserção das mulheres no espaço da reprodução familiar.

Para isso, foi preciso que um movimento social impusesse as categorias de sexo como uma variável social, logo abordável sociologicamente; o que coloca em questão a diversidade das duas ordens, produtiva e reprodutiva, e interpela a aceção tradicional do conceito trabalho: é somente nas pegadas do feminismo, graças ao questionamento epistemológico que ele impôs, que a reflexão sobre as práticas sociais das operárias tornava-se possível (KERGOAT, 1986, p.81).

No bojo deste debate está a discussão sobre a divisão sexual do trabalho. Este conceito, que tem seu nascimento também na década de 1970, conta com duas perspectivas analíticas, conforme mencionam Hirata e Kergoat (2007, p.596): uma que serve para a constatação das desigualdades entre homens e mulheres, e a outra que procura retomar a origem destas desigualdades para compreender o surgimento desta divisão.

As perspectivas que intencionam compreender o surgimento da divisão sexual do trabalho situam esta divisão na Revolução Industrial. Historicamente e anterior à industrialização, na região ocidental, os afazeres domésticos eram realizados juntamente à esfera da produção, mesmo que as atividades domésticas fossem executadas em prol da unidade familiar. As historiadoras Tilly e Joan Scott (1978) afirmam que o processo de industrialização retirou das famílias a função produtiva e, adicionalmente, contribuiu para um processo gradativo de deslocamento do trabalho reprodutivo da comunidade (divisão de tarefas coletivas) para o âmbito privado (CARRASCO; BORDERÍAS; TORNIS, 2011).

Ocorreu, então, a separação da unidade doméstica em relação a unidade de produção (BRUSCHINI et al., 2008). Neste longo processo histórico houve mudanças profundas nas características e condições do trabalho familiar doméstico que contribuíram para uma divisão sexual do trabalho mais rígida e mais evidente, pois os homens ocuparam os espaços públicos e produtivos e as mulheres, além de ocuparem os espaços produtivos, permaneceram na esfera privada, para realizar o trabalho reprodutivo.

Entretanto não podemos cair na tentação de justificar a hierarquização e subjugação do trabalho das mulheres unicamente pelo advento da industrialização, conforme menciona Opitz (1990 apud ALVES, 2013, p.274). Mesmo antes da separação das esferas pública e privada “o espaço da unidade familiar não era homogêneo, uma vez que apresentava diferenciações nas relações entre os sexos, entre espaço público e espaço privado”. Ou seja, situar a origem da divisão sexual do trabalho na industrialização não significa afirmar que esta divisão teve seu início neste período. Estudos etnográficos evidenciam que, em contextos históricos anteriores, os maridos eram responsáveis pelas mulheres que, quase nunca, ao longo da história tiveram uma relação de autonomia no espaço público, assim como, também, em relação às famílias. Basta mencionar que já na Grécia Antiga as mulheres não eram consideradas nem sequer cidadãs por não serem julgadas aptas a ocupar a *pólis* (DURÁN, 2000a).

Esta perspectiva nos esclarece sobre as profundas raízes da desigualdade em que se fundamenta a divisão sexual do trabalho. No capitalismo, a separação entre os sexos nos espaços e tempos de produção e reprodução se expandiu e se tornou mais visível (ALVES, 2013, p.274).

Por sua vez, as perspectivas que pretendem evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres não se limitam às denúncias destas desigualdades, mas afirmam-se no caráter sistemático de tais desigualdades. Visam, assim, a partir desta constatação, refletir e analisar

sobre os processos sociais utilizados para hierarquizar as atividades, que acabam por valorizar mais as atividades produtivas frente às reprodutivas. A “divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder” (HIRATA, 2002, p. 280), e essa hierarquização por sexos, ao ser condicionada socialmente, cria um sistema de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Neste sentido, é possível afirmar que cada época e em diferentes espaços estabeleceu-se uma maneira própria de definir socialmente as atividades de produção e reprodução. Em alguns momentos estas esferas estão explicitamente diferenciadas e em outras elas se mesclam, como no caso do meio rural.

A discussão sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil negligenciou por muitos anos a realidade das mulheres rurais. Por seguir a tradição francesa, os estudos brasileiros na temática foram demasiadamente pautados em uma realidade urbana, a partir das reflexões sobre as mulheres operárias²⁷. Quando voltamos o olhar para o meio rural, é possível perceber que, na agricultura familiar, o trabalho reprodutivo continua sendo realizado no mesmo local que o trabalho produtivo, qual seja, o estabelecimento rural. Neste contexto, o marco conceitual sobre a reflexão da divisão sexual do trabalho dificulta a comparação da realidade urbana com a rural.

Isso não quer dizer que não exista divisão sexual do trabalho no meio rural, mas ela somente é mais complexa de ser analisada. Por ser comum o envolvimento de toda a família na execução das tarefas produtivas, há uma sobreposição das esferas de produção e reprodução, haja vista que as mulheres e os homens não se deslocam de suas propriedades para trabalhar. Dependendo da natureza da atividade, as mulheres tampouco se deslocam do espaço doméstico para realizar as atividades produtivas.

Apesar das transformações ocorridas na agricultura com o advento do capitalismo, incluindo as modificações na forma como a vida social e econômica dos agricultores e agricultoras foi estruturada, a unidade familiar dos agricultores continua sendo uma unidade de produção e consumo. Ambos os tipos de trabalho são realizados na mesma esfera e é comum as mulheres terem dificuldades para caracterizar as atividades realizadas em seus cotidianos como produtivas ou reprodutivas (PAULILO, 2004). Elas afirmam, inclusive, que determinados afazeres

²⁷ Inaugurados por estudos como os clássicos Souza-Lobo (1991), Eva Blay (1975), Saffiotti (1969) e Martins Rodrigues (1978), conforme mencionado anteriormente.

que têm caráter produtivo (como, por exemplo, a produção de queijos, o trabalho da horta ou a coleta de ovos para a venda) são atividades domésticas. A hierarquização do trabalho, situação na qual o trabalho produtivo agrícola seria mais importante, é, também, uma realidade no campo.

Dentro do contexto da articulação entre as esferas produtivas e reprodutivas está inserida a discussão da dupla jornada (*second shift*), expressão concebida pelas sociólogas Arlie Hochschild e Anne Machung (1989), para descrever as tarefas diárias realizadas para a família e no trabalho remunerado, que muitas mulheres enfrentam e poucos homens compartilham. Também é utilizado por outras pesquisadoras, como Torns (2008), o termo dupla presença. Essas expressões, dupla jornada e dupla presença, já se tornaram usuais quando nos referimos aos trabalhos das mulheres.

A articulação destas duas esferas do trabalho das mulheres (produtivo e reprodutivo) evidencia, segundo Melo e Castilho (2009), que a plena participação das mulheres no trabalho cotidiano pode ser visualizada e valorizada por meio da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades reprodutivas, seja nas atividades públicas e produtivas. Procura-se, então, evidenciar a desigualdade existente na relação entre o trabalho produtivo realizado por homens e o trabalho reprodutivo, que condena as mulheres à casa, atribuindo-lhes o termo “dona de casa”²⁸ ou “do lar”.

2.1. O TRABALHO DE CUIDADOS

O debate crítico em torno do trabalho reprodutivo e suas implicações para as mulheres contribuiu, adicionalmente, para revelar que o conceito de trabalho doméstico e a discussão acerca da divisão sexual do trabalho eram insuficientes para abarcar a complexidade da problemática em torno das atividades realizadas pelas mulheres no âmbito familiar cotidiano, pois, dentre as tarefas realizadas na esfera da reprodução encontram-se, também, a provisão dos ditos serviços de cuidados (*care*).

²⁸ Melo e Castilho (2009) salientam que os estudos de Helena Hirata e Danièle Kergoat contribuíram para desfazer o mito que recai sobre a expressão “dona de casa”, afirmando que esta não pode ser sinônimo de *esposa* e *mãe*, como usualmente é tratada em nossa sociedade, mas, sim, de trabalho doméstico não remunerado.

As questões relativas ao trabalho de cuidados foram incorporadas mais recentemente aos estudos do trabalho no cotidiano familiar, sendo que a literatura sobre o cuidado já constituía sua tradição ancorada em discussões teóricas nos campos da filosofia e da psicologia. A discussão sobre o trabalho de cuidados surge na tradição do debate sobre a ética do cuidado e as suas possíveis relações com a teoria da moral. Debate esse que foi inaugurado por Gilligan (1982) em sua obra *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*.

A autora afirmou existir uma moral distinta entre meninos e meninas ao longo do desenvolvimento psicológico moral, relacionando à ética do *care*, como uma responsabilidade moral inerentemente feminina. A autora propõe, por meio de inúmeras análises empíricas realizadas com mulheres, homens e crianças, uma moral que se baseia na experiência de mulheres e que seria diferente da experimentada no âmbito masculino, afirmando, assim, que existe uma personalidade feminina e maternal (GILLIGAN, 1982). Para a autora, há uma relação de dependência entre os seres humanos e a preservação dessas relações constitui um jogo moral (fundado sobre a experiência íntima, singular e irredutível, dos sentimentos e do concreto relacional), tão importante quanto o da justiça (que se baseia em princípios racionais, abstratos e universais).

A contribuição de Gilligan representou uma mudança no paradigma da teoria da moral²⁹, constituindo-se como um novo método de pesquisa em psicologia social e, principalmente, servindo como estopim para a explosão de diversas críticas e contribuições à sua proposta³⁰. Das críticas à sua obra, o binarismo, presente na forma da ética

²⁹ A tese de doutorado de Kuhnen (2015) apresenta uma ampla discussão sobre a teoria do cuidado a partir das contribuições acerca da teoria da moral.

³⁰ Tronto (2007) menciona alguns/mas dos/as principais autoras e autores envolvidas/os no debate crítico sobre a ética do cuidado, tais como: Noddings, 1984; Tronto, 1987; Cannon, 1988; Hochschild, 1989; Ruddick, 1989; Collins, 1990; Manning, 1992; Romero, 1992; Sarvasy, 1992; Held, 1993; Larrabee, 1993; Tronto, 1993; Folbre, 1994; Glenn *et al.*, 1994; Bubeck, 1995; Held, 1995; Tronto, 1995; van Parijs, 1995; Clement, 1996; Schwarzenbach, 1996; Kanijn e Kremer, 1997; Kittay, 1998; Koehn, 1998; Koggel, 1998; Sevenhuijsen, 1998; Moore, 1999; Robinson, 1999; Verkerk, 1999; Harrington, 1999; Cancian e Oliker, 2000; Glenn, 2000; Koziak, 2000; Meyer, 2000; Stone, 2000; Folbre, 2001; Hondagneu-Sotelo, 2001; Tronto, 2001; Kittay e Feder, 2002; Noddings, 2002; Lareau, 2003; Engster, 2004; Gould, 2004; Hankivsky, 2004; Verkerk *et al.*, 2004; Di Marco, 2005; Gornick e Meyers, 2005; Paperman e Laugier, 2005; Hankivsky, 2006; Held, 2006; Sander-Stadt, 2006; Tronto, 2006; Robinson, 2007.

do cuidado, é o mais atacado pelas feministas, pois, embora não tenha sido a intenção da autora, essa posição acaba por essencializar os papéis femininos e masculinos em nossa sociedade. A construção de Gilligan coloca o *care* como algo inerente à mulher, como se a disposição para o cuidado fosse natural, posicionamento que contribui para a justificativa das mulheres ao confinamento no âmbito privado.

A norte-americana Joan Tronto foi umas das autoras que rebateu a noção essencialista de Gilligan e foi pioneira em discutir a condição política da ética de *care*. Tronto pretende desvincular o cuidado da ideia de disposição psicológica inerente ao desenvolvimento psico-cognitivo das mulheres, defendido por Gilligan; e problematizar o caráter conflituoso das relações de cuidado, afirmando que, frequentemente, as responsabilidades não são claramente estabelecidas e podem sobrecarregar um indivíduo, geralmente uma mulher, que realiza as tarefas, não por uma moral inata, e sim por atribuições que lhes foram confiadas ao longo da história.

Tronto argumenta que a atribuição específica das mulheres ao trabalho de cuidados resultou na circunscrição das mesmas em um determinado espaço ou comportamento, geralmente destituído de poder político. Criticou igualmente o modelo moral defendido por Gilligan por se adaptar apenas às mulheres de classe média e brancas, excluindo as mulheres de diferentes raças, classes e orientações sexuais, tais como as mulheres negras, imigrantes, proletárias, lésbicas, etc. Neste sentido, em 1990 Tronto, juntamente com Fisher, definiram o trabalho de cuidados como:

[...] uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e auto-sustentável. (TRONTO, 2007, p.287).

Uma ética do cuidado é uma abordagem da vida pessoal, social, moral e política que parte da realidade de que todos os seres humanos precisam e recebem cuidados e cuidam de outros. As relações de cuidado entre os seres humanos fazem parte do que nos marca como seres humanos. Somos sempre seres vinculados a uma rede de interdependência.

Para a autora, o *care* não só é uma atividade da própria espécie humana para a manutenção e a preservação da espécie. O trabalho de cuidados não aparece como uma questão marginal da vida de seres humanos, mas, ao contrário é central para a sua existência e é também uma atividade geradora de bem-estar. Tronto, a partir de suas reflexões, torna possível e visível a centralidade do cuidado na vida humana, compreendo-o como relacional e social. A autora levanta o questionamento: quem cuida de quem, do quê e como?

Respondendo essa pergunta estabelece quatro fases do *care*³¹:

- 1) *caring about* (preocupar-se com), que implica o reconhecimento de uma necessidade e a conveniência em atendê-la.

Nas palavras das autoras, reconhecer as necessidades implica em escolhas, pois “comumente há mais coisas para se importar/cuidar do que podemos abranger e nos importamos com mais do que podemos dar conta” (TRONTO; FISHER, 1990, p. 42). Preocupar-se com e responder às necessidades dos outros supõe uma capacidade ética de **atenção** e uma qualidade moral de ser atenciosa (TRONTO, 2007). Essa fase não contempla necessariamente uma motivação de tipo afetivo, orientando-se para além das emoções particulares.

Ao reconhecer as necessidades, as cuidadoras se organizam para exercer os cuidados, ou seja, existe uma **antecipação dos cuidados**, situação que exige uma preparação preliminar, seja por meio da observação da pessoa cuidada; por conselhos médicos, no caso de doentes e/ou de pessoas com deficiência; ou mesmo pelo aprendizado, através de leituras ou capacitação complementar;

- 2) *taking care of* (ocupar-se de, cuidar de), que se refere à responsabilidade (moral) de atender à necessidade identificada;

Esta fase refere-se a assumir a tarefa de cuidado. Requer conhecimento da situação, tempo de dedicação na ação e empenho de recursos para atender a demanda de cuidado. Ao assumir a **responsabilidade**, a provedora de cuidados está exposta às consequências de sua ação, que só será reconhecida mediante a resposta da pessoa cuidada.

Além dos **cuidados necessários**³², isto é, os cuidados para a manutenção biológica, tais como as atividades voltadas para a alimentação, a higiene, o tratamento e a prevenção da saúde, dentre outras tarefas es-

³¹ Essa divisão foi elaborada por Tronto e Fisher em 1990 e continua sendo desenvolvida por Tronto em trabalhos mais recentes.

³² Segundo Tronto (2007, p.291), o cuidado necessário é o cuidado que uma pessoa não pode fornecer a si própria; isto é, requer o cuidado de outra pessoa.

senciais para manutenção da vida, as cuidadoras se mobilizam para exercerem **cuidados específicos**³³, conforme a necessidade do cuidado, em função de alguma doença ou condição física e/ou intelectual específica.

- 3) *care-giving* (dispensar cuidados), que compreende a prática do cuidado e implica na mobilização de uma **competência**,

Esta é a atividade concreta, a realização mesma do trabalho de cuidados. Envolve conhecimento de cada detalhe das necessidades das pessoas e a execução de tarefas diárias. A cuidadora deve estar pronta para revisar as estratégias de cuidado de acordo com as condições do momento ou do dia. Fazer tal revisão requer experiência, habilidade e, por fim, julgamento moral do que é o mais apropriado para a pessoa cuidada.

- 4) *care-receiving* (receber cuidados), que remete à reação de quem recebe o cuidado.

Sendo o cuidado relacional, aquele que o recebe é o único que pode expressar sobre a sua eficácia e pertinência. Esta resposta pode não ser consciente ou intencional, cabendo a cuidadora perceber se a reação de quem o recebeu corresponde ao cuidado dispensado.

Há, portanto, uma qualidade moral essencial no trabalho de cuidados, a **responsiveness** ("receptividade"). O ato de cuidar envolve sempre outra pessoa, não só porque quem cuida, cuida de alguém, mas, também, porque envolve o reconhecimento da necessidade do cuidado de ambas as partes: "exige a qualidade especial moral de ser atencioso, de reconhecer as necessidades." (TRONTO, 2007, p.288).

As contribuições de Tronto auxiliam na compreensão da dimensão complexa e diversa do trabalho de cuidados, pois envolve aspectos materiais, morais e afetivos e está imbricado nas relações sociais. O trabalho de cuidados remete à questão de gênero, na medida em que esta atividade está socialmente naturalizada como se fosse inerente à posição e à disposição feminina.

Contudo, não podemos cair na tentação de considerar os cuidados apenas em seus aspectos positivos, quais sejam, nas dimensões essenciais para a manutenção da vida e para o bem-estar. Não é possível deixar de lado o "mau cuidado", pois uma pessoa pode realizar o cuidado sem se preocupar com a pessoa cuidada. Uma enfermeira, por exemplo, pode realizar uma atividade somente porque está obedecendo a uma ordem, mas sem se preocupar com as necessidades reais da pessoa cuidada. Uma mãe pode achar que ao submeter seu filho a uma dura disciplina esteja

³³ O cuidado específico também é um tipo de cuidado que a pessoa não pode fazer para si. O que difere é que é um tipo de cuidado adaptado às necessidades da pessoa doente e/ou com deficiência.

contribuindo para a sua formação cidadã. Por existir um “mau cuidado” é importante a ideia de responsabilidade moral pelo cuidado.

Molinier (2004), inclusive, alerta para o que chama de “a caixa preta do *care*”, ou seja, para a possível relação de ódio presente na execução das tarefas de cuidado, sentimento que, usualmente, é escamoteado pelas pessoas e negligenciado pelas pesquisadoras da temática. Para a autora, ao desconsiderar a possibilidade de um “mau cuidado” corre-se o risco de não considerar as ambivalências no provimento de cuidados, como se fosse possível pensar em um trabalho de *care* perfeito, realizado por pessoas perfeitas e em condições perfeitas de felicidade (MOLINIER, 2004, p.229).

Pensar no trabalho de cuidados nos faz extrapolar a visão racionalista e objetiva de mundo³⁴, pois pressupõe uma perspectiva que nos emaranha em redes de interesses, comprometidas com o atendimento das necessidades de outras pessoas ao nosso redor (TRONTO, 2007). O fato de o cuidado constituir-se de maneira relacional, implica em refletirmos para além da dualidade provedora/receptor de cuidados. Todos precisamos de cuidados, não só porque nos primeiros anos de vida os cuidados e a atenção constantes são essenciais para a preservação da vida, mas, mais além do mito da maternidade, ao longo da vida é necessária uma série de cuidados para a manutenção da existência pessoal e para o bem-estar. Inclusive o “querer bem” pode ser algo construído ao logo do tempo, não só na própria relação entre cuidadoras e aqueles que recebem os cuidados, como, também, no processo de aprendizagem de profissões vinculadas às atividades de cuidados, como, por exemplo, no caso das enfermeiras (MOLINIER, 2004).

Há, portanto, um fluxo contínuo que representa os cuidados que uma pessoa necessita, envolvendo aspectos variados da vida, com graus distintos de dependência. As reflexões acerca do trabalho de cuidados têm extrapolado a esfera privada (ENGLAND; FOLBRE, 1999), podendo ser

³⁴ Existe uma discussão abordada por Boris (2014) com respeito à necessidade de desvincular o *care* do conceito de trabalho. Para as autoras que advogam por esta separação, como a teórica feminista Kathi Weeds, tratar o *care* como trabalho levaria a tratá-lo com a “frieza” econômica com que se trata o conceito de trabalho, deixando de lado os aspectos imateriais, ou seja, o amor e o afeto, que implicam as atividades de cuidado. Contudo, como menciona Boris (2014, p.111), desvincular o *care* do trabalho implica em desvalorizar a luta de mulheres provedoras de cuidado para obter melhores condições de trabalho, assim como despreza a estigmatização dos componentes raça/etnia, que fazem com que algumas mulheres executem tarefas menos “privilegiadas”.

oferecido pela família, pela comunidade, por instituições sociais públicas e por meio de mecanismos de mercado.

Voltar o olhar para o mercado permite analisar as ocupações profissionais especializadas na oferta destes serviços, tais como as profissões vinculadas aos setores de educação, saúde e, também, dos serviços domésticos, nos quais as mulheres perfazem a maioria, persistindo a ideia de que são “naturalmente” aptas a serem provedoras de cuidados (LOPES; LEAL, 2005; BRUSCHINI, 2007).

No entanto, a oferta de serviços de cuidados pelo mercado revela também uma ambiguidade. Apenas algumas mulheres tem a possibilidade de acessar os serviços no mercado, o que pressupõe uma desigualdade de classe, situação na qual as mulheres com maior poder aquisitivo contratam mulheres mais empobrecidas para oferecer cuidados à sua família. Além disso, Carrasco, Borderías e Torns (2011) chamam a atenção para o fato de o trabalho de cuidados ter uma oferta limitada no mercado, pois, mesmo que o desenvolvimento tecnológico possa incrementar a produtividade de bens e oferecer alguns serviços, materializados na crescente oferta de casas de repouso para idosos, creches particulares e oferta de serviços domésticos profissionais, dentre outros, não é possível incorporar os componentes afetivos e a singularidade dos cuidados diretos com as pessoas.

Por seu turno, cada vez mais tem sido problematizada as obrigações do Estado como provedor e promotor de serviços do trabalho de cuidados. Esta preocupação surge na década de 1990 e parte, principalmente, de países europeus e norte-americanos nas denominadas políticas de bem-estar social promovidas no hemisfério norte. O questionamento do papel do Estado como provedor e promotor do *care* por instituições públicas foi motivado a partir das “crises econômicas por que passam diferentes países, a estagnação dos serviços públicos de bem-estar, o prolongamento da vida humana, [e] o aumento da proporção de idosos” (HIRATA; DEBERT, 2016, p.7). As reflexões acerca desta problemática partem de autoras tais como Tronto (1990; 2007); Kittay (1999); Fraser (2009) e Hirata, Debert (2016), dentre outras.

Porém, o que vemos na realidade brasileira é a presença ínfima de instituições sociais públicas no trabalho de cuidados e o acesso a estes serviços no mercado por uma pequena parcela da população, principalmente no que se refere aos cuidados com idosos e pessoas com deficiências. Algumas demandas foram incorporadas pelo Estado, tais como a oferta de creches, hospitais, casas de repouso, dentre outras instituições. Contudo, a maior parte do provimento do trabalho de cuidados continua sendo desempenhada no âmbito doméstico pelas

mulheres. A ambiguidade gerada pela discussão de “quem deveria assumir o quê?” afeta sobremaneira a vida das mulheres que, ao não conseguirem o apoio do Estado e não obterem recursos financeiros suficientes para acessarem estes serviços pela via do mercado, acabam por se encarregar da execução dessas atividades, centrais para a manutenção da vida e para o bem-estar.

A falta da presença de serviços públicos acaba por contribuir com os grandes fluxos migratórios nacionais e internacionais do cuidado, que empregam mulheres de determinadas classes e etnias para realizarem este trabalho (HIRATA; GUIMARÃES, 2012). O fluxo migratório internacional é realidade marcante nos países norte-americanos e europeus. No Brasil, o fluxo migratório de cuidadoras ainda é majoritariamente nacional, das regiões mais periféricas para as regiões centrais.

Tronto (1990), inclusive, questiona as relações entre poder, autonomia e irresponsabilidade nas atividades de cuidado. Esta relação legitima a manutenção e acumulação de poder e privilégios para os mais poderosos, pois a não valorização e a invisibilidade destas atividades privilegiam pessoas que estão em uma posição hierárquica mais favorável, seja no campo político institucional ou dentro do núcleo familiar. Sendo as atividades de cuidados essenciais para a manutenção biológica e social dos seres humanos, alguém irá se responsabilizar por suas realizações, mesmo que o Estado se ausente ou as famílias se eximam de suas responsabilidades. Esse indivíduo acaba sempre sendo do sexo feminino, pois as mulheres se sentem moralmente obrigadas a assumirem tais atividades.

Neste sentido, existe uma indissociabilidade das dimensões ética, política e material do cuidado, conforme advoga Molinier (2013). A dimensão ética foi amplamente discutida a partir das contribuições de Gilligan (1982), a dimensão política foi incorporada a partir do aporte de Tronto e Fisher (1990) e a dimensão material, por sua vez, se refere à disposição prática do cuidado, ou seja, a materialidade da execução das tarefas, ao trabalho físico despendido. Tal execução de tarefas supõe a disposição de tempo e de força física em atividades como a de alimentação, higiene e saúde, nos cuidados necessários e cuidados especiais, tanto de adultos e crianças como de pessoas idosas ou com deficiência.

A discussão sobre o aspecto moral já estava presente nas reflexões acerca do trabalho de cuidados. No entanto, incorporar a dimensão material às dimensões moral e política do trabalho de cuidados permite estabelecer uma relação entre a marginalização dos cuidados, concebida

como orientação moral, com a invisibilidade social das atividades de cuidados, concomitantemente ao papel desempenhado pelas executoras desse trabalho; bem como, das necessidades humanas mais básicas, trazendo à tona a noção da vulnerabilidade inerente à condição humana.

Para Tronto (1993b), a vulnerabilidade humana e, também, a condição de interdependência nas relações de cuidados são facilmente perceptíveis quando não há quem realize estas atividades. Nessas ocasiões, torna-se evidente o quanto a autonomia individual é relativa e o quanto nos encontramos em um emaranhado de relações que nos torna dependentes do trabalho de inúmeras outras pessoas. Não apenas para garantir a realização de nossas necessidades primárias, mas, também, para a nossa reprodução social e estabilidade afetiva. Para a autora, “no curso da nossa vida, cada um de nós passa por graus variados de dependência e de independência, de autonomia e de vulnerabilidade”. (TRONTO, 1993b, p. 162).

Garrau e Le Goff (2010) contribuem para discussão ao demonstrar como as relações que envolvem a dependência são marcadas por uma ambivalência essencial que se produziu por razões históricas vinculadas à ideia de vulnerabilidade e de incapacidade. Nesta obra, as autoras elaboram ricas e tensas considerações sobre as noções da vulnerabilidade. A questão da dependência é problematizada, assim como são dirigidas críticas à intencionalidade de determinados grupos sociais, geralmente os que detém o poder, que procuram desvalorizar a noção de dependência, como se fosse possível a independência total de outras pessoas.

Todos somos dependentes de cuidados, mas no caso das responsáveis não realizarem tais serviços, elas, eventualmente, contam com a contribuição de outras mulheres nas atividades domésticas e de cuidados, fato este denominado “modelo da delegação”³⁵, expressão cunhada por Hirata e Kergoat (2007). Nesta situação as mulheres delegam os serviços domésticos e de cuidados a outra(s) mulher(es) de forma gratuita ou remunerada. No modelo de delegação as atividades são realizadas, geralmente, por mães, filhas, sogras, vizinhas ou empregadas domésticas assalariadas.

Isto quer dizer que, mesmo quando existe a opção de diminuir o tempo consumido em afazeres domésticos e de cuidados, as mulheres o fazem confiando a responsabilidade para outras mulheres, o que reforça

³⁵ Importante ressaltar que o modelo da delegação é essencial na vida de algumas mulheres, haja vista que aproximadamente 40% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres (Censo 2010).

o caráter feminino desses tipos de atividades. Na dinâmica da desigualdade subjacente a divisão sexual do trabalho,

a distribuição do trabalho doméstico no âmbito da família [...] concentra nas mulheres, e essa característica é transversal às classes de renda. Todavia, quando introduzimos a renda no cenário do cuidado, é possível perceber diferenças entre as mulheres nessa prática social. Aqui, a categoria gênero não dá conta de uma mesma experiência coletiva de mulheres, já que as variações não são nada desprezíveis. Ao contrário, quando introduzimos a categoria classe de renda na análise da prática de cuidado dos homens, o quadro não se modifica; a experiência masculina se sobrepõe às desigualdades de classe. Assim, quando relacionamos gênero e classe de renda, o efeito agregado para homens e mulheres é o oposto: as mulheres se diferenciam entre si e os homens adquirem uma identidade uniforme (SORJ, 2013, p.490).

Ou seja, conforme esclarece Ávila e Ferreira (2014, p. 9) ao analisarem o trabalho de Sorj (2013), “enquanto para as mulheres renda é um fator que afeta o tempo consumido em afazeres domésticos porque permite obter ajuda paga; para os homens, posição de classe e renda são indiferentes, não tem impacto sobre o tempo que gastam nos serviços da casa”. As mulheres de classe alta podem contratar serviços no mercado, porém as posições ocupadas pelos homens não alteram esta situação, pois eles realizam pouco ou quase nada dessas tarefas, independentemente de pertencerem a classe alta ou baixa.

Assim, as desigualdades de classe e também de raça são um fator determinante na inserção de mulheres no trabalho assalariado, no trabalho doméstico e de cuidados, remunerado ou não. Há, portanto, aspectos complicadores que conformam a realidade do mundo do trabalho permeada pela coextensividade e a consubstancialidade das relações sociais marcadas pelas questões de raça, gênero e classe (KERGOAT, 2016). Nesta perspectiva, as categorias de raça, gênero e classe estão imbricadas e são coextensivas nas relações sociais, não podendo ser tratadas em uma perspectiva hierárquica (de classe sobre gênero, de gênero sobre raça, e vice-versa).

Nessa dinâmica, as mulheres negras encontram-se em situação desprivilegiada em relação aos homens negros e às mulheres brancas e,

de forma ainda mais desigual, em relação aos homens brancos de classe mais elevada. Nas palavras de Soares (2000 apud Lima, Rios e França, 2013, p.57), ao analisar a situação das mulheres negras no mercado de trabalho, “as mulheres negras arcam com todo o peso da discriminação de cor e de gênero, e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional que os homens da mesma cor e a discriminação salarial das brancas do mesmo gênero”.

2.1.1. A complexidade do trabalho de cuidados

Na problemática do trabalho de cuidados podemos incluir outros elementos, o que complexifica ainda mais a natureza do *care*. As atividades realizadas para este fim englobam diferentes significados e reconhecimentos. Cuidar de crianças, por exemplo, pode ser mais valorizado do que trocar as fraldas de uma pessoa idosa. Algumas atividades são manuais e exigem pouca habilidade técnica, outras têm caráter mais afetivo e algumas exigem habilidades específicas.

Quando observada a participação masculina, usualmente, os homens realizam as atividades com maior prestígio e notabilidade no âmbito do *care*. Da mesma maneira, na hierarquia de valorização das atividades de cuidado incide a questão de raça e classe, ou seja, na delegação dessas tarefas as pessoas negras e pobres são mais sobrecarregadas e, na eventualidade da contratação de mão de obra, as menos qualificadas recebem menos e executam os serviços considerados “sujos”, ou seja, de menor prestígio. (BRUSCHINI et al., 2008; MOLINIER, 2014; HIRATA, GUIMARÃES; ARAÚJO, 2012).

O trabalho de cuidar lida também com as emoções, definida por Hochschild (1983) como a compreensão, a avaliação e a administração de suas próprias emoções, assim como das emoções do outro, para que o trabalho possa ser realizado. Assim como lida com a questão da disponibilidade e da **presença** (BESSIN, 2016), pois os cuidados envolvem a antecipação das necessidades e a consideração do outro. Algumas respostas às necessidades de outros podem limitar-se ao presente, mas outras vão além, como por exemplo, quando as mães enviam alimentos para os seus filhos que moram distante, ou quando mulheres assumem a responsabilidade moral de auxiliar algum membro familiar que se encontra fora do domicílio.

Associada às emoções encontra-se a dimensão da sexualidade, que também tem sido explorada em estudos sobre o *care*. O trabalho de Molinier (2009) é representativo desta preocupação. A autora revela que

os cuidados não podem ser pensados independentemente de sua dimensão sexual, pois é impossível negar que a questão sexual não seja constitutiva das relações sociais. Neste sentido, as relações sexuais, ou mesmo os gestos sexualizados, podem ser utilizados pelas cuidadoras ao dispensar cuidados, de modo a suprir as necessidades da pessoa cuidada.

De forma complementar, a problemática do *care* se estende ao autocuidado. Pesquisas empíricas afirmam que existe um esgotamento físico e psíquico das provedoras de cuidados, o que leva as pesquisadoras a questionar o “cuidar de si mesmo” (TRONTO, 2007). Tanto do ponto de vista da manutenção da própria existência biológica, além dos cuidados para a preservação da saúde; assim como, também, os cuidados com o seu próprio bem-estar, materializados nos tempos livre e de lazer. O que se apresenta, normalmente, é a impossibilidade do exercício da autonomia individual e da sociabilidade das executoras de cuidados: “em relação ao cuidado, somos, a um só tempo, agentes e objeto da ação de outros” (ZIRBEL, 2016, p.68).

Enfim, a utilização do trabalho doméstico e de cuidados como referencial conceitual para a análise do papel da mulher permite a visualização da disponibilidade de homens e mulheres em diferentes tarefas, deflagrando a divisão sexual do trabalho e, principalmente, possibilitando um enfoque que não só “adiciona” as mulheres nos paradigmas tradicionais, mas que amplia a compreensão desse fenômeno, por meio da incorporação de novas perspectivas analíticas, relativa aos diferentes trabalhos que se desenvolvem em nossa sociedade. Mais importante do que tratar do trabalho de cuidados é problematizar como aquelas que o executam o compreendem, apontando as implicações e as contradições que envolvem esse processo.

A complexidade, a multidimensionalidade e a transversalidade do trabalho de cuidados abrangem diversas questões como as apontadas anteriormente, possibilitando um debate que extrapola, segundo Tronto (2007), diversas áreas do conhecimento, tais como a sociologia, o serviço social, a psicologia, a ciência política e a filosofia, dentre outras. Sendo que em todas essas áreas as contribuições foram protagonizadas por acadêmicas feministas, “quando se considera que o cuidado é, frequentemente, atribuído aos tipos de trabalhos e preocupações que são relegados às mulheres, não é de surpreender que as feministas tenham se destacado nesta área” (TRONTO, 2007, p.286).

Os trabalhos domésticos e de cuidados envolvem serviços pessoais para outras pessoas; são atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais e afetivas e para outras demandas emocionais de

cônjuges, filhos e pessoas idosas, doentes ou com deficiências. Não obstante, o trabalho de cuidados é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas geralmente é realizado junto com outras atividades domésticas³⁶ (BORIS, 2014). Isso envolve as tarefas da casa, tais como cozinhar, limpar, lavar, fazer compras, dentre outras, e a subsistência pessoal (cuidados necessários), tais como dar banho, alimentar, acompanhar, transportar e tratar doenças, dentre outras. A relação sexo-afetiva também pode ser parte do cuidado, que igualmente sugere interdependência, intimidade e valorização mútua. Enfim, os trabalhos domésticos e de cuidados abrangem todos os trabalhos necessários à reprodução da vida cotidiana da família e dos indivíduos que a compõe. O trabalho de cuidados encontra-se entrelaçado com o tecido da vida cotidiana das mulheres, quer elas saiam de casa para trabalhar ou não (BORIS, 2014, p. 102).

Adicionalmente, vale lembrar que no meio rural as atividades de trabalhos domésticos e de cuidados invariavelmente englobam os serviços no entorno da casa - o cuidado com as hortas, os pomares e os pequenos animais – pois, estes estão diretamente relacionados ao cuidado com a saúde e alimentação das famílias. Isto implica em um processo de produção de alimentos que valoriza a qualidade e diversidade, materializando-se, geralmente, em uma produção sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e que prioriza a variedade de cultivos³⁷.

Neste contexto, os trabalhos doméstico e de cuidados têm uma ampla variedade de significados, pois implicam em aspectos materiais, afetivos e morais (MARTÍN PALOMO, 2008) e englobam uma transversalidade e enorme complexidade, tais como: a identidade social de quem executa as tarefas; a pessoa que se beneficia do resultado das tarefas e que recebe o cuidado; a relação entre a pessoa que cuida e a cuidada; a transmissão de responsabilidades entre as gerações de uma mesma família - ou entre vizinhas e pessoas da rede de sociabilidade; a natureza do trabalho e do cuidado; o âmbito social no qual ocorrem essas relações; o caráter social e econômico da relação (no caso do trabalho ser remunerado); assim como, as relações assimétricas de um ou de outro.

³⁶ Carrasco (2013) também menciona que é difícil uma distinção rígida entre o trabalho doméstico e o *care*, nos bens e serviços produzidos no lar, nos quais não se separam os aspectos afetivo-relacionais da atividade em si, diferentemente dos bens produzidos para o mercado.

³⁷ Trabalhos como os de Siliprandi (2015) ressaltam o protagonismo das mulheres na produção agroecológica.

Quanto à larga abrangência da definição do conceito de *care*, Tronto (2007) afirma ser complexa a sua operacionalização. Contudo, chama a atenção para as vantagens de o cuidado ter uma abordagem holística em contraposição a uma abordagem analítica. Pois, sendo o cuidado necessário em todos os lugares e em todas as fases da vida, constitui-se de forma universal e onipresente: “quase nunca é considerado pelo que realmente é: um conjunto de atividades mediante as quais agimos para organizar nosso mundo de sorte que possamos viver nele tão bem quanto possível” (TRONTO, 2009, p. 14).

Apesar de se consolidar como uma abordagem holística, o arcabouço teórico utilizado para compreender as vicissitudes do *care* acabam por desconsiderar os cuidados para além relações entre os indivíduos. A própria concepção de Tronto e Fisher (1990) considera que os cuidados extrapolam as relações interpessoais englobando também a relação com o meio ambiente. Porém, este tipo de particularidade não tem sido evidenciado pelas pesquisadoras da área. Isso ocorre, pois, ao serem os estudos do *care* majoritariamente pautados em realidades urbanas, as mulheres da cidade mantêm pouca interação cotidiana com animais e plantas.

Como veremos mais adiante nas análises do campo empírico, esta é uma particularidade constitutiva da compreensão do *care* quando analisamos o cotidiano de mulheres rurais, pois, além de serem responsáveis pelos cuidados com as pessoas, elas também dispõem cuidados com animais e plantas. Como responsáveis pelos cuidados do meio ambiente, além dos cuidados interpessoais, elas se defrontam com uma jornada ainda mais intensa de trabalho cotidiano.

Sendo assim, em meio a polissemia do conceito e as diversas vertentes que englobam as ações do *care*, analisar a experiência das mulheres rurais nestas atividades possibilita visualizar e compreender os significados dos cuidados em suas vidas.

2.2. O TEMPO DO TRABALHO COTIDIANO DAS MULHERES

Para fins de compreensão sobre o tempo, utilizo a concepção de Nobert Elias para quem o tempo é uma modalidade da experiência humana que ordena e regula nossa vida em sociedade (ELIAS, 1998), sendo o calendário e o relógio os principais artefatos utilizados por todas as culturas para medir e controlar o tempo. Para o autor, cada sociedade configura a periodicidade dos seus ritos anuais, bem como, a rotina dos seus dias, sendo a natureza a primeira forma utilizada para orientar nossos

tempos individuais e psicológicos na abstração social que conhecemos como tempo.

Com o advento da industrialização, as sociedades modernas e industriais passaram a racionalizar a medição do tempo com vistas a potencializar a produtividade, utilizando do relógio para cronometrar o tempo de forma mais racionalizada e desencantada (ELIAS, 1998). O tempo foi vinculado às necessidades da produção capitalista e o cotidiano das pessoas passou a ser marcado pelas necessidades fabris. Esta concepção do tempo mudou a maneira em que vivemos e percebemos o tempo, ou seja, nos habituamos a nos organizar pelo tempo cronometrado do relógio e o calendário ganhou outro significado, deixando de ser guiado pelo ritmo da natureza.

A relação entre trabalho e tempo permite visualizar o controle da vida cotidiana das pessoas a partir do ritmo do trabalho, especialmente das pessoas que não tem outra opção que não a de dispor de seu tempo em troca de salário. O tempo passou a ser um recurso de alto valor, pois se tornou um bem escasso que pode ser intercambiado por dinheiro.

Esta relação já havia sido apontada por Thompson (1967) ao retratar a enorme transformação social que a disciplina laboral impõe com o advento da sociedade capitalista. O tempo do trabalho assalariado se impôs como organizador da vida social e se fixou de forma hegemônica, menosprezando aquelas atividades que não são fixadas pelo tempo racional, cronometrado pelo relógio.

Contudo, o tempo é algo mais que o horário controlado pelo relógio, como bem analisa Elias (1998), uma vez que pode ser percebido em suas múltiplas formas sociais. O tempo extrapola o controle do cronômetro e adquire múltiplos significados, haja visto que a experiência do tempo difere entre as pessoas. Algumas pessoas podem ter o privilégio de dispor livremente de seu tempo, outras têm o seu tempo subjugado ao dos demais. As multiplicidades de tempos sociais atravessam as relações de classe, gênero e etnia.

Portanto, a partir da perspectiva do trabalho produtivo assalariado, a relação entre tempo e trabalho é entendida como sinônimo de jornada laboral e ocupação. Na agricultura familiar, observa-se que, apesar de a jornada de trabalho não ser organizada da mesma forma que nas fábricas, o relógio e o calendário são instrumentos bastante utilizados para cronometrar o trabalho, mesmo que o maior marcador temporal para as/os agricultoras/es seja a luz do sol e as estações do ano.

No espaço rural, em particular, observa-se uma contradição interessante. Desde o processo de modernização agrícola, as tecnologias implementadas procuram interferir no ritmo da natureza, conferindo um

ciclo de produção artificial, controlado pelos fertilizantes e adubos químicos, sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos. A lógica é a de garantir uma produtividade semelhante à relação de produção em uma fábrica, na qual o tempo e a mão de obra são empregados de forma eficientes para garantir o maior lucro possível. Contudo, a atividade agropecuária está exposta às intempéries do tempo e ao ciclo da natureza, e mesmo que seja possível uma intervenção artificial, respeitar o tempo da natureza é crucial para a organização da jornada de trabalho cotidiana no meio rural. O ciclo agrícola, segundo Woortman (1995), apresenta-se como uma sucessão ininterrupta de trabalhos a executar, em função do clima, das estações e do desenvolvimento do produto.

O tempo do trabalho nem sempre tem o seu equivalente intercambiado por salário. Há até mesmo uma dificuldade por parte dos agricultores em mensurar o valor de sua mão de obra. Porém, como o resultado do trabalho produtivo pode ser comercializado, o valor recebido na venda dos produtos sugere um valor que poderia ser conferido a esta mão de obra.

Em definitivo, o que interessa na análise da relação entre o trabalho e o tempo não é apenas evidenciar o valor conferido ao tempo do trabalho, mas ressaltar que o trabalho produtivo ao ser passivo de remuneração, mesmo que de forma substancialmente diferente no trabalho assalariado e nas atividades produtivas realizadas no meio rural, se impôs hegemonicamente como organizador do tempo da vida social, em detrimento das atividades realizadas sem fins mercantis, como esclarece Carrasco (2005):

Los enfoques económicos dominantes, con su tratamiento del tiempo como "recurso escaso" con características de linealidad y homogeneidad, legitiman esta situación. Los problemas de asignación del tiempo derivados de su concepción de recurso escaso, se resuelven a través de una mera elección personal entre las cantidades dedicadas a trabajo mercantil y ocio (como hacen los modelos simples del análisis del mercado laboral) o introduciendo la diferencia entre trabajo mercantil, ocio y trabajo doméstico. De esta manera, los tiempos se nos presentan como intercambiables, aunque el tiempo de trabajo remunerado, como fuente importante de la obtención de beneficio, es el único que se mercantiliza y, en consecuencia, asume la forma de dinero (CARRASCO, 2005, p.53)

Em contraste, desde uma perspectiva de gênero, a dimensão do tempo funciona como um bom instrumento para compreender as tarefas realizadas no âmbito doméstico, assim como, contribui para visualizar o valor social e econômico do trabalho reprodutivo e das relações de poder que se mascaram na sua manutenção (CARRASCO, 2005). O tempo passa a ser um elemento chave com potencial de tornar visível o trabalho executado na esfera da reprodução, pois o trabalho doméstico e de cuidados, ao não serem passíveis de mensuração econômica, enfrentam a problemática da medição. Segundo Torns (2002):

As lógicas que regem o tempo do trabalho produtivo e o tempo do trabalho reprodutivo são distintas. O primeiro se rege por uma lógica diacrônica, linear e facilmente tornada objetiva mediante o sistema de horário, enquanto o segundo se move em uma lógica sincrônica, difícil de precisar sem a percepção subjetiva da experiência vivida cotidianamente e com uma descontinuidade, só visível através do ciclo de vida feminino (TURNS, 2002, p. 138).

A ideia de tempo no trabalho reprodutivo não é homogênea, como o tempo concebido para o trabalho produtivo. As necessidades da vida em todas suas dimensões não seguem um ritmo constante e são, muitas vezes, imprevisíveis. O tempo cronológico, nesta perspectiva, se dissocia das necessidades das pessoas e da natureza. Tanto as pessoas como a natureza seguem um ritmo de reprodução biológica e como tal demandam necessidades que podem ser previstas e organizadas para serem realizadas cotidianamente, porém possuem outras necessidades que são imprevisíveis. Por este motivo, os trabalhos doméstico e de cuidados seguem o ritmo da vida cotidiana, que pode variar ao longo do ciclo vital das pessoas e da natureza. Essas mudanças podem ocorrer por uma questão de saúde, de idade ou de intempéries climáticas, tais como uma chuva ou uma seca inesperada. Além disso, as pessoas têm necessidades emocionais que não podem ser supridas instantaneamente, ou mesmo, não podem ser programadas no calendário. (CARRASCO; BORDERÍAS; TURNS, 2011)

A discussão acerca do tempo de trabalho nesta perspectiva surge, então, como uma tentativa de dar visibilidade ao trabalho das mulheres, pois ocorre uma organização e distribuição distinta no uso do tempo entre mulheres e homens, o que repercute nas relações de poder. Tanto a experiência de trabalho como a simultaneidade na realização de tarefas não são vividas ou percebidas da mesma maneira por homens e mulheres.

Neste caso, como em outros similares, não se trata tanto de respeitar a diferença entre homens e mulheres, mas de estabelecer meios que possam evidenciar a desigualdade de dedicação de tempo, para que, sendo evidenciada, seja possível combatê-la.

Um aspecto comum para explicitar a desigualdade na relação de trabalho é a problematização da articulação entre a produção, a reprodução e o tempo, retratadas através de pesquisas sobre o uso do tempo. Apresentam-se, assim, espaços de trabalho totalmente inter-relacionados entre si, mas regidos por lógicas absolutamente diferentes.

Os estudos que medem o uso social do tempo denominados “pesquisas do uso do tempo”, ainda que não tenham surgido para esse fim, são as ferramentas mais utilizadas para manifestar a desigualdade de uso do tempo nas tarefas reprodutivas. Os dados do uso do tempo permitem denunciar um dado recorrente: a carga total de trabalho está distribuída de forma desigual entre homens e mulheres.

Conforme menciona Ramos (2009, p. 862):

[As] pesquisas de usos do tempo almejam captar comportamentos não perceptíveis por pesquisas domiciliares tradicionais, as quais não adentram o universo intradomiciliar e, portanto, não desvelam como ocorre a repartição de trabalho e de recursos, entre eles o tempo, na esfera privada – uma preocupação central dos estudos de gênero. O que tais pesquisas fazem é captar empiricamente, utilizando diferentes métodos, as atividades em que as pessoas empregam seu tempo durante um período específico, em geral, um dia. O objetivo é, assim, traçar um perfil dos chamados “orçamentos de tempo” individuais, que compreendem a “sequência, o horário e a duração das atividades realizadas pelos indivíduos”. Adicionalmente, são caracterizados também outros aspectos contextuais, tais como uma descrição de cada episódio por parte do respondente, onde ocorreu, com quem a atividade foi executada ou que outras pessoas estavam presentes e, em alguns casos, “em benefício de quem” as atividades foram realizadas.

Esta abordagem surge da necessidade de coletar e analisar informações empíricas baseadas em construtos teórico-metodológicos dedicados a aprofundar a compreensão sobre os diversos trabalhos realizados por homens e mulheres, assim como a articulação ou os

conflitos que o uso do tempo do trabalho significa. A perspectiva de gênero subjacente à discussão do trabalho soube aproveitar as possibilidades decorrentes da dimensão temporal para encontrar, em um primeiro momento, as evidências empíricas da dedicação às tarefas domésticas de forma desigual entre homens e mulheres nesta esfera. Mais do que aprofundar essa nova definição e ir mais além, mensurando o seu valor em tempo³⁸, é proposta uma definição dos trabalhos doméstico e de cuidado como eixo aportador do bem-estar cotidiano das pessoas e por consequência, peça-chave do bem-estar da sociedade (TORNS, 2008).

No Brasil, estudos que adotam a metodologia do uso do tempo foram incorporados às abordagens sobre o trabalho feminino nos anos 1970 (BRUSCHINI, 2006, p. 336). Geralmente este tipo de metodologia também requer que seja computado o uso do tempo dos homens nas atividades produtivas e reprodutivas, para que seja possível tornar mais evidente a desigualdade de gênero existente na dedicação aos trabalhos produtivos e reprodutivos.

Apesar de sua importância para a evidência da contribuição global das mulheres para as famílias e para a sociedade, os estudos do uso do tempo pouco avançaram no Brasil até a década de 1990, momento no qual a metodologia foi aplicada para as pesquisas da PNAD. Segundo Bruschini (2006), o relativo descrédito deste tipo de abordagem se deve, em parte, a certo ceticismo de algumas pesquisadoras em relação à sua utilidade, assim como, devido às dificuldades metodológicas inerentes a esta forma de levantamento de dados, que requer um estudo detalhado das atividades cotidianas das mulheres e a consequente mensuração do tempo gasto em cada uma das atividades, demandando, assim, uma pesquisa extensiva e custosa.

Atualmente a pesquisa do uso do tempo continua sendo adotada no Brasil por meio da PNAD, porém ainda de maneira não satisfatória quando comparada com a tradição de pesquisa de uso do tempo na França e nos Estados Unidos. As deficiências dos dados da PNAD se devem ao fato de: este tipo de pesquisa não ter sido realizada de maneira comparativa, uma vez que nos seis momentos em que foi implementada, adotou diferentes metodologias; e por não ter sido possível coletar um número significativo de informações, dada a extensão geográfica do Brasil e o alto custo para realização da pesquisa (PINHEIRO; FONTOURA; GODINHO, 2014).

Análises detalhadas dos indicadores socioeconômicos e das

³⁸ E, por vezes, mensurando-o em dinheiro, como algumas propostas publicadas na coletânea organizada por Natália Fontoura e Clara Araújo (2016).

pesquisas do uso do tempo auxiliam o desenho e a implementação de políticas públicas. Para tanto, devem estar pautadas na compreensão da desigualdade entre homens e mulheres na esfera familiar, tendo em vista a dedicação assimétrica, em prejuízo das mulheres, reforçada através da divisão sexual do trabalho e da carga de responsabilização sobre os cuidados, bem-estar e reprodução biológica e social das famílias. Assim, conforme menciona Ramos (2009, p. 868), “as pesquisas de usos do tempo contribuem para a incorporação de novos temas à agenda de políticas públicas, como a necessidade de maior provisão de serviços sociais de cuidado em virtude da sobrecarga que têm sofrido as mulheres”.

Em que pese a inquestionável relevância dos trabalhos que pretendem registrar a contribuição social das mulheres por meio das análises do uso do tempo, uma das dificuldades teóricas e empíricas tem sido analisar as complexas e diversificadas dimensões que estão imbricadas nas atividades reprodutivas. Ainda persiste o desafio de encontrar referenciais teórico-metodológicos adequados para investigar a dedicação cotidiana das mulheres em sua complexidade.

As análises que se restringem a quantificar as horas dedicadas ou analisadas em jornadas, limitam a compreensão do trabalho reprodutivo em sua totalidade, uma vez que as tarefas cotidianas requerem diversos níveis de execução, de qualificação e de responsabilidade. Muitas atividades domésticas e de *care* se realizam de forma simultânea ou sequencialmente, com dedicação constante. Importantes pesquisadoras da área corroboram essa percepção. Para Ávila e Ferreira (2014):

Uma análise do uso pontual, isto é, do horário versus atividade realizada, que se faz do tempo social materializado em horas e dias, isto é, em períodos de tempo socialmente institucionalizados, não é suficiente para revelar os problemas e as contradições presentes na vida cotidiana. É preciso conhecer o que acontece na dinâmica da existência concreta dos indivíduos nesse tempo marcado de horários no cotidiano. A produção da tensão cotidiana gerada pela divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, que os homens majoritariamente não experimentam, que leva ao cansaço, sofrimentos, culpa, preocupação, e a exigência de uma disponibilidade permanente para o trabalho, só é possível de ser visibilizada e analisada a partir da experiência concreta das mulheres no cotidiano, o que implica conhecer os

ritmos, as condições e as relações de trabalho vivenciados pelos sujeitos. (ÁVILA, FERREIRA, 2014, p.38)

Por sua vez, para Bessin (2016):

Embora seja útil para objetivar a atividade e sua distribuição diferenciada, o método [do uso do tempo] é inadequado para descrever a experiência da atividade, sobretudo para as mulheres, em sua dimensão moral. Ele não pode conceber a complexidade do trabalho, a interpenetração de tempos públicos e privados, a mobilização das dimensões subjetivas e morais da atividade profissional, a capacidade de se envolver profissionalmente e manter uma vigilância permanente em torno de si, garantindo a própria presença em outras esferas de atividade, em especial a familiar e doméstica. (BESSIN, 2016, p.236)

Aplicar um enfoque qualitativo aos estudos do tempo e do trabalho, como o que realizo nesta tese, permite complementar o estudo da desigualdade relativa à dedicação do tempo das mulheres, uma vez que a simples análise do tempo não possibilita captar a simultaneidade, a sincronia, a dupla presença das mulheres nas atividades cotidianas e a centralidade do trabalho de cuidados nas relações sociais.

2.3. AS REFLEXÕES SOBRE O *CARE* NO BRASIL

Apesar da importância do trabalho de cuidados para a manutenção da vida e para compreender como as relações sociais são engendradas, tanto no interior das famílias, como na relação com o Estado e com o mercado, tal preocupação com esta temática se deu tardiamente. As teorias sobre o *care* se desenvolveram a partir dos anos 1980 no mundo anglo-saxão. Na França, local de produção de importantes teóricas sobre o tema, o debate data do início dos anos 2000. Na América Central e na América Latina, por sua vez, a presença é ainda mais recente, a partir de meados da primeira década dos anos 2000.

No Brasil, Hirata (2010) destaca que as primeiras pesquisas foram realizadas nas áreas da enfermagem, da geriatria e da gerontologia, discorrendo, principalmente, sobre as trabalhadoras remuneradas pelos serviços de *care*. Logo, as discussões passaram a incorporar as

contribuições da sociologia e da economia. O livro “Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana”, de Silveira e Tito (2008), publicado pela editora Sempreviva Organização Feminista, foi na opinião de Hirata (2010), uma das primeiras publicações brasileiras a abordar o tema em profundidade.

Nesta primeira década os trabalhos versavam sobre os aspectos sociais dos cuidados, ressaltando a sua importância em atividades profissionais, tais como as realizadas por agentes comunitários de saúde e agentes de proteção social. Os estudos e pesquisas tratavam, também, sobre a importância em se incorporar a perspectiva dos cuidados nas políticas públicas.

Depois dos anos 2010, as pesquisas brasileiras na área ocorreram em diálogo constante com as contribuições das sociólogas francesas como Pascale Molinier, Patricia Paperman e Helena Hirata, sendo esta última uma autora brasileira que atua na França³⁹. Hirata é uma das responsáveis por inaugurar o diálogo Brasil-França na temática do *care*, cujos trabalhos passaram a versar, principalmente, sobre a realidade das empregadas domésticas assalariadas e, também, das enfermeiras e das cuidadoras de idosos. As produções desta última década foram publicadas em formato de artigos, coletâneas, teses e dissertações, em produções como: Hirata, Guimarães, Araújo (2012); Biroli (2015); Guimarães (2016); Abreu, Hirata, Lombardi (Org.) (2016); Dumont-Pena, Oliveira e Silva, (2018); Tamanini et. al. (Org.) (2018)⁴⁰.

O tema também ganhou importância na área educacional, em decorrência da reorganização da política educacional e da incorporação de creches e pré-escolas (MARCONDES, 2013). Destacam-se, também, no campo do serviço social, os trabalhos como os de Groisman (2015) e Passos (2016). Adicionalmente também tem sido problematizada a atuação do Estado no *care*, seja pela sua presença ou ausência, isso é expresso no trabalho de Georges (2018).

Além dessas publicações, desde 2012 a temática do *care* vem ocupando espaços em grupos de trabalhos e mesas redondas de importantes congressos, como a Associação Nacional de Pós-graduação

³⁹ As produções na área, apesar de receberem influência das publicações francesas, não deixaram de estar em constante aproximação com as contribuições anglo-saxônicas, tanto das contribuições pioneiras de Gilligan, quanto os aportes de Tronto.

⁴⁰ Alguns destes trabalhos foram citados por Hirata na abertura do primeiro Congresso Latinoamericano de Estudios de Género y Cuidados realizado em Montevideo em Novembro de 2018.

em Ciências Sociais (ANPOCS), o Congresso da Associação Latino-americana de Estudos do Trabalho (ALAST) e o Seminário Internacional Fazendo Gênero.

O estado da arte brasileiro nos mostra um campo de pesquisa latente que vem crescendo e ocupando espaço em diferentes áreas do conhecimento, como nas áreas da sociologia, da política, da saúde e da filosofia. Embora a discussão seja de extrema importância para a compreensão do trabalho das mulheres, tem havido predominância temática nos estudos de mulheres urbanas, deixando de lado a realidade de mulheres que vivem no meio rural.

Por este motivo, e também devido a proeminência dos estudos do *care* nas apreciações do trabalho reprodutivo, conforme aludi anteriormente, que apresento no capítulo 4 as análises de meu campo empírico enfatizando as atividades de cuidados na jornada cotidiana das mulheres rurais.

Ao descrever e analisar a jornada cotidiana das mulheres rurais, a partir dos marcadores temporais evidenciados em seus relatos, destaco a centralidade do trabalho de cuidados em suas vidas, não somente como “mais uma tarefa” a ser realizada, mas como um eixo organizador das relações sociais engendradas no espaço rural. Mas antes de iniciar as análises empíricas situo minha contribuição para os estudos de gênero no meio rural.

3. GÊNERO E TRABALHO NO MEIO RURAL

A produção do conhecimento sobre o mundo rural brasileiro remete a um debate em que os seus temas centrais partem de reflexões sobre o campesinato, intensificando-se, *pari passu*, com o processo de desenvolvimento social e político brasileiro. Observa-se que, a partir do final da década de 1960, as discussões entre pesquisadores/as foram sendo pautadas por temas da modernização da agricultura e urbanização do meio rural, pois consideravam os atores sociais marcados pelas inescapáveis relações entre o binômio capital e trabalho⁴¹. Seguiu-se um modelo equi-

⁴¹ Os debates acerca do trabalho no meio rural são influenciados pelos estudos do campesinato que, a partir de uma perspectiva chayanoviana, apontam para uma oposição/complementaridade entre a unidade de produção e a unidade de consumo, ou seja, entre as necessidades da família e o trabalho empenhado para atingi-las. A adoção da tríade, terra, trabalho e família, é fundamental para a com-

valente às relações industriais, no qual os estudos assinalavam as transformações nas relações de trabalho como o principal efeito do processo da modernização da agricultura (WANDERLEY, 2004).

Os olhares se voltavam para uma agricultura que resultaria, a princípio, em um mero campo de aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro setor passível de investimento, no qual o agricultor se assemelharia ao trabalhador da cidade, tal qual um cidadão que possui uma profissão específica (WANDERLEY, 2000; 2014). Estas abordagens apontavam para o desaparecimento da agricultura familiar⁴² ou para os processos de subordinação desta categoria social às novas formas de capital no campo.

Para Wanderley (2011, p.58), os estudiosos, “via[m] na proletarianização a confirmação da emergência das relações propriamente capitalistas na produção agrícola, isto é a consolidação de um verdadeiro proletário rural”. As leituras baseavam-se em abordagens marxistas, fortemente presentes na academia brasileira. Entretanto, a forma social particular de organização da produção marcava uma interação contraditória do campesinato nas relações de produção, engendradas na sociedade capitalista. Pois sendo a agricultura familiar considerada, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e uma unidade de consumo, havia dificuldade para se

preensão do campesinato, pois o trabalho familiar é elemento central de uma lógica econômica própria da economia camponesa (CHAYANOV, 1966). A propriedade camponesa é o lugar do trabalho cuja mão de obra depende dos membros da família e a terra é o meio de produção necessário para viabilizar a produção. Por este motivo, a propriedade da terra, ou o domínio sobre ela, é condição básica para a sobrevivência das famílias no meio rural. A forma social de produção com caráter familiar do campesinato é voltada para as necessidades da família, tanto na organização do trabalho quanto na relação de cooperação ou conflito entre os seus membros.

⁴² No debate acadêmico há certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir valor conceitual à categoria agricultura familiar. Esta dificuldade deriva das rupturas e continuidades do ser camponês/nesa e ser agricultor/a familiar. Há, pelo menos, duas grandes vertentes sobre o conceito de agricultura familiar: (i) uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada dentro das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, e outra que; (ii) defende ser a agricultura familiar um conceito em evolução, com significativas raízes históricas. Considero a agricultura familiar dentro desta segunda vertente, na medida em que o agricultor familiar mesmo quando inserido no mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999, p.52).

analisar as formas de produção na unidade rural, baseadas nas rígidas categorias da economia capitalista (PAULILO, 2004).

O caráter familiar da agricultura familiar se expressa em práticas sociais que implicam uma associação entre o patrimônio, o trabalho e o consumo (WANDERLEY, 2014), resultando em uma lógica específica de organização, suportada por uma propriedade gerida pela família. Tratava-se, então, de reconhecer a centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, por meio do emprego de mão de obra de todos os membros familiares.

Nesta perspectiva, a família é concebida como um todo homogêneo, como menciona Woortman (1995). O pai, nesta acepção, reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho e, em sua ausência, os familiares do sexo masculino, estariam habilitados a assumir o seu lugar. As mulheres, e também os jovens, idosos e crianças, são temas de análises somente a partir de 1970, sendo considerados, apenas marginalmente como integrantes do núcleo doméstico.

Os primeiros estudos sobre as mulheres ocorreram no bojo do debate sobre o modo de produção capitalista. A preocupação se voltava sobre o seu ingresso como assalariadas no campo, assim como, sobre a sua posição subordinada na lavoura, sendo a casa considerada como o lugar da mulher por excelência. Para Stolcke (1986, p.349), “as pesquisas sobre a evolução da família de trabalhadores e da hierarquia sexual na sociedade capitalista indicavam a contribuição dada à reprodução barata de força de trabalho pela família e pela função doméstica das mulheres”.

Paulilo (1976) comenta que um dos primeiros trabalhos a tratar especificamente da mulher rural⁴³ foi uma publicação de Paul Singer e Felícia Madeira de 1973, que enfocava a estrutura do emprego e do trabalho feminino no Brasil de 1920 a 1970. Neste trabalho, os autores apontavam que, nos cinquenta anos de levantamentos de dados dos Censos Agrícolas, a mulher encontrava um lugar restrito à produção de subsistência e à atividade doméstica. Esta constatação, apesar de denotar certa previsibilidade, já apresentava algo inédito, representado pela preocupação em refletir sobre a condição da mulher. Contudo, as mulheres eram estudadas somente como parte das famílias e como integrantes das comunidades rurais, mas nunca como objeto principal de estudo.

⁴³ Naquele momento era usual utilizar o termo “mulher” no singular em lugar do plural “mulheres”. O termo no plural passou a ser adotado pelas feministas na contemporaneidade para evidenciar a pluralidade de pessoas que se reconhecem na categoria mulheres, abarcando, então, a diversidade de raça, etnia e orientação sexual.

As primeiras preocupações sobre as mulheres rurais no Brasil coincidem com a segunda onda do feminismo. As reflexões sobre as mulheres se multiplicavam, principalmente após 1975. Porém, a ênfase das feministas recaía quase que exclusivamente sobre as mulheres operárias. Observa-se, então, uma dupla marginalização na produção acadêmica naquele período, pois a maioria dos estudos sobre o meio rural negligenciava a situação das mulheres e a condição das agricultoras ocupava lugar marginal na produção feminista. Estes trabalhos pioneiros vieram a preencher esta importante lacuna nas reflexões acadêmicas.

No ano de 1975, Verena Martinez-Alier⁴⁴ publicou um trabalho sobre as mulheres trabalhadoras volantes, mostrando que havia uma maior intensidade de trabalho assalariado feminino nas atividades sazonais de colheita quando se verificava falta de mão de obra masculina. Isso ocorria pois, devido à expansão industrial, os homens se dedicavam a trabalhos na cidade, principalmente na construção civil. Duas particularidades interessantes foram apontadas nesta pesquisa. A primeira, refere-se a natureza do trabalho das mulheres que, na visão da autora, não tem o seu caráter alterado, haja vista que as mulheres sempre trabalharam na terra. Com o trabalho assalariado, elas simplesmente se deslocaram da roça da família para uma atividade em troca de salário. Esta constatação evidencia que, apesar das mulheres não terem sido consideradas, até então, sujeitos centrais na produção agrícola, não estavam, no entanto, circunscritas apenas ao âmbito doméstico. Ao atuarem na produção para subsistência detinham competências suficientes para assumir uma atividade agrícola remunerada.

A segunda particularidade enfatiza o fato de, apesar de as mulheres ocuparem gradativamente mais postos de trabalho, a sua introdução no mercado não alterou as definições de seus papéis sexuais e a estrutura da organização familiar. Pois, o trabalho realizado continuava sendo tratado como subsidiário aos dos homens, mesmo quando as mulheres começaram a ocupar os locais antes restritos à atuação masculina. A afirmação de uma das mulheres bóias-frias⁴⁵ destacada por Martinez-Alier (1975) -

⁴⁴ Verena Stolcke na década de 1970 utilizava o sobrenome Martinez-Alier.

⁴⁵ Os boias-frias ou assalariados rurais são os/as trabalhadores/as que migram de uma região agrícola para outra, acompanhando o ciclo produtivo de diversas culturas. São agricultoras/es, mas não são proprietárias/os de terras.

“o homem trabalha porque é homem; a mulher porque precisa” - evidencia que o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres ocupam provisoriamente o mundo do trabalho⁴⁶.

No ano de 1976, Paulilo analisou o grau de inserção das mulheres no mercado de trabalho em diferentes categorias socioeconômicas do rural, assim como os principais fatores pelos quais ocorriam ou não as suas participações nas atividades produtivas. Em diálogo com as contribuições de feministas marxistas, como Eva Blay e Heleieth Saffioti, a autora propôs a separação dos tipos de trabalho das mulheres em: trabalho doméstico (atividades de lavar e passar roupa; cozinhar, lavar a louça, arrumar a casa, costurar e cuidar das crianças); trabalho produtivo dentro do lar (cuidados com a horta e com os animais domésticos); e trabalho produtivo fora do lar (atividades realizadas na roça). Ao propor esta separação, a autora promoveu o reconhecimento do trabalho produtivo realizado dentro da casa, já que alguns produtos resultantes destas atividades, tais como queijos, hortaliças e legumes, são vendidos, mesmo que esporadicamente (PAULILO, 1976).

Contudo, Paulilo (1976) comenta que a denominação adotada não era consenso na época. Carmen Deere no mesmo ano publicou um artigo defendendo que a produção para subsistência na horta e no manejo de pequenos animais realizado pelas mulheres fornecia mais-valia, mesmo que seus produtos não fossem vendidos. Porque este tipo de produção permitia ao homem vender a sua força de trabalho a preços mais baixos.

Se cito os primeiros estudos que se preocuparam em analisar a situação das mulheres no meio rural é para destacar que a preocupação das pesquisadoras à época, qual seja, compreender a situação de subordinação das mulheres na relação de trabalho e no ambiente doméstico, não difere das atuais. As mulheres rurais tiveram as suas condições de vida pouco alteradas desde este período até a atualidade. O que se modificou de lá para cá, fundamentalmente, foi a lente analítica utilizada para compreender essas realidades.

As pesquisadoras dedicadas a analisar as mulheres no meio rural naquele período, pautadas pelas discussões das feministas marxistas e pelo debate em voga nos estudos rurais, consideravam: as mulheres em

⁴⁶ As pesquisadoras Silva (2002) e Silva, Melo e Moraes (2012, 2016) realizam importantes e recentes contribuições sobre os papéis desempenhados por mulheres assalariadas rurais e por esposas de assalariados rurais na organização do trabalho e na reprodução social das famílias. Após algumas décadas desde a primeira publicação sobre o tema, observa-se que a caracterização do trabalho e a relação de subordinação das mulheres nas famílias não foram alteradas.

sua relação com as práticas características do modo de produção capitalista e o debate sobre o trabalho doméstico na sua pertinência ou não como trabalho produtivo ou improdutivo.

A partir da década de 1980, as especificidades dos grupos rurais começaram a ser objeto de interesse. Ao contrário da preconização do desaparecimento do rural, observou-se a revitalização dos movimentos sindicais e o surgimento dos novos movimentos sociais no campo. As reivindicações destes agentes sociais passaram a ser elaboradas a partir de uma crítica incisiva ao modelo de modernização agrícola adotado no país, com a convicção de que não bastava lutar pela democratização do modelo de modernização agrícola, mais sim propor um novo modelo de agricultura, cujas características fossem benéficas a toda a população rural (DELGADO, 2009). Este movimento fez parte de uma mudança paradigmática nos estudos do rural, conforme afirma Wanderley (2011), pois, a partir desse período, as pesquisas passaram a reiterar a centralidade dos sujeitos rurais.

As especificidades de grupos sociais rurais - anteriormente analisados no contexto da família camponesa - começaram a ganhar, a partir dessa década, o status de objeto específico, no qual os seus papéis, espaços e contextos simbólicos e sociais passaram a ser interpretados.

Adicionalmente, se anteriormente os estudos se detinham quase que exclusivamente sobre o potencial produtivo da agricultura e da relação dos atores com o sistema produtivo, o leque de interpretação foi ampliado e passou a incluir temas diversos para além da problemática do trabalho produtivo, tais como: as questões de saúde, as peculiaridades da migração rural, as novas modalidades de trabalho assalariado, o papel das mulheres na reprodução social, o trabalho reprodutivo, os auxílios e rendas complementares governamentais, a ação política e coletiva organizada, dentre vários outros temas.

No bojo do avanço destas reflexões, as discussões se dirigem, gradativamente, para aspectos culturais e simbólicos, que caracterizam o papel das mulheres em contextos rurais. A partir dos anos 1980, a literatura feminista começou a fazer uso da categoria gênero para interpretar as relações sociais, passando a ser empregada, também, nos estudos rurais. Como resultado dessas mudanças, atribuíram-se significados culturais e sociais para as diferenças entre os sexos. Tais transformações resultaram na construção de novos sentidos a essas diferenças e, conseqüentemente, posicionou-as dentro de relações hierárquicas e/ou de poder, conforme definição de Joan Scott (1995).

Cordeiro e Russel Scott (2007), ao referirem-se às produções acadêmicas sobre as relações de gênero no meio rural neste período (anos

1980), destacam que há três vertentes de estudos principais, que por vezes se cruzam e, por outras, correm em paralelo: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; o discurso das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; as pesquisas etnográficas sobre o campesinato, ribeirinhos(as), populações indígenas, etc. (CORDEIRO; RUSSEL SCOTT, 2007, p.240).

Isto foi possível observar em estudos como os de Heredia, Garcia e Garcia (1984) sobre os pequenos produtores. Na contraposição entre a casa e o roçado, local no qual se produz para a comercialização a farinha, o feijão, o milho, fundamentais à sobrevivência, esta é a única atividade tratada como trabalho, executada pelo homem, o pai de família. Na casa, o lugar da mulher é o local no qual são realizadas as atividades consideradas como não trabalho.

Evidência também apontada por Carneiro (1981 apud CASTRO; LAVINAS, 1992), que destacou, além da desvalorização do trabalho da mulher (ou seja, o não trabalho), a existência de uma relação hierárquica entre o trabalho realizado nestes dois espaços. Isto é, a roça por ter prioridade em relação a casa relega o trabalho feminino à condição secundária, realçando a posição subordinada das mulheres na família⁴⁷. Surgem, a partir destas constatações, os termos “ajuda”, “trabalho complementar” ou “trabalho acessório” Carneiro (1981 apud CASTRO; LAVINAS, 1992) para designar a atuação das mulheres no meio rural. A caracterização como “ajudantes” dos homens é tema recorrente nas pesquisas da área até os dias de hoje.

De maneira complementar, Paulilo (1987) realizou uma contribuição crítica bastante relevante para a caracterização do trabalho realizado pelas mulheres. Analisando os trabalhos agrícolas no sertão e no brejo paraibano, e na cultura de fumo na região sul de Santa Catarina, observou-se que nesses contextos são frequentemente realizadas distinções entre o trabalho leve e o trabalho pesado, sendo o primeiro relacionado à mulher e o segundo ao homem. Contudo, a autora constatou que as denominações trabalho “pesado” e “leve”, dependem da perspectiva social analisada. Nas atividades cotidianas, homens e mulheres realizam trabalhos pesados, tais como cortar a lenha, lidar com a roça, carregar os filhos pequenos e transportar a água que se encontra longe do domicílio. No entanto, o que

⁴⁷ Carneiro (1981 apud CASTRO; LAVINAS, 1992) destaca, adicionalmente, que homens e mulheres são explorados na condição de camponeses, mas para a autora, a subordinação da mulher na pequena produção camponesa já é dada por sua posição subordinada na família.

se pode constatar é que quanto mais proeminente o trabalho executado, mais a mulher encontra-se excluída dele. Ou seja, “o trabalho é leve (e a remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.” (PAULILO, 1987, p.70).

Estes estudos revelam que a relação de subordinação das mulheres na hierarquia familiar, pautada pela divisão sexual do trabalho, resulta no seu não reconhecimento, configurando-se, assim, a invisibilidade e o não reconhecimento do papel social e econômico das mulheres.

Woortmann (1995), ao analisar as relações de parentesco na região sul do Brasil destaca, de forma complementar, que a discriminação por gênero extrapola a relação familiar, estando presente também na comunidade, o que reflete, inclusive, na forma como homens e mulheres são denominados. Pois, os homens são reconhecidos por seus nomes de batismo e, por vezes, por seu sobrenome, o que expressa o respeito com que são tratados por “serem quem são”. As mulheres são denominadas de acordo com a sua relação com o pai e, posteriormente, com o marido, ou seja, são reconhecidas como “filha de” ou “mulher de”. Nestes casos, nem sequer são tratadas pelo nome de batismo. Esta situação é vivenciada por grande parte das mulheres rurais, não apenas no contexto estudado por Woortmann (1995). Ao não serem reconhecidas “por serem quem são” torna-se evidente o caráter de ajudantes que lhes é atribuído, assim como a situação de invisibilidade no espaço rural a que estão sujeitas.

É perceptível, então, que as pesquisas que se utilizam do gênero como categoria analítica extrapolam as interpretações exclusivamente econômicas da desigualdade entre os gêneros, ainda que estejam fortemente pautadas na visão das agricultoras como trabalhadoras rurais. Isso quer dizer que ao problematizar a relação entre o trabalho e as mulheres no espaço rural, as pesquisadoras que lançam mão da abordagem de gênero vinculam os aspectos culturais e simbólicos à produção material da vida.

Como exemplo de estudos que enfatizam os aspectos simbólicos dessa relação no meio rural podemos citar os trabalhos de Paulilo, De Grande e Silva (2003) e Karam (2004). Paulilo, De Grande e Silva (2003), por meio de um estudo sobre a posição que as mulheres ocupam na produção leiteira, constata que esta atividade sempre foi reconhecida socialmente como “assunto de mulher”. As agricultoras são as responsáveis por quase todas as etapas produtivas, enquanto os homens se responsabilizam apenas pelas atividades não cotidianas. No entanto, quando a produção leiteira é mecanizada ou mesmo quando se torna uma atividade mais rentável, os homens tomam a frente da atividade. Observa-se, então,

uma dupla marginalização, enquanto produtoras e enquanto mulheres. Contraditoriamente, quando a atividade agrícola é mecanizada e, portanto, exige menos força física, as mulheres são excluídas. Mesmo quando a atividade passa a ter relevância na estrutura produtiva do estabelecimento rural, elas têm seu protagonismo ofuscado, ainda que sigam trabalhando na atividade.

Nesta mesma direção, Karam (2004), ao estudar a participação de homens e mulheres na produção orgânica na região metropolitana de Curitiba, constatou situação semelhante, que inevitavelmente tem culminado na subalternização das mulheres. A autora verificou que, aquilo que tradicionalmente era reconhecido como trabalho de mulheres, partindo de atividades realizadas em quintais produtivos - lugar considerado feminino por excelência - quando passou a ser uma atividade rentável foi assumida pelos homens da família, restando às mulheres um lugar de subalternidade no processo produtivo.

No entanto, existe uma tendência nos estudos da área em considerar, a partir da constatação dos componentes culturais e simbólicos que justificam o lugar subalterno que ocupam as mulheres, em função da divisão sexual do trabalho, a autonomia econômica como fator fundamental para modificar a relação de subordinação social a que estão sujeitas as mulheres. Uma vez que ao auferirem alguma renda a partir do trabalho, o seu poder de decisão e de gestão no interior da família pode ser aumentado.

Essas análises são pautadas pela noção de empoderamento através da renda. Nessa direção, muitos trabalhos que buscam a inserção das mulheres em iniciativas produtivas, por vezes, apresentam a renda como sendo a única perspectiva de reconhecimento do papel destas mulheres. Tais abordagens procuram evidenciar, sobretudo, os benefícios decorrentes do aspecto produtivo da atuação das mulheres na agricultura familiar.

Paulilo (2004) alerta para o fato de que “é difícil falar em reconhecimento sem estabelecer uma ligação com qualquer forma de suporte financeiro”. Contudo, ao adotar a perspectiva do empoderamento pela via econômica, as mulheres rurais são reconhecidas a partir de sua condição de trabalhadoras no âmbito da produção agropecuária, reforçando a ideia de um espaço rural fortemente marcado pela dimensão do trabalho agrícola. Isso consolida o paradigma hegemônico, pautado no enfoque produtivo como eixo estruturante das relações sociais no espaço rural.

O suporte financeiro é necessário, mas não suficiente para alterar as estruturas hierárquicas presentes nas famílias e nas estruturas sociais. Um exemplo disso é que, muitas vezes, mesmo com a renda resultante da venda de mercadorias, não são as mulheres que fazem a gestão de seu

próprio dinheiro. Mesmo quando utilizam o dinheiro, fruto de seus trabalhos, costumam investir na própria casa ou o utilizam para alguma necessidade dos filhos.

Por outro lado, há também uma tendência em valorizar o trabalho realizado pelas mulheres do campo, principalmente nas atividades voltadas para a produção de alimentos, através das quais se garante a subsistência da família e a sua reprodução biológica, preservando-se, consequentemente, a biodiversidade e a natureza. Isto tem sido verificado, sobretudo, nos estudos que envolvem a agroecologia. As mulheres seriam consideradas, assim, como parte fundamental no desenvolvimento de atividades relevantes para a reprodução da família.

Neste sentido, mesmo com a incorporação de aspectos culturais e simbólicos a partir da utilização do conceito de gênero, que contribuíram em revelar a condição de invisibilidade e falta de reconhecimento do trabalho das mulheres rurais, parece ainda predominar, nos estudos de gênero no rural, a lógica mercantil a partir da noção de modo de produção camponês, que envolve o trabalho e o consumo na economia familiar (AGUIAR, 2017).

No entanto, o trabalho das mulheres implica na consideração de outras particularidades, principalmente aquelas vinculadas à esfera reprodutiva, que garante a reprodução social e biológica e o bem-estar das pessoas e é fonte de exploração, que fundamenta e dá sustentação ao trabalho familiar na agricultura. Observa-se, neste sentido, a preocupação de algumas pesquisadoras em explorar, principalmente a partir dos anos 2000, a compreensão do lugar das mulheres na produção e reprodução familiar, em particular, no trabalho doméstico, como apontam os levantamentos bibliográficos realizados por Salvaro et al. (2012) e por Nogueira e Toneli (2016).

Contudo, se esta tem sido uma nova tendência na problematização do papel das mulheres rurais, observa-se, por sua vez, uma excessiva produção de estudos descritivos, que caracterizam a atuação das mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas em diferentes contextos sociais e geográficos, sem a contrapartida do aporte de novas contribuições analíticas. Neves e Motta-Maués (2013), ao referirem-se às publicações sobre o papel das mulheres na reprodução de grupos domésticos, apontam que as interpretações se reduzem à constatação das relações de dominação/subordinação ou invisibilidade/valor da posição social.

Tais descrições se, por um lado, auxiliam no alargamento das constatações que pormenorizam as diferentes atividades realizadas, por outro lado, não contribuem no aprofundamento da compreensão do papel das mulheres rurais em toda a sua dimensão, que envolve não somente os

aspectos materiais, mas, também, os aspectos morais e afetivos. Esse eventual avanço decorre, a meu ver, do aprofundamento necessário a ser realizado nas análises empíricas, que tem avançado muito timidamente.

Nos últimos anos inicia-se uma nova tendência em análises que extrapolam a mera problematização do trabalho a partir da denúncia da desigualdade de oportunidades e do diagnóstico das condições de inserção no mercado de trabalho e/ou da importância da renda. Nota-se uma preocupação, ainda incipiente, porém, bastante relevante, com a articulação entre o trabalho produtivo e a reprodução social, como por exemplo a pesquisa de Moura e Moreno (2013).

O debate sobre as esferas de produção e reprodução passa a ser tratado de duas formas: considerando a subordinação de uma esfera sobre a outra e na articulação entre ambas as esferas. Nestas análises o serviço doméstico, os cuidados, a família, a maternidade e a sexualidade começam a ser problematizados, ou seja, as agricultoras deixam de ser analisadas apenas na condição de trabalhadoras rurais.

As desigualdades de gênero começam a ser evidenciadas a fim da compreensão do lugar das mulheres na produção e reprodução familiar, destacando a divisão sexual do trabalho e a visão crítica decorrente da concepção simbólica que posiciona o trabalho das mulheres como inferior ao trabalho realizado pelos homens. Esta tendência está em linha com as novas interpretações levadas a cabo por feministas em outras áreas do conhecimento. Tais interpretações também estão em consonância com as mais recentes transformações sociais que têm sido verificadas no Brasil.

Assim sendo, reafirmo a imperativa necessidade de fomento às novas investigações, assim como aos novos referenciais teóricos, que integrem as atividades da reprodução social com a centralidade da atuação das mulheres para a sustentabilidade da vida humana. É neste contexto que procuro realizar esta minha singela contribuição, incorporando na problematização do papel das mulheres no meio rural, o aporte teórico de feministas no domínio da sociologia do trabalho.

4. A JORNADA DE TRABALHO COTIDIANA DAS MULHERES RURAIS

Lúcia acorda às 6:30 da manhã com o alarme que deixou programado na sala no dia anterior, tira o pijama, coloca a roupa de trabalho da estrebria e se lava no banheiro. O alarme fica na sala para acordar a filha adolescente, estratégia para que ela não volte a dormir depois de soar o alarme. A primeira coisa que Lúcia faz é acender o fogão

a lenha. Tradicionalmente a família toma chimarrão ao acordar. Ascende o fogão e já vai ajeitando a cozinha para a preparação das refeições do dia, checa se lembrou de deixar tudo encaminhado para o almoço na noite anterior. Coloca água para esquentar. A filha se prepara sozinha para ir para a escola, mas Lúcia fica de olho e revisa para saber se a filha não esqueceu nada. Espera o transporte escolar do lado de fora da casa junto com a filha, ainda é escuro e tem receio que a menina se distraia e perca o transporte. Assim que a filha segue para escola, Lúcia entra e prepara o chimarrão. O marido levanta às sete, em seguida o cunhado se levanta, tomam o chimarrão juntos. Rádio ligado, não conversam. Lúcia separa os remédios para o cunhado com deficiência intelectual, dá os remédios com um copo d'água para ele tomar. O cunhado toma os remédios e os três saem para tirar leite na estrebaria. A atividade faz parte da rotina diária, a ordenha é feita no início da manhã e no fim da tarde. Cada um é responsável por uma tarefa. O cunhado por "ir atrás das vacas", o marido e ela pela ordenha. O marido fica mais focado na saúde das vacas para evitar a contaminação do leite, Lúcia na ordenha. Os dois ordenham as 60 vacas seguindo as regras impostas pela agroindústria que compra o leite. O leite fica armazenado em um reservatório para que o "caminhão do leite" venha retirar duas vezes por semana. Mostram com orgulho o maquinário que recentemente instalaram para a ordenha das vacas, entre eles as ordenhadeiras e o refrigerador. Lúcia separa um balde com leite para fazer o queijo. Termina a ordenha, Lúcia permanece na estrebaria para a limpeza com água, sabão e água sanitária, a limpeza tem que ser bem detalhada para evitar a contaminação das vacas. O cunhado alimenta as vacas, o marido ajuda o irmão e vai verificar o pasto e as cercas.

Lúcia retorna para a casa por volta das nove e meia, fica preocupada com o horário. Avalia que demoraram demais com a retirada do leite, o que pode atrasar as demais atividades do dia. Prepara o café da manhã. O marido e o cunhado entram na casa para o café da manhã, comem algo rápido e saem da casa para a "lida de fora". Lúcia tira a mesa do café da manhã, limpa a mesa e começa a ajeitar a casa. Arruma as camas (da filha, dela e do marido e do cunhado), guarda as roupas que estão jogadas nos quartos, começa a preparar o almoço no fogão a lenha com o feijão que deixou na água e a carne que ficou descongelando na noite anterior e coloca algumas roupas de molho. Varre a casa, passa pano no chão e dá um pouco de leite para os gatinhos. Coloca o leite para ferver para fazer o queijo. Varre o pátio, limpa as folhas em frente à casa, busca ovos, verifica se o marido e o cunhado precisam de ajuda. Retira a gordura do leite e armazena na

geladeira para fazer manteiga no dia seguinte, deixa o leite coalhando para preparar o queijo na parte da tarde. Lúcia vai até a sua horta que fica ao lado da casa pegar alguns legumes e temperinhos para o almoço. Aproveita para limpar algumas pragas da horta e olhar como está a sua plantação. Somente rega a horta na parte da tarde, quando o sol já está mais ameno. Coloca as roupas para bater em um tanquinho. Termina o almoço, coloca o almoço na mesa. Às 12:00 o marido e o cunhado entram para almoçar. Separa um prato com comida para a filha que chegará às 13:00 da escola. Serve os pratos dela, do marido e do cunhado, comem, serve os pratos novamente, comem. Marido e cunhado terminam de comer e vão descansar. Lúcia termina de comer, tira a mesa, guarda a comida, limpa a mesa, lava a louça e lixa o fogão a lenha. A filha chega, ela serve a filha e vai descansar por 20 minutos.

A narrativa acima representa a rotina de uma manhã típica de trabalho de uma das agricultoras participantes da pesquisa. A rotina da tarde se assemelha a da manhã, com exceção do serviço doméstico que foi adiantado no período matutino. No período da tarde, algumas tarefas como a preparação do queijo, do pão e da massa são incorporadas entre as demais atividades. A jornada de trabalho que iniciou às 6:30 da manhã costuma se encerrar somente entre as dez ou onze horas da noite. A rotina é basicamente a mesma todos os dias com exceção do dia de culto na igreja, momento no qual toda a família interrompe as suas atividades para ir à igreja.

Os relatos orais das agricultoras sobre as suas experiências com o trabalho doméstico e de cuidados evidenciam a repetição, o excesso de tarefas realizadas simultaneamente, a sensação de falta de tempo, de acúmulo de serviço ainda por fazer e também as obrigações morais e afetivas com as tarefas de suas responsabilidades.

Estes relatos fornecem um rico material que contempla a organização social do cotidiano familiar e evidencia os valores morais nas dinâmicas familiares. A jornada cotidiana de trabalho das agricultoras se assemelha entre elas, apesar das agricultoras exercerem diferentes atividades produtivas em suas propriedades.

O campo empírico que analisei é composto por mulheres de idades variadas. A mais nova tem 13 anos e a mais velha, 72 anos. A maioria das agricultoras são casadas, com exceção de uma viúva e duas solteiras. Com relação à origem étnica da família, a maioria se declara de origem italiana, sendo que apenas duas se declaram caboclas. Todas as entrevistadas exercem atividades agrícolas, apesar de três delas já estarem aposentadas e uma exercer atividade remunerada como agente de saúde. A seguir apresento um quadro-síntese com o perfil e a biografia das agricultoras

agentes desta pesquisa.

Quadro 2: Perfil das agricultoras

Entrevistada	Estado Civil	Idade	Origem étnica	Nº de membros da família	Nº de pessoas que residem no estabelecimento	Principal fonte de renda da família*
Joana	Casada	57	Italiana	4	2	Aposentadoria
Lúcia	Casada	36	Italiana	4	4	Leite
Marina	Casada	55	Italiana	5	5	Aposentadoria
Helena	Casada	47	Cabocla	3	3	Gado de corte
Júlia	Casada	47	Italiana	5	5	Viveiro de Mudas
Deise	Casada	46	Cabocla	4	3	Agente de saúde
Cida	Casada	34	Italiana	4	4	Transporte de frutas
Fernanda	Solteira	13	Italiana/Cabocla	3	3	Gado de corte
Rosa	Solteira	22	Italiana	5	5	Leite
Deolinda	Viúva	72	Italiana	4	3	Aposentadoria

* A principal fonte de renda pode ser atribuída a uma atividade realizada por outros familiares (companheiros, pai, etc.).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados empíricos coletados (2018)

As famílias são nucleares (um casal e seus filhos), em quase todos os casos, com exceção de uma agricultura que não tem filhos. O número de membros consanguíneos em cada família varia de três a cinco, porém a média de residentes no estabelecimento é de três pessoas. Os membros das famílias das agricultoras que não residem na propriedade são casados e moram na cidade ou em propriedades próximas às das agricultoras.

A produção de milho aparece nos relatos como a principal atividade das famílias das agricultoras no período de sua infância e adolescência, atividade que foi sendo substituída ao longo dos anos pela criação de gado de corte, criação de suínos e pela produção de leite. Os dados publicados pela ICEPA/SC anualmente evidenciam que o milho é a principal cultura produzida no oeste catarinense desde 1976, ultrapassando a produção de mandioca, que até 1973 era o principal

produto cultivado na região (ICEPA/SC, 1976, p. 6). Este cultivo se estabeleceu em função das atividades pecuárias, já que era “elemento básico ao desenvolvimento da suinocultura e avicultura” utilizado para alimentação animal (ICEPA/SC, 1981, p. 144), reforçando o binômio milho-suíno relacionado à própria tradição colonial que constituiu o oeste catarinense. (KONRAD & SILVA, 2012, p. 5).

Apesar de ser um produto de destaque em termos de produtividade, relacionado, sobretudo, à alimentação de suínos, ocorre em meados da década de 1980 o que Ferrari (2003, p. 37) chama de “crise de um modelo vitorioso”, na qual as novas condições de mercado impostas pelo modelo de parcerias passaram a influenciar na queda do preço deste produto e, também, impuseram exigências desvantajosas de produção para os agricultores. Neste sentido, a produção de milho tornou-se insuficiente para suprir as necessidades das famílias (TESTA et al., 2003) e os agricultores se viram obrigados a encontrar outra fonte de sustento, diversificando as suas atividades produtivas.

Com a intensificação da integração agroindustrial e das atividades que compõem as cadeias produtivas, entre elas a suinocultura e bovinocultura de leite, e com a difusão de maquinários e equipamentos nas propriedades dos agricultores começa a operar uma alteração no processo produtivo. Por este motivo, muitos agricultores da região migraram da produção de milho para a produção de leite ou para a criação de suínos e bovinos, que passou a oferecer condições comerciais mais vantajosas.

4.1. OS RELATOS ORAIS BIOGRÁFICOS

Abordarei as experiências das agricultoras com o trabalho no cotidiano subdividindo as análises em três momentos de vida: “Infância e Adolescência”, “Após o Casamento” e “Tempo Presente”. Esta separação temporal não pretende estabelecer uma linearidade dos eventos na vida das mulheres, pois estou a todo momento atenta para não reproduzir a crítica realizada por Bourdieu (1998) ao método de análise que estou utilizando, ou seja, evito a construção da trajetória como uma série de eventos sucessivos na vida de uma agente. Escolho esta divisão pois ela decorre da própria fala das agricultoras ao relatarem as suas experiências com a organização da jornada laboral cotidiana.

O tempo da “Infância e Adolescência” é marcado pela centralidade da autoridade do pai, pela iniciação no trabalho e pela responsabilização progressiva por atividades das lidas agrícola e doméstica. A seção “Após

o Casamento”, por sua vez, marca o momento que elas deixam a propriedade dos pais e começam a viver em outro estabelecimento rural junto com o marido e, em alguns casos, junto com o marido e a sua família. Após o casamento, elas assumem a responsabilidade de suas próprias casas e a organização do trabalho passa a ser conduzida pela divisão das responsabilidades entre os membros da família que estão formando.

A alusão ao “Tempo Presente”, por sua vez, remete-se à minha presença concomitante às atividades e relatos das agricultoras sobre o momento presente de suas vidas. Este momento marca diferentes experiências atuais sobre a vida das agricultoras e está vinculado à configuração familiar a que pertencem. O “Tempo Presente” alude, também, à minha observação da rotina cotidiana das agricultoras, entrelaçadas por seus relatos. De forma inesperada comecei a refletir sobre a minha presença naqueles contextos que observava. Era como perceber a minha experiência de mulher, identificada e projetada nas experiências e narrativas que testemunhava. Sem defesas ou subterfúgios que pudessem me proteger. Ou seja, sem o conforto propiciado por minha posição de pesquisadora, resguardada por uma pretensa neutralidade científica. Elas chamavam a minha atenção para a minha presença em suas casas: “você não queria saber como é o trabalho das mulheres? É isso aqui ó! Bem como te conto”. (Joana, 57 anos). O resultado desta minha posição de pesquisadora e de mulher foi fundamental para me aproximar ainda mais dos relatos analisados.

Esta separação em três momentos por si só evidencia o que a literatura especializada da área menciona, ou seja, que as atividades no âmbito reprodutivo são tecidas progressivamente a partir da trajetória de vida, das práticas cotidianas e das necessidades das pessoas. As agricultoras, adicionalmente, relataram fatos não apenas relacionados à sua própria experiência de vida, mas ao longo das entrevistas mencionaram experiências comuns a outras pessoas na mesma posição social ou, ainda, se comparavam com pessoas de posição social diferente, tais como os seus maridos ou as pessoas da cidade, remetendo ao que menciona Elias (1994), de que a história de vida pessoal é representativa da experiência do grupo. Neste sentido, incorporo nas análises algumas menções à experiência de outras mulheres, para ilustrar as experiências que são compartilhadas e, também, para situar a experiência das próprias agricultoras da pesquisa.

Embora se possa referir a alguns padrões a respeito da experiência das agricultoras no trabalho reprodutivo, cabe ressaltar que as características que conformam o ambiente de trabalho cotidiano no espaço

rural dependem das condições objetivas e subjetivas de cada família. Nas análises a seguir aponto as tendências gerais que configuram a experiência de trabalho das mulheres e destaco as particularidades vividas por algumas delas, quando tais casos se apresentam como ilustrativos do contexto analisado. A seguir apresento as biografias das agentes desta pesquisa.

4.2. BIOGRAFIAS

4.2.1. Lúcia

Lúcia tem 36 anos, é casada, tem duas filhas, de 15 e 20 anos. A filha mais nova mora com os pais e a mais velha é casada e mora na zona urbana do município. Além da filha, Lúcia vive com o marido, de 48 anos, e o irmão do marido, um homem de 43 anos com deficiência intelectual. Vivem na terra que o marido herdou dos pais.

A casa é pequena, tem uma cozinha conjugada com uma sala, três quartos, um banheiro e uma varanda. A casa é de madeira, sendo que apenas a varanda e o banheiro são de alvenaria. A parte de alvenaria foi construída com o recurso cedido pelo município a fundo perdido para melhoria das casas de agricultores familiares. Próximo à casa há um paiol, uma estrebaria, um jardim, um pomar, uma horta e um abrigo com tanque e tanquinho elétrico para lavar roupas. Os sogros viveram com a família até recentemente.

Lúcia perdeu a mãe com três anos, a irmã mais nova tinha à época um ano e sete meses. O pai se casou logo após a morte da mãe. Lúcia e sua irmã foram criadas pela avó paterna e pela madrasta. O pai teve mais uma filha com a nova esposa. Lúcia começou a trabalhar na agricultura com sete anos. No trabalho doméstico e de cuidados diz que começou com quatro ou cinco anos. Aos dez anos a irmã mais nova nasceu, Lúcia se responsabilizou pelos cuidados necessários para a irmã mais nova. O pai tinha lavoura de milho e toda a família trabalhava na roça. Lúcia engravidou com 16 anos e se viu obrigada a casar. Conheceu o marido na escola da comunidade. Antes de se casar morava em uma comunidade vizinha. Tanto a família de Lúcia quanto a do marido têm ascendência cabocla e italiana, contudo ambos mantêm o sobrenome italiano e se orgulham de dizer que a família manteve a tradição da parte italiana. Quando se casou foi morar na propriedade dos sogros, junto com o marido e o irmão mais novo do marido. Com o tempo, Lúcia e o marido construíram uma casa para o casal e as filhas na mesma propriedade, bem

próxima da casa dos sogros. Trabalharam nas atividades produtivas lideradas pelo sogro, tais como a lavoura de milho e a criação de suínos. A principal atividade produtiva atual é a produção de leite. O cunhado recebe auxílio-doença. Lúcia mantém uma horta e produz queijo, manteiga, nata e pão para o autoconsumo. Lúcia vive na mesma comunidade que Joana e é cunhada de Marina.

4.2.2. Joana

Joana tem 57 anos, é casada, tem dois filhos, um homem e uma mulher, e dois netos. A filha tem 30 anos, o filho 34 anos. A filha é solteira, mora em um Estado do centro-oeste brasileiro e tem um filho de dois anos. O filho é casado, tem uma filha de dez anos e mora em uma cidade próxima. Joana mora com o marido em uma terra que foi comprada pelo sogro para o marido e o irmão dele.

Mora em uma casa com cozinha, sala de jantar e sala de estar, três quartos, varanda e banheiro que fica na parte de fora da casa. A casa é de madeira, sendo que a parte de alvenaria (varanda e banheiro) foi construída com auxílio financeiro concedido pelo município a fundo perdido. Próximo à casa há um paiol, uma estrebaria, um jardim, um galinheiro, um pomar, uma horta, um chiqueiro e um abrigo com tanque e tanquinho elétrico para lavar roupas. Quando se casaram moraram com a irmã de Joana e o irmão do marido. O irmão foi morar na propriedade ainda solteiro, logo depois o cunhado se casou com a irmã de Joana.

Joana é irmã de dez irmãos, cinco irmãos mais velhos e cinco mais novos. Começou a ir para a roça bem cedo, aos sete anos. A irmã mais velha cuidava dela quando pequena e Joana cuidava dos irmãos mais novos. Joana iniciou no trabalho doméstico antes de iniciar no trabalho agrícola. Não sabe precisar a idade. Os pais mantinham uma lavoura de milho, mandioca e feijão. Casou-se com 20 anos. O marido, hoje com 59 anos, foi o primeiro namorado. Conheceu-o em um baile da comunidade. Antes de se casar moravam no mesmo município, porém em comunidades diferentes. Tanto a família de Joana como a do marido têm ascendência italiana. Já realizaram diversas atividades produtivas, como a lavoura de milho, o feijão, a suinocultura, o gado de leite e a piscicultura. Joana aposentou-se há dois anos e faltam nove meses para o marido se aposentar. Atualmente criam gado para corte e arrendam a terra para a plantação de soja e milho. Joana mantém uma horta com uma enorme variedade de hortaliças e verduras, pomares de diferentes frutas, cria duas vacas para leite, faz queijo, nata e manteiga. Tem galinhas para

autoconsumo (carne e ovos) e, eventualmente, vende ovos e também queijos. Joana mantém, também, porcos para o autoconsumo. Semanalmente Joana faz macarrão e pão para o consumo da família. Joana vive na mesma comunidade que Marina e Lúcia, é cunhada da Helena e tia de Fernanda.

4.2.3. Marina

Marina tem 55 anos, é casada, mãe de quatro filhos, três homens, uma mulher e quatro netos. O filho mais velho de 37 anos é solteiro, mora na propriedade dos pais e tem um filho de 14 anos, que mora com a mãe na cidade. A filha tem 36 anos e é casada, tem dois filhos, de 20 anos e seis anos, e mora em uma cidade próxima. O terceiro filho de 32 anos é casado, tem um filho de dois anos e mora na zona urbana do município. O filho mais novo tem 25 anos, é solteiro e mora na propriedade dos pais. Vivem na mesma casa que Marina, o marido e o filho mais novo. O filho mais velho vive em outra casa na mesma propriedade, assim como a mãe de Marina, que vive em uma terceira casa. A terra foi herdada pelo marido.

A casa é composta por uma cozinha, uma sala, três quartos, uma varanda, um banheiro e uma área de serviço. A casa é de madeira e apenas a varanda, o banheiro e área de serviço são de alvenaria. Assim como as casas das outras duas agricultoras, a parte de alvenaria foi construída com o benefício concedido pelo município. Próximo à casa há um paiol, uma estrebaria, um jardim, um pomar, um galinheiro, uma horta, um chiqueiro e um abrigo com tanque e tanquinho elétrico para lavar roupas.

Marina tem seis irmãos, é a segunda filha mais velha e a primeira filha mulher. Começou a trabalhar na agricultura quando tinha sete anos. Não se lembra quando iniciou o trabalho doméstico, mas desde muito pequena já auxiliava nas tarefas domésticas e com os cuidados dos irmãos mais novos. Os pais mantinham uma lavoura de milho e feijão. Casou-se com o primeiro namorado aos 19 anos. Conheceu o marido em um baile da comunidade. Na época de solteiros, os dois moravam na mesma comunidade. Nenhum parente havia compartilhado a mesma residência com o casal, até que, recentemente, foi construída uma casa para a mãe na mesma propriedade, pois a mãe se desentendeu com a nora, Lúcia. Ambos os filhos que residem na propriedade têm namoradas. O filho mais novo está morando temporariamente na mesma casa, pois está trabalhando na região e pretende se mudar quando se casar. O filho mais

velho tem o perfil de “solteirão”⁴⁸, sempre morou com os pais e recentemente construiu uma casa na terra ao lado da propriedade. Apesar de ter a sua casa, passa o dia todo com os pais e, realiza todas as refeições na casa da mãe, que se responsabiliza pela limpeza de suas roupas e de sua casa. A família de Marina tem ascendência cabocla por parte de pai e italiana por parte de mãe, e a família do marido tem ascendência italiana. No passado, já realizaram diversas atividades produtivas, tais como a lavoura de milho, a criação de gado e a suinocultura. Mantiveram, também, uma agroindústria de abate e processamento de carne suína e bovina, em conjunto com parentes e famílias vizinhas, mas desistiram de manter o projeto por falta de interesse dos filhos no negócio. Atualmente criam vacas de leite e porcos. A atividade do leite é coordenada pelo filho mais velho, que realiza o manejo em conjunto com Marina. Ela e o marido estão aposentados. Ele não trabalha mais na agricultura, apenas realiza alguns reparos na propriedade ou trata de algum animal quando necessário. A mãe de Marina é aposentada e não trabalha mais na agricultura. Vive uma vida relativamente independente, apesar de viver na mesma propriedade. Ela conta com a ajuda de Marina para o serviço doméstico e para o controle dos medicamentos. Marina mantém uma horta com uma enorme variedade de legumes e verduras, e pomares com diferentes frutas, além de galinhas poedeiras e porcos. As galinhas são para o autoconsumo (carnes e ovos) e os porcos para a venda e o autoconsumo. Marina faz queijo, manteiga, nata, macarrão e pão para autoconsumo. Ela vive na mesma comunidade que Joana e Lúcia e é cunhada de Lúcia.

4.2.4. Helena

Helena tem 47 anos, é casada e é mãe de uma menina de 13 anos que vive com os pais. Na propriedade moram ela, o marido de 48 anos e a filha. A terra foi herdada pelo marido.

A casa possui uma cozinha conjugada com a sala, três quartos, um banheiro, uma garagem, uma varanda e uma área de serviço. Os quartos, a sala e a cozinha são de madeira, as demais construções são de alvenaria. A casa foi reformada há aproximadamente três anos, após a morte da sogra. Próximo à casa há um paiol, uma estrebaria, um jardim, um galinheiro, um pomar, uma horta, e um abrigo com tanque e tanquinho

⁴⁸ A tese de Cassiane da Costa (2014) problematiza a construção social do “solteirão” no meio rural.

elétrico para lavar roupas. Helena e o marido moraram com os pais do marido desde que casaram, até a morte de ambos.

Helena tem dois irmãos e começou a trabalhar na agricultura com sete anos. No serviço doméstico começou aos 14 anos, apesar de já ajudar a mãe desde muito cedo em pequenas tarefas. O pai produzia milho e feijão. Helena casou-se com 19 anos com o primeiro namorado. Casou por exigência do sogro, que ao ter todas suas filhas casadas, exigiu que o filho mais novo casasse para ter “alguém” morando na mesma propriedade para cuidar dele e da esposa. Conheceu o marido em um baile na comunidade. Os dois moravam em comunidades próximas. A mãe de Helena é de família italiana e o pai caboclo, mas na região a família de Helena é conhecida por ser uma família de caboclos. O marido é de família com ascendência italiana. Desde que se casou foi morar na propriedade com os sogros. Teve uma vida de muitos conflitos com o sogro. Chegou a alugar uma casa na propriedade vizinha para tentar amenizar os conflitos, mas os sogros exigiram a volta do casal, pois a sogra precisava de cuidados por estar com a saúde frágil. Após a morte dos sogros, eles se mantiveram na propriedade. Helena teve dificuldades para ter filhos. O primeiro filho morreu nos primeiros dias de vida. O médico alegou que a complicação na gravidez se deu por excesso de esforço físico. Trabalhavam na lavoura de milho e na suinocultura, atividade coordenada pelo sogro. Depois da morte dos sogros dedicaram-se à lavoura de milho e ao gado para a produção de leite. Atualmente criam gado para corte. O marido de Helena tem um problema sério no joelho que o impede de andar há três anos. Helena e a sua filha assumiram toda a atividade produtiva da propriedade. O marido passou a auxiliar com a preparação do almoço, para contribuir com o serviço doméstico. Helena mantém uma horta com uma enorme variedade de legumes e verduras, assim como pomares com diferentes frutas, galinhas poedeiras e porcos. As galinhas e os porcos são destinados para a venda e o autoconsumo (carnes e ovos). Helena faz queijo, manteiga, nata, macarrão e pão para o autoconsumo. Helena é cunhada de Joana e mãe de Fernanda.

4.2.5. Cida

Cida é casada, tem 34 anos e dois filhos. O filho mais velho tem doze anos, e a mais nova, dois anos. Cida mora com o marido e os dois filhos em uma propriedade comprada pelos sogros para o marido.

A casa tem três quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro, uma área de serviço e uma varanda. Com exceção da varanda, do banheiro e da área de serviço, que são de alvenaria, o restante da casa é de madeira. Próximo à casa há um paiol, um jardim, um galinheiro, um pomar, uma horta e um abrigo com tanque e tanquinho elétrico para lavar roupas. Antes de morarem nesta propriedade, moravam na casa dos sogros em uma propriedade vizinha.

Cida é a irmã do meio entre três irmãs. Iniciou no trabalho doméstico ainda muito jovem, talvez com cinco anos, e comenta que desde pequena ajudava no trabalho agrícola. Ela foi a única das três irmãs a estudar até o ensino médio. Durante os estudos morou com a avó na cidade e por este motivo trabalhava na propriedade dos pais apenas nos fins de semana, quando retornava para a casa. O pai mantinha uma lavoura de milho e criava suínos. Cida se casou aos 19 anos com o seu primeiro namorado. Conheceu o marido em uma festa promovida pela igreja. Os dois moravam em comunidades vizinhas. Ambas as famílias têm ascendência italiana. Trabalhavam com a produção leiteira até o nascimento da filha menor. Atualmente trabalham com a criação de gado de corte e o marido como motorista de uma pequena empresa de distribuição de frutas e verduras do pai. Cida mantém uma horta com legumes e verduras, alguns pomares e galinhas poedeiras. Ela faz queijo, manteiga, nata, macarrão e pão. Toda a produção é para o autoconsumo da família. Cida é vizinha de Helena.

4.2.6. Júlia

Júlia tem 47 anos, é casada e tem três filhos. Rosa, a filha mais velha, tem 22 anos, João, 18 anos e Arthur, o filho mais novo de dez anos, tem síndrome de Down. Todos os filhos moram com Júlia e o marido, de 52 anos.

A casa tem dois andares. O piso superior, de madeira, refere-se à parte remanescente da antiga casa, em que estão dispostos os quartos e um banheiro. Na parte de baixo, de alvenaria, encontram-se a cozinha, a sala, um banheiro e uma área de serviço. Próximo à casa há um paiol, uma estrebaria, um jardim, um pomar, uma horta, um viveiro de mudas e um abrigo com tanque e tanquinho elétrico para lavar roupas. Nunca outros parentes compartilharam a mesma moradia na mesma propriedade.

Júlia começou a trabalhar na agricultura com 14 anos, pois foi a única filha entre os sete irmãos que foi para a cidade estudar. Há época em que cursou o ensino fundamental morou com a avó. Retornava nos

fins de semana para a propriedade dos pais e auxiliava nos serviços necessários, contribuindo, principalmente, com as tarefas da casa. Não se lembra quando começou a realizar o serviço doméstico, mas diz que foi aprendendo desde muito pequena. Depois que terminou o ensino fundamental, permaneceu alguns anos trabalhando com os pais na agricultura, retornando posteriormente para a cidade para cursar o ensino médio. Durante este período trabalhou como empregada doméstica, residindo na casa onde trabalhava. Os pais dedicavam-se à lavoura de milho e a suinocultura. Casou-se com 19 anos com o primeiro namorado. Conheceu o marido nos encontros promovidos pela igreja na comunidade na qual moravam. Ambas as famílias têm ascendência italiana. Desde que se casaram dedicaram-se à roça de milho, à plantação de soja em parceria com os irmãos de Júlia e à suinocultura. Atualmente o marido trabalha como motorista transportando alimentos para as agroindústrias familiares. Júlia mantém um viveiro de mudas e os filhos trabalham na produção de leite. Além dos cuidados com o filho com síndrome de Down, há três anos Júlia e o marido dedicam-se aos cuidados da filha mais velha, que sofreu um grave acidente de carro e permaneceu completamente dependente dos cuidados dos pais. Júlia mantém uma horta com legumes e verduras, algumas árvores frutíferas e galinhas poedeiras. Ela faz queijo, manteiga, nata, macarrão e pão. Toda a produção é voltada para o autoconsumo da família. Júlia é mãe de Rosa.

4.2.7. Deise

Deise tem 46 anos, é casada e não tem filhos. Vive na mesma propriedade da mãe. Mora com o atual companheiro em uma casa e a mãe, viúva, que reside em outra casa, bastante próxima, na mesma propriedade.

A casa de Deise é pequena, tem apenas um quarto, uma cozinha e um banheiro, mas Deise vive mais na casa da mãe do que em sua própria casa. Próximo a casa há um paiol, uma estrebaria, um jardim, um pomar, a horta e um abrigo com tanque e tanquinho elétrico para lavar roupas. Deise cresceu dividindo a casa com os pais, a avó materna, a irmã e dois tios por parte do pai.

Deise tem uma irmã, sendo que ela e a irmã foram adotadas. Iniciou os trabalhos na agricultura aos sete anos. Antes disso, porém, já realizava trabalhos domésticos e de cuidados. A família adotiva de Deise é de origem alemã. O pai produzia feijão, milho, soja, fumo, arroz e trigo. A lavoura era bastante grande, o que exigia a contratação de pelo menos três “peões”. Deise foi trabalhar aos 18 anos em uma agroindústria na

parte urbana do município. Casou-se com o primeiro namorado e foi no trabalho que conheceu o primeiro marido. Esteve oito anos casada. Perdeu o emprego e em seguida se separou. Após a separação retornou para a casa da mãe. Recentemente, a cerca de um ano, casou-se novamente. Ela gostaria de ter tido filhos, mas não os teve por problemas de infertilidade. Atualmente Deise atua como agente de saúde na comunidade e realiza atividades agrícolas nos intervalos de sua jornada de trabalho como agente de saúde. Ela e a mãe mantêm uma horta bastante diversificada com legumes e hortaliças, galinhas poedeiras, vacas para a produção de leite e árvores frutíferas. Toda a produção é para o autoconsumo, com venda esporádica na cidade ou para algum vizinho. O atual marido cria gado de corte. Deise produz queijo, pão e macarrão. Deise é filha de Deolinda.

4.2.8. Deolinda

Deolinda tem 72 anos, é viúva, tem duas filhas e duas netas, sendo que a filha mais velha tem 46 anos e a mais nova faleceu recentemente. A filha mais velha vive na mesma propriedade que Deolinda. As netas da filha que faleceu vivem em uma cidade a 600 quilômetros de distância de sua residência. Deolinda vive sozinha em sua casa.

A casa é toda de madeira, com três quartos, uma sala, uma cozinha, uma área de serviço e um banheiro. Próximo à casa há um paiol, uma estrebaria, um jardim, um galinheiro, um pomar e uma horta. Nesta casa Deolinda morou com o seu marido, com a sogra, com as duas filhas e com dois cunhados.

Deolinda é a irmã do meio de 12 irmãos. Começou na agricultura aos sete anos. Antes disso, porém, já realizava trabalhos domésticos. O pai de Deolinda produzia milho. Casou com 18 anos com o primeiro namorado que conheceu em um encontro da igreja. Sua família e a do marido são de ascendência alemã. Durante a vida de casada produziram feijão, milho, soja, fumo, arroz e trigo. A lavoura era bastante grande, o que exigia a contratação de pelo menos três “peões”. Há 15 anos teve uma produção bastante grande de laranjas e também produziu leite para uma agroindústria. Atualmente está aposentada e toda a produção e criação da propriedade é voltada para o autoconsumo. Deolinda é mãe de Deise.

4.2.9. Rosa

Rosa tem 22 anos, é solteira e não tem filhos. Vive com os pais e dois irmãos. A casa é composta por uma sala conjugada com cozinha, área de serviço, três quartos, três banheiros e uma varanda. A casa principal possui dois pisos. No piso superior, de madeira, estão localizados os quartos e os banheiros. No piso inferior, de alvenaria, localizam-se uma cozinha, uma sala, um banheiro, uma área de serviço e uma varanda, que foi construída posteriormente pela família. Próximo à casa há um paiol, uma estrebaria, um jardim, um pomar, uma horta, um viveiro de mudas e um abrigo com tanque e tanquinho elétrico para lavar roupas.

Rosa é a irmã mais velha de dois irmãos, um deles com 18 anos e o outro com dez anos, com síndrome de Down. Começou a trabalhar na roça aos oito anos, ajudando os pais nas lidas com a lavoura de milho e com o chiqueiro. Quando tinha 13 anos foi encarregada de cuidar do irmão mais novo. Trabalhou por um ano em uma agroindústria na cidade. Atualmente Rosa trabalha com as atividades relacionadas ao leite, a mãe trabalha com um viveiro de mudas e o pai com o transporte de alimentos. Rosa sofreu um acidente grave de carro aos 18 anos. Sua recuperação foi lenta, ao longo de mais de um ano. Durante a recuperação voltou a morar com os pais, onde permanece até hoje. Rosa é filha de Júlia.

4.2.10. Fernanda

Fernanda tem 13 anos, é solteira e não tem filhos. Vive com os pais em uma casa com sala, cozinha, três quartos, um banheiro, uma área de serviço e uma garagem. A parte de madeira da casa contém os quartos. A parte da frente, que é composta pela cozinha, sala, banheiro e varanda, é de alvenaria e foi construída recentemente. Próximo à casa há um paiol, uma estrebaria, um jardim, um galinheiro, um pomar, uma horta e um abrigo, com tanque e tanquinho elétrico para lavar roupas.

Começou a trabalhar na agricultura com 7 anos e no mesmo período foi iniciada no trabalho doméstico.

Fernanda estuda no oitavo ano do ensino fundamental em uma escola na capital do município. Utiliza o transporte público escolar para ir até a escola. Ao retornar, Fernanda intercala o seu tempo entre os deveres de casa, o trabalho doméstico e o trabalho produtivo. Fernanda trabalha na lida com o gado desde pequena, mas assumiu mais recentemente a condução dessas tarefas em conjunto com a mãe, em virtude de um problema de saúde do pai. Fernanda é filha de Helena.

4.3. GERAÇÕES DE MULHERES

No caso específico desta pesquisa, subdivido as experiências em duas gerações de mulheres. Ao falar em geração ressalto que a mesma “não se refere a pessoas que compartilham a mesma idade, mas às que vivenciaram determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras” (DEBERT, 1998, p. 60). As gerações de mulheres dizem respeito às trajetórias temporais mais longas, como aquelas que já chegaram na aposentadoria; ou às mais curtas, como as trajetórias das duas jovens.

As agricultoras entrevistadas com idade entre 34 e 72 anos compartilharam de experiências semelhantes no trabalho reprodutivo e produtivo na infância e adolescência e após o casamento. As nascidas após 1990 foram mais poupadas da intensa jornada de trabalho, tanto produtivo quanto reprodutivo. Por este motivo situo as nascidas entre as décadas de 1940 a 1980 na primeira geração e as nascidas a partir de 1990 na segunda geração.

Estas gerações estão interligadas, não só porque as agentes desta pesquisa compartilham laços sanguíneos, mas, também, porque entre elas se estabelece uma transmissão de saberes e experiências. Ou seja, a forma como os eventos foram forjados em uma geração pode se repetir em outra. Não há um determinismo no dinamismo familiar das agricultoras, contudo, as ações das mulheres pertencentes às duas gerações são influenciadas por fatores sociais, culturais e econômicos compartilhados entre si.

4.4. O TRABALHO COTIDIANO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A jornada cotidiana das agricultoras se organiza pela associação entre o trabalho e a família e, também, pelos valores, ideais e concepções morais associadas ao trabalho. Nesta dinâmica, o trabalho produtivo é fonte de renda, condição básica para a sobrevivência e reprodução da agricultura familiar e o trabalho reprodutivo, por sua vez, é condição indispensável para a manutenção biológica, para a reprodução econômica e social e para o bem-estar das famílias.

A atividade produtiva majoritária durante a infância e adolescência das participantes desta pesquisa baseava-se na produção da lavoura de milho, seguida pelas atividades secundárias de produção de feijão e suinocultura. As atividades reprodutivas englobavam os serviços com a casa: lavar, passar, limpar, fazer compras, cozinhar e buscar lenha,

preparar e estocar alimentos e conservas em geral, consertos e pequenos reparos (com as roupas, com os calçados, com os utensílios domésticos, etc.); com os **cuidados necessários** de adultos, crianças, idosos e pessoas com deficiência; **cuidados necessários** com as plantas e com os animais, com a produção para o autoconsumo em hortas e pomares e com a criação de pequenos animais e; com os **cuidados específicos** com pessoas com deficiência, crianças e enfermos.

A iniciação no trabalho reprodutivo ocorre quando as agricultoras ainda são muito meninas. Estas atividades se misturam com os seus processos de crescimento e desenvolvimento. Elas têm, inclusive, dificuldades para se lembrar quando exatamente começaram a trabalhar dentro de casa. Mencionam que sempre foi assim, que era necessário “ajudar a mãe”, ou encaram as atividades reprodutivas como parte das brincadeiras de criança.

As agricultoras relatam que logo que começavam “a se criar”, ou seja, a depender menos dos cuidados diretos da mãe ou de uma irmã mais velha, quando atingiam quatro ou cinco anos de idade, já assumiam algumas atividades domésticas. O trabalho da casa já começa, desde então, a fazer parte da rotina de vida das meninas. Primeiro como ajuda às mães, que ao estarem envolvidas na lida com a agricultura, deixam a casa sob os cuidados das filhas ou sob a responsabilidade de outras mulheres, tais como as sogras, irmãs, sobrinhas ou cunhadas⁴⁹.

Elas descrevem o trabalho que realizavam quando crianças como o “servicinho”, ou seja, como atividades que não exigiam muita habilidade e que não causavam riscos para as crianças, tais como secar a louça, mexer a comida ou passar pano no chão.

Lembro que o pai colocava banquinho pra eu secar a louça, tinha uns quatro anos, acho. (Lúcia, 36 anos)⁵⁰.

A mãe sempre fala que eu era pequena não alcançava muito pra fazer a polenta e tinha um

⁴⁹ O modelo da delegação (HIRATA; KERGOAT, 2007) a outras mulheres ocorre quando em uma família as filhas mulheres são ainda muito pequenas, quando o casal não tem filhas mulheres, ou no caso de compartilharem a casa com parentes do sexo feminino. Apenas em ocasiões esporádicas foi relatado o modelo de delegação remunerado, como no pós-parto ou no momento de internação por doença.

⁵⁰ Reproduzo aqui as falas de acordo a forma de expressão verbal. Procurei ser fiel a forma como expressam sem corrigir de acordo com a norma gramatical vigente.

cepinho⁵¹, colocava perto do fogão pra alcançar pra mexer a polenta. Eu não sei que idade que eu tinha, eu lembro que tinha o cepinho e uma colher de pau. (Marina, 55 anos).

Minha menina mais velha colocava o banquinho com oito anos pra fazer a polenta e nós ia tudo pra roça. Olha o perigo de se queimar! Mas a gente não pensava nessas coisas, tinha que ir pra roça. (Deolinda, 72 anos).

Adicionalmente, relatam que auxiliavam as mães nos cuidados com os irmãos pequenos e, em alguns casos, inclusive, assumiam todas as responsabilidades de cuidados com os irmãos menores. Nestes casos, as mães passavam as instruções sobre como proceder com os bebês, e, enquanto as mães estavam na lavoura, as meninas tinham de ficar atentas às necessidades deles, desenvolvendo a capacidade de manterem-se em **vigilância** e sob a ética da **atenção** às necessidades, como advoga Tronto (2007), desde muito pequenas.

Se a mãe ia pra roça lá, ela dava de mamá, ela ia lá... hoje daria até uns dois quilômetros e deixava a gente com os pequenininhos, não sei que idade. Aí saía eu e minha irmã com os pequenininhos com o guarda-chuva por causa do sol quente, ia levá lá pra mãe dar de mamá e depois trazia de volta. (Marina, 55 anos).

Minhas duas irmãs mais velhas cuidavam dos irmãos. Minha irmã mais velha ajudou a cuidar de todos os irmãos. Quando eu tinha seis meses... tinha um irmão do pai que morava do lado. Ai a mãe e o pai foi pra roça com o tio. Me deixou com a minha irmã de quatro anos. Minha irmã pequena dormiu e esqueceu de mim. Quando a mãe voltou da roça, deu uma surra na minha irmã. Era assim, quando a mãe desmamava as crianças, os filhos iam dormir no quarto da minha irmã mais velha. Minha irmã mais velha tinha cinco anos quando eu desmamei. Minha irmã que acordava à noite pra dar leite de vaca pra gente. Minha irmã mais velha que cuidava de tudo dos irmãos. Ela criou nós, geralmente era tarefa da mais velha. A irmã mais

⁵¹ Pedaco do tronco de uma árvore.

velha do meu marido, por exemplo, deu depressão pós-parto na mãe dele, ela ficou 60 dias na clínica, o marido [à época] tinha 40 dias e a irmã mais velha teve que cuidar. Tinha o marido e mais nove, três com retardo mental. Ela cuidava dos dez irmãos com 14 anos. (Júlia, 47 anos).

Pois fui eu que criei ela quando ela era pequenininha, ela me chamava de mãe. Ela é dez anos mais nova, cuido dela desde o primeiro dia. Porque eu chamava minha madrastra de tia, porque minha irmã... porque a tia ia pra roça e eu ficava com a Adri [irmã mais nova]. E daí, teve uma época que ela começou a me chamar de mãe, porque ela chamava a mãe dela de tia, porque ela escutava né? Aí nós tivemos uma época que chamar a tia de mãe, pra ela poder começar a chamar também (Lúcia, 36 anos).

Rosa, agricultora da segunda geração, ajudou a cuidar de seu irmão mais novo com síndrome de Down. Depois que voltava da escola, os **cuidados necessários** do irmão eram supridos por ela. Júlia, mãe de Rosa, ao mencionar a sua experiência em relação à criação dos filhos, ressalta que apesar do filho pequeno exigir **cuidados especiais**, foi mais fácil criá-lo do que os filhos mais velhos, pois com estes ela não recebia ajuda de familiares, ao contrário do mais novo, com o qual contava com a ajuda da filha, doze anos mais velha que o pequeno. Assim, a irmã mais velha encarregou-se de criá-lo.

A atuação das meninas nos trabalhos domésticos e de cuidados nunca ocorria sem a supervisão das mães que eram as responsáveis pelas atividades na casa. Quando iam para a roça passavam algumas tarefas para as filhas e quando retornavam, supervisionavam o que as filhas haviam realizado. As agricultoras falam, com frequência, que ajudavam as mães, quando se referem às suas atuações no trabalho de casa durante a infância.

De forma precoce as meninas passam a ser integradas no trabalho produtivo, que, em geral, ocorre a partir dos sete anos de idade, conforme corroboram os estudos de Heredia (1979) e Menezes (2006). Os trabalhos doméstico e de cuidados que já haviam se iniciado ainda mais precocemente, começam, então, a fazer parte do cotidiano de trabalho na agricultura, em concomitância com o trabalho produtivo. A organização do tra-

balho é marcada pela divisão sexual das tarefas entre os membros familiares, que são caracterizadas pelo esforço físico e aprendizado, e podem contemplar relações tanto de cooperação como de conflito.

Acerca da iniciação no trabalho agropecuário, Stropasolas (2006, p.210) comenta:

Na agricultura familiar, as crianças aprendem a conviver com a realidade do trabalho desde muito pequenas, associando trabalho e manifestações lúdicas. São estimuladas a incorporar uma ética em que o trabalho tem um valor relevante como base da subsistência, como meio privilegiado de ganhar a vida e de honrar seus compromissos. Dá-se uma importância fundamental ao trabalho intenso e ininterrupto como sinal de virtude, em oposição à folga, identificada como o ócio. [...]

O tempo das meninas começa a ser organizado intercalando-se as atividades produtivas com as reprodutivas, assim como com a dedicação à escola⁵². O trabalho doméstico e o trabalho produtivo estão tão intimamente ligados que é difícil separá-los rigidamente (PAULILO, 2016, p.81). É comum as agricultoras utilizarem as expressões “trabalho de fora” e “trabalho de dentro”, para separarem espacialmente as tarefas reprodutivas das tarefas produtivas que acontecem de maneira concomitante. A expressão “fui para dentro fazer o servicinho” é bastante usual quando se referem às obrigações do trabalho reprodutivo nos pequenos intervalos da jornada diária do trabalho produtivo.

A produção na horta, a criação de pequenos animais (tais como, galinhas e porcos) e o cultivo de pomares são práticas quase que exclusivamente voltadas para o autoconsumo entre as agricultoras desta pesquisa, com comercialização esporádica, geralmente para algum vizinho ou parente. Estas atividades são descritas como parte do mundo doméstico, pois ocorriam no intervalo entre uma tarefa e outra dentro da casa ou no ir e vir da lavoura, justamente quando as mulheres passavam para “mexer” na horta, recolher os ovos, alimentar os animais ou apanhar frutas no pé.

⁵² Das oito agricultoras da primeira geração, duas estudaram até finalizar o ensino médio, uma finalizou o ensino fundamental e as demais estudaram somente até a quarta série do ensino fundamental. Uma das agricultoras da segunda geração terminou o ensino médio e não está cursando a universidade por opção pessoal e a agricultora mais jovem está terminando o ensino fundamental e tem desejo de cursar o ensino superior.

O interessante é que a produção para o autoconsumo está presente nos relatos como práticas emaranhadas nas funções cotidianas, não ocorrendo como uma atividade planejada ou como uma obrigação a cumprir. Ao contrário da produção na lavoura ou da organização doméstica, que requerem planejamento. Esta atividade surge quase como algo incorporado no saber-fazer dessas mulheres, pois tudo é executado com habilidade e rapidez entre muitas outras atividades. Este saber-fazer sobre o cuidado com as “miudezas”⁵³ e com os animais, segundo elas, é passado de mãe para filha.

A responsabilidade por estas atividades e, também, pelo trabalho de casa é das mães. Já a responsabilidade pelo trabalho fora das casas é do pai, mesmo que todos os membros da família se envolvam com a atividade agrícola. O cultivo e produção para o autoconsumo é uma atividade exclusiva das mulheres, com exceção do abate dos animais, função que é realizada pelos homens com contribuição delas.

Era comum em épocas de aumento na demanda por trabalho nas atividades agrícolas a contratação temporária de mão de obra para auxiliar nas atividades, realizada pelos chamados “peões”⁵⁴. Apesar de a mão de obra dos peões ser necessária para a execução da atividade produtiva, ela resultava em trabalho adicional para as mulheres, pois se encarregavam da alimentação para toda a família, além da alimentação suplementar aos peões.

As pessoas mais antigas, as mulheres faziam tudo. Inclusive pros pião que trabalhavam na roça. (Júlia, 47 anos).

Aqui em casa tinha os pião, uns três por vez, aí a mãe além de trabalhar na roça e fazer comida pra tudo nós [duas filhas, dois genros, marido e sogra], ainda tinha que dá de comê pros três homi. (Deise, 46 anos).

Essa rotina cotidiana na infância é ressignificada na adolescência, na medida em que as obrigações com o trabalho também passam a ser encaradas como um aprendizado para a vida de casadas. No entanto, se no período da infância ainda existiam tarefas que eram realizadas apenas como ajuda às mães, na adolescência as filhas começam a assumir quase que exclusivamente o trabalho doméstico. As mães julgavam importante

⁵³ Expressão corriqueira para se referir à produção de legumes e hortaliças da horta.

⁵⁴ Hoje em dia a mão de obra para contratação é mais escassa no meio rural.

“aprender de tudo” para estarem preparadas para serem boas “donas de casa” para seus maridos.

Percebe-se, pelos depoimentos, a influência de uma norma cultural que perpassa as condutas nos estabelecimentos familiares, pois as moças são estimuladas a aprender e compreender a importância do envolvimento no trabalho reprodutivo, assumindo tarefas desde pequenas e se responsabilizando integralmente pela execução com o passar dos anos. Subjacente ao estímulo das mães para que as filhas aprendam a realizar o trabalho doméstico, cristaliza-se a noção de uma “boa menina”, que se tornará uma “boa esposa” e, também, de uma noção de “boa trabalhadora”. Embora aqui esta concepção de “boa trabalhadora” esteja mais vinculada à noção ética da importância de ocupar o tempo com atividades domésticas, do que a importância que confere socialmente o trabalho doméstico na categoria social da agricultura familiar.

Contudo, a responsabilização pela quase totalidade do trabalho reprodutivo não as retira da obrigação do trabalho agrícola. As agricultoras costumam trabalhar na agricultura até saírem da propriedade, em função do casamento. Os estudos realizados por Stropasolas (2006) e Menezes (2006) destacam que é comum que os/as jovens rurais permaneçam trabalhando sob a responsabilidade dos pais desde a infância até o casamento. No contexto do trabalho na adolescência, Stropasolas (2006, p. 210) salienta que os jovens,

[...] em geral, aprendem logo a diferenciar funções, a estabelecer hierarquia e deveres, a normalizar os princípios do trabalho voluntário em direção a uma razão prática e simbólica também, pois, pela lógica do trabalho e da produção, há um processo de inserção social, familiar, que consolida a identidade adaptada ao lugar cultural. Na adolescência e, sobretudo, a partir dos 15 anos, o jovem [do sexo masculino] assumia as tarefas do adulto e passava a ser visto como tal no espaço social e de lazer, sendo admitido nos seus jogos e reuniões [...].

A organização da dinâmica do trabalho é, portanto, de responsabilidade do pai, assim como a gestão dos recursos financeiros oriundos da venda dos bens produzidos, e a prioridade vincula-se à necessidade da família ao invés de estar atrelada a cada um de seus membros. O pai é visto como o chefe da família e tanto os filhos quanto as esposas não ousam em desrespeitar a sua “autoridade”. Contudo, mesmo não confrontando os pais, as mulheres relatam frustrações com relação ao papel do

pai durante a infância e a adolescência, pois julgam a carga de trabalho excessiva, a falta de tempo para si e a falta de disposição dos pais em escutar as opiniões dos filhos. Em suma, existe a reafirmação permanente de desrespeito às suas necessidades e desejos.

O trabalho organizado por Carneiro e Castro (2007) corrobora a constatação de insatisfação dos jovens rurais perante a atitude autoritária dos pais. Apesar da manifestação de certos ressentimentos em relação a postura autoritária dos pais, todas as agricultoras relataram compreender a atitude deles, justificada pela dureza do trabalho na agricultura e pela falta de alternativas de vida naquela época.

A rotina cotidiana só era interrompida aos domingos, momento no qual a família se reunia para ir ao culto na igreja. Neste dia ninguém ia para a lavoura, mas no período da manhã e na volta do culto, as mulheres aproveitavam o dia livre da obrigação da lavoura para fazer o serviço doméstico mais pesado, como lavar a roupa ou fazer a faxina da casa. Aos domingos, também, era comum cozinhar um almoço especial e com preparação mais demorada, pois durante a semana a alimentação se resumia a arroz, feijão, carne e verduras ou polenta, galinha e verduras. Refeições, segundo elas, de rápida preparação, “só pra encher o estômago”.

Com relação às atividades domésticas observa-se uma diferenciação das tarefas realizadas no período da infância e adolescência das mulheres da primeira geração, em relação às tarefas que costumam realizar atualmente. Tal como, por exemplo, na atividade de “lavar a roupa”. As agricultoras da primeira geração relatam que tinham apenas uma muda de roupa para sair, que havia sido cuidadosamente feita na máquina de costura pela mãe ou irmã mais velha com tecido comprado na cidade. Durante toda a semana usavam a mesma roupa na agricultura e no domingo trocavam para a “roupa de sair”. Neste sentido, o “lavar a roupa” se resumia a uma atividade realizada apenas uma vez por semana, geralmente no domingo, quando a roupa da lida da agricultura era lavada para dar lugar a “roupa de sair”. No dia de lavar a roupa aproveitava-se para lavar, também, os lençóis e as toalhas de banho e de mesa. A atividade de passar a roupa era uma atividade semanal e a prioridade era passar os lençóis, as toalhas de mesa e, eventualmente, a “roupa de sair”, quando esta era lavada, pois existia uma preocupação em não lavar demasiadamente a “roupa de sair” para não estragar.

Naquela época o cuidado pessoal também se diferenciava muito da concepção atual. Para as mulheres da primeira geração, o ato de escovar os dentes ocorria uma vez ao dia e não após cada refeição; e com sabão no lugar da pasta de dente. Banhar-se era uma prática semanal, pois o

costume era o de se lavar diariamente no tanque ou com água de balde para tirar o excesso de sujeira e tomar banho apenas no domingo antes de ir à igreja.

Esses relatos sobre as transformações nos hábitos cotidianos são evidências que que despertaram a minha atenção, pois refletem o fato de que a concepção sobre as atividades realizadas em torno do trabalho reprodutivo foram se modificando ao longo dos anos, assim como demonstra Carrasco, Borderías e Torns (2011) ao revisarem a concepção dos cuidados ao longo da história.

Contudo, se esta é uma experiência compartilhada pelas agriculturas compondo “elos de ligação”⁵⁵ (ELIAS, 1994) entre si, é importante ressaltar que alguns fatores são determinantes para a forma como a dinâmica do trabalho cotidiano foi forjada durante a infância e a adolescência. O número de membros da família é determinante para a conformação das experiências em suas jornadas cotidianas de trabalho, principalmente quando as famílias são pequenas ou no caso da presença de irmãs mais velhas, avós ou tias, pois as jovens sofrem a influência direta em relação ao número de parentes que compartilham a mesma casa.

Nas famílias pequenas, como no caso de Helena que tem dois irmãos, sendo que um deles tinha uma doença que o impedia de trabalhar, e Lúcia que tem duas irmãs, a prioridade era a dedicação às atividades produtivas, pois o emprego da mão de obra entre todos os membros familiares na lavoura era necessário para garantir a sobrevivência. As filhas de famílias pequenas contribuía com o serviço da casa apenas no fim do dia ou, alternativamente, uma das filhas era designada para assumir exclusivamente a responsabilidade do trabalho reprodutivo, enquanto a outra trabalhava na lavoura.

Helena começou a se inserir tardiamente no trabalho da casa, a partir dos 14 anos, quando comparada à experiência das demais agricultoras, que, em geral, se iniciavam aos sete anos. Isto ocorreu apenas quando o “trabalho de fora” foi ficando mais leve, ou seja, quando o pai começou a migrar da produção de milho na lavoura para a criação de suínos.

⁵⁵ Segundo o autor, “[...] cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculado nas ruas, está ligado a outra por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e de propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependente de outrem e tornaram outros dependentes dela”. (ELIAS, 1994, p.22). Acrescentaria a citação do autor os laços de gênero e de espaço.

Por sua vez, Lúcia relata que a partir dos oito anos assumiu todas as atividades reprodutivas, incluindo o cuidado com a irmã mais nova para que a madrasta e a outra irmã pudessem se dedicar exclusivamente ao “trabalho de fora”. A experiência de Lúcia é bastante comum nas famílias em que as primogênitais são do sexo feminino. Nestas situações, as irmãs mais velhas assumem as atividades da casa e, também, o cuidado com os irmãos mais novos, poupando-os da excessiva carga de trabalho. O relato de Cida expressa esta situação:

A⁵⁶: É, a mais velha trabalhou mais. A mais velha era a mais reforçada e aí desde nova começou a ajudar a mãe. Temos nove anos de diferença de idade.

P: Então quer dizer que ela ajudou a te criar?

A: Praticamente foi ela, por que a mãe ficava fora. Ela tava mais na roça, direto. Trabalhavam dia e noite porque era braçal. É milho, feijão, eles plantavam bastante milho porque daí tinha os porco e as vaca daí eles produziam o próprio alimento [dos animais], né? E pasto, e tinha de tudo, né?! Não era que nem agora que larga o gado. Era mais assim fechado né?! Trabalha pra eles [pros animais] na verdade.” (Cida, 34 anos).

A presença de avós ou tias na casa durante a infância e adolescência também costuma poupar as agricultoras de algumas tarefas domésticas e de cuidados. Deise conta que os avós paternos viviam na mesma casa e que era a avó que fazia a maioria dos serviços, o que permitia que ela trabalhasse na roça e frequentasse a escola.

Comecei a trabalhar com cinco anos, com o servicinho de casa... lavar louça, passar um pano, limpar. Na roça trabalhei dos sete aos 15. Com oito anos em diante que comecei ir pra escola. Ia pra roça de manhã e à tarde ia pra escola. Quando voltava da escola ia ajustar a criação, ia cuidar do pasto porque aí quando eles voltavam [da roça] tinha que estar tudo pronto. Mas assim quando tinha oito anos, assim, a nona e o nono vieram morar com nós. A nona fazia todo o serviço de casa, eu só ajudava ela quando terminava fora.

⁵⁶ Nos diálogos usarei “P” para identificar a fala da pesquisadora e “A” para identificar a fala da agricultora.

Tinha que ajudar a nona, né? (Deise, 46 anos).

Contudo, o relato de Deise ressalta que, mesmo que a família não cobrasse dela o serviço doméstico, ela se sentia com a obrigação moral de ajudar a avó e a mãe. A obrigação moral de contribuir com o trabalho reprodutivo aparece nos relatos de todas as mulheres quando se remetem à vida em família. Elas se sentem obrigadas a auxiliar as mães e avós, seja porque desejam diminuir a carga excessiva de trabalho destas mulheres, ou, seja porque sentem que ao não contribuírem com os afazeres da casa não reafirmam com seus esperados papéis de filhas. Além disso, em nenhum momento mencionam sobre a obrigação dos homens da casa de contribuírem com os afazeres domésticos.

Por sua vez, no que concerne a participação da segunda geração de mulheres no trabalho do estabelecimento rural familiar há novas formas de organização e novas vicissitudes em relação à concepção de obrigação na execução de tarefas. As próprias mulheres ressaltam as diferentes experiências entre as gerações.

[...] hoje essas meninas mais novas, não sabem fazer nada. Antes com 12 anos a gente já fazia de tudo e as meninas de hoje não faz mais nada. (Deolinda, 72 anos)

[...] as mulheres de hoje não fazem mais como antigamente. (Joana, 57 anos)

Parece eu acho a meninada muito desinteressada. Não digo assim que tem que trabalhar só em casa, mas, mais acomodados eu acho né? Era importante saber fazer tudo. (Marina, 55 anos)

Alguns fatores podem contribuir para compreender esta mudança na forma como as mulheres são responsabilizadas pelo trabalho produtivo e reprodutivo em diferentes gerações. A dureza do trabalho agrícola “de antes”, ou seja, anterior à mecanização da agricultura que se deu no Brasil a partir da década de 1980, e que passou a modificar a organização do trabalho das pequenas propriedades da região a partir da metade para o final desta década⁵⁷, exigia o uso intensivo de mão de obra e o envolvimento de todos os integrantes da família. As famílias da primeira

⁵⁷ Marcondes (2016) realiza uma retrospectiva da configuração da agropecuária em Santa Catarina, com enfoque nos efeitos da modernização agrícola para a agricultura familiar.

geração, geralmente, eram mais numerosas e todos iam para a roça trabalhar, independentemente da idade.

[...] nós trabalhava em tudo, na enxada. Era tudo no que. (Helena, 47 anos).

Ixi, comecei a ir pra roça bem cedo, com sete anos. Sou a do meio, de cinco irmãos mais velhos e cinco mais novos. A gente ia pra roça com o pai e a mãe. Plantava de tudo, milho, mandioca, feijão... mas era mais milho. Não tinha nada de maquinário, era tudo na enxada. A gente puxava saco de milho pesado o dia todo. (Joana, 57 anos)

Com o advento da modernização e, também, com a migração da atividade da lavoura para as atividades com uso menos intensivo de mão de obra, tais como, a criação de suínos, bovinos e a produção de leite, pouco a pouco, as jovens foram sendo mais poupadas do trabalho agrícola. Contudo, se a mecanização da agricultura pode explicar parcialmente o porquê de as jovens serem poupadas da lida agrícola, ela não é suficiente para explicar a diferença entre as experiências das duas gerações, pois as jovens passaram a ser poupadas não somente do trabalho produtivo, mas, também, do trabalho reprodutivo.

As jovens da segunda geração foram inseridas no trabalho produtivo e reprodutivo na mesma idade que as mulheres da primeira geração. Porém, a carga de trabalho é muito menor para estas meninas. Elas trabalham apenas auxiliando com pequenas tarefas. A exigência de execução de tarefas diminuiu consideravelmente quando comparamos as meninas da segunda geração com as suas mães.

A inserção no trabalho quando são ainda muito jovens é relatado como uma obrigação moral de aprendizado do trabalho, mas a obrigatoriedade de se responsabilizarem por determinadas atividades não existe para as meninas da segunda geração. As meninas atuam na qualidade de auxiliar das mães e dos pais, sendo sempre dispensadas do serviço quando possuem alguma obrigação escolar.

Observa-se, também, uma flexibilidade em relação à aptidão das meninas para determinados serviços. Ao contrário da experiência das mulheres da primeira geração, que comentam que eram obrigadas a assumirem as obrigações impostas pelos pais para não serem repreendidas, as meninas da segunda geração são escutadas sobre as suas preferências e, em muitas situações, são dispensadas dos serviços que não gostam de fazer.

A Fernanda não gosta do serviço da cozinha não, ainda mais lavar a louça. Ela prefere [trabalhar] fora. Mas o quarto dela ela arruma e se preciso de ajuda aqui dentro, peço pra ela, mas ela antes e depois da escola está sempre fora [na agricultura]. (Helena, 47 anos).

A Rosa detesta trabalhar com as vacas. [...] dá vontade de montar um chiqueiro de novo só pra ela trabalhar. Ela gosta de porco e de roça. (Júlia, 47 anos).

Os estudos passam a ser uma prioridade na vida das jovens agricultoras. Elas trabalham na casa e em atividades produtivas quando retornam da escola e após terminarem todos os deveres escolares. Pelos relatos, é possível perceber que as famílias sempre consideraram o estudo muito importante. A sua não continuidade é devida, principalmente, à falta de transporte para estudar na cidade e pela necessidade do emprego da mão de obra de todos os membros da família na roça.

As meninas da segunda geração recebem o incentivo dos pais, principalmente por parte das mães, para a formação escolar e são beneficiadas pela diminuição da carga de trabalho na agricultura e na casa. Rosa já terminou o ensino médio, chegando a morar na cidade enquanto trabalhava em uma agroindústria de processamento de carnes, mas após um acidente de carro que a deixou sem mobilidade durante um ano, voltou para a casa dos pais e decidiu não voltar a morar mais na cidade. Fernanda está terminando o ensino fundamental e relata o desejo de se tornar veterinária para poder continuar morando no meio rural. Das mulheres da primeira geração apenas Júlia e Cida estudaram até finalizar o ensino médio. Devido a dedicação aos estudos, começaram a lidar tardiamente com a roça. Júlia aos catorze anos e Cida aos dez anos, mas os afazeres domésticos já eram realizados por elas desde muito meninas, em torno dos cinco anos.

No meio rural, geralmente, há escolas nas comunidades até a quarta série do ensino fundamental, as demais etapas educacionais são oferecidas apenas nas cidades. Júlia e Cida foram as escolhidas entre os irmãos para dar continuidade aos estudos na cidade. Para que estas duas agricultoras pudessem seguir estudando, foram morar com as avós na cidade. Cida morou com a avó durante todo o ensino fundamental e médio. Júlia residiu com a avó durante o ensino fundamental e trabalhou como empregada doméstica, morando na casa da família para quem trabalhava, durante o ensino médio.

Interessante observar que para compensar a acolhida das avós, ambas as agricultoras assumiram a obrigatoriedade do serviço doméstico e de cuidados. Isto nos leva a concluir que, embora a formação educacional tenha sido um forte motivo para que estas agricultoras fossem poupadas do trabalho cotidiano no estabelecimento rural dos pais, esta obrigação foi deslocada para o local em que residiram durante os estudos. Além disso, todos os finais de semana eram obrigadas a retornarem para a casa dos pais, para auxiliar nas atividades da propriedade.

As duas jovens agricultoras que participaram desta pesquisa não precisaram ir morar na cidade para dar continuidade aos estudos. Ambas foram beneficiadas pelo transporte escolar público e gratuito, apontado por todas as agricultoras como essencial para que as/os jovens rurais pudessem seguir os estudos na cidade.

Contudo, as trajetórias de Fernanda e Rosa diferem da história de vida das/os jovens da região. Ambas trabalham atualmente na agricultura, se declaram agricultoras e têm o desejo de permanecer no meio rural ao longo da vida adulta. Costumeiramente as/os jovens rurais acabam migrando para as cidades durante o período dos estudos, quando têm suporte de algum familiar na cidade, ou migram para lá assim que terminam o ensino médio, seja para cursarem a faculdade ou para trabalharem. As jovens refletem criticamente sobre a tendência migratória das/os outras/os jovens de suas comunidades e sobre as suas próprias trajetórias pessoais. Julgam que a decisão por continuarem vivendo no campo passa pelo desejo de manterem uma melhor qualidade de vida e, também, por se manterem próximas aos pais.

Alguns trabalhos como os de Stropasolas (2006), Aguiar e Stropasolas (2010) e as pesquisas organizadas por Carneiro e Castro (2007) relatam o descontentamento do jovem com a vida no campo, o desejo da migração para a cidade e a problemática da sucessão rural no caso de famílias em que todos os jovens estabeleceram suas vidas na cidade. Nesta nova dinâmica as moças tendem a migrar com maior frequência, mais cedo que os homens. A tendência migratória das jovens é influenciada por suas mães, conforme relatam Aguiar e Stropasolas (2010), que identificam o incentivo às jovens para estudar na cidade, a fim de obterem um futuro diferente de suas mães, preferencialmente fora da agricultura.

Migrar para a cidade pode significar a libertação de um futuro indesejado no meio rural e a opção pelos estudos pode modificar a condição de inferioridade associada ao *status* de agricultora. Apesar de as famílias valorizarem os estudos, consideram que se for para permanecer na agricultura não há a necessidade de estudar. Esta contradição é

ressaltada por Aguiar e Stropasolas, para quem “parece haver uma oposição: quem estuda quer sair, quem não estuda não tem outra alternativa que não seja ficar” (2010, p. 176).

A opção pelos estudos é a principal razão para a migração dos jovens, mas este não é o único motivo. A opção por migrar pode ser explicada por um conjunto de eventos, de situações e de problemáticas. Dentre as quais estariam os eventos imprevisíveis enfrentados pela agricultura familiar, tais como: as intempéries climáticas; as oscilações de preços dos mercados; as restrições à renda econômica, insuficiente para a reprodução socioeconômica da família; a falta de segurança financeira e de uma renda fixa, garantida mensalmente; a estrutura fundiária desigual, geralmente exposta na fragmentação de minifúndios, que não possibilita investimentos ou expansão de atividades produtivas; a penosidade e precariedade do trabalho rural; o cotidiano de atividades agrícolas intensas e intermitentes, representada pela “falta de folga” nos finais de semana, nos feriados e; a ausência de férias (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010).

Os jovens, geralmente, destacam os aspectos de privação para exprimir a realidade a que estão expostos no campo, tais como: a falta de oportunidade, a falta de liberdade e a falta de autonomia. Rosa e Fernanda, ao contrário desta tendência, veem-se inseridas na propriedade de seus pais como agricultoras. Fernanda não lida com a escolha em relação aos estudos como um potencial impedimento para permanecer ou sair do campo. No entanto, para cursar a faculdade, será necessário migrar para a cidade.

As duas jovens da pesquisa projetam um retardamento nos casamentos. Alegam almejar primeiro a realização profissional para depois pensarem no casamento. Contudo, ressaltam que não querem repetir a experiência de suas mães, que se casaram ainda jovens e com o primeiro namorado. Elas buscam uma ampliação das experiências afetivas, ainda que o controle e a vigilância dos pais e da comunidade estejam muito presentes. A troca de experiências com outras jovens da cidade e do campo faz com que as agricultoras repensem e comparem a trajetória de vida de suas mães com as suas. A realização pessoal, assim, não se concretiza com o casamento, mas, ao contrário, com a realização profissional, ainda que elas não descartem, casar, ter filhos e viver na propriedade dos pais ou próximas a eles.

4.5. O COTIDIANO FAMILIAR DEPOIS DO CASAMENTO

O casamento emerge nas narrativas como um marcador temporal na história de vida das mulheres, pois delimita a mudança do espaço de convivência da casa dos pais para a casa do marido. É neste novo local de moradia que as configurações de organização do tempo de trabalho cotidiano vão sendo reorganizadas⁵⁸. Da subordinação aos pais, as mulheres passam a conviver com uma nova hierarquia, na qual a figura do “chefe de família” agora é representada pelo marido ou pelo sogro.

É tradição no meio rural que as mulheres após o casamento passem a viver na propriedade herdada pelo marido ou na propriedade dos sogros, nos casos em que o filho, geralmente o mais novo, permanece na propriedade em que vive. Isso porque existe a estratégia de excluir as mulheres da herança da terra⁵⁹ e de reservar a elas apenas o dote do casamento representado pelo enxoval, pela máquina de costura e/ou por uma novilha.

Neste sentido, os casamentos se conformam como promotores da tradição, do patrimônio⁶⁰ e, também, da reprodução dos papéis de gênero (WOORTMAN, 1995). Com exceção de Lúcia, todas as mulheres desta geração se casaram quando tinham entre 18 e 20 anos. Lúcia se casou com 16 anos após uma gravidez indesejada. Todas se casaram com o primeiro namorado.

O isolamento destas mulheres nas unidades de produção e a dedicação quase que exclusiva ao trabalho, somado ao rígido sistema de vigilância promovido pelas famílias (STROPASOLAS, 2004), acaba por determinar os escassos encontros com possíveis namorados e limitar as escolhas, o que justifica o fato de todas terem se casado com o primeiro namorado.

A vigília dos pais passa, centralmente, pela preocupação da manutenção do senso de honra⁶¹ da família. Apesar de esta vigília ser

⁵⁸ Aqui analisarei apenas a experiência de vida das agricultoras da primeira geração, pois as agricultoras da segunda geração são solteiras e ainda vivem com os pais.

⁵⁹ Irei analisar a questão da herança da terra com mais profundidade na próxima seção.

⁶⁰ Bourdieu (2006) ao analisar a questão do casamento para os camponeses de Béarn sugere que a lógica do casamento é regida pelo desejo de salvaguarda do patrimônio. Segundo o autor, em uma situação na qual opera-se uma restrição econômica, as famílias levam em consideração as condições sociais e econômicas de sua própria família e da família do futuro cônjuge a fim de preservar a posição social e o valor da propriedade.

⁶¹ Sobre a noção de senso de honra, Bourdieu (2002) realiza uma interessante contribuição a partir dos estudos da sociedade Cabila.

menos rígida do que antes, configurada na livre escolha das mulheres por seus cônjuges, ela ainda persiste. As agricultoras relatam com orgulho que seus pais aprovaram o casamento, condição *sine qua non* para uma aprovação social na comunidade, evitando, assim, falatórios e chacotas. Um exemplo disso é a aprovação social do casamento precoce de Lúcia. Após o consentimento do pai, a comunidade reagiu positivamente ao casamento, pois seria inaceitável que uma adolescente pudesse ser mãe solteira.

Apesar de o casamento de Lúcia ter sido aceito socialmente, ela e o seu marido não o celebraram na igreja. Não foi preciso a rejeição verbal do padre para a não celebração do casamento, o jovem casal já sabia que a celebração do matrimônio não era bem-vinda pelas regras morais impostas pela igreja católica. Lúcia foi a única das agricultoras casadas a não se casar na igreja.

As celebrações do matrimônio na igreja são muito festejadas pelas mulheres, pois aludem a um imaginário amplamente difundido, expresso na sonhada roupa especial a ser vestida pela primeira vez e na festa, tão esperada e exaltada pela família e pela comunidade. Desde muito pequena elas foram educadas para o casamento, valor este expresso no processo de socialização e na inserção gradativa na vida social comunitária.

Este momento foi tão marcante para as mulheres que entrevistei, que elas faziam questão de me mostrarem as fotos de seus casamentos. Contaram anedotas, lembraram com carinho dos padrinhos e me descreveram detalhadamente a história por trás do vestido de noiva. Lúcia, como não tem fotos do casamento, fez questão de me mostrar as fotos da crisma, falando sempre com um certo ressentimento sobre a “festa que ela nunca teve”.

Todas as que se casaram na igreja católica passaram pelo “curso de casados” promovido por esta instituição, que tem como objetivo incentivar as boas práticas morais das mulheres, como donas de casa e mães, e dos homens, como provedores da família.

A igreja católica está muito presente nas comunidades em que estive. A igreja representa um dos espaços mais importantes na promoção dos encontros sociais. Com exceção de Lúcia e de Deise que conheceram os seus maridos na escola e na agroindústria, respectivamente, as demais agricultoras conheceram os seus maridos em encontros promovidos pelas igrejas nas comunidades.

A igreja católica funciona como um espaço de doutrinação religiosa e, também, de lazer. É neste local e no pavilhão paroquial onde ocorrem os bailes de juventude, as festas para arrecadação de fundos (conhecidas como “promoções”), os cursos de jovens, os cursos de

casados, os bailes de idosos, dentre outros eventos do calendário católico. Esta posição social ocupada pela igreja expressa, também, contrassensos. Pois, ao mesmo tempo, que a postura conservadora da igreja católica contribui para reafirmar os estereótipos naturalizados de gênero, estabelecendo os parâmetros e as condutas morais das relações familiares - em que a autoridade é hierárquica e patriarcal (ROSADO-NUNES, 2008) - o espaço da igreja e os encontros promovidos acabam representando uma das escassas opções de integração social nas comunidades.

O casamento não as consolida apenas como esposas, mas também como agricultoras, isso porque antes do casamento eram reconhecidas como filhas de agricultores e não como agricultoras. Ser agricultora, segundo Carneiro (2001) está vinculado ao estado matrimonial, isto é, à simbiose entre a mulher e a família, acrescida da valorização do homem como provedor e responsável pela respeitabilidade, e dos membros de seu grupo doméstico. Esta ideia desvincula a atuação das mulheres na agricultura à noção de profissão e transforma a renda do trabalho feminino em ajuda, condição que sustenta, ainda hoje, a subordinação feminina à esfera masculina.

O que pretendo destacar aqui é que ao não herdarem as terras de suas famílias, elas passam a atuar como agricultoras, podendo ter relativa autonomia como trabalhadoras rurais, a partir do casamento.

Após um pouco mais de um ano do casamento as entrevistadas tiveram os seus primeiros filhos, exceto Deise que não teve filhos por problemas de infertilidade. Dona Deolinda, mãe de Deise, também enfrentou problemas de infertilidade e adotou suas duas filhas após três anos de casamento. Em síntese, experimentaram por pouco tempo a vida de casadas sem filhos.

Algumas agricultoras sofreram abortos ou perderam os seus filhos no momento do nascimento. Todas atribuíram a perda dos filhos ao excesso de trabalho, seja porque assim lhes informou o médico ou porque elas mesmas sentiam-se debilitadas fisicamente em função do trabalho excessivo. Mesmo quando estão grávidas as mulheres continuam realizando o trabalho doméstico e da lavoura, que segue até o momento do parto. A pesquisa realizada por Gonçalves da Silva (2001 apud STROPASOLAS, 2006) também constata uma situação semelhante. As mulheres pesquisadas por esta autora enfrentaram condições bastante duras durante o período gestacional.

No momento do nascimento do filho era comum fazerem o que elas chamam de “dieta” durante os trinta dias após o parto. Neste período, se alimentavam somente com determinados alimentos, não lavavam a

cabeça e evitavam esforços físicos, para uma boa recuperação do parto. A dieta fazia parte do ritual do **cuidar de si**⁶² no pós-parto.

Tive meus filhos no hospital em [município em que reside], mas a sogra que era parteira ia junto para ajudar. Fiz a dieta na casa da sogra. Não podia comer quase nada, tinha que usar roupa comprida, não podia lavar a cabeça e nem fazer nada. Graças a Deus que fiz a dieta com a sogra! Me recuperei logo. Minha filha quando teve o menino dela lá longe, dois dias de viagem daqui, veio pra cá pra fazer a dieta. Ela sabe do que é bom, né? Com a dieta a gente se recupera logo. (Joana, 57 anos).

Este período de resguardo não ocorria sem a ajuda de outra mulher, geralmente prestada pela mãe, pela sogra ou pela irmã. A maioria destas ajudas aconteciam de forma gratuita, sendo que apenas Júlia e Marina relataram que pagaram alguém para ajudar no período da dieta. Júlia recebeu a ajuda da irmã e Marina de uma vizinha, isso porque ambas não puderam obter ajuda de suas mães ou sogras.

Algumas continuaram recebendo auxílio com os cuidados com os bebês nos primeiros três meses. Após a dieta, as agricultoras retornaram, gradativamente, a exercerem as suas atividades. Primeiro dentro da casa e, pouco a pouco, as atividades de fora da casa voltaram a fazer parte de suas rotinas. Nenhuma recebeu ajuda dos maridos nos cuidados com os bebês ou na execução das obrigações domésticas, enquanto os filhos eram pequenos.

Na falta de alguém para deixar os bebês, as agricultoras relatam que os levavam para roça, embrulhados em um paninho, às vezes dentro de um cesto e os deixavam debaixo da sombra para estarem sob vigilância ou para amamentá-los, quando necessário.

Após o casamento, entra em cena um fato bastante citado pelas mulheres e abordado pela literatura especializada sobre a família rural, que se refere à convivência com a sogra. É fato comum algumas agricultoras irem morar na casa dos sogros depois do casamento. Segundo relatos, as sogras contribuíam para diminuir a carga de trabalho, seja assumindo parte dos cuidados com as crianças pequenas ou exercendo algumas atividades domésticas ou, até mesmo, com o trabalho da roça. Contudo, nestas situações, a sogra não representava apenas uma ajuda nos

⁶² Tronto ressalta que o cuidar de si não está circunscrito apenas à dimensão psicológica, ele é parte constituinte da concepção holística do cuidado (TRONTO, 2007, p.288).

cuidados com a casa e com as crianças. A organização do trabalho de dentro da casa era coordenado pela sogra, ou seja, a sogra assumia parte das tarefas e determinava quais tarefas estariam a cargo das noras. Três mulheres desta pesquisa relataram experiências dessa natureza na convivência com as sogras.

Em algumas falas, sejam em relatos pessoais ou quando se referiam à vida de outras mulheres, o papel da sogra é mencionado de forma positiva, pois contribuía para a diminuição de suas cargas de trabalho. Mas, a maioria dos relatos fazia referências à relação autoritária que as sogras estabeleciam dentro de casa, e mencionava, também, os problemas de relacionamento daí decorrentes. As sogras ditavam o ritmo de trabalho na propriedade, costumavam defender os filhos com argumentos protetores e, também, supervisionavam o trabalho realizado pelas noras⁶³.

Depois vim morar com a sogra. Sogra não é mãe, você sabe como é, né? Trabalhava o dobro e ela só defendia ele [o marido]. (Lúcia, 36 anos).

Lá sim, eles tinham horta, tinham vaca de leite, mas eu ficava mais dentro de casa né?... Porque minha sogra não gosta de serviço de casa, ela detesta. Ela só faz comida porque tem que fazer e limpá a casa. Se for por ela, ela só ficava lá fora, só trabalhando. Mas ele [o marido] me levou lá por isso, pra dar uma folga pra mãe dele. Mas ela não consegue ficar só lá fora, ela também interfere lá dentro. Então daí começa, né? A casa é dela, o jeito dela. Daí eu gostava de segurá limpo e organizado e ela já é mais, não era muito. Como ela não teve o costume porque só trabalhava, não era de limpá a casa e coisa, né? E eu já sou mais organizada. (Cida, 34 anos).

A convivência com os sogros era marcada por conflitos frequentes, principalmente pela falta de autonomia e subordinação a que estavam sujeitas dentro de casa. A autoridade dos sogros constituía-se de forma superior à autoridade dos pais, fazendo com que elas não se sentissem autorizadas a, nem sequer, responder às rotineiras agressões. Os sogros tratavam-nas como se estivessem realizando uma concessão ao deixá-las morar na mesma casa. Woortman (1995, p.178) sublinha a condição da sogra no ambiente doméstico ao analisar a sua relação com o filho e com

⁶³ Na seção seguinte irei abordar com mais profundidade a convivência com os sogros e a obrigatoriedade do cuidado para com eles.

a nora.

Com o nascimento do primeiro filho, opera-se uma mudança, ainda que não radical. O filho [da sogra] passa a ser “respeitado” como pai, e em geral, lhe é atribuído um espaço maior no gerenciamento do processo de produção. A mulher, reconhecida como mãe, é aceita *na* família, mas não ainda como *da* família. Ela não é a dona de casa, pois permanece, no essencial, subordinada à sogra.

Apesar de a convivência marcada por conflitos, quando os sogros adoecem ou quando começam a ter a mobilidade afetada pelo processo de envelhecimento, as agricultoras se encarregam pelos seus cuidados. Federici (2017) ao tratar da relação de cuidado com idosos afirma⁶⁴,

[...] cuando son los miembros de las familias los que hacen cargo de los mayores, la mayor parte de las tareas suelen recaer en las espaldas de las mujeres, quienes durante meses y a veces años viven al límite del agotamiento físico y nervioso, consumidas por el trabajo y la responsabilidad de tener que proporcionar unos cuidados y realizar unas tareas para las cuales a menudo no están preparadas. (FEDERICI, 2017, p.211).

Neste campo das relações entre os sogros e as noras no que tange às relações de cuidados, se visualiza a qualidade moral da **receptividade**⁶⁵, abordada por Tronto (1993b). O ato de cuidar depende da resposta da pessoa cuidada e, neste caso, o que muitas vezes aparece como uma resposta negativa por parte dos sogros pode não se configurar em uma má atuação das cuidadoras. As agricultoras relatam que a posição autoritária dos sogros não era “deixada de lado” mesmo no momento de suas vulnerabilidades. As agricultoras utilizam a expressão “só fazia reclamar”, quando se referem a como os sogros reagiam aos cuidados das noras. A atitude negativa das sogras por si só não representa um **mau cuidado** (MOLINIER, 2004) por parte das noras, mas evidencia a necessidade delas continuarem se mantendo em posição de superioridade

⁶⁴ A mesma autora trata, também, da questão da dupla responsabilidade no caso de mulheres que se encarregam dos cuidados com os idosos e com os filhos ao mesmo tempo (FEDERICI, 2017). Como no caso de Lúcia que cuidou do sogro com câncer quando tinha as filhas pequenas.

⁶⁵ *Responsiveness*.

devida à autoridade conferida pelos papéis que representam, mesmo no momento de vulnerabilidade.

Retornando à questão da maternidade, as agricultoras associam o “ser mãe” à concepção que têm de esposa. Ter filhos faz parte deste novo momento, pois não faz sentido formar uma nova família sem se tornarem mães. Aqui observa-se uma mudança radical na concepção do “ter filhos” com relação às famílias rurais de décadas anteriores, pois no passado ter filhos também simbolizava a necessidade de mão de obra na agricultura (PAULILO, 2016, p.87), o que resultava em famílias muito numerosas. As agricultoras que fizeram parte desta minha pesquisa relatam que a opção por ter filhos relaciona-se ao desejo de serem mães, pelo afeto com as crianças, pela preocupação com a sucessão familiar e com os cuidados a serem prestados pelos filhos aos pais na velhice. Nenhuma entrevistada mencionou a importância dos filhos como contribuição para o trabalho na propriedade. As agricultoras da primeira geração tiveram em média três filhos, suas mães tiveram em média oito filhos.

No que diz respeito à decisão de ter menos filhos em relação à geração anterior, os relatos enfatizam a importância de não se repetir a história de vida das mães, que “[...] só fazia parir e trabalhar.” (Joana, 57 anos). Joana comenta, inclusive, que ter poucos filhos era o contrário do que a igreja recomendava para as mulheres no “curso de casados”. Segundo ela, “na igreja, no curso que fiz dizia para ter muitos filhos, mas eu achei que já dava com esses” (Joana, 57 anos, dois filhos). O depoimento de Marina revela a intenção de ter poucos filhos e a sensação de solidão quando os filhos saem de casa.

P: Você chegou a pensar em ter mais filhos?

A: Pensei que tendo esse tudo bem. Estava quase pensando em parar e aí veio o Valter e depois fiz laqueadura. Já tava bom. Hoje penso que deveria ter mais. Porque eles vão crescendo, vão saindo. Dá vontade de ter alguém por casa... (Marina, 55 anos, quatro filhos).

A diminuição da natalidade é uma tendência observada na região e está associada ao planejamento familiar. Pelos relatos foi possível notar que este planejamento é mais bem realizado por elas, pois os maridos não se envolvem na decisão e deixam os métodos contraceptivos por conta

das mulheres⁶⁶. Cabe a elas a decisão do número de filhos do casal. Os principais métodos contraceptivos utilizados pelas mulheres desta pesquisa são: a tabelinha, a pílula anticoncepcional e a laqueadura.

Com respeito à transformação nas famílias, Fougeyrollas-Schwebel (1994, p.340) afirma:

O primeiro ponto que marca essas transformações, e isso aparece ao nosso ver como essencial, é a difusão dos métodos modernos de contracepção, que assegura um domínio da procriação por parte da mulher e transforma as relações sexuais, abrindo caminho para a autonomização das mulheres em relação à instituição da família, Nadine Lefaucheur frisa que a difusão dos métodos de contracepção transforma as relações de poder entre os sexos no campo da sexualidade e da procriação. "O desejo de paternidade dos homens se torna tributário da vontade de maternidade de suas parceiras." (LEFAUCHEUR, 1992, p. 419). Com a pílula e o DIU, métodos muito mais confiáveis que os anteriores, as mulheres podem decidir antecipadamente quanto ao momento e ao número das gravidezes.

Pereira de Melo e Thomé (2018, p.78), ao analisarem as mudanças na taxa de fecundidade no Brasil, ressaltam que esta não é só uma tendência no meio rural, mas também no meio urbano. Sendo que a diminuição de filhos por família é ainda maior na cidade do que no campo. Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) evidenciam que

[...] entre 1940 e 1960, a taxa média de fecundidade era de 6,3 filhos por mulher, muitas pessoas chegavam a ter, portanto, mais de seis filhos. Nos anos 1970, a taxa era ainda de 5,8 filhos; em 2011, ela chegou a 1,95 filho por mulher e, em 2015, já era de 1,72 filho (PEREIRA DE MELO; THOMÉ, 2018, p.79).

A preocupação em ter menos filhos também se relaciona ao desejo que as mulheres têm de serem boas mães, manifestado pelo anseio de proximidade e presença nos cuidados com os seus filhos. Por meio das

⁶⁶ Nas entrevistas com as agricultoras, a questão da sexualidade foi abordada apenas quando lhes perguntei sobre o método contraceptivo utilizado. Houve pouca abertura por parte delas para tratar sobre outros aspectos da sexualidade.

narrativas é possível verificar a notável mudança na concepção de maternidade.

Se antes os filhos recebiam apenas os **cuidados necessários** para a manutenção da vida, as agricultoras ressaltam que, sempre que possível, se dedicam à criação dos filhos e destacam o afeto que sentem por suas crianças. Elas associam a falta de afeto de seus pais à falta de tempo, em virtude da dificuldade do trabalho na agricultura.

Cida, por exemplo, relata que houve um distanciamento entre ela e os seus pais no período da infância e adolescência, porque eles estavam sempre ocupados com a produção na lavoura de milho e feijão e com a criação de suínos. Ela observa que houve uma mudança na relação entre pais e filhos, “hoje há uma troca de afetos maior.” (Cida, 34 anos).

Ao referirem-se às transformações no afeto que receberam de suas mães, comparativamente ao afeto dedicado a seus filhos, associam tais mudanças a uma maior presença e dedicação delas na atualidade. Aqui novamente referem-se ao exemplo de suas mães como algo negativo, ou seja, que não deve ser seguido. No entanto, não culpam as mães, mas procuram compreender as dificuldades enfrentadas por elas e se esforçam para ter uma experiência de maternidade diferente. Todas manifestam muita preocupação nos cuidados com as crianças, mencionando em diferentes ocasiões e repetidas vezes o cuidado, o afeto com os seus filhos e a disponibilidade para atendê-los.

As trajetórias de vida indicam que as agricultoras enfrentam desde muito pequenas a **dupla jornada de trabalho**. Com o nascimento dos filhos, esta dupla jornada se intensificou e complexificou ainda mais a organização do tempo e a presença das mulheres nos espaços “de dentro” e “de fora”.

Resta evidente nos relatos a percepção de doação de si mesmas para os filhos, vinculada ao sentido que todas atribuíam à maternidade. Como as agentes desta pesquisa são mulheres católicas, não pude deixar de associar a referência que faziam de si próprias à concepção de mulher que a igreja propaga. Segundo Rosado-Nunes (2008, p. 74),

[A] concepção das mulheres que a Igreja propõe, vinculada definitivamente à realização real ou espiritual da maternidade, define-as como seres para outros. As características atribuídas a uma suposta “natureza feminina”, sensibilidade, delicadeza, capacidade de doar-se e de perdoar, numa escala que vai sempre delas para alguém, contrapõem-se frontalmente à afirmação do desejo de ser para si mesma que as mulheres expressam.

Todas as agricultoras afirmam terem se realizado com a maternidade e não se queixam em nenhum momento do trabalho adicional implicado no cuidado com as crianças. Quando perguntadas sobre o aumento da carga de trabalho e das obrigações com os cuidados dos filhos, minimizam as dificuldades por meio de elogios aos filhos. Algumas dessas menções são representativas:

[...] minhas crianças não davam trabalho, fazia tudo que eu pedia (Joana, 57 anos)

Não posso reclamar, graças a Deus, nunca tive que ir num hospital (Marina, 55 anos)

Ih, a minha menina era quietinha, nem chorar chorava (Helena, 47 anos)

Mesmo minimizando o trabalho com os filhos, é inegável que a rotina cotidiana se transformou completamente após o nascimento das crianças. A compatibilização do trabalho produtivo com os serviços doméstico e cuidado com as crianças tornou-se um desafio. Elas não chegam a mencionar esta situação como uma nova “descoberta”, ou como uma adaptação à nova situação, como ocorre, em geral, com muitas mulheres que se tornam mães pela primeira vez. Como todas vivenciaram a experiência de cuidar de irmãos menores, intercalando os cuidados com as obrigações do trabalho na lavoura e com os serviços domésticos, relatam com certa naturalidade a reorganização do tempo após a chegada dos filhos.

Entretanto, é interessante observar que quando se referem à maternidade valem-se do termo **responsabilidade** para descrever as suas obrigações com os filhos. Ao contrário das referências utilizadas em seus relatos para designar as atribuições imputadas a elas quando crianças e adolescentes, já que faziam uso do termo ajuda.

A **responsabilidade** aparece como uma obrigação moral no cuidado, abordada por Tronto (1993b, p.131), como uma qualidade inerente à segunda fase do *care*, o *taking care of* (ocupar-se de, cuidar de). Segundo a autora, a responsabilidade é uma qualidade moral que não remete apenas a regras formais, mas está associada a uma série de práticas culturais. Neste caso, as mulheres se sentem socialmente responsáveis pelos cuidados, do que se espera que uma mãe possa realizar por seu/ua filho/a⁶⁷.

⁶⁷ Considerando aqui a nova concepção de maternidade que está em jogo para esta geração de mulheres.

A noção de responsabilidade adotada por estas mulheres está associada à disponibilidade e à presença. As mulheres são responsáveis pela sincronização de tarefas e pela gestão cotidiana das necessidades de todos os membros da família e, também, dos seres vivos (plantas e animais) na propriedade familiar. Isto significa que as mulheres se colocam com uma disponibilidade temporal permanente, uma relação baseada na interação, na antecipação e no reconhecimento das necessidades (BESSIN, 2016).

A obrigação moral de ser responsável está associada ao sentimento de **culpa**. Elas se culpam por não poderem realizar mais pelos filhos, seja pela restrição financeira ou por falta de tempo; por não terem podido terminar determinadas tarefas programadas para o dia; ou por não conseguirem suprir certos desejos dos filhos. Uma das agricultoras fez referência ao ditado popular “ser mãe é padecer no paraíso” para expressar o sentimento de culpa que sentia por não ter podido suprir todos os desejos dos filhos.

4.6. O TRABALHO REPRODUTIVO NO TEMPO PRESENTE

Os relatos orais sobre as experiências de vida com o trabalho reprodutivo percorrem o período da “infância e adolescência” na casa dos pais, o momento “após o casamento”, quando se mudam para a nova casa e o “tempo presente”. No “tempo presente” as agricultoras fazem alusão à minha presença no campo empírico, incorporando em suas narrativas o objeto de meus interesses como pesquisadora. Ou seja, procuram destacar em seus relatos como a configuração atual da família marca seus ritmos de vida cotidiana. Este marcador temporal relacionado à minha presença no campo, não somente se remete às memórias do tempo presente, mas conduz as suas narrativas, constantemente e invariavelmente, a memórias passadas e a projeções futuras.

Evidentemente, o “tempo presente” não é homogêneo entre elas, apesar de compartilharem experiências semelhantes, estabelecendo “elos de ligação”, principalmente em relação à responsabilização pelos afazeres domésticos e de cuidados e pela sobrecarga de trabalho. Cada uma experimenta, atualmente, uma realidade distinta, marcada pelas configurações familiares em que estão inseridas.

Constata-se que o trabalho reprodutivo tem como uma de suas características a necessidade constante de realizar tarefas. É um trabalho que se prolonga em tarefas que atravessam o dia e seguem até a noite e, pelo fato de também incorporar o cuidado com as pessoas e com os

animais, frequentemente estende-se durante a noite. Se uma pessoa doente ou uma criança se desperta durante a noite, há a necessidade de alguém se levantar para cuidá-la. As casas necessitam ser limpas, as camas arrumadas, as comidas preparadas, os animais alimentados e as hortas regadas e adubadas. Algumas atividades precisam ser realizadas todos os dias, incluindo o fim de semana, pois o trabalho reprodutivo supre as necessidades cotidianas de sobrevivência e de reprodução da vida (CARRASCO; BORDERÍAS; TURNS, 2011). Esta experiência é compartilhada entre as mulheres de minha pesquisa.

Para ilustrar a experiência na vida cotidiana das agricultoras, parto da análise de um dia típico de trabalho. O dia das agricultoras se inicia entre seis e sete horas da manhã. O horário de despertar é quase sempre o mesmo, podendo variar no fim de semana, período em que as agricultoras, normalmente, “descansam mais uma horinha”. Em todos os casos, as mulheres levantam antes dos demais familiares, geralmente meia hora antes ou um pouco mais, para irem “adiantando as coisas”.

Lúcia encaminha a sua filha para ir para a escola, pois o transporte escolar passa na propriedade às 6:30hs. Apesar de a aula começar somente às sete e meia e a escola estar a 20 minutos de distância, o transporte passa com uma hora de antecedência para dar tempo de pegar todas as crianças da comunidade. A filha adolescente se prepara sozinha, mas Lúcia fica “de olho” para assegurar que ela não se esqueça de nada. As agricultoras com filhos pequenos que frequentam a escola no período da tarde, acordam também os seus filhos para que eles auxiliem nas atividades. As que tem filhos adultos cuidam para não fazer muito ruído para não os despertarem antes da hora, já que os filhos mais velhos são responsáveis pelas gestões de seus próprios tempos.

Ao acordar, a primeira atividade é acender o fogão a lenha, um ritual diário, para aquecer a casa, fazer o chimarrão e colocar a comida para cozinhar em cocção lenta. Aqui a tradição junta-se à utilidade dessa fonte energética. Depois de aceso o fogo vão para o banheiro para os cuidados pessoais⁶⁸ matinais. Saindo do banheiro já começam a labuta. Algumas alimentam os animais de estimação, como pássaros, papagaios e gatos; outras já vão separando os alimentos que estavam congelados para o preparo do almoço. Quando os demais familiares se levantam, o rádio é ligado e eles se sentam para tomar o chimarrão.

⁶⁸ Para Tronto (2007, p.291), o cuidado pessoal é o cuidado que alguém pode fornecer a si mesmo.

Fotografia 1: Agricultora acendendo o fogão a lenha



Foto: Karolyna M. Herrera, outubro de 2017

Nas comunidades que visitei, o rádio é ainda um meio de comunicação bastante utilizado. As agricultoras ouvem a rádio comunitária que difunde notícias da região e, também, músicas e anedotas italianas, muito apreciadas por todas. Ouvem o rádio e tomam chimarrão em silêncio.

Após o chimarrão, a família conversa sobre o planejamento das atividades do dia. A conversa versa sobre as atividades produtivas; comentam sobre o serviço necessário para o dia e a divisão das atividades entre todos os seus membros. Quem decide “quem vai fazer o quê” é o marido. A organização do trabalho reprodutivo não é pauta de discussão,

sendo de responsabilidade das mulheres, pois os homens não exercem estas atividades e já estão acostumados a terem suas necessidades supridas nos horários que melhor lhes convém. Nas casas em que mais de uma mulher compartilha o trabalho reprodutivo, como no caso de Júlia e Rosa, este assunto é discutido posteriormente, após “o pai” decidir quais as necessidades de trabalho “de fora”.

A organização do tempo de trabalho sempre passa primeiramente pela necessidade de dedicação às atividades produtivas, ou seja, a prioridade é a atividade agrícola e pecuária, depois o tempo que “sobra” se divide entre o serviço doméstico, de cuidados, o trabalho na horta e o trato dos pequenos animais. Estas atividades não são necessariamente sequenciais, como num modelo de trabalho de linha de produção, muitas vezes se sobrepõem ou são realizadas concomitantemente.

Da mesma forma como destacou Ávila (2009) na pesquisa com as empregadas domésticas, a quantidade de tarefas diárias das agricultoras promove uma jornada intensa e extensa de trabalho, resultando no que Lúcia Ángeles Durán (1986) chamou de “a jornada interminável”. A **extensividade** resulta em um grande número de horas de trabalho, em geral 13 a 14 horas diárias. A **intensividade**, por sua vez, resulta na simultaneidade das tarefas (ÁVILA, 2009).

A intensividade é constatada quando, por exemplo, ao mesmo tempo que a carne do *freezer* é deixada para descongelar, a cama é arrumada, a cozinha varrida, o quintal na frente da casa é limpo. Enquanto varre o quintal, os temperos são colhidos, a carne é temperada e colocada no fogo, o leite que está coalhando para o queijo é mexido, o arroz preparado.... São diversas atividades realizadas de maneira simultânea e que exigem atenção para que tudo saia bem. As comidas, por exemplo, precisam de cuidado constante para não queimar, ou passar do ponto.

Adicionalmente, as mulheres estão sempre atentas às necessidades dos familiares, dos animais e das plantas na jornada cotidiana. Ao longo do dia, quando surge alguma necessidade, deixam de lado o que estavam fazendo e vão atender, seja o trato de algum animal, a solicitação de um filho, um pedido de auxílio do marido, ou alguma visita que aparece de maneira inesperada. Portanto, mesmo que planejem o dia de trabalho, as mulheres atuam conforme as demandas das necessidades de seus familiares, dos animais e das plantações.

Fotografia 2: Agricultora alimentando pequenos animais



Foto: Karolyna M. Herrera, novembro de 2017

Joana, por exemplo, ao comentar sobre o planejamento de seu dia afirma:

Ah, planejar o dia até planejo. Quando deito penso em tudo que tem que fazer no dia seguinte. Mas aí depende do planejamento do marido, né? Se o marido planejar diferente tenho que me adaptar. Aí se alguma vaca tem mastite, se cai uma chuva de repente, se um vento leva uma árvore, se os porco resolve brigar, as galinhas fugir do galinheiro... Ih, tudo depende deles, né? Às vezes chega até visita, um vendedor... Aí tem que parar tudo e ir acudir. O serviço do dia nunca termina. Você pediu de planejamento? Acho que meu planejamento é esperar o que o dia traz pra mim fazê. (Joana, 57 anos).

A fala da Joana expressa que o planejamento está vinculado à antecipação das necessidades dos demais, tanto dos familiares, como das plantas e dos animais. Mas mesmo que elas se antecipem para realizar as atividades, materializadas no planejamento do dia, agem de acordo com as demandas. Isto quer dizer que as mulheres exercem a capacidade

cotidiana de estar **atentas** e a qualidade moral da **responsabilidade** na execução das tarefas.

É no período da manhã que as mulheres mais trabalham. As agricultoras aproveitam melhor este horário, pois o sol está mais fraco e não fica tão penoso lidar com os afazeres. A maioria das atividades matutinas estão circunscritas ao cuidado com a casa, com a estrebaria e com o entorno. Todas têm a sensação de que a manhã é mais produtiva do que a tarde, pois conseguem trabalhar mais neste período.

Após o chimarrão e a definição das tarefas do dia, as/os agricultoras/es saem para trabalhar, geralmente em torno das oito horas da manhã. A primeira atividade é ordenhar as vacas. Nas famílias que tem o leite como principal atividade produtiva, todos os integrantes da unidade familiar se dedicam a esta atividade, como no caso das famílias de Lúcia, Marina e Júlia. As demais famílias mantêm vacas apenas para a produção de leite para consumo próprio. Nestes casos, as mulheres se responsabilizam por ordenhar as vacas e os demais membros da família se dedicam a outras atividades.

Nas famílias com poucas vacas, as agricultoras se dedicam à ordenha, a uma limpeza rápida da estrebaria, à alimentação das vacas e, após soltarem os animais no pasto, retornam para casa. As que têm o leite como atividade econômica, além da ordenha matutina, fazem a limpeza da estrebaria, pois as vacas defecam enquanto estão sendo ordenhadas. A limpeza tem de ser bastante detalhada, com água, sabão e água sanitária, pois qualquer descuido pode causar contaminação. Elas dedicam cerca de 30 a 45 minutos para a limpeza, que está sob as suas responsabilidades exclusivas. Os homens auxiliam na ordenha e logo saem para alimentar as vacas, verificar o pasto e depois soltá-las para pastar.

Fotografia 3: Agricultora limpa a estrebaria



Foto: Karolyna M. Herrera, agosto de 2017

Fotografia 4: Agricultora ordenha a vaca



Foto: Karolyna M. Herrera, agosto de 2017

Fotografia 5: Agricultora utiliza ordenhadeira mecânica

Foto: Karolyna M. Herrera, agosto de 2017

Ao retornarem da estrebaria, as mulheres prepararam o café da manhã. É uma refeição bastante breve. As famílias comem geralmente pão, queijo, polenta aquecida na chapa, geleia (conhecida como chimia) e tomam café solúvel. Neste momento as mulheres também separam os remédios para toda a família, pois são elas que controlam a quantidade de comprimidos, os horários e a forma correta de ministrar os remédios.

Elas retornam antes que os homens para a casa para preparar o café. Em seguida os homens chegam para comer, se alimentam rapidamente e retornam para a lida agrícola e pecuária fora da casa. As mulheres permanecem na casa, retiram a mesa e iniciam os afazeres domésticos. Se necessário, já iniciam o preparo do almoço, concentrando-se em algumas atividades, tais como lavar o arroz, colocar o feijão para cozinhar, etc. É neste período, também, que aproveitam para iniciar o preparo do queijo, do pão, das massas ou dos biscoitos. Estas tarefas não foram mencionadas como sendo rotineiras. A maioria das pesquisadas realiza o preparo do queijo, do pão e das massas, no máximo, duas vezes por semana; porém, cotidianamente, preparam, pelo menos, um desses alimentos.

Diariamente lavam a louça, arrumam as camas, retiram as roupas jogadas pelos quartos, colocam a roupa de molho para lavar, varrem o chão, tiram o pó, passam pano na casa, limpam o banheiro e arrumam

tudo o que está fora do lugar. As que têm filhos pequenos, que frequentam a escola no período da tarde, ainda atendem às necessidades dos filhos, dando-lhes atenção ou algum **cuidado necessário**. Júlia, que tem o pequeno Arthur com síndrome de Down, está sempre atenta aos passos do menino, com ajuda de sua filha Rosa. Ele já estabeleceu uma rotina e transita entre os espaços de dentro e de fora da casa com tranquilidade, mas Júlia tem receio de ele se machucar, ou de que coma açúcar em excesso, pois ele tem diabetes. Então, está sempre pendente dos cuidados e da atenção com seu filho. Constantemente grita para que Rosa esteja atenta ao irmão.

O cuidado com a horta e com os pomares ocorre em meio a outras tarefas: na ida ou na volta da estrebaria ou da roça, enquanto o almoço é preparado ou a casa é limpa. Elas comentam com orgulho das variedades de hortaliças, legumes e frutas que cultivam e contam sobre os cuidados com as “miudezas”. Em todas as casas que estive é tradição as mulheres manterem os quintais produtivos para o autoconsumo. A forma como lidam com as plantações foi aprendida com as mães ou na troca de experiência com outras mulheres, geralmente alguma parente ou vizinha. Nenhuma delas utiliza produtos químicos na plantação.

Fotografia 6: Horta agroecológica ao lado da casa de Joana



Foto: Karolyna M. Herrera, julho de 2017

Nos casos de Lúcia, Helena e Júlia que têm filhas residindo na propriedade, as meninas auxiliam no trabalho doméstico. Fernanda, filha de Helena, e Rosa, filha de Júlia, também trabalham nas atividades agropecuárias. Os afazeres das filhas são coordenados pelas mães. Invariavelmente as filhas procuram as mães perguntando-lhes o que fazer. Ao comentarem a este respeito, as mães se queixam da falta de autonomia

das filhas na organização do tempo do trabalho cotidiano. Elas expressam o desejo de mais proatividade e autonomia das filhas, afirmando que se sentem esgotadas por assumirem as suas responsabilidades e, ainda, estarem atentas às obrigações das filhas.

Esta preocupação é expressa apenas com as filhas mulheres, pois com os filhos homens é esperado que acompanhem os pais na atividade agropecuária e que não realizem nenhuma tarefa dentro de casa. O depoimento de Júlia é elucidativo das diferentes expectativas em relação aos filhos.

A: A Rosa nunca assumiu a casa sem precisar mandar. Ela já passou a ficar um mês sem lavar roupa de cama porque eu não mandei. Ela sabe que toda sexta tem que fazer faxina na casa, mas ela não assume. Ela não quer assumir o fazer piquete, tratar o pasto... Ela assumiu aquilo [as vacas] forçada. Eu que tenho que dizer aqui está as teias de aranha que tem que tirar, hoje faz isso de almoço... eu tiro as roupas de cama nossa, do Arthur, a do João eu mando ele tirar. Ela não tem isso de tirar uma toalha de banho... tem que trocar pano de prato. Ela faz porque eu mando, mas se eu não ficar em cima...

P: Mas e o João?

A: Tem que mandar ela, mas quando o João está em casa eu falo o geral, não precisa falar do trabalho de fora. Olha, você cuida das pastagens, faz assim com o pasto, eu falo: olha essa semana você cuida de tudo porque as vacas estão escapando, tem que ajeitar aqui ou essa semana tem que roçar tudo esses piquetes... Ah, mas com a casa não falo nada porque sei que ele não faz. Fora, se ele não fizer tem que se ver com o pai (Júlia, 47 anos).

Contudo, como mencionei anteriormente, a prioridade dos filhos sempre está voltada para as atividades escolares. As moças contribuem com os cuidados e limpeza da casa, quando não estão na escola ou quando já terminaram as tarefas escolares. Mesmo no caso de Rosa, que já finalizou o ensino médio, o tempo de dedicação destinado ao trabalho cotidiano é dividido na realização de cursos eventuais, oferecidos pelos sindicatos da agricultura familiar do município ou pelo MMC.

As agricultoras têm consciência de que os trabalhos doméstico e de cuidados são aprendidos progressivamente, conforme as necessidades relacionadas às pessoas, aos animais e às plantações. As mulheres destacam a necessidade de ensinar os filhos e os maridos, principalmente, as filhas, sobre a forma correta de execução de tais afazeres. Julgam que

o conhecimento que possuem foi aprendido com as suas mães, mas, no entanto, consideram que esse conhecimento pode ser transmitido apenas em partes. Mesmo que ensinem os maridos e os filhos, incluindo as moças, eles aprendem só a realizar algumas coisas. Nada se compara ao trabalho como se elas próprias o tivessem realizado: “Pra fazer direito, só nós mesmo.” (Deolinda, 72 anos).

Nota-se nestes relatos uma intenção de valorizar o conhecimento que possuem e evidenciar a qualidade de suas tarefas. As agricultoras julgam que têm um papel essencial no funcionamento da propriedade, “sem a gente isso aqui não vai pra frente.” (Marina, 55 anos). Evidencia-se, também, uma contradição nestas afirmações, pois, em distintas ocasiões as mulheres afirmam que preferem elas mesmas realizar o serviço, pelo fato de ser mais rápido executar as atividades sozinhas, ao invés de delegar e supervisionar. Ou ainda, como os familiares, muitas vezes, não realizam o serviço direito, elas são as responsáveis por refazer o serviço, gerando, assim, retrabalhos desnecessários.

O preparo do almoço começa entre dez e meia e onze horas da manhã para que tudo possa estar pronto ao meio dia, horário em que os demais membros da família retornam do trabalho de fora para comer. Enquanto preparam o almoço, geralmente no fogão a lenha que possibilita a execução de outras tarefas, devido à cocção lenta do fogão a lenha, as agricultoras aproveitam para buscar verduras, ajeitar um pouco a horta e arrumar alguma coisa na casa, que ainda ficou por fazer.

As agricultoras têm a tradição de armazenar muita comida congelada, tais como, feijão, carnes, legumes, salame, pão, frutas, chimia, dentre outros alimentos. Todas as casas têm um *freezer* além da geladeira. Tudo se aproveita. As frutas dos pomares viram chimias; os pepinos, cenoura e cebola, conservas; as carnes são de animais abatidos na propriedade; a colheita de tomate, feijão e mandioca é armazenada no congelador. Elas dão muita importância para a alimentação e ao não desperdício, sempre se remetendo à escassez de alimentos do passado, quando eram crianças ou quando os pais eram crianças, e tinham mais dificuldades no acesso a uma alimentação diversa e farta.

Todos os alimentos produzidos na propriedade são consumidos pela família e, também, doados para os filhos que moram na cidade, para os familiares que vivem distantes e, eventualmente, para algum vizinho. A venda de alimentos ocorre apenas quando alguém solicita. Joana vende queijo e ovos, Helena vende galinhas, queijo e ovos e Deise vende ovos. Elas sentem-se muito orgulhosas da venda dos produtos sob suas responsabilidades. Relatam que o dinheiro da venda desses produtos é

gerenciado exclusivamente por elas, ao contrário do rendimento das atividades agrícolas, que sempre é gerenciado pelos maridos.

As tarefas diárias são coordenadas de modo a otimizar o tempo e a ação. Os restos dos alimentos do almoço são reutilizados para a alimentação dos animais. Os cachorros recebem o soro de leite, os porcos recebem as sobras da limpeza da horta e, também, o soro do leite, e as galinhas recebem o resto da horta e o reforço da quirera (milho).

Esta sequência de atividades realizadas quase que automaticamente faz parte do dia a dia. Quando eu perguntava “o que você vai fazer agora?” Elas paravam, pensavam e demoravam alguns segundos para responder. Mais de uma vez comentaram que nunca tinham reparado em alguma atividade que realiza ou que nunca tinham pensado no que exatamente fazem. O que revela que o cotidiano das mulheres é marcado por atividades sequenciais, repetitivas e que se sobrepõem, fazendo com que elas ajam conforme as necessidades do dia.

A forma como os eletrodomésticos estão dispostos na cozinha facilita as tarefas diárias. O *freezer* fica na área de serviço junto com a despensa. Os demais eletrodomésticos em armários na cozinha. Todas as casas em que estive dispõem de eletrodomésticos, que acabam por facilitar os afazeres das mulheres. A sovadeira de pão, por exemplo, é apontada por elas como um utensílio essencial que contribui para pouparem tempo e força no preparo dos pães.

Os utensílios domésticos em suas casas se assemelham muito aos utilizados nas casas urbanas, com exceção da máquina de lavar roupa. Nenhuma das agricultoras tem máquina de lavar roupas, e, pelo que pude observar, nas lojas de eletrodomésticos da região, inclusive, havia poucas máquinas de lavar roupas à venda. Costumeiramente utilizam o tanquinho elétrico, pois a roupa suja usada no trabalho agrícola precisa ser lavada e enxaguada mais de uma vez por conta da sujeira e o barro causaria entupimentos na máquina de lavar roupas.

Usar o tanquinho no lugar da máquina de lavar roupas exige mais trabalho, pois, as mulheres têm de colocá-las de molho, esfregar à mão, repetir o ciclo mais de uma vez no tanquinho e depois torcer a roupa à mão. Todas elas me chamaram a atenção para a falta da máquina de lavar roupas em suas casas e manifestaram o desejo de dedicar menos trabalho com as roupas. Foi uma situação inusitada, pois todas queriam saber como eu lavava as roupas em minha casa.

Elas se detiveram em descrever os cuidados com o trato com a roupa, incluindo o lavar e o passar, como o serviço mais penoso e que mais exige o dispêndio de tempo no trabalho doméstico. Ao contrário da experiência na juventude, tanto as agricultoras quanto os seus

familiares, na atualidade, dispõem de várias peças de roupa, mesmo que, não sejam costumeiras as saídas para o lazer. Elas afirmam que ganham roupas dos filhos ou parentes e que, eventualmente, compram alguma roupa na cidade. A roupa utilizada no trabalho de fora acaba sendo alguma roupa velha considerada inapropriada para se utilizar em situações sociais.

Contudo, se o uso de eletrodomésticos facilita algumas atividades, como no caso da sovadeira de pão ou, também, da máquina de fazer macarrão, esses utensílios não alteram o ritmo ou a estrutura do trabalho cotidiano. Isto porque o tempo economizado nas atividades realizadas com essas novas tecnologias é logo ocupado com outra atividade. Neste sentido, há uma relação de disponibilidade permanente das agricultoras para o serviço da casa e para os cuidados.

A disponibilidade e acesso aos utensílios auxilia na organização do trabalho cotidiano, incluindo aqueles utilizados para o trabalho na agropecuária. Como o dia a dia das agricultoras é bastante marcado pelo ir e vir de dentro para fora da casa, da roça para a estrebaria, da estrebaria para a horta, da casa para o galpão, sempre em função de algum serviço realizado nesses espaços, torna-se bastante importante que todos esses equipamentos, incluindo os maquinários, sejam armazenados no mesmo local, para evitar perda de tempo na procura por algum equipamento. Joana comenta que no dia a dia se preocupa com o que vai deixando pelo caminho, para não ter o retrabalho de ter de ficar procurando as coisas. É bastante comum vê-las levando tachos, ferramentas, sacos com alimentos, troncos de madeira, enxadas e demais equipamentos utilizados na agricultura, de um lado para o outro, mesmo que estes itens sejam considerados pesados. Pude observar que a preocupação em organizar os instrumentos de trabalho é uma atribuição das mulheres mais do que em relação aos homens. Notei que eles iam trabalhando e largando tudo pelo caminho, já as mulheres realizam as suas atividades, organizam os itens utilizados por elas e pegam as coisas deixadas por eles.

Fotografia 7: Agricultora recolhendo a foice



Foto: Karolyna M. Herrera, novembro de 2017

Fotografia 8: Agricultoras recolhendo materiais deixados pelo caminho



Foto: Karolyna M. Herrera, novembro de 2017

Elas não param um minuto. Nossas conversas aconteciam em meio ao ir e vir, a ruídos de maquinários, de eletrodomésticos e de animais. Em meio a tantas atividades ficam ainda atentas aos ruídos e ritmos dos animais e dos familiares que estão do lado de fora da casa. Preocupam-se em acudir o marido no caso de alguma necessidade de auxílio. Repetidas vezes ocorreu de os maridos as chamarem do alto de um morro ou desde um pasto distante. Elas deixavam tudo prontamente, largando o que estavam fazendo para atender ao chamado do marido. Comumente, ao estranharem o barulho de algum animal, saíam em disparada para ver se algum gado havia arrebentado a cerca, se as galinhas haviam escapado do galinheiro, ou se havia alguma outra ocorrência com os animais.

A atenção com tudo que ocorria dentro e fora da casa é constante. Estar sempre disponível e atenta às necessidades dos demais caracteriza o que Hirata (2004) chamou de “servidão”. A respeito disso a autora comenta, “[...] o lugar no modo de produção doméstico [...] fundado sobre a opressão das mulheres, parece central na reiteração da dominação, nessa permanência da divisão sexual do trabalho no espaço e no tempo” (Hirata, 2004, p.44).

Como, por exemplo, Marina, que tem a mãe vivendo em uma casa na mesma propriedade mantêm-se sempre atenta aos movimentos da mãe idosa. Há pouco tempo proibiu a mãe de sair de casa com frequência, para buscar lenha ou mexer na horta, com receio de que se machucasse. A mãe gosta de manter a casa aquecida o tempo todo por meio do fogão. Por isso sempre precisa de bastante lenha. Marina, de tempos em tempos, vai verificar se o fogo está controlado para evitar o risco de um incêndio na casa. A cada nova passada pela casa da mãe acaba levando um pouco de madeira. Marina também se preocupa com a saúde da mãe. Periodicamente a leva no hospital e mantêm-se atenta em relação às dosagens e à frequência dos remédios.

Os cuidados com os bichos vêm do aprendizado ao longo da vida. Seja pelo que aprenderam com os pais, seja pela troca de experiências com os maridos, com os vizinhos ou por conselhos de técnicos de extensão rural. É comum comentários sobre os aprendizados obtidos pela observação ou pela tentativa e erro, visando prevenir ou tratar doenças, ou no trato correto de animais. Mesmo nas propriedades que mantêm uma mesma atividade produtiva, chama a atenção as formas como os animais são tratados, pois isto difere entre si. No caso da produção leiteira, por exemplo, os produtos e as dosagens utilizadas para evitar contaminação, a quantidade e qualidade de alimentos, o horário da ordenha, variam de produtor/a para produtor/a, mesmo que as vacas sejam da mesma raça ou que a agroindústria que compra o leite seja a mesma. Elas conhecem os ruídos costumeiros dos animais, no caso de estranharem algum ruído elas vão ver o que está acontecendo. Julgam bastante importante se prevenir de qualquer prejuízo ou trabalho adicional ocasionado por um mau cuidado com os animais ou com as plantas.

O período da manhã se encerra em torno das 12:30hs, logo após o almoço. Durante o almoço as mulheres costumam servir todas as pessoas sentadas à mesa. Assim que o almoço termina, os familiares vão descansar. Cabem a elas retirar as travessas, panelas e alimentos da mesa, limpar a mesa, alimentar os animais que estão no entorno da casa, lavar e secar as louças e, só ao final, dirigem-se para se deitar para um pequeno descanso.

O descanso dura entre 20 minutos a meia hora. Era visível a vergonha que sentiam por notarem que eu as via descansando. Era como se aquela pausa na jornada cotidiana fosse interdita. Então, justificavam dizendo que já tinham trabalhado muito na vida, que “uma vez” não era assim, e que agora que o trabalho estava mais leve podiam descansar um pouco.

Aquela jornada que havia começado pouco antes das sete da manhã teve a primeira pausa perto das 13 horas. Depois de mais de seis horas trabalhando continuamente, se permitiam a este pequeno descanso. É notável o quanto estavam esgotadas. Este ritmo de trabalho no deslocamento entre o trabalho produtivo e o reprodutivo resulta em conflitos pessoais, conforme menciona Carrasco (2005, p. 53).

Pero cuando las mujeres pasan a realizar los dos trabajos y viven en su propio cuerpo la enorme tensión que significa el solapamiento de tiempos y el continuo desplazamiento de un espacio a otro, entonces es cuando el conflicto de intereses entre los distintos tiempos y trabajos comienza a hacerse visible.

Elas estão cansadas, mas o turno matutino mal acaba de se encerrar. É necessário juntar forças para seguir o trabalho do dia. Percebe-se a necessidade de afirmar que a família é trabalhadora. Aqui a ética do trabalho inculcada desde a infância aparece com o sentimento de culpa. Noto isto pela menção ao tempo do trabalho, pois todas fazem questão de me dizer que já não acordam tão cedo como antigamente, apesar de acordarem em torno de sete horas da manhã ou de se permitirem a um descanso apenas nesta fase da vida. Uma das agricultoras chegou a acordar às 5:30hs da manhã no primeiro dia em que estive na casa. No dia seguinte se sentiu mais à vontade e acordou uma hora depois, às 6:30hs.

Após o descanso sentavam-se para a roda de chimarrão e aproveitávamos para conversar. Os familiares também participavam da conversa e os assuntos versavam mais sobre o cotidiano na agricultura, causos do passado e histórias dos vizinhos.

O turno da tarde inicia-se por volta das 14:30/15hs. A rotina se assemelha à da manhã, com exceção das atividades com a casa, que raramente ocorre, pois, as mulheres costumam finalizar os serviços domésticos pela manhã. À tarde, quando ocorre alguma atividade doméstica, em geral, está relacionada com o cuidado com as roupas, que ficaram de molho durante a manhã, ou com o atendimento às necessidades de algum familiar, tais como os remédios que o cunhado de Lúcia toma

no período da tarde, que deve ser acompanhado de um alimento, ou o atendimento a alguma demanda dos filhos.

Para elas é muito importante deixar a casa toda limpa e arrumada. O fogão a lenha, por exemplo, é lustrado todos os dias. Cuidar da casa é sinal de “ser uma mulher decente”, ou “caprichosa”, como se referem às mulheres que mantêm a casa e a horta sempre limpa e arrumada. Isto porque pode chegar uma visita a qualquer hora e ver a casa desarrumada, ou o marido pode “pensar mal” (não gostar) se encontrar a casa suja e desarrumada.

No período da tarde, Rosa, Marina, Lúcia e Deise retornam à estrebalaria para ordenhar, limpar o local, levar e buscar as vacas no pasto, dentre outros serviços relacionados. Júlia, que mantém um viveiro de mudas como atividade produtiva, rega suas plantinhas, planta novas sementes e verifica o desenvolvimento das mudas. Helena, Fernanda e Cida que mantêm o gado para corte, realizam alguma tarefa relacionada à atividade. A lida com o gado não exige atividades rotineiras, mas todos os dias algo tem de ser feito, como cuidar do pasto, vacinar os animais, trocar o gado de pasto, carpir as pragas, dentre outras atividades.

Fotografia 9: Agricultora prepara gado para vacinação



Foto: Karolyna M. Herrera, novembro de 2017

Fotografia 10: Júlia trabalhando no viveiro de mudas

Foto: Karolyna M. Herrera, novembro de 2017

Todas elas também voltam a trabalhar na horta, cuidar dos arredores da casa, dos pomares, dos jardins e de alguma pequena plantação na lavoura (mandioca, batata, cebola, feijão e abóbora, sendo que nas lavouras de milho e soja, elas nunca trabalham). As mulheres também aproveitam para realizar alguma atividade que não conseguiram finalizar pela manhã, tal como recolher os ovos, tratar os animais, apanhar a lenha, finalizar o queijo ou o pão. Nesse período, as tarefas são, majoritariamente, externas à casa. Tudo tem de ser organizado para finalizar os afazeres antes de escurecer.

No fim do dia, próximo de finalizarem a jornada laboral cotidiana, é comum receberem visitas, momento chamado de “serão”, expressão com influência do idioma italiano. Pelos comentários das agricultoras, apesar de as visitas não serem cotidianas, são, no entanto, bastante frequentes, pois existe um laço de sociabilidade estreito nas comunidades em que visitei. Quando chegam as visitas, elas oferecem o chimarrão e algo para comer. Mesmo que ainda não tenham finalizado o trabalho do dia, permanecem na cozinha ou na varanda com as visitas, pois consideram má educação deixar apenas o marido sozinho com as visitas. Isto porque a maioria das visitas são de outros homens, que passam para conversar com os maridos. É bastante raro que outras mulheres visitem seus vizinhos, mesmo como acompanhantes do marido.

O período da noite se inicia próximo das 19:00h na primavera, ocasião em que realizei a pesquisa de campo. Este é um período do dia menos intenso em relação ao trabalho produtivo e está voltado às tarefas internas da casa. Logo após “vir pra dentro” elas costumam tomar um banho e, em seguida, sentar com os familiares para o chimarrão. Esse

“momento de prosa”, é a ocasião para se falar sobre o dia, para se contar como estão os animais, as plantações, os vizinhos⁶⁹, etc.

É no final do dia que elas aproveitam também para fazer ligações para os filhos ou parentes. Em todas as casas visitadas pelo menos uma ligação breve era realizada. As ligações para os filhos servem para atualizar os eventos e as ocorrências do dia; saber como estão, assim como conversar sobre a vida dos netos. As ligações para os parentes ocorrem apenas por motivos de doença por meio do celular ou telefone fixo da casa.

Os telefonemas também são realizados para saber se os filhos e parentes precisam de alguma ajuda. Apesar da distância, as mulheres se dispõem a intervir em uma situação, num momento propício, de uma maneira adaptada e contextualizada, caso necessário. Existe uma disposição moral em satisfazer as necessidades de seus filhos e parentes. Esta capacidade foi denominada por Bessin (2012) como **presença social**. Esse sentimento é manifestado pelo imperativo de “estar presente nos momentos difíceis”.

As duas jovens da segunda geração estão, frequentemente, conectadas no celular. Ao longo do dia interrompem as atividades que estão envolvidas para enviar mensagens ou entrar em redes sociais. No período noturno, deitam-se no sofá e ficam navegando nas redes sociais sob o protesto dos pais. As mulheres da primeira geração também possuem celular e algumas delas estão em redes sociais, mas utilizam o aparelho somente para ligações.

Após o chimarrão, elas já começam a realizar os preparativos para o jantar. Todas preparam algo rápido à noite. Em geral, esquentam a comida do almoço ou comem polenta e pão com café e leite.

Após o jantar, as mulheres limpam a cozinha, realizando ainda algumas atividades adicionais relacionadas ao almoço do dia seguinte: escolhem o feijão ou separam a carne para descongelar. Concomitante a estas tarefas, costumam assistir televisão com o marido e os filhos. Eles sentados no sofá e elas de pé trabalhando. Quando todas as atividades da casa foram, enfim, finalizadas, as agricultoras se dedicam ao cuidado pessoal, indo dormir entre 22:30hs e 23:00hs.

Mensalmente o casal realiza as compras do supermercado e, quinzenalmente, da agropecuária. No supermercado costumam ir o casal ou o marido com uma lista de compras preparada pela esposa e a

⁶⁹ Ao longo dos dias pude constatar que os homens saíam da propriedade com frequência para ir à casa de vizinhos ou à cidade resolver assuntos relacionados ao trabalho de seus estabelecimentos.

agropecuária, por sua vez, é um espaço predominantemente masculino, as agricultoras não participam da decisão sobre os itens a serem comprados. No supermercado as compras estão relacionadas a itens alimentícios não produzidos na propriedade, tais como, arroz, erva mate, farinha de milho, óleo de soja, dentre outros, e produtos de higiene e limpeza. Na agropecuária os produtos adquiridos se referem ao trato dos animais, tais como quirera, sal, pequenos instrumentos de trabalho, dentre outros.

Como evidencia o cotidiano de trabalho das agricultoras descrito anteriormente, todas se dedicam integralmente aos serviços do estabelecimento, tanto àqueles relacionados às atividades produtivas, quanto às atividades domésticas e de *care*, o que confirma a tese da dupla jornada de trabalho feminina. Esta pesquisa corrobora o que Fougeyrollas-Schewebel (1994) afirma sobre o trabalho doméstico, para quem “a disponibilidade permanente das mulheres está a serviço da família.” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1994, p.340).

Contudo, os trabalhos domésticos e de cuidados são o que mais ocupam o tempo das mulheres. Nota-se, em suas narrativas, que, principalmente no período da manhã e da noite, elas ficam mais envolvidas com as tarefas da casa. Assim, podemos sugerir que, o que sobrecarrega as mulheres, não são as tarefas produtivas ou reprodutivas separadamente, mas sim as tarefas simultâneas, situação também observada por Paulilo, De Grandi e Silva (2003).

Os depoimentos atestam a percepção da exaustão causada pelo excesso de trabalho. Apesar de sempre remeterem ao trabalho na agricultura como pesado, as agricultoras comentam que preferem o trabalho “de fora da casa”. Segundo elas, o trabalho da roça dá para ver o resultado, o da casa faz e desfaz, limpa-se tudo e daqui a pouco suja tudo novamente.

Eu gosto da roça, mas não queria chegar em casa e achar tudo pra fazer. Queria achar feito, porque aí tu descansa. (Joana, 57 anos).

[...] é assim que é o trabalho das mulheres, não acaba nunca. (Lúcia, 36 anos).

A percepção do uso do tempo para as agricultoras se mostra de uma forma semelhante entre elas. A sensação é que o tempo passa voando, que nunca dá para terminar todo o serviço e que o planejamento do dia nunca é cumprido. Elas também manifestam a sensação de que os demais membros da família trabalham o tempo todo, mas tem a percepção

de que os homens têm tempo para descansar e elas não. Costumam justificar o descanso dos homens, principalmente após o almoço e no fim do dia, pela carga de trabalho da agricultura, reconhecida como uma atividade pesada, que exige muito esforço físico.

A gestão do tempo é necessária não só para realizar o trabalho planejado para o dia, mas, também, para o planejamento dos cultivos, dos tratos com os animais e com todo o sistema produtivo. Elas acompanham, por exemplo, o dia certo para plantar as sementes, que aprenderam com a experiência e/ou com os materiais distribuídos pelos sindicatos ou pelo MMC; tratam dos animais conforme as suas necessidades, respeitando o seu ciclo de vida (tratam os bezerros diferentemente das vacas, por exemplo), e; organizam o sistema produtivo conforme o clima, as estações do ano ou a condição do solo. Ou seja, na agricultura um bom planejamento e uma gestão do tempo eficiente é de suma importância para o desenvolvimento das produções e dos cultivos.

O que se sugere pelos relatos é que há uma elevada aceitação do trabalho como parte constitutiva da vida da mulher. Esta aceitação é acompanhada da valorização permanente de seu papel de mulher, ressaltando a centralidade de suas atuações na vida da família. Frases como “sem a gente os filhos não seriam nada”, “sem eu a casa não funciona”, ou mesmo “é a mulher que traz a alma da casa” são expressivas da noção de valorização das mulheres nestes espaços. Esta valorização não exime a percepção de sobrecarga de trabalho e a sensação de cansaço e de falta de tempo, mas atua como um mecanismo para reafirmar o cumprimento de seus papéis desempenhados no interior das famílias.

A dedicação ao trabalho reprodutivo está acompanhada pelas noções de **responsabilidade, afeto e obrigação**, pois estes são os sentidos que as mulheres atribuem à dedicação a esta esfera. Isto apareceu tanto nas entrelinhas dos depoimentos, como quando lhes indaguei diretamente sobre o sentido do trabalho reprodutivo em suas vidas. A **responsabilidade** e o **afeto** aparecem vinculados aos cuidados, tanto com as pessoas, quanto com os animais e as plantas. Esta percepção está em linha com a definição de Tronto e Fisher (1990) sobre o *care*. Já a noção de **obrigação** está relacionada para elas aos afazeres domésticos.

Elas se sentem responsáveis pela vida dos integrantes da família e, também, pela vida das plantas e dos animais. A ideia de **responsabilidade** pelos cuidados remete, então, à manutenção da vida. O **afeto**, por sua vez, está vinculado aos cuidados com os filhos, principalmente, e também com os demais membros família. O amor e o carinho que sentem pelos filhos

estão atrelados à dedicação ao bem-estar das pessoas. Mais do que se responsabilizar pela manutenção da vida, o afeto remete ao desejo de promover o bem-estar.

O **afeto** também se estende às plantas e aos animais, ainda que o afeto com os animais seja relativo. Elas comentam, com frequência, o carinho que sentem pelas plantas, principalmente com a horta. Já a relação afetiva com os animais é um pouco ambígua, pois os consideram parte do sistema produtivo, tanto que é comum denominá-los como “criação” no lugar de animais, conotando as suas funções produtivas. Mas, quando mencionam os tratos com os animais, fazem alusão à responsabilidade e ao afeto em manter a vida e a qualidade da saúde dos bichos. Os depoimentos de Rosa e Fernanda são elucidativos da relação com a casa, os animais e as plantas.

Ah eu não tenho nem palavras agora, se o que significa cuidar, tipo, é querer dar carinho, é dar atenção, é se dedicar à pessoa ou à planta que tu tá cuidando né, e tipo é qualidade também. (Rosa, 22 anos)

No sentido de cuidar da casa. Cuidar dela, cuidar dos móveis, cuidar pra não sujar, limpar a casa, limpar fora dela. Cuidar dos bois que não bicham. Cuidar dos bois que estão morrendo. Do pai e da mãe, cuidar pra fazer o serviço pra eles não ficarem bravos. Cuidar das horta, das plantinhas. (Fernanda, 13 anos)

A noção de **obrigação** com os afazeres domésticos está relacionada ao auto sacrifício na realização destas atividades, consideradas por elas como inerentes à condição de esposa, mãe e filha. Através dos relatos conclui-se que elas têm uma visão essencialista do papel das mulheres, pois julgam que realizar as atividades domésticas significa nada mais que estar cumprindo com os seus papéis na família. A ênfase na maternidade e a crença em uma certa inevitabilidade da situação de desigualdade na distribuição de tarefas domésticas emergem como fatos evidentes.

Sem haver um questionamento sobre esta condição, procuram, todavia, justificar e valorizar seus papéis no interior da família, mas o fazem em meio a conflitos internos. Elas se sentem sobrecarregadas, cansadas e desejariam que suas vidas fossem diferentes, porém há nos depoimentos um tom de resignação por estarem cumprindo com a obrigação de serem mulheres. Elas não mencionam em nenhuma ocasião

a necessidade de divisão das tarefas no âmbito reprodutivo com os seus companheiros e filhos do sexo masculino.

Faço porque sou mulher, fazer o quê, né? (Joana, 57 anos)

Sei lá... quero o melhor pra todos, tudo que eu faço é porque gosto dos outros, sempre cuidar dos outros é servi, tudo que eu faço é pro bem de todos, né? Pra mim pra eles, é a minha função eu acho, sei nem como respondê. (Cida, 34 anos)

Cuidar é tudo, tem que ter amor nas coisas que tem. Cuidar com amor.... e sei lá. O cuidado é tudo e não adianta ter uma coisa se não cuidar. Se não tiver amor pelas coisas que tem, nem adianta ter. Tudo que a gente tem no geral, tem que cuidar, se não adianta ter. A gente veio na vida pra isso, né? Pra cuidar das coisas, da casa, da criação... (Deise, 47 anos)

O afeto, a obrigação, a responsabilidade e, também, a família e a sobrecarga de trabalho aparecem como algo próprio da vida das mulheres. Ou seja, elas associam as suas ações no trabalho reprodutivo com o lugar da mulher, representado pelos papéis de esposa e mãe.

4.6.1. Cuidar dos outros e cuidar de si

Como ilustrado na descrição da jornada cotidiana das agricultoras, a dedicação aos cuidados aos outros está presente em todas as esferas de suas vidas. Sejam nos afazeres domésticos, com os atos de lavar, passar, cozinhar, etc; seja no processo produtivo, em funções como o cultivar das plantas, o trato com os animais, a limpeza da estrebaria, visando garantir a saúde das vacas, dentre outras; e no cuidado de pessoas dependentes, como as crianças, os idosos e os deficientes. O que evidencia o que afirmou Boris (2014), isto é, que o trabalho de cuidados é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas geralmente é realizado junto com outras atividades domésticas.

Esta é uma jornada interminável na qual opera a contradição moral da **responsabilidade** e da **culpa**. O sentimento de responsabilidade aflora ao sentirem o dever de cumprir um papel de manutenção da vida que lhes é socialmente atribuído, e a culpa é o sentimento que acompanha a noção de responsabilidade por não conseguirem dar conta das inúmeras

atividades a seus encargos. Constantemente elas proferem a frase “ah, mais eu sinto uma culpa...” ao se referirem ao não desempenho em relação a determinadas obrigações. Ao se referir ao sentimento de culpa, Legaretta (2014, p.25) utiliza a ideia de moralização do tempo das mulheres, pois, elas expressam culpa por não estarem cumprindo de forma intensiva com os papéis de esposa e mãe.

Neste movimento, e em meio a tantas atribuições, elas são impelidas a cuidarem de pessoas dependentes, pois esta é uma demanda que surge, muitas vezes, como uma necessidade inadiável.

Nestas situações operam as quatro fases do cuidado cunhadas por Tronto (2007). As agricultoras estão: i) constantemente atentas às necessidades dos demais; ii) aptas a se responsabilizar pelo suprimento das necessidades de cuidado dos demais; iii) dispostas a dispensar os cuidados necessários; e iv) atuar conforme a resposta da pessoa cuidada. Elas se sentem moralmente responsáveis por cuidar, tanto de crianças pequenas, como o fazem desde que as suas mães lhes atribuíram os cuidados dos irmãos menores, ou dos idosos, o que quase sempre ocorre no cuidado com os sogros, de pessoas doentes em situação de dependência e, também, de plantas e de animais. Este é um trabalho que vai sendo aprendido conforme surgem as necessidades das pessoas. Todas elas, além das crianças, tiveram experiências de cuidados com parentes doentes, pessoas com deficiências e com idosos.

Lúcia, por exemplo, cuidou do sogro com câncer quando tinha uma das filhas ainda bebê, além de ser responsabilizada pelos cuidados com o cunhado que tem deficiência intelectual. Ela se encarregava de preparar uma comida balanceada para o sogro enquanto ele estava em tratamento de quimioterapia, auxiliar no banho, quando necessário, e ministrar corretamente os remédios, mesmo com a sogra compartilhando o mesmo espaço. A sogra era poupada do cuidado com o marido em função de sua idade e de sua saúde frágil.

No contexto da doença do cunhado, o aprendizado sobre como lidar com a deficiência foi sendo adquirido conforme as necessidades foram surgindo à família, já que ele teve um diagnóstico tardio. Elas comentam que durante toda a vida ele parecia agir de forma estranha e, por vezes, violenta. Quando o cunhado foi diagnosticado com autismo, a rotina cotidiana teve de ser adaptada, pois ele passou a tomar remédios que tiraram ainda mais a sua autonomia e foi, a partir daí, que Lúcia assumiu todos os **cuidados necessários**, exceto o banho. Sobre os cuidados com o cunhado com deficiência, Marina, cunhada de Lúcia, comenta:

O maninho que é cuidado pela Lúcia às vezes foi violento, por isso não pode ficar sem remédio. O maninho era estranho desde pequeno, mas descobriu mais tarde a doença. Tem que controlar direito o remédio, não pode deixar de dar remédio, mas não pode deixar ele cair, se não ele fica desanimado e não sai da cama. Tem que sempre estimular pra ele fazer coisas. Ele sempre trabalhou na roça, aí quando ele começou com o remédio caiu, era só cama, tinha que dar comida na boca. Aí ele aprendeu a cuidar das vacas. Hoje tem que manter a rotina dele direitinho, comida, remédio, trabalho, tudo na hora certa, se não ele cai. Meus outros irmãos acha que não tem que dar remédio, que ele tem que ser livre, acham que Lúcia só quer o remédio pra ser mais fácil, mas eu acho que o maninho só com remédio mesmo pra ele viver bem (Marina, 57 anos)

O aprendizado com os cuidados também marcou a vida de Helena e Fernanda, que nos últimos três anos vêm lidando com uma doença séria no joelho do marido de Helena, pai da Fernanda, que fez com que ele perdesse temporariamente a mobilidade e se submetesse a uma cirurgia de transplante de patela. Com a doença, a cirurgia e todo o processo de recuperação, eles se viram obrigados a alterar a atividade produtiva principal da propriedade da bovinocultura de leite para a criação de bovinos para corte, que exige menos mão de obra, pois o enfermo deixou de se dedicar às atividades produtivas. Helena e Fernanda tiveram, então, de aprender a lidar com os novos cuidados, além de assumirem todas as funções produtivas do estabelecimento.

Além disso Helena não deixou de lado as suas funções no trabalho doméstico e Fernanda não deixou de frequentar a escola. As duas tiveram dificuldades para conciliar as demandas dos cuidados com as demais obrigações cotidianas. O depoimento a seguir é representativo do processo que Helena e Fernanda vêm passando.

P: A Fernanda começou a trabalhar mais fora quando ele ficou doente?

A: Sim. Antes de ele ficar doente ela já tava indo sair, tirar leite... quando eu fiquei doente ela começou a ir. Eu não tinha força, ela ia cuidar das vacas, tirar leite. Ela trabalhou desde pequena. Quando o marido ficou doente, antes da cirurgia eu já comecei a preparar ela. Disse que ela que ia ter

que ajudar, nem sempre ia poder brincar e que sempre ia ter visita.

Quando ele fez cirurgia, ele não fez nada, só na cama. Banho, comida, levar no banheiro, cuidar da ferida, dar remédio, era tudo eu. Ele nem conseguia fazer comida [hoje o marido prepara a comida da família]. Quantas vezes eu chorei. Aí não parava de vir gente.... Mal saía um e chegava outro. Não era nem arrumar direito as coisas e já vinha outro. O pessoal vinha mais de noite, aí era arrumar janta pra todo mundo.

Nós duas na pelea. Quantas vezes ela foi tirar leite sozinha porque eu não podia sair de casa. Imagina, eu com fora, aqui dentro, ele, e ainda fazendo sala pra visita.

P: Foi um momento difícil...

A: Foi o mais difícil (Helena, 46 anos)

Dispensar cuidados a outras pessoas exige, muitas vezes, a antecipação dos cuidados, em função do grau de vulnerabilidade e de necessidade das pessoas. Quando se conhece o grau de vulnerabilidade e se reconhece as suas necessidades, a antecipação dos cuidados é menos complexa de ser planejada, como no caso de Helena e Fernanda, que acompanharam o processo da doença e se prepararam para o momento mais difícil após a cirurgia, bem como no caso de Cida, que tem dois filhos pequenos e, cotidianamente, se antecipa às demandas de cuidados necessários aos filhos.

Entretanto, a presença e a dedicação das mulheres podem ocorrer de maneira inesperada, como na situação vivenciada por Júlia, que se viu impelida a acudir a filha Rosa quando ela sofreu um acidente de carro há dois anos. Rosa ficou internada na UTI por dois meses e quando voltou para casa ficou completamente dependente dos pais para realizar as atividades pessoais diárias (comer, tomar banho, tomar remédio e se movimentar).

Durante o período que a filha ficou no hospital, Júlia revezou com o marido o acompanhamento hospitalar. A conciliação da presença no hospital com o trabalho no estabelecimento rural e os cuidados com os filhos, Arthur com síndrome de Down, com oito anos há época, e João com 16 anos, representou um imenso desgaste físico e emocional para Júlia e seu marido. Para compatibilizar a presença no hospital com o tempo dedicado aos outros filhos, concomitante às atividades no estabelecimento, eles contaram com a ajuda da irmã de Júlia.

Importante ressaltar que para acudir parentes nos hospitais, devido a distância dos estabelecimentos rurais da sede do município, onde se encontra o hospital, as agricultoras são obrigadas a deixar as suas atividades, tanto os afazeres da casa quanto as tarefas produtivas. Nestes casos o modelo de delegação é essencial, pois elas geralmente recorrem a vizinhos ou parentes para os cuidados com os filhos e os animais. Júlia, por exemplo, contou com a ajuda da irmã para auxiliar na preparação de comida para seus filhos e para tratar dos animais. O filho mais velho se responsabilizou por ordenhar as vacas, mas o viveiro de mudas que era mantido por Júlia ficou abandonado, acarretando na perda do cultivo. Isto resultou na falta de ingressos financeiros por dois meses, oriundos da venda das mudas, na perda de investimento e no dispêndio extra para retomar as atividades após a filha receber alta do hospital.

No meio rural, estar presente para atender as necessidades de cuidados dos demais, nos casos de internações ou de deslocamentos para prestar assistência, resulta em uma conciliação de atividades ainda mais complexa do que no meio urbano, pois como as mulheres são obrigadas a pernoitar nos hospitais ou na casa de parentes devido à distância, as plantas e os animais ao ficarem sem receber os cuidados necessários podem adoecer ou mesmo morrer. Sem os seus cultivos e as suas criações, os agricultores familiares ficam privados financeiramente da renda oriunda da comercialização de seus produtos, gerando, com isto, grande perda nos investimentos já realizados⁷⁰.

Percebe-se que as agricultoras optam pelo modelo de delegação somente no caso de necessidade extrema, seja porque o isolamento da propriedade dificulta a ida de familiares e vizinhas para ajudarem nas obrigações cotidianas, ou mesmo porque as mulheres que poderiam eventualmente auxiliá-las também estão sobrecarregadas de trabalho e com tempo limitado para acudi-las. Elas se mostram com vergonha de aceitar ajuda de outras mulheres, pois se sentem culpadas por não conseguirem dar conta de suas obrigações. As agricultoras têm mais facilidade para aceitar ajuda com os cuidados necessários dos filhos e

⁷⁰ Para os agricultores familiares que contribuem com a previdência social há a possibilidade de pedir auxílio doença para a pessoa que desenvolve o trabalho na agricultura familiar e que esteja incapacitada para realizar o seu trabalho, seja por conta de uma doença ou acidente de qualquer natureza. Assim como, também, existe a possibilidade de solicitar auxílio maternidade nos quatro meses subseqüentes ao parto. Ambos direitos fazem parte da conquista dos/as agricultores/as para garantirem acesso à direitos previdenciários como segurados especiais, a partir da Constituição de 1988.

animais, porém têm bastante resistência em aceitar ajuda no trabalho doméstico, tal como limpar e arrumar a casa ou lavar a roupa. Se, em ocasiões excepcionais elas contam com a ajuda de outras mulheres, nas atividades cotidianas compartilham os afazeres com outras mulheres que vivem no mesmo estabelecimento, geralmente as filhas.

As agricultoras atuam como cuidadoras mesmo em idades mais avançadas, como no caso de dona Deolinda, que tem 72 anos, que ficou responsável pelo cuidado da filha com tratamento de câncer que morava em uma cidade a 600 quilômetros de distância de sua casa. Dona Deolinda teve de morar na casa da filha por alguns meses, deixando o estabelecimento sob os cuidados de sua outra filha, Deise. A situação vivenciada por Deolinda e Deise também é prática recorrente no meio rural, em estabelecimentos com duas mulheres, em que uma se desloca para cuidar do parente doente, a outra permanece no estabelecimento para cuidar das plantas, dos animais e da casa. Como elas não puderam contar com nenhuma ajuda de outra pessoa, Deise se viu impedida de ir visitar a irmã, pela impossibilidade de deixar a casa. Deise sente ressentimento em não ter encontrado com a irmã nos últimos meses que antecederam o seu falecimento.

O caso de Deolinda remete a um fato destacado por Carrasco, Borderías e Torns (2011) sobre a experiência dos idosos nas atividades de cuidados: as pessoas idosas não são unicamente receptoras de cuidados, pois também se colocam como provedoras dos mesmos. Esta situação é evidenciada nos relatos de cuidados com os netos, experienciadas por Joana, Marina e Deolinda. Nenhuma delas compartilha a mesma casa que os netos, mas estão sempre dispostas a estar presentes quando solicitadas a atender as necessidades dos netos. Tal situação ocorre, geralmente, quando os filhos têm compromissos fora da casa e passam para deixar os netos na casa das agricultoras ou em situações de doenças dos filhos ou dos netos.

Curioso notar que nenhuma das agricultoras de minha pesquisa passou pela experiência de ser escolhida para cuidar de seus pais na velhice. Ao se casarem acabam por integrar a família dos maridos, assumindo as atividades de provimento de cuidados dos pais do marido, quando necessário. Os seus pais, geralmente, ficam sob os cuidados de uma cunhada, casada com um dos irmãos. Na divisão das atividades de cuidados, é comum a prática cultural das mulheres serem responsabilizadas pelos integrantes da família dos maridos.

Contudo, há uma exceção nesta prática, representada pela figura da filha mais nova que, algumas vezes, permanece solteira morando na

casa dos pais para acompanhá-los durante a velhice. Em minha pesquisa registrei apenas um relato como esse, o da tia de Cida. Segundo ela:

P: E eles [avós] chegaram a precisar de ajuda assim? Ficaram velhinhos, precisava de cuidados?

A: Meu vô sim, mas quem cuidou dele foi a minha tia, né? Tiveram bastante filhos, né? Então a última...

P: E a tia era a mais nova?

A: Uhum, a mais nova. Daí a minha vó também, faleceu de repente assim, de um dia pro outro e o vô ficou anos ainda, morreu ano passado. Tinha que cuidar dia e noite. A filha que ficou cuidou da vó, mas foi pouco porque morreu logo, depois ficou com o nono. Foi pesado. Até que contrataram umas mulheres, porque a tia não aguentou, mas a tia era responsável. Ela ficou pra isso, né? (Cida, 34 anos)

Esta prática é adotada por muitas famílias na zona rural. Tradicionalmente a filha mais jovem permanece solteira e morando na casa dos pais para assumir todas as tarefas da casa e os cuidados com eles. A intenção é de garantir que uma das filhas cuide deles na velhice. Posteriormente, com a morte dos pais, a celibatária vai morar com uma tia ou uma irmã. Sobre este assunto Paulilo (2004, p. 234) comenta, “cuidar dos pais e, depois de sua morte, ficar “encostada” na casa de uma irmã ou cunhada, ajudando nos afazeres domésticos - não é invejado por ninguém”. Esta constatação está presente no contexto espanhol estudado por Carrasco, Borderías e Torns (2011, p.27), que mencionam que “muy a menudo, las hijas menores permanecían solteras en la casa familiar haciendo el trabajo domestico y ocupandose de los padres”.

As obrigações que as mulheres assumem como provedoras de cuidados levam-nas a aprender novas habilidades. Algumas relacionadas estritamente ao ato de cuidar, e outras, que tangenciam o ato de cuidar, reconhecidas, muitas vezes, como habilidades do universo masculino. Isto evidencia-se nas experiências de vida de Júlia e Helena, pois ambas aprenderam a dirigir e começaram a frequentar os espaços públicos nunca antes frequentados, para prestarem assistência de cuidados a seus parentes.

Helena aprendeu a dirigir para levar o marido ao médico e, também, começou a resolver assuntos na cidade, tais como negociar as dívidas no banco, comprar insumos agrícolas na agropecuária e lidar com a burocracia na secretaria de saúde do município, com o objetivo de

viabilizar a cirurgia do marido. Helena comenta a seguir a experiência pela qual passou:

A: Foi muito difícil. Tem que cuidar dele aqui, fazer os negócios na cidade, aí o bicho pegou, né? Porque era tudo coisa que era ele que fazia. Ai de repente toca tu. Aprendi a dirigir e tudo.

P: Tinha coisa que você não sabia, que você foi aprendendo?

A: Que nem na Alfa [agropecuária] ia sempre ele, comprar remédio pra boi, era sempre ele. Ele fazia de tudo, nem sabia vacinar, tive que chamar meu irmão pra vir vacinar. Meu irmão ficou ajudando, toda semana, a cada quinze dias ele vinha cuidar do gado. Naquela época eu não tinha as horas de descanso que eu tenho agora. Na hora que meu irmão chegava, tinha que ir, tinha que ir trabalhar. Nós tivemos hoje um tempo pra deitar, um tempo pro chimarrão, mas meu irmão não para. Ele chegava tinha que ir trabalhar. Ai eu comecei a ir na mangueira⁷¹ olhar, não fazia nada, só olhar. Ai o irmão e o pai que vinha bastante mostrava o que dar de medicamento. Eu fui aprendendo, mas não faço muito, acredita que a Fernanda pegou o jeito e começou a fazer? Hoje pouco a pouco graças a Deus ele está conseguindo ir lá vacinar de muleta. Mas a Fernanda gosta e como aprendeu, ela vacina também. Ele fica meio assim porque acha que é coisa dele, mas ela faz.

Também com o hospital e a secretaria de saúde, eu passei cada uma. Tivemo que brigar pra conseguir os direitos dele, tanto aqui quanto em Florianópolis pra cirurgia. Eu nem sabia que podia falar as coisas que falei, responder assim pra gente tipo o secretário da saúde. Quando ia pra cidade de vez em quando passava de cabeça baixa, nem cumprimentava, achava que nem podia olhar esses homi. Aí tocou de eu ter que negociar, porque ele tava internado. Veio uma força assim que não sei da onde, o secretario até falou: Oh Helena, nem sabia que tu falava. Peleamo, peleamo, peleamo e

⁷¹ Local onde o gado é confinado para vacinação.

conseguimos tudo. Foi mérito nosso, mas foi meu também. (Helena, 46 anos)

Da mesma forma, Júlia aprendeu a dirigir para levar o filho com síndrome de Down em terapias e aulas específicas para o desenvolvimento dele e enfrentou uma grande disputa com as secretarias de educação e de saúde do município para garantir os direitos do filho ter uma professora assistente na escola e receber o auxílio mensal para pessoas com deficiência concedido pelo Estado.

A atuação delas nas esferas reconhecidas como masculinas gerou diversos comentários entre os moradores da comunidade e pessoas da cidade. Em diversas ocasiões ouvi relatos sobre a família de Helena, principalmente vindos do marido de Joana e de moradores da comunidade de Júlia. O papel que as duas vêm exercendo é muito elogiado por todos em função da dedicação e do carinho com os parentes. Porém, as pessoas da comunidade e os familiares expressam preocupação sobre a qualidade do serviço que elas estão realizando no estabelecimento rural, já que passam parte do tempo fora da propriedade. Da mesma forma, demonstram preocupação com o futuro delas, ou seja, questionam-se como será no futuro quando as pessoas que elas estão cuidando tiverem mais autonomia. É manifesto o controle social da comunidade e dos familiares sobre as mulheres. O lugar de cuidadoras que ocupam legitimou as suas atuações nestes novos espaços, mas no ideário social se espera que elas voltem a ocupar “o lugar delas” quando o filho de Júlia crescer e quando o marido de Helena se recuperar.

Com tamanha dedicação aos outros, sobra pouco tempo para cuidarem de si. O tempo para cuidar de si está circunscrito aos cuidados pessoais diários, às visitas periódicas ao médico e aos serviços estéticos, tais como os de cabelereiro e manicure, entendidos, também, como um cuidado de si, conforme menciona Arango (2016).

Os cuidados diários se resumem a tomar banho, escovar os dentes, tomar os remédios e pentear os cabelos. Os serviços estéticos são acessados cerca de três vezes por ano, geralmente para cortar os cabelos, já que elas pintam as unhas apenas em ocasiões especiais, como uma festa de casamento ou aniversário. As consultas médicas com caráter preventivo ocorrem esporadicamente. Todas são usuárias do sistema público de saúde, e todas as comunidades em que residem têm um posto de saúde.

Nas ocasiões em que estiveram doentes e precisaram ficar internadas ou acamadas, ocorreu um fato bastante interessante. Se costumemente acompanham seus parentes em hospitais, quando estão

internadas passam a maior parte do tempo sozinhas. Os maridos e os filhos as visitaram nas ocasiões em que estiveram internadas, mas, com exceção de Rosa, em nenhuma outra situação um parente pernitoou no hospital. A justificativa é que o trabalho na propriedade não pode ser deixado de lado. Mesmo quando outra mulher (a sogra, por exemplo) segue cuidando da casa e poderia realizar o essencial do trabalho agrícola requerido, tal como alimentar os animais. Em nenhuma ocasião os maridos ficaram no hospital cuidando das esposas.

Quando estão acamadas em casa, em função de alguma doença grave, contam com a ajuda de outras mulheres para os cuidados pessoais e para realizar os afazeres da casa. Isso ocorreu em situações de muita gravidade, pois, geralmente, quando estão com uma doença leve, elas mesmas cuidam de si, tomando remédios ou cuidando da própria alimentação.

4.6.2. O tempo do lazer

A sobrecarga de trabalho a que estão expostas limita o tempo para o lazer, aqui entendido como um momento de descanso em que as mulheres possam usufruir de tempo livre e para si.

Contudo, no contexto de sobreposição e sobrecarga das atividades, a única constatação do tempo despendido no lazer não é suficiente para compreender a experiência de vida das mulheres na disposição de tempo para si (MOLINIER, 2009). Para analisar o tempo de lazer, ou o tempo privado, como advoga Molinier (2009), é necessário levar em consideração o tempo ocupado nas atividades produtivas e reprodutivas. Isto porque a naturalização do trabalho reprodutivo como atributo da feminilidade e, nesta perspectiva, como parte da atribuição social das mulheres faz com que o lazer, que rompe, aparentemente, a jornada de trabalho, contenha tarefas do trabalho reprodutivo, como cuidar de crianças, lavar as roupas ou o trato com os animais, dentre outras.

As pesquisas realizadas por Molinier (2009) evidenciam que os tempos privados das mulheres nem sempre são ocupados exclusivamente com elas, pois muitas os utilizam comumente para os filhos, ou, ainda, em atividades políticas ou comunitárias, tais como: a participação em festas religiosas, reuniões no sindicato, no culto religioso, e em outras atividades promovidas pela comunidade.

O mesmo ocorre com as agricultoras de minha pesquisa. O lazer está relacionado ao tempo despendido no culto da igreja, nas visitas às

vizinhas, nas rodas de chimarrão, nas visitas dos filhos e nas visitas ocasionais aos filhos e parentes da cidade.

A pausa no trabalho geralmente ocorre aos domingos e em feriados religiosos, com exceção das visitas aos vizinhos e nas rodas de chimarrão, que podem ocorrer no fim do dia de trabalho. Tradicionalmente, os cultos e as festas são celebrados na comunidade em espaços como a igreja e o pavilhão paroquial. As rodas de chimarrão e as visitas aos vizinhos costumam acontecer em suas próprias casas. Os filhos e netos que moram na cidade ou em outro estabelecimento rural costumam visitar os pais aos domingos e em feriados religiosos. Muito raramente os agricultores visitam os seus filhos, pois julgam que eles devem voltar para a “casa deles” no fim de semana, ou seja, consideram importante que seus filhos visitem com frequência a propriedade na qual foram criados.

Nenhuma das mulheres da primeira geração relatou o momento de descanso como “ter um tempo para si”. As da segunda geração, por sua vez, desfrutam de tempo para si nas visitas às casas de amigas, nos recreios da escola e, também, nas festas em casas de amigas. Mas, devido ao isolamento das propriedades rurais, tais visitas acabam demandando tempo dos pais para o deslocamento para as casas das amigas, o que tornam as saídas pouco frequentes.

As mulheres da primeira geração nos momentos de descanso são, frequentemente, acompanhadas por seus maridos, seja para irem à comunidade, para receberem visitas ou para visitarem os seus parentes. Mas, se a companhia masculina é uma constante, isto não é uma realidade para os maridos, que invariavelmente saem sem a companhia de suas esposas. Elas acabam não saindo desacompanhadas, pois raramente a sociabilidade feminina constitui-se fora dos espaços da igreja e da casa. A dependência do carro da família para o deslocamento é, também, uma razão manifestada. Com exceção de Helena, Júlia e Lúcia, que dirigem no caso de alguma necessidade (por exemplo, quando os maridos estão impossibilitados de dirigir); e Deise, que tem autonomia para usar o carro no momento que desejar (apesar de que raramente o utiliza para o lazer), elas sempre dependem de seus maridos para os deslocamentos.

O dia de descanso é compreendido no universo feminino como um momento dedicado à família, para irem todos juntos ao culto, para alguma visita aos vizinhos, filhos e parentes ou para receberem visitas. Contrariamente, a sociabilidade típica masculina nas comunidades rurais está circunscrita aos jogos de futebol, aos jogos de baralho, de bocha e, no caso dos mais jovens, às festas na cidade.

Um dos eventos promovidos pela igreja católica é o “tríduo familiar” ou a semana da família. Este evento incentiva as famílias a se reunirem durante três dias na casa de vizinhos (cada dia em uma casa diferente), para a leitura de textos que exaltam a importância da família e da solidariedade. Esta é a oportunidade dos vizinhos se reunirem e visitarem uns aos outros. Pela tradição a casa que recebe oferece um pequeno jantar e chimarrão.

Durante o culto na igreja todos os membros da família fazem-se presentes. Quando se encerra a solenidade as mulheres ajudam na arrumação do salão e seguem diretamente para as suas casas, acompanhadas dos maridos que, em seguida, retornam para a comunidade para os jogos de futebol, baralho, bocha ou para a bodega. Nas comunidades em que visitei, a bodega é vista socialmente com reprovação, pois os homens que a frequentam são estigmatizados como “alcoólatras”. As agricultoras comentam com orgulho que seus maridos e filhos raramente a frequentam, e, quando vão até a bodega é apenas para conversar rapidamente com algum conhecido.

Para as mulheres que não tem filhos morando na propriedade é comum os relatos de solidão no momento em que os maridos e demais familiares saem deixando-as sozinhas. Nestas situações, a televisão acaba ocupando o lugar do lazer⁷². Interessante observar que, apesar deste momento de tranquilidade parecer constituir-se como um tempo dedicado para si, o fato de as mulheres estarem na propriedade, ainda que dispostas a descansar, permanecem disponíveis para as necessidades de cuidados, como no caso do trato dos animais. Além disso, atribuem o “sentar para ver televisão” como uma falta de opção do que fazer com o tempo livre, pois apesar de estarem sozinhas, não desfrutam de um tempo para si.

No domingo antes de saírem da propriedade deixam todos os serviços adiantados, tais como, a limpeza da casa, o almoço, a lavagem das roupas e o trato dos animais. Sobre isto, Helena comenta: “Quando eu tenho culto ou festa da igreja acordo antes do sol nascer para deixar tudo arrumado e poder sair.” (Helena, 47 anos).

Este depoimento reforça o fato de que, mesmo nos domingos ou feriados, as mulheres não deixam de cumprir com as suas responsabilidades ou com as suas tarefas inadiáveis, como a alimentação dos animais, independentemente desses dias serem destinados para o descanso. Nestes

⁷² Assistir televisão é uma prática noturna na casa de todas agricultoras, mas não observei nenhuma ocasião em que elas se sentavam para assistir televisão. Todas olhavam a televisão enquanto realizavam seus serviços na cozinha.

dias, apenas o ritmo de trabalho é diminuído, em função das atividades promovidas pela igreja.

No culto religioso as agricultoras assumem novas responsabilidades, pois não vão até lá simplesmente para assistir. Algumas exercem a função de ministra da eucaristia⁷³ e todas da comunidade contribuem com a organização e limpeza da paróquia, revezando-se entre si. Neste sentido, torna-se evidente que em todas as situações de lazer as mulheres estão realizando algum tipo de atividade relativa ao âmbito do trabalho reprodutivo.

Fotografia 11: Agricultora celebra missa em culto



Foto: Karolyna M. Herrera, agosto de 2017

Isto acontece, inclusive, quando se tem festa na comunidade. Nessas ocasiões, geralmente celebradas em função de um feriado religioso ou do aniversário da comunidade, todos se reúnem no salão paroquial (pavilhão) para a celebração. Estas festas exigem planejamento prévio que é assumido por algum morador da comunidade, seja porque requer um acordo e organização entre os moradores ou entre familiares, ou porque envolve doações de alimentos. A programação das festas contempla, em geral, uma comida compartilhada, uma celebração religiosa ou um discurso com conteúdo informativo ou político, e, às vezes, é acompanhada por música.

⁷³ Responsável por celebrar o culto na ausência do padre. Para ocuparem esta posição, realizaram um curso ministrado na própria comunidade por um padre da igreja da cidade.

Os bailes, que eram frequentes no período da infância e adolescência das agricultoras da primeira geração, atualmente são escassos, destinados, quase que exclusivamente, ao público idoso. As agricultoras da segunda geração frequentam todas as atividades da comunidade acompanhadas de seus familiares, mas relatam certo tédio pela falta de opções de lazer para os jovens e pelo número reduzido de moças e moços na comunidade.

Na organização das festas as mulheres assumem a organização do espaço e da comida. Conversam entre si e decidem “quem vai levar o que”. Esta divisão é realizada com antecedência, pois, se for preciso plantar alguma verdura, como alface ou radiche, elas se planejam para cultivar a quantidade solicitada. Se for preciso abater algum animal a família se planeja para contribuir com carne bovina ou suína. Se a contribuição vier através de doação de queijo, bolacha ou pão, elas se organizam de forma planejada para viabilizar a produção antecipada destes itens.

No dia da festa são elas que ficam na cozinha para preparar todos os alimentos. Os homens se responsabilizam pela churrasqueira ou por fazer o risoto no tacho. Sobre a celebração da festa de fim de ano na comunidade, Marina comenta:

Tem a festa de fim de ano. A gente adora. Enche as casas e as mulheres tem que receber, cozinhar, colaborar com a comida da festa e trabalhar na cozinha no dia da festa. Depois da festa tem que limpar tudo porquê no dia seguinte tem o “filó”⁷⁴. É ótimo porque vem nossos meninos tudo, e gente que já não mora mais aqui, é a maior festa do ano, as vezes vem até gente da cidade. Mas olha, as mulheres fazem só é trabalhar. Antes, durante, depois da festa e na nossa casa, porque enche que é gente até dormindo na sala. (Marina, 57 anos).

Quando estive na casa de Júlia e Rosa, acompanhei a organização de Júlia para a reunião da cooperativa de crédito da qual atua como conselheira, que ocorreu em sua comunidade. Depois de todo o planejamento prévio com relação às doações de alimentos e compra de utensílios, a comunidade se reuniu no pavilhão da igreja após o culto religioso para arrumar o espaço. Homens e mulheres arrumaram as mesas e cadeiras e colocaram toalhas de papel nas mesas. Após a arrumação, os homens permaneceram para jogar baralho e as mulheres retornaram para casa.

⁷⁴ Festa com música e comida, geralmente ocorre à noite.

No dia seguinte, Júlia saiu com o carro para recolher todos os alimentos doados e comprar os utensílios, tais como pratos, copos e talhares de plástico. Passou de propriedade em propriedade: um padeiro doou os pães; uma senhora que produz verduras para comercialização doou alface e radiche; outro agricultor doou o frango; os temperos vieram da horta das mulheres na comunidade; a cebola e o arroz da loja de produtos da agricultura familiar da cidade; e os utensílios de uma loja do varejo. Júlia aproveitou para passar na cooperativa de crédito para se assegurar que tudo estava organizado para a festa, que ocorreria no dia seguinte. Toda esta atividade demorou cerca de três horas⁷⁵.

No dia seguinte, chegamos mais cedo para terminar de arrumar o salão. Júlia e Rosa acordaram mais cedo que o horário de costume para adiantar o serviço da casa e tratar os animais antes de saírem. As mulheres da comunidade ficaram todas trabalhando na cozinha. Os homens se responsabilizaram pelo risoto no tacho, sendo que todos os ingredientes já haviam sido preparados pelas mulheres (o frango foi temperado, as cebolas e os temperos foram picados e o arroz lavado). Os demais participantes provenientes de diferentes comunidades do município apenas participaram da celebração. A tradição é esta, a comunidade que recebe a festa se responsabiliza por tudo, os demais apenas desfrutam. Após a festa, as mulheres arrumaram e limpam tudo; algumas agricultoras visitantes auxiliaram também no serviço.

Fotografia 12: Preparação de almoço para evento na comunidade



Foto: Karolyna M. Herrera, novembro de 2017

⁷⁵ Enquanto Júlia estava fora, Rosa, a filha mais velha, assumiu os cuidados com a casa e com o irmão menor, com síndrome de Down. Júlia chegou a ligar uma vez para saber se estava “tudo sob controle” na casa.

A experiência de Júlia na organização desta reunião é representativa da atuação das mulheres nos encontros e celebrações nas comunidades, com exceção da ida à cidade para retirar os produtos. Como a maioria das agricultoras não dirige, geralmente esta função é realizada pelos maridos. Elas relatam desfrutar destes momentos. Além de ser “uma pausa no serviço”, é, também, um momento de socialização. Na cozinha com as demais agricultoras conversam, dão risada, contam “causos” e trocam experiências.

Todas estão envolvidas em atividades da comunidade, mas o engajamento em atividades sem relação direta com a igreja, tais como a participação em cooperativas de crédito, sindicatos e movimentos sociais⁷⁶, são vistos com maus olhos por vizinhos e parentes. Elas são constantemente repreendidas por isso, pois a dedicação a estas atividades limita o tempo dedicado às atividades no estabelecimento rural. Elas relatam terem sofrido bastante resistência, sendo levadas a “negociar” com os maridos para participar nestes espaços. Julgam, também, a participação em outras esferas sociais bastante importante, nas palavras de Júlia (47 anos): “a participação de cooperativas e movimentos sociais liberta a mulher”.

Apesar de ser considerado um descanso, podendo se configurar como lazer, raramente elas experimentam, nessas ocasiões, um tempo para si. Nas oportunidades em que lhes perguntei sobre o momento de lazer, expressaram desejo em visitar os filhos e parentes em outras cidades. No entanto, as possibilidades para que isto aconteça são restritas em função da necessidade de trabalho na propriedade e, também, pela falta de dinheiro. A ausência de lazer, então, se dá pela combinação da falta de tempo, com a falta de dinheiro e a falta de autonomia para planejarem o tempo para além das necessidades da família.

Isto é agravado pela impossibilidade de deixarem as atividades agropecuárias por períodos longos, pois as plantas e os animais precisam de cuidados diários para se manterem vivos. Elas relatam um fato estarecedor: não terem tido, praticamente, ao longo da vida, um período de

⁷⁶ As mulheres engajadas em lutas sociais costumam dizer que estão submetidas a uma tripla jornada de trabalho, pois além do trabalho produtivo e reprodutivo de suas responsabilidades, estão envolvidas com as tarefas da militância. A pesquisa de Valenciano (2001) aponta a mesma evidência entre mulheres do MST. As agricultoras de minha pesquisa, apesar de terem envolvimento com o MMC e os sindicatos locais, não exercem papéis de liderança nestes espaços. Limitam-se a comparecer em reuniões eventuais. Todas afirmaram terem participado mais frequentemente em anos anteriores do que atualmente.

folga. Nas poucas situações em que se ausentaram da propriedade, tal excepcionalidade esteve associada ao cuidado de algum parente que mora em outra cidade, circunstância na qual as suas presenças constituíam-se em fator crucial; ou quando foram para participar das reuniões do MMC, permanecendo cerca de dois dias fora da propriedade. Porém, tais ausências ocorreram de uma a três vezes ao longo da vida dessas mulheres.

Nas ocasiões em que viajaram sem outros familiares é notável, nas entrelinhas dos relatos, uma certa euforia, por viajarem sozinhas, e, também, a expressão de muito medo do desconhecido. Muitas delas viajaram uma única vez sozinhas. Dona Deolinda ao fazer referência à sua viagem, diz:

[...] putz, ir lá ajudar a filha, acho que foi a primeira vez que fui sozinha em alguma viagem, nem sabia direito como sentar no ônibus sozinha, tinha medo, nem consegui dormir no dia todo de viagem. No ônibus deu pra pensar na vida, acho que foi a primeira vez eu e meus pensamentos por tantas horas. (Dona Deolinda, 72 anos)

A viagem de Dona Deolinda ocorreu por ocasião do tratamento de câncer da filha, que morava em outra cidade catarinense. Por conta disto, viajou para ajudar a filha e cuidar das netas, enquanto a filha realizava o tratamento.

Com exceção das raras viagens que realizaram por conta das reuniões do MMC, todas as demais ocorreram com a finalidade de visitar parentes doentes, filhos doentes ou netos que acabavam de nascer. Ou seja, as viagens das agricultoras não estão vinculadas às férias, mas, ao contrário, são viagens para participar de reuniões de movimentos sociais e sindicatos ou para cuidar de outras pessoas.

4.6.3. Os dois pesos da ajuda

A construção da igualdade na agricultura familiar é atribuída, muitas vezes, à noção expressa pela frase “todos devem fazer de tudo”, tendo em vista que o pressuposto da organização do estabelecimento rural é baseado, pretensamente, no interesse da família. Contudo, como vimos, a autoridade no processo de decisão está centrada nos pais e nos maridos. Desde muito pequenas as crianças e os jovens internalizam modos de atuação no trabalho cotidiano do estabelecimento rural familiar expressos como “ajuda”, porém não como trabalho. Evidenciadas nas afirmações

“nós ia tudo pra roça ajudar o pai”, ou, “eu ajudava a mãe com o servicinho”.

Os meninos, já na adolescência, ao assumirem a responsabilidade por atividades do processo produtivo começam, gradativamente, a ser reconhecidos socialmente como agricultores. Embora a centralidade das decisões e da organização produtiva permaneça atribuída aos pais, os jovens, desde cedo, começam a ocupar um lugar de destaque no espaço rural, manifesto, conforme citado por Strapasolas (2006), na aceitação social dos meninos em jogos e reuniões.

No universo masculino isto se modifica com o casamento, pois os homens quando se casam passam a chefiar uma nova propriedade agrícola, local no qual assumem a posição de agricultores, conquistando autonomia na decisão sobre a propriedade⁷⁷. Além do reconhecimento social, a condição de agricultor possibilita que os homens ocupem espaços políticos, tais como sindicatos ou movimentos sociais, acessem políticas públicas, contraiam créditos nos bancos, dentre outros benefícios que esta categoria social propicia.

No universo feminino, o termo “ajuda” acaba por acompanhar as mulheres por toda a vida. As meninas se iniciam nas atividades cotidianas do trabalho familiar como ajudantes do pai e da mãe. Aos poucos vão assumindo a responsabilidade no âmbito doméstico, mas as mães e, eventualmente as avós, continuam sendo as autoridades dentro da casa. Ao passar dos anos a ajuda constitui-se como uma espécie de nova categoria social simbolizada no papel de “ajudantes”. Indicando, assim, a posição de coadjuvantes às atividades principais, seja no trabalho produtivo ou reprodutivo. Quando mais jovens, coadjuvantes das mães e dos pais; quando adultas, coadjuvantes dos homens (pais, irmãos, maridos e/ou sogros) nas atividades produtivas.

Desde a adolescência as mulheres, principalmente as da primeira geração, já exercem com desenvoltura todo o trabalho doméstico e de cuidados, incluindo os cuidados com as crianças e, em casos em que os cuidados foram requeridos, também com os parentes doentes ou idosos. Elas passam a ser a autoridade no âmbito reprodutivo com o casamento, momento no qual mudam o local de moradia para o estabelecimento rural destinado ao marido. Ressalva seja feita às mulheres que compartilham a

⁷⁷ Aqui cabe novamente a ressalva sobre o processo de migração dos jovens do campo para a cidade. Esta situação está se tornando cada vez mais usual, culminando na problemática da falta de sucessão no campo. Este tema é tratado por Strapasolas (2006); e Carneiro e Castro (2007). Comentei brevemente sobre esta situação anteriormente.

casa com as sogras, pois, nestes casos, as sogras assumem o comando da casa.

O trabalho realizado pelas agricultoras no âmbito produtivo é visto como “ajuda” desde o período da infância e adolescência até após o casamento. É comum as mulheres serem reconhecidas nos espaços rurais como “filhas de” ou “mulher de”, mesmo quando assumem as mesmas atividades que os irmãos ou quando trabalham tanto quanto os seus maridos ou executam as mesmas atividades que eles.

As atividades agrícolas exercidas são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de filha, mãe e esposa e, muitas vezes, recebem pouca ou mesmo nenhuma remuneração pelo trabalho (BRUMER, 2004). Embora as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura propriamente dito, este é um trabalho atribuído aos homens. Ao ser considerado como mera ajuda, o papel das mulheres na agricultura é invisibilizado. Esta situação foi abordada por diversas autoras especializadas neste campo de estudo, tais como, Paulilo (2004), Brumer (2004), Aguiar (2016), dentre outras, e é um tema bastante recorrente nas pesquisas que tratam do papel das mulheres na agricultura.

A invisibilidade e a falta de reconhecimento social das mulheres contribuíram fortemente para reforçar o processo de desidentificação de suas funções como trabalhadoras, o que as levou a enfrentar suas exclusões no processo previdenciário e na filiação a sindicatos até a década de 1980. Aguiar (2016, p. 268) esclarece que:

Até a década de 1980, as mulheres agricultoras não eram reconhecidas legalmente como trabalhadoras rurais e estavam praticamente excluídas do sistema previdenciário e dos espaços de representação social e política (como era o caso dos sindicatos), em que participavam apenas os homens, considerados os “chefes” da família. A trabalhadora rural era definida como dependente do cônjuge, e cabia apenas ao homem o pleno gozo dos direitos sociais e previdenciários. Estes eram limitados (em valor e abrangência da cobertura) em relação aos atribuídos aos trabalhadores urbanos em condição socioeconômica similar. Isso aponta a grande desigualdade no acesso aos direitos sociais das mulheres rurais.

Tal situação não deixou de ser enfrentada de maneira organizada em movimentos sociais de mulheres e de trabalhadoras rurais, dentre outros. Elas lutaram para serem reconhecidas como “trabalhadoras”, para se

associarem ao sindicato, para participarem deste espaço como sócias e dirigentes, de forma independente de seus pais, irmãos ou maridos. Esta luta passa, também, pelo questionamento do lugar de invisibilidade em que se encontram.

Com a Constituição de 1988, as mulheres rurais passaram a ter seus direitos sociais reconhecidos, mais particularmente, o direito à aposentadoria e ao salário-maternidade. Esta nova situação marcou profundamente a trajetória política das mulheres, uma vez que estes direitos foram conquistados em meio a muita luta e com intensa participação no processo de construção da nova constituição (AGUIAR, 2016).

Desta forma, as mulheres que não eram reconhecidas socialmente como agricultoras familiares passaram a estar aptas a receber os benefícios sociais, assumindo uma relativa independência em relação aos homens, chefes de família, no que diz respeito a seus direitos.

Embora estas importantes conquistas alterassem, parcialmente, as estruturas sociais dos espaços rurais, garantindo às mulheres relativa visibilidade, a maioria continua sendo reconhecida socialmente como ajudantes. Fato que, também, é refletido na forma como se autodenominam⁷⁸. As mulheres analisadas aqui se reconhecem como agricultoras, atuam em sindicatos e movimentos sociais, sendo que algumas, inclusive, são aposentadas. Mas ao relatarem suas trajetórias de vida, sempre se colocam “por detrás” dos homens, designando-se como ajudantes, quando se referem às atribuições desempenhadas no processo produtivo.

Apesar de se considerarem ajudantes, estão presentes em todas as etapas dos processos produtivos nos estabelecimentos rurais, assumindo toda e qualquer responsabilidade que lhes caiba. Sem a contribuição das mulheres é possível afirmar que as atividades agropecuárias não seriam viabilizadas.

Com exceção do manejo de maquinários agrícolas, tais como, tratores, pulverizadores e roçadeiras, elas atuam em todas as frentes, mesmo que o processo produtivo escolhido pelo “chefe de família” não seja um trabalho de sua preferência. Elas afirmam trabalhar em média seis horas diárias em atividades “de fora”, sempre intercaladas a outras tarefas, independente da força física empenhada na atividade.

Ora, se a sua atuação é essencial para viabilizar o processo produtivo, como considerá-las apenas ajudantes? Podemos concluir que esta atribuição está vinculada a estrutura hierárquica presente nas famílias, situação na qual a atuação do homem teria pretensamente mais importância.

⁷⁸ A atribuição social como ajudantes marca a subjetividade das mulheres.

Ao voltar-se o olhar para a esfera do trabalho doméstico e de cuidados, é uma constante a afirmação das agricultoras que os seus maridos e filhos do sexo masculino atuam como ajudantes. Bruschini e Ricoldi (2012), ao analisarem a participação masculina no serviço doméstico em uma pesquisa realizada com 25 casais, ressaltam, também, a insistência das mulheres em designarem os homens como ajudantes no trabalho doméstico. Para as autoras esta menção possui dois significados:

1) é uma atribuição feminina (portanto, os homens não o encabeçam, mas tão somente “ajudam” a realizá-lo); e 2) essa forma “periférica” que a “ajuda” masculina assume significa que essas tarefas estão entre o que sobra para ser feito (quando as mulheres não dão conta) ou o que os homens gostam ou preferem fazer. (Bruschini e Ricoldi 2012, p. 263).

A constatação das autoras expressa exatamente o que interpreto a partir dos depoimentos das agricultoras. Elas consideram a atuação masculina como ajuda, pois o trabalho realizado pelos homens não alivia em quase nada a carga de trabalho sob suas responsabilidades, e como o espaço doméstico sempre foi reconhecido como feminino, simplesmente não é considerada a possibilidade de divisão de tais tarefas entre homens e mulheres.

A base de comparação para sustentar essas afirmações recai sobre a figura do pai ou dos homens “do tempo do pai”. Todas mencionam que antes os homens não atuavam em nenhuma atividade reprodutiva, “nem sequer tiravam o prato da mesa”. Contudo, se antes os homens não realizavam nenhuma destas tarefas, atualmente a atuação deles se restringe a pequenas atividades, tais como: enxugar a louça, guardar a louça, tirar a mesa ou ficar de olho nos filhos enquanto veem televisão; ou, mesmo, quando se dedicam a tarefas que não tem obrigação cotidiana, ilustradas pelos atos de fazer as compras do supermercado ou trocar uma lâmpada.

É inegável a ajuda masculina nesta esfera, entretanto, pelo que pude observar e pelos relatos, a atuação dos homens tem um peso completamente diferente do que a ajuda das mulheres no processo produtivo. Esta situação é diferente da atribuição social que as mulheres têm no espaço rural como ajudantes, pois aqui não se confere uma hierarquização de valor sobre a atuação deles. Na atividade agrícola, o agricultor é mais valorizado que sua ajudante, no trabalho doméstico a participação deles é

reconhecida como ajuda pois consubstancia-se em um auxílio periférico e não obrigatório.

Deve-se considerar, também, a concepção distinta entre homens e mulheres sobre o serviço doméstico. Bruschini e Ricoldi (2012, p. 265), ao citarem o trabalho de Welzer-Lang (2004), alertam para o fato de que a maneira como os homens e as mulheres compreendem o trabalho doméstico está relacionada à socialização das pessoas nestas atividades. Os homens, neste sentido, são criados para manter o domicílio limpo, cuidando para não sujá-lo, já que quem realiza estes afazeres são as mulheres da família ou uma empregada doméstica, e as mulheres, ao contrário, são socializadas para limpar a casa cotidianamente para evitar a sujeira.

Daí decorre o comportamento “curativo” dos homens e o “preventivo” das mulheres, ou seja, as mulheres estão constantemente limpando para não sujar e os homens apenas cuidando para não sujar o ambiente já limpo. Desta diferença de socialização nos serviços domésticos também decorre a noção de sujeira/limpeza. Para as mulheres uma casa limpa é a que não tem nenhuma sujeira, já para os homens enquanto a sujeira não atrapalhar a vivência no ambiente não há a necessidade de limpeza. Como, por exemplo, no caso da louça, enquanto tiver disponível um copo limpo, pode não haver, para os homens, a necessidade de lavar os copos sujos.

Esta situação é muito evidente nas raras ocasiões em que as mulheres se ausentam por alguns dias da propriedade, geralmente em função de viagens com o objetivo de visitar parentes doentes. Antes da viagem, as mulheres deixam tudo preparado: limpam a casa, preparam a comida, a congelam, e indicam as atribuições dos homens com as atividades “de fora”, que estão sob as suas responsabilidades.

Lúcia, por exemplo, ausentou-se durante seis dias para acompanhar o pai, internado no hospital em uma cidade do litoral catarinense. Na ausência de Lúcia, seus familiares fizeram apenas o mínimo para manter os cuidados pessoais e necessários, deixando todas as obrigações domésticas da limpeza da casa para quando Lúcia regressasse. Sobre este fato comenta:

A: Deixei tudo ajustado, né? Na casa assim. Lá de fora tive que lembrar que se não chover tem que regar a horta, que tem que dar milho pras galinhas é que antes tinha galinha aqui, e falar que que tinha de comê. Eles sabem de tudo, mas tem que lembrar, né? Aí eles se ajustavam as coisas. Eles se viram.

P: Mas eles chegaram a limpar a casa? O que eles cozinham?

A: Ah, quando voltei a casa estava virada. A Lúcia [filha mais nova] estava desesperada pra eu voltar, ela faz as coisas, mas não como eu. Estava tudo sujo, meu Deus... era roupa jogada pra todo lado, o banheiro eu nem conseguia entrar. Ai vi que eles só comeram linguiça, ovo e carne. Nem arroz fizeram, nem salada foram buscar na horta. Se viraram, mas nada como eu na casa. (Lúcia, 36 anos).

Sempre que eu as questionava sobre a atuação dos homens no trabalho reprodutivo, na eventualidade de suas ausências, era invariável a resposta: “ah, eles se viram”. Mas essas situações foram tão raras ao longo de suas vidas, que uma agricultora de 57 anos comentou que nunca passou mais de dois dias fora de casa depois do casamento. Ou seja, o marido teve de “se virar” apenas em dois dias ao longo de 37 anos de casado.

Para as circunstâncias acima descritas, cabe destacar o privilégio da posição social ocupada pelos homens dentro das famílias. Tronto (1993b, p. 124) utiliza o termo “irresponsabilidade privilegiada” para se referir a tal situação. Para a autora, uma pessoa que ocupa uma posição privilegiada demanda e garante cuidados para si mesmo e usa de seu lugar de poder para minimizar a situação de dependência, por possuírem necessidades diárias a serem supridas. Em se tratando de pessoas que não tem limitações físicas ou psíquicas, e por este motivo que não exigem cuidados especiais, os “irresponsáveis privilegiados” minimizam as suas necessidades de cuidados para não arcar com as atividades que possam satisfazer as suas próprias necessidades e para não despender cuidados para outras pessoas.

Para os privilegiados o discurso é de que os cuidados são algo sem importância, de caráter inferior, materializado na expressão “pode deixar que eu me viro”, como se as atividades de cuidado fossem algo instrumental e não vital. Esta irresponsabilidade minimiza a importância do cuidado e os exime das obrigações⁷⁹.

A partir das experiências das agricultoras fica evidente que os trabalhos domésticos e de cuidados são estabelecidos na relação de interdependência entre os indivíduos. Cada sujeito demanda cuidados

⁷⁹ Nas situações em que os cuidados são realizados por meio de atividades remuneradas, este discurso contribui para conferir um status de desigualdade para as pessoas que dispensam cuidados, o que abre caminho para justificar a discriminação de raça e classe e uma baixa remuneração pelo serviço prestado.

específicos, dependendo de seu momento de vida, e as provedoras de cuidados atuam de acordo com as demandas dos indivíduos. Contudo, como vimos não são somente as pessoas que demandam cuidados, as mulheres também estão atentas às necessidades dos animais e das plantas, não somente porque estes fazem parte do sistema produtivo, mas, também, porque as mulheres se sentem moralmente responsáveis por manter a vida e o bem-estar das plantas e dos animais.

As atividades reprodutivas são, portanto, relacionais e pressupõe uma rede de interligações nas quais o atributo do trabalho varia de acordo com a fase de vida das pessoas, dos animais e das plantas. Fica evidente a partir dos depoimentos acima descritos, que o contexto social em que estão inseridas influencia diretamente na intensividade e extensividade da jornada cotidiana, especialmente porque elas se sentem moralmente impelidas a atuar conforme o que lhes é socialmente atribuído, por serem mulheres.

As dinâmicas das estruturas sociais moldam o desenvolvimento e a trajetória de vida da vida das mulheres, podendo agravar a intensidade da experiência no trabalho cotidiano, dependendo do contexto em que estão inseridas. A seguir irei analisar dois fatores que emergiram de forma muito marcante em meu campo empírico: a relação da jornada cotidiana do trabalho reprodutivo com a herança da terra e com a definição do sistema produtivo no estabelecimento rural.

5. AS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO REPRODUTIVO

A partir dos relatos biográficos das agricultoras é possível perceber como a experiência no trabalho cotidiano está inserida em contextos sociais que caracterizam a forma como as experiências foram forjadas, oriundas de uma estrutura social mais ampla (ELIAS, 1994). Neste sentido, a experiência das mulheres com a jornada laboral cotidiana é analisada a partir dos elos de interdependência entre os indivíduos dentro de uma determinada configuração, de tal maneira que formam uma *continuum* e não uma relação antagônica (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Esta configuração é representada pelo espaço rural, reconhecido como uma dimensão inerente ao processo geral de desenvolvimento da sociedade. Considero o espaço rural por meio de uma perspectiva que não se reduz à superação deste local, como algumas abordagens que preconizam o desaparecimento do espaço rural por meio de sua incorporação pelas cidades ou a sua homogeneização, mas, pelo contrário, considero este espaço como uma configuração social com qualidades e

potencialidades decorrentes das particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas do campo.

Segundo Ferreira e Zanoni:

Isso significa pensar o rural como espaço de outras agriculturas e também como espaço de vida, de trabalho e de lazer, não necessariamente restrito aos agricultores. Significa também pensar a relação desse rural de pluriatividades, mas ainda basicamente agrícola, com as pequenas cidades, ou seja, com o conjunto das dinâmicas do território rural. (1998, p.21)

Esta forma de conceber o espaço rural filia-se à perspectiva da nova ruralidade que associa o espaço rural a três dimensões fundamentais: a proximidade com a natureza; a ligação com as cidades; e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho reduzido de suas populações (ABRAMOVAY, 2009).

Dentro deste contexto, o espaço rural é entendido como espaço, fazendo referência à ocupação do território e aos seus símbolos; lugar onde se vive, aludindo às particularidades do modo de vida e a referência identitária; e lugar de onde se vê e se vive o mundo, fazendo alusão à cidadania do homem e da mulher rural e a sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade, conforme demonstra Wanderley (2000, p.88).

O espaço rural é compreendido para além das atividades produtivas, sem abandonar as suas premissas e condicionantes, tais como: o acesso aos meios de produção e, em especial, à terra; a ampliação dos níveis de renda dos agricultores, por meio do acesso às políticas públicas e ao mercado; a agregação de valor, expressa na qualidade dos produtos; a manutenção do tecido social; e a conservação dos recursos naturais e das paisagens, dentre outros aspectos.

O espaço rural está inserido em uma configuração social e possui a sua própria dinamicidade, se reformulando com o decorrer das mudanças que ocorrem na rede de interdependências que se estabelece em sua relação com outros espaços.

5.1. A HERANÇA DA TERRA E O TRABALHO COTIDIANO DAS MULHERES

Sendo a terra um lugar de vida e de trabalho primordial para a reprodução social das famílias no campo, problematizo nesta seção o lugar das mulheres no processo de transmissão da terra no espaço rural e

sua implicação na vida das mulheres.

Estudos, como o de Bourdieu (2004) e Woortman (1995), destacam a relação entre as estratégias matrimoniais e o modelo de partilha de herança nas famílias camponesas, que objetivam passar de uma geração a outra o patrimônio familiar de modo a salvaguardá-lo, garantindo a sua reprodução para as gerações futuras. Nesta decisão, os pais levam em consideração a ordem de nascimento dos filhos, o tamanho das famílias (tanto da família proveniente como da família do futuro cônjuge) e a posição econômica das famílias. Na estratégia de conservação do patrimônio, o bom funcionamento do sistema de herança é crucial.

Carneiro (2001, p.23) ao interpretar a obra de Bourdieu afirma que,

[...] o objetivo [dos chefes de família] é maximizar os lucros e/ou minimizar os custos (econômicos e simbólicos) do casamento, as famílias realizam alianças em condições diferenciadas, segundo as restrições impostas tanto pelo capital simbólico-cultural quanto pelo capital econômico à disposição de uma delas.

Para a preservação do patrimônio, a escolha da família da futura esposa era de extrema importância, pois significava a manutenção de sua posição social. Na prática, apesar do “chefe de família” levar em consideração as disposições da família do futuro cônjuge, a decisão de quem recebe a herança já está estabelecida: quem a recebe é o primogênito, é a ele que o patrimônio será transmitido.

Os outros filhos na linhagem sucessória, ou seja, os não primogênitos e filhas, recebiam, dependendo da posição econômica da família, o dote no momento do casamento. Porém, como resultado do recebimento do dote o/a filho/a ficava desligado da propriedade rural. No caso de algum problema de sucessão, sempre cabia ao pai decidir o destino do patrimônio. Neste caso, sempre em benefício dos filhos homens, consolidando as relações desiguais na hierarquia interna das famílias e reforçando as posições diferenciadas entre os gêneros.

No Brasil, observa-se uma prática semelhante à realidade estudada por Bourdieu (2004)⁸⁰ no processo de transmissão da terra. O “chefe de

⁸⁰ Nesta obra, Bourdieu trata principalmente da problemática dos celibatários. O celibato afetava principalmente os filhos homens que vinham depois dos primogênitos, sobretudo nas famílias numerosas e mais pobres. O celibato destes filhos

família”, centrado em sua autoridade, privilegia o filho primogênito na divisão da herança. Mais especificamente, a tradição de transmissão de herança da terra no sul do Brasil, região de meu campo empírico, remonta, segundo Woortman (1995), às práticas trazidas no final do século XIX e início do século XX pelo movimento migratório de alemães e italianos. Segundo esta tradição, compartilhada entre camponeses do sul da França, Áustria, partes da Alemanha e Itália, a transmissão da terra era indivisa, ou seja, apenas um filho era escolhido como herdeiro/sucessor, ficando o restante com uma parte insignificante ou sem absolutamente nada.

No entanto, as formas de transmissão do patrimônio mudam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, institucional, conforme aponta o estudo realizado por Carneiro (2001). No contexto de minha pesquisa, observa-se que com o passar dos anos, as práticas culturais de transmissão de patrimônio foram sendo modificadas, seja pelo protesto dos filhos sobre a rígida postura dos pais ou pela oportunidade de aquisição de terras. Os pais passaram não só a considerar a terra da família na transmissão, mas, também, ponderam a divisão da terra da família ou aquisição de terras para doar aos filhos, garantindo, assim, o sustento de todos os filhos homens após o casamento. Nesta situação, os filhos mais velhos no momento do casamento recebiam propriedades adquiridas pelos pais e transmitidas por eles antes da morte, e a propriedade da família passa a ser considerada como transmissão ao filho mais novo, considerado como sucessor. A ideia de terra indivisa foi substituída, então, pela possibilidade de divisão da propriedade e pela ampliação do patrimônio para beneficiar mais filhos na transmissão patrimonial. Nestes casos, o princípio da primogenitura, às vezes, é substituído pela ultimogenitura na sucessão da propriedade familiar.

No processo de herança da ultimogenitura, o filho mais novo é escolhido como sucessor para administrar a propriedade até a morte dos pais. Após a morte dos pais, há duas possibilidades, os demais herdeiros doam a parte deles para o irmão mais novo ou o escolhido como sucessor compra a parte da herança dos irmãos a um preço inferior ao do mercado.

Houve, também, flexibilização nas decisões sobre o matrimônio. Na região sul do Brasil observou-se até meados do século XX uma prática

era visto como “necessário” para a manutenção da propriedade camponesa (Bourdieu, 2004). Com o “alargamento do espaço social” e em alguns casos, a perda da centralidade dos pais na decisão dos casamentos, o celibato também atingia os filhos primogênitos. Por estes motivos, Bourdieu considera que o celibato aparece nesta sociedade como o sinal mais claro da crise que a afeta a ordem social camponesa.

semelhante à estudada por Bourdieu (2004), qual seja, o casamento se constituía como um problema de família, cabendo ao pai a decisão do casamento de seus filhos, pois entre os camponeses o casamento ocorria quando duas famílias entravam em acordo.

Atualmente o sistema de vigilância dos pais é menos rígido, fazendo com que o casamento passe a ser uma escolha individual, embora a aprovação da família e da comunidade ocorra de forma simbólica. Os casamentos socialmente autorizados são os ocorridos entre pessoas de uma mesma origem étnica e de mesma condição econômica.

Os homens, então, herdavam as terras como apoio para levar adiante as atividades produtivas no meio rural e para elaborar projetos de vida que se apresentam como alternativas em relação à migração para a cidade. O contrário acontece com as mulheres e homens excluídos do processo de herança, que encontram no casamento, principalmente no caso das mulheres, a forma de se manterem na agricultura familiar, ou, alternativamente, encontram na cidade a única opção para levar adiante os seus projetos de vida.

Nem todo homem herda quando a terra é pequena ou quando os pais têm restrições financeiras para adquirir outros terrenos, mas a prioridade é deles. Uma hipótese é que diante do grande número de herdeiros e da pouca terra para distribuir, a estratégia mais simples é a de excluir as mulheres da herança, reservando-lhes o dote. Aos homens, quando não herdavam terras, os pais tentam, pelo menos, dar um “comecinho de vida”, ou seja, um caminhão para trabalhar, um lote urbano para a casa, ajudam a iniciar um pequeno negócio, entre outras.

As mulheres são constantemente excluídas do processo de herança da terra mesmo com a conquista do direito a este bem determinado por lei⁸¹, que “não significou uma possibilidade concreta de filhas de agricultores partilharem a herança em pé de igualdade com seus irmãos homens” (PAULILO, 2004, p. 233).

Mesmo com o direito adquirido, as famílias, baseadas no costume⁸², mas não na legislação, excluem as mulheres e priorizam os filhos homens no momento da partilha das terras⁸³ (CARNEIRO, 2001;

⁸¹ No Brasil o direito à terra é baseado nas leis que garantem o direito de propriedade do direito civil, já que não existe um direito agrário, como existe na França, por exemplo.

⁸² Weber (1999) considera o “costume” como uma prática que se baseia no hábito inveterado, encontrando-se em contraposição à “convenção” e ao “direito”.

⁸³ Importante mencionar que estou tratando aqui de famílias consideradas proprietárias de terra, porém não incluo situações nas quais se configuram a posse, o

BRUMER; ANJOS, 2008; PAULILO, 2004). Devido a este costume, elas ficam sem herdar o patrimônio familiar de suas linhagens de origem, participando apenas indiretamente da herança dos maridos e sogros.

As regras de transmissão de herança e a destinação do dote ganham legitimidade social e a família, segundo Carneiro (2001), acaba por ser impor como uma instituição acima da lei, cujas regras do mundo privado são consideradas particulares e, assim sendo, não se submetem às regras do mundo exterior, marcadas por determinações judiciais.

O termo “ganhar a sua parte” citado por Paulilo (2004) exemplifica os casos de transmissão do patrimônio e a compensação fornecida pela família na sua falta. Esta ação é a contraparte simbólica em função do merecimento pelo trabalho realizado em prol da propriedade rural, demonstrando que os trabalhos da mulher nas lidas domésticas e nos cuidados, na roça e na propriedade não são considerados como trabalhos. O processo sucessório é, em certa medida, enviesado contra a mulher.

As implicações indiretas da falta de reconhecimento social relacionam-se ao fato de que as mulheres, apesar de ocuparem papéis centrais na produção agrícola da unidade familiar, têm a sua importância marginalmente reconhecida. Sendo que, muitas vezes, não são nem sequer consideradas como agricultoras. Como consequência desse processo de alijamento, são historicamente e sistematicamente excluídas do acesso à terra, em função de aspectos culturais, que reservam tal privilégio ao filho homem, beneficiado pela herança da família. Neste sentido, conforme aponta Carneiro (2001), o acesso da mulher à terra por herança depende tanto de sua posição específica no processo produtivo, quanto dos valores que sustentam esta posição.

A exceção ocorre apenas nas situações em que não sobram herdeiros homens na família, quando todas as pessoas do sexo masculino não demonstram interesse por permanecer na terra ou quando uma filha se mantém na propriedade, na condição de solteira, para cuidar dos pais

arrendamento, o assentamento, dentre outras formas de ocupação da terra. A questão agrária brasileira é constitutiva da conformação dos espaços rurais brasileiros e suas características marcam profundamente a estrutura produtiva agropecuária, sua desigualdade e insustentabilidade. Não irei tratar nesta tese o tema da estrutura fundiária brasileira, para esta discussão sugiro a leitura de Sauer (2016). O meu objetivo é o de apenas registrar que não desconsidero a complexa e excludente situação da posse e uso de terras no Brasil, que estão relacionadas às grandes concentrações de terra, às exclusões de acesso, às questionáveis limitações entre as concepções dos espaços rurais e urbanos, às questões sobre os territórios indígenas e quilombolas, à luta pela terra, os usos da terra, das águas e das florestas para a exploração, dentre outras complexidades.

na velhice. Mesmo quando são as mulheres que herdaram a terra, há um entendimento comum que elas ficam na propriedade para cuidar, seja dos pais idosos ou da própria terra. Nunca lhes é atribuída socialmente a condição de utilização da terra para a exploração agrícola e pecuária.

A alternativa à falta de herança e de contribuição dos pais por meio do dote configura-se na migração para a cidade. Contudo, quando a mulher migra, usualmente o faz com o intuito de realizar um trabalho remunerado, geralmente não recebendo nenhuma ajuda de sua família. Paulilo (2004) afirma que nestas situações, a própria mulher (no geral ainda jovem) tem a responsabilidade de custear a sua mudança e o seu novo estilo de vida. O contrário acontece com o filho homem, que quando se muda para a cidade, usualmente recebe uma contribuição equivalente ao valor da terra que lhe caberia, no caso de permanecer no campo, materializado na ajuda para os estudos, na construção de uma casa, etc.

Paulilo (2004, p.234) comenta, adicionalmente, que este tema é um tabu entre as mulheres. As situações de partilha dos bens, a escolha do sucessor e as escolhas da família do cônjuge escamoteiam sentimentos e dramas individuais que afetam a estrutura dos laços afetivos nas famílias. As mulheres, muitas vezes, se dizem conformadas com a situação da herança e a legitimam, sustentadas pela noção do “valor família” (CARNEIRO, 2001), que é a forma como o processo decisório é forjado. Mas, em algumas ocasiões, expressam um sentimento de revolta com a discriminação, apesar de não se sentirem legitimadas a enfrentar os seus pais sobre o tema. Assim, o que é estabelecido para as mulheres pela família, representada pela autoridade do pai, deve ser respeitado e acatado por todos os membros familiares.

Deere e León (2003), ao tratarem sobre os direitos à terra e à desigualdade nas relações de gênero, ressaltam as limitações das mulheres em relação à posse da terra. As autoras apontam os fatores para a diferença de gênero no acesso à terra na América Latina, além das já comentados: preferência dada aos homens na herança e o privilégio masculino na transmissão de terras adquiridas pela família no momento do casamento. Há, também, o viés de gênero na distribuição de terras por programas do governo⁸⁴ e o viés de gênero no mercado fundiário. Nesta

⁸⁴ No Brasil os programas da Reforma Agrária desde 2003 instituíram a titularidade conjunta da terra, que deve incluir obrigatoriamente o nome da mulher e do homem nos lotes de assentamento constituídos por um casal em situação de casamento ou união estável. A partir de 2007, as mulheres chefes de família passaram a ter direito preferencial à terra. A titularidade conjunta e o direito preferencial pela titularidade para as mulheres chefe de família se deu pela reivindicação

última situação os homens, gestores dos recursos financeiros no meio rural, adquirem terras de modo que a titularidade da escritura permanece em seus nomes, excluindo as mulheres da titularidade, mesmo quando são casados.

As autoras, adicionalmente, destacam a falta de dados estatísticos oficiais que possibilitem uma análise mais apurada sobre o tema e analisam os problemas metodológicos envolvidos na medição da distribuição da propriedade de terras por gênero, que contribuem para a falta de evidência do acesso desigual a este bem. Deere (2018), em um recente artigo⁸⁵ comenta sobre a problemática:

Desde 1970, pesquisadores apontam essa lacuna, para fins de análises de gênero, dos censos agropecuários (Deere; León, 2001; Doss, 2014). Em primeiro lugar, ignorar quem, especificamente, dentre os membros do domicílio é o proprietário da terra significa que a questão central da distribuição equitativa em termos de gênero dos recursos produtivos – propriedade da terra – não pode ser abordada. Em segundo lugar, essa lacuna também prejudica avaliações do impacto de políticas elaboradas para promover igualdade de gênero, dado que uma linha de base rigorosa não pode ser estabelecida. Em terceiro lugar, uma questão importante de pesquisa relacionada ao objetivo da segurança alimentar é saber se os proprietários no setor de pequeno porte dirigem suas próprias fazendas e, caso contrário, por que não? É importante saber, por exemplo, se é menos provável que proprietárias dirijam suas próprias parcelas do que proprietários devido à discriminação no mercado de crédito ou no acesso a assistência técnica ou a mercados de produtos. Uma análise desse tipo não poderia ser realizada apenas com base na informação sobre o sexo do produtor agropecuário; é essencial saber quem é o proprietário da terra. (DEERE, 2018, p. 9-10).

das mulheres organizadas em movimentos sociais. A partir destas modificações nota-se um aumento significativo do número de mulheres assentadas.

⁸⁵ Deere (2018) faz um levantamento dos dados existentes sobre a posse da terra na América Latina destacando a insuficiência de dados que reflitam a desigualdade de gênero na posse da terra.

A evidência mais imediata sobre a falta de titularidade da terra para as mulheres recai sobre o não reconhecimento social de seus papéis como trabalhadoras rurais, por este motivo a alternativa historicamente cristalizada em nossa sociedade é materializada pela via do matrimônio. Ou seja, as mulheres têm acesso à terra apenas com o casamento. Brumer (2004) corrobora esta assertiva ao afirmar que as mulheres não herdam terra a não ser que seu marido seja agricultor⁸⁶.

As regras de transmissão do patrimônio familiar entre os agricultores familiares permitem compreender as dinâmicas de reprodução social das famílias e o lugar reservado para os homens e as mulheres em nossa sociedade. A terra, além do valor econômico, expressa um valor simbólico (BRANDÃO, 1999) e a posse da propriedade pode ser uma pré-condição para a participação das mulheres no processo decisório agrícola ou na alocação da renda domiciliar (DEERE, 2018). Neste sentido, sem a possibilidade de herança, as mulheres que permanecem no meio rural ficam sujeitas a autoridade dos maridos e dos sogros.

É neste ponto que nos reencontramos com o objeto desta tese que é o de analisar a experiência do trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres. O que pude perceber em minha incursão no campo é que a forma como a herança da terra ocorreu na vida dos cônjuges afeta diretamente a **intensividade** e a **extensividade** da jornada de trabalho cotidiana das agricultoras. Nestes casos, a jornada cotidiana é agravada quando as mulheres se casam com o herdeiro sucessor da propriedade familiar.

Quando o herdeiro sucessor é escolhido pelos pais, representado, geralmente, pelo filho mais novo, nos casos em que os filhos mais velhos já receberam as suas partes em forma de terras adquiridas e doadas pelos

⁸⁶ No contexto empírico desta pesquisa, observa-se uma diferença entre as gerações de mulheres. Às mulheres da primeira geração lhes é reservado o dote no momento do casamento, representado por roupas de cama, toalhas, máquinas de coser e novilhas. O número de itens depende da condição financeira da família. Com as mulheres da segunda geração observa-se uma tendência a outra prática de compensação. Elas têm nos estudos a recompensa por não serem consideradas na herança da terra. O incentivo para os estudos é praticado principalmente pelas mães, que ao desejarem um futuro diferente do que tiveram para as filhas, se esforçam para que elas possam dedicar o maior tempo possível aos estudos, assumindo, inclusive, tarefas cotidianas no estabelecimento rural que poderiam ser realizadas pelas filhas. Existe, assim, uma menor pressão social pelo casamento.

pais, ele permanece morando na propriedade, exercendo o trabalho agrícola e, como contrapartida, se responsabiliza por cuidar dos pais na velhice e no caso de doenças. Quando o herdeiro sucessor se casa, geralmente quando está com cerca de 20 anos de idade, as esposas ingressam na família do marido e passam a conviver com os seus maridos em um espaço sob autoridade dos sogros.

Devido à divisão sexual do trabalho, apesar de os filhos sucessores serem responsáveis pelos cuidados dos pais, não são eles que assumem tal tarefa e, sim, as suas esposas. A subordinação dos filhos e das noras à autoridade do pai persiste enquanto permanecem morando sob o mesmo teto, que acaba por configurar em divergências entre os indivíduos da estrutura familiar.

O depoimento a seguir representa a experiência de Helena na vida de casada com um sucessor do patrimônio familiar:

P: Mas no dia a dia, o que ele [o sogro] fazia?

A: Não falava, se falava dizia que não fazia nada, sempre me jogava pra baixo e me fazia trabalhar, dia e noite. Se eu ia pegar uma carne no freezer me olhava com cara feia, se eu ia limpar o quarto dele era um problema porque parecia que eu ia roubar alguma coisa. Se eu ia comer alguma coisa, olhava pra ver o que eu ia comer. Parecia que eu não trabalhava pra comida que eu ia comer. Se eu ia nas festas com ele, ele [o marido] me dava um troquinho pra eu ir e eu guardava porque queria dar uma camisa pro meu marido. Ai um dia fui na loja no centro e fui numa promoção bem barata e comprei uma camisa pro meu marido e foi o fim. Ficou 15 dias sem falar comigo, achava que eu tinha roubado o dinheiro. Falava pra nona como foi que comprei. Cinco anos depois comprei um tecido pra fazer um jogo de lençol. Lavei o tecido e quando coloquei pra secar, ele ficou furioso. Ai falei que era meu, do meu enxoval, ele não acreditava. Eu não podia ter nada.

Eu não queria casar, tinha 19 anos. Duas filhas dos sogros casaram uns 3 meses antes, a sogra estava muito triste que ia ficar sem filhas para ajudar, aí o sogro obrigou a gente a casar pra poder cuidar dele e da nona.

Um ano de casado, ele mandou a gente embora. Porque a gente ia comer todo o capital dele. Eu não fazia nada além de trabalhar, dia e noite, no que ele

mandava a gente ia e no que a nona dizia, eu estava lá. Aqui na casa era só a nona [que mandava], eu ajudava, tinha que ajudar, mas a nona era uma querida. Fora era só ele.

Na casa do pai a gente não era acostumado a serão, aqui toda noite tinha serão. Eu era só trabalhar e ficava no serão, não podia dormir, imagina se a nora ia dormir. Eles ficavam até a 1 da manhã. Se no dia seguinte levantava meio tarde, tipo perto das 7 horas, ele já fazia bico. Ai ia tirar leite, ajeitar o pasto e entrava pra ajudar a nona com a roupa. Ai ele só fazia mandar a gente embora, passou um ano, dois, três, passou oito anos e ele mandando a gente ir embora. E a gente explicando que ficava pra cuidar deles. A nona ajudava a tirar leite, na horta e na casa e nós trabalhava em tudo, na enxada, era tudo no muque.

Chegou um dia que ele [sogro] falou de ir embora e aí nós fomos, até a sogra aceitou, porque dizia que estavam tudo tristes. Ai se arrumamo uma casinha perto da nona, não dava pra ficar longe, tinha que cuidar deles. Limpamo a casa e quando fumo com a carroça buscar as coisas do quarto, o sogro disse: você não trouxe nada de terra pra cá. Eu disse, eu trouxe uma vaca, um porco e um enxoval. E seu filho, ganhou o que até agora? Nem jogo de quarto o filho ganhou. Se comprou uma cama [...]

Mas a gente trabalhava tudo junto, morava ali mas trabalhava junto, não podia ficar sem a gente, era muito trabalho. Aí engravidei depois de um ano morando na outra casa, era tudo que eu queria. Foi uma gravidez difícil e o nono falou que eu não segurava o filho de trabalhar demais. Olha só, de saber que ele sempre falava que eu não trabalhava...

Aí depois de pouco tempo nós voltamo pra casa do nono, porque a nona já tava doente de estar sozinha. Foram mais uns anos sofrendo. Trabalho de dia e de noite e ele só reclamar. Até que ele ficou mais velho e eu que fiquei cuidando dele, ai ele viu, né? Achava que uma filha, uma neta ia vir cuidar dele e fui eu. Fazia com amor, porque não dá pra cuidar com raiva, né? Fazia porque gostava dele. Ele não ficou muito tempo doente, mas acredita que ele morreu nos meus braços? Assim, se sentiu

mal, pediu pra eu ajudar, fui segurar ele e morreu olhando pra mim (Helena, 47 anos)

O relato acima dá uma certa dimensão da experiência vivida por uma mulher que após o casamento passou a viver sob a autoridade do sogro. O ritmo de trabalho cotidiano é ditado pelos sogros e a agricultora não tem nenhuma autonomia para decidir sobre a dedicação de seu tempo para as atividades cotidianas e, quanto menos, de tempo para si. Helena relatou, inclusive, sobre a dificuldade para realizar a higiene pessoal com tranquilidade e, também, para se comunicar com o seu marido. Pois, a vigilância do sogro era extrema, exigindo dela que não se demorasse no banheiro para economizar água. À noite, quando o casal estava em seu quarto, cuidavam para falar baixo para que o sogro não os ouvisse, pois, o sogro poderia vir a interpelar o casal no dia seguinte, caso ouvisse algo que lhe despertasse curiosidade.

Ao passar a fazer parte da família do marido há o entendimento de que a mulher deva “fazer valer” a parte que lhe coube naquela propriedade, ou seja, o direito de conviver naquele espaço e de estar apta à herança do patrimônio familiar do marido. O merecimento por estes “direitos”, em função daquilo que lhes cabe no futuro, deve ser reafirmado cotidianamente a partir da disponibilidade para o trabalho produtivo e reprodutivo.

Enquanto os sogros têm saúde suficiente para executar sem dificuldades as atividades cotidianas, tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo, os membros da família residentes na propriedade compartilham as obrigações entre si. Quando os sogros passam a ter limitações físicas, devido a problemas de saúde ou devido ao processo de envelhecimento, que os impedem de assumir determinados afazeres, o casal passa, sozinho, a realizar as atividades do estabelecimento. Neste caso, o marido dedica-se exclusivamente ao trabalho de fora e a esposa desdobra-se entre o trabalho de fora e o de dentro, agora com a carga adicional de cuidado com os sogros.

Essa experiência é compartilhada por todas as mulheres em condições semelhantes de casamento ao de Helena, como o caso de Lúcia, de dona Deolinda, da filha de Marina, da irmã de Joana, da irmã de Júlia, de Cida, dentre várias outras mulheres citadas pelas agricultoras desta pesquisa. Não houve nenhum relato de mulheres que não passaram pela situação de sobrecarga ainda mais intensa de trabalho, incluindo o cuidado com os sogros, quando casadas com o sucessor familiar. Helena, adicionalmente, esteve sujeita às atitudes racistas de seu sogro em função da origem étnica de sua família, sobre isto comentarei mais adiante.

A responsabilidade pelo cuidado não passava somente pelos sogros, pois as mulheres nestes contextos se encarregavam por “tudo que vinha junto com a propriedade” expressão utilizada por elas para se referirem às demais pessoas que viviam na propriedade com os sogros, tais como, parentes doentes ou cunhadas mais jovens.

Lúcia, por exemplo, quando tinha apenas 16 anos, grávida de sua primeira filha, foi viver com o marido na propriedade dos sogros. Os demais irmãos do marido, dentre eles Marina, participante desta pesquisa, já haviam se casado e o pai seguiu o tradicional processo de transmissão patrimonial observado na região: as filhas receberam o dote pelo casamento e os filhos “um pedaço de terra”. O irmão mais novo do marido, com deficiência intelectual, permaneceu morando na propriedade dos pais e a partir da chegada de Lúcia, grande parte dos cuidados com o cunhado passou a ser de sua responsabilidade, mesmo ele sendo oito anos mais velho que ela e a sogra tendo disponibilidade física, emocional e de tempo para cuidar de seu filho.

Quando lhe perguntei sobre a convivência com o cunhado, Lúcia respondeu:

Ah, desde que eu vim pra cá tinha o maninho. Ninguém sabia o que ele tinha, ele só era estranho. Ficava muito quieto, trabalhava pouco e não conseguia fazer quase nada sozinho. Eu que ficava com ele, principalmente depois que a menina nasceu que era mais difícil ir pra fora. Eu cuidava dele e dela tudo dia, depois de tirar leite, que eu ia tirar leite de manhã e à tarde também, na mão. Ai eu também fazia a comida de todo mundo, cuidava da casa... A sogra ajudava, mais com a menina, quando eu ia pra fora. Eu achava que ele tinha algo diferente, que tinha que ir no médico, mas eles achavam que não. Até que ele começou a ficar diferente, já tinha passado um tempo, eu já tinha a segunda menina, ele se entendia só comigo, mas ele ficou diferente, não sei se foi porque ficou triste com o irmão, não sei. Sei que ele ficou violento, chegou a quebrar uma cadeira em mim. Aí ele teve que ser levado pro hospital, aí descobriram o que ele tinha e começaram a dar remédio. Com o remédio ele acalmou, mas não conseguia fazer mais nada. Eu que fazia tudo pra ele, tudo menos o banho que eu tinha vergonha e eles tiveram que

acostumar ele com o trabalho de fora de novo.
(Lúcia 36 anos)

Quando Lúcia se casou ela foi responsabilizada pelo cuidado do cunhado, para que a sogra tivesse mais tempo livre para trabalhar na roça. Como estava cuidando de sua filha recém-nascida, o que fazia com que permanecesse mais tempo em casa, o serviço doméstico ficou sob a sua responsabilidade, apesar de não ter sido totalmente excluída da lida de fora de casa. Cerca de dez anos depois do nascimento de sua primeira filha, seu sogro teve câncer. Lúcia foi então responsabilizada pelo cuidado do sogro, do cunhado e das filhas, além das obrigações na agricultura. A sogra também era responsável pelas atividades na esfera reprodutiva, mas a carga de trabalho era menor que a de Lúcia. A justificativa para isto apoiava-se no fato de Lúcia ser mais jovem, ou seja, mais apta a receber uma carga de trabalho maior.

Quando os sogros de Lúcia e Helena faleceram, elas continuaram convivendo sob a tutela da sogra, contudo ambas relatam que a qualidade de vida melhorou depois que deixaram de viver sob a autoridade patriarcal do sogro. Apesar das sogras representarem a nova autoridade naquele espaço, elas eram consideradas menos rígidas que os sogros.

Após a morte dos proprietários, uma nova configuração entra em jogo. Os herdeiros legais entram em acordo para transferir a parte da herança que lhes cabe ao filho sucessor. Nestes casos, as transferências podem ocorrer por doação ou por venda, geralmente a preço abaixo do mercado. O desejo do pai de que o filho escolhido assegure a continuidade da atividade agrícola costuma ser respeitada e a propriedade da terra da família tende a ser transmitida ao sucessor sem conflitos.

No caso de Lúcia algo curioso sucedeu, que expressa bem a forma como os costumes na partilha do patrimônio afeta a vida do filho sucessor e de sua esposa. Após 15 anos de convivência com a sogra, mesmo depois da morte do sogro, Lúcia e a sogra passaram a se desentender e os irmãos do marido tomaram a decisão de transferir a mãe para uma casa na propriedade da filha, Marina. Neste caso, os herdeiros consideraram que um pacto foi quebrado, pois, o sucessor da propriedade familiar não assumiu os cuidados com a mãe até a sua morte como era previsto.

A sogra de Lúcia se mudou por conta dos conflitos entre elas, mas o cunhado com deficiência permaneceu vivendo na casa de Lúcia, com o seu marido e suas filhas. Isto porque os herdeiros cobraram do sucessor que pagasse pela parte de todos os irmãos a preço de mercado (isto é, acima do valor que seria cobrado caso o combinado tivesse sido

cumprido), a fim de se manter na propriedade. Como o pacto havia sido quebrado e o sucessor tinha permanecido na terra, mesmo que por compra, a família considerou que ele deveria seguir cuidando do irmão com deficiência, que não tem capacidade intelectual de administrar os seus recursos financeiros.

A experiência de Lúcia revela que as regras de transmissão da terra, baseadas nos costumes, costumam ser respeitadas mesmo após a morte do patriarca. A família passa a ser a guardiã do patrimônio, no caso da morte do pai, e a configuração do trabalho reprodutivo é definida a partir dos arranjos acordados na família do marido, mesmo que estas atividades recaiam sobre a esposa. Como bem comentou Lúcia ao relatar sobre sua condição, “viver na terra da família dele significa ganhar o pacote todo”.

Esta experiência é legitimada, inclusive, pelas próprias mulheres. No caso citado anteriormente, Marina, mesmo reconhecendo a sobrecarga de trabalho de Lúcia, sua cunhada, apoiou os irmãos nos encaminhamentos sobre a posse da terra e o cuidado com o irmão com deficiência. Marina, ao comentar sobre a sua experiência com a possibilidade de casamento de seu filho mais velho, escolhido como sucessor, menciona que ela deixará de trabalhar para o filho, assim que ele “se arrume uma mulher”.

Observa-se que o tema tabu, como mencionado por Paulilo (2004), legitima as configurações da divisão sexual do trabalho dentro das famílias e a falta de autoridade das mulheres, representada pela ausência do direito de posse da terra. Além disso, limita o poder de barganha potencial que a propriedade da terra poderia lhes conferir, tanto dentro dos domicílios quanto no próprio espaço rural. As mulheres, ao não terem controle dos meios de produção, ficam ainda mais vulneráveis às decisões de seus familiares que possuem propriedade da terra.

Retomando a vivência de Helena após o casamento, a postura racista do sogro agravou ainda mais a experiência de trabalho desta agricultora. Helena vem de uma família de origem brasileira, denominada na região oeste catarinense como caboclos. O seu sogro é de ascendência italiana.

Conforme nos esclarece Renk (1995), os caboclos e indígenas da região oeste catarinense são estigmatizados pelos descendentes de italianos e alemães como menos afeitos ao trabalho. Entre os agricultores familiares descendentes de imigrantes italianos e alemães está arraigada a ideia de que o trabalho deve ser contínuo, metódico e organizado. O trabalho para este grupo social é pensado na lógica do ganho ou da perda

e constitui-se como um dos elementos estruturadores da organização interna dos grupos e da distribuição de tarefas (RENK, 1997).

Neste sentido, a situação de vida dos caboclos, muitas vezes marcada pela pobreza, aparece na forma de indolência e de não aproveitamento do tempo. Assim como pela ausência de espírito de investimento adequado, de boa poupança e de preocupação com o futuro. Contudo, a postura racista de agricultores de ascendência europeia em relação aos caboclos, desconsidera que a falta de recursos deste grupo social é resultado da forma como se configurou a colonização no oeste catarinense, que beneficiou com terras os imigrantes de origem europeia, em detrimento da população local, formada por brasileiros e indígenas⁸⁷.

O sogro de Helena julgava que, por ela não ser originária de uma família de ascendência europeia não ibérica, deveria trabalhar o suficiente para garantir a sua estadia naquela propriedade. O depoimento dela ilustra a situação vivenciada:

O sogro era racista comigo. Achava que eu deveria trabalhar pra fazer valer minha vida com o filho dele. Desconfiava de tudo. Destratava o pai e a mãe. [...]. Era racista comigo e com meus pais. Se eu falava de ver o pai e a mãe, fazia um bico e ficava oito dias sem falar comigo. Só falava em italiano porque achava que eu não entendia. É uma história bem longa e triste, eu sofri muito. (Helena, 46 anos)

Este relato revela a complexidade da experiência das mulheres imbricadas nas relações sociais, as categorias de raça e gênero operam nesta situação de forma consubstanciada, pois a sua condição de mulher a desproviu da possibilidade de herdar terras de sua família de origem, restando-lhe o casamento para seguir com um projeto de vida na agricultura familiar. O casamento com um sucessor lhe proporcionou uma experiência mais árdua em relação à sobrecarga de trabalho cotidiana vivenciada anteriormente. Agravada, ainda, por sua origem étnica, que legitimava a postura opressiva e discriminatória de seu sogro.

Neste sentido, as relações sociais engendradas no cotidiano da

⁸⁷ A história da colonização no oeste catarinense é mais complexa do que a distribuição das terras entre os descendentes de europeus não ibéricos e a população autóctone. Ao mencionar esta relação não desconsidero os conflitos presentes na região. Contudo, não irei aprofundar este tema nesta tese. Os excelentes trabalhos de Renk (1995, 1997, 2009) são elucidativos do processo histórico da colonização e da experiência dos caboclos e indígenas da região.

agricultura familiar são marcadas pela interdependência entre os indivíduos e a estrutura social em que as pessoas estão inseridas. As atitudes, como as dos proprietários de terra mencionados anteriormente, não podem ser entendidas como motivações pessoais. Pois, os indivíduos, como parte integrante das estruturas sociais, agem motivados por questões culturais, políticas, econômicas e históricas, que conformam as suas experiências de vida.

Assim, o que ficou evidente ao se analisar as relações engendradas a partir da experiência das mulheres no trabalho reprodutivo é que as especificidades das redes sociais em que elas estão inseridas incidem diretamente sobre as suas experiências de trabalho, podendo se configurar em uma maior **intensividade** e **extensividade** da jornada laboral cotidiana.

5.2. A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E O TRABALHO DE CUIDADOS

Mesmo que a tomada de decisão e a gestão sobre a atividade produtiva partam invariavelmente dos homens, foi marcante observar em meu campo empírico que este tipo de decisão leva em consideração a estrutura dos cuidados no estabelecimento rural, o que comprova que o *care* é um **eixo organizador** das relações sociais.

É importante ressaltar que, na análise da vida cotidiana, considerando a abordagem de gênero, adoto uma perspectiva relacional, ponderando as diferentes experiências de homens e de mulheres no espaço rural. Este enfoque relacional permeia toda a abordagem proposta para este trabalho. Portanto, mesmo que não tenha me detido diretamente em analisar a experiência masculina, ao observar o cotidiano das mulheres pude compreender as suas relações com os seus maridos, filhos e demais pessoas que residem no mesmo estabelecimento.

Neste sentido, observa-se que a decisão do agricultor na organização produtiva do estabelecimento rural é mais complexa do que a simples orientação produtiva. Pelo contrário, está baseada em valores, pois, no processo de decisão estão presentes componentes sociais e culturais, que vão mais além da mera racionalidade produtiva dada pela apropriação da natureza como forma de acumulação de capital.

Esta percepção se torna evidente somente quando alteramos nosso foco analítico para a experiência das mulheres. Talvez se perguntássemos para um dos companheiros das agricultoras o porquê da decisão por uma determinada atividade produtiva, a resposta fosse estruturada em base a

questões econômicas e agrícolas, como o valor do investimento, o preço do produto no mercado, a qualidade do solo ou a estrutura do terreno, mas estar atenta aos relatos das mulheres e observar o cotidiano delas me fez visualizar de maneira bastante evidente o *care* como eixo estruturante da vida das pessoas, e neste sentido, presente também nas decisões circunscritas ao âmbito produtivo.

Não foi o meu objetivo analisar as variáveis que compõem a tomada de decisão do processo produtivo, que depende não somente dos valores morais subjacentes. Pois, é subjacente à decisão a condição do solo, as linhas de crédito disponíveis, o apoio de políticas públicas, dentre outros fatores que a complexificam. O que pretendo ressaltar é que, apesar das atividades de cuidados serem atribuições femininas, reconhecidas como vinculadas às ações na esfera doméstica, ou no “trabalho de dentro”, o *care* está presente nas atividades cotidianas do sistema produtivo e é levado em consideração na tomada de decisão relativa ao sistema produtivo.

Em meu campo empírico diversas situações evidenciaram esta constatação. Na família de Joana, por exemplo, foi possível observar que o *care* foi considerado ao longo das mais de três décadas de casamento e de exploração do estabelecimento agrícola. Nestes anos, diversas atividades produtivas foram empreendidas, tais como, a lavoura de milho e soja, a suinocultura, a avicultura, a produção de peixes, a bovinocultura de leite e a bovinocultura de corte.

Durante vinte anos eles compartilharam a propriedade com parentes, cunhados do casal (compostos pela irmã de Joana e pelo irmão de seu esposo). Logo, por haver mais força de trabalho disponível, a atividade escolhida levava em consideração o número mais elevado de pessoas disponíveis para trabalhar nas atividades produtivas. Naquele momento, a principal atividade era a suinocultura e a lavoura de soja. A lavoura de soja, por ser de produção intensiva, exigia menos trabalho, que a lida com os suínos. Todos trabalhavam nesta atividade e, como os casais tinham filhos pequenos, o chiqueiro e o galpão ficavam perto da casa, de modo que possibilitasse às mulheres se locomoverem agilmente do espaço da casa para o chiqueiro. Elas se revezavam nos cuidados com as crianças e nas atividades domésticas para garantirem a presença de pelo menos uma delas em tempo integral na produção suína. A localização do chiqueiro e do galpão foi enfatizado por Joana e por seu marido como de suma importância para “criar os meninos”.

Quando os filhos cresceram, todos se dedicavam à atividade “dos porco”, mas assim que os filhos começaram a estudar na cidade e os cunhados se mudaram, eles alteraram a orientação produtiva do

estabelecimento para a bovinocultura de leite, em paralelo com a lavoura de soja. Mantiveram esta atividade até recentemente, quando a filha mais nova migrou, passando a viver em uma cidade do centro oeste brasileiro e teve um filho.

Para viabilizar a viagem do casal para a casa da filha, no caso de garantir a presença deles em alguma eventual necessidade, abriram mão da produção leiteira, venderam as vacas e alteraram a atividade produtiva para o gado de corte. Isto porque a produção leiteira exige que as vacas sejam ordenhadas duas vezes ao dia e exige cuidados intensivos para uma boa produção. O gado de corte não exige trabalho diário e, no caso do casal se ausentar da propriedade, os bois podem ficar no pasto por alguns dias, requerendo pouca ajuda de vizinhos ou parentes para verificar as cercas do pasto e alimentá-los. As vacas, por sua vez, quando deixadas sem ordenha, secam o leite e podem adoecer ou morrer pela falta de cuidados.

A experiência de Joana demonstra que, ao longo da vida de casada, a orientação produtiva da propriedade levou em consideração as necessidades de cuidados com os filhos. Como ela mesma relata: “agora sem as vacas, a hora que a menina precisar eu saio correndo, são dois dias de ônibus, mas eu vou mesmo assim. Não tem nada pra prender a gente aqui” (Joana, 57 anos). Até o momento não passaram por nenhuma situação emergencial que poderia levar a uma viagem repentina para a casa da filha, mas Joana se sente na obrigação moral de estar disponível para garantir a presença.

Esta situação também aparece com bastante nitidez de Helena e Fernanda em relação ao marido/pai doente, conforme já detalhei anteriormente. Para que fosse possível que ambas dispusessem de tempo para atender às necessidades do marido/pai durante o tratamento, a atividade produtiva foi alterada, da produção leiteira para a criação de gado. Cida passou pela mesma situação, depois do nascimento da filha menor, a atividade produtiva da produção leiteira foi alterada para a criação de gado, visando dispor de tempo para estar presente nos cuidados com os filhos.

A experiência de Júlia é bastante emblemática em relação à centralidade do *care* nas relações sociais engendradas em função do sistema produtivo. No caso das agricultoras citadas anteriormente, as famílias previram as necessidades dos cuidados e se anteciparam em alterar o sistema produtivo, de modo que fosse possível depender cuidados com os filhos e doentes no momento oportuno. Na experiência de Júlia, por sua vez, quando a filha Rosa se acidentou, ela se viu obrigada a abandonar o viveiro de mudas para cuidar da filha, tanto nos meses em

que a filha ficou internada no hospital, como após o retorno da filha para a casa, momento que exigiu a presença constante e cuidados intensivos, resultando na perda de toda a produção.

Quando Rosa melhorou e Júlia voltou a trabalhar com o viveiro de mudas, ela teve que reiniciar a produção, mas, desta vez, a família investiu em uma nova estrutura de estufa e em um novo sistema de irrigação, de modo que numa eventual ocorrência similar, a família não perdesse a produção. Como Júlia tem um filho com síndrome de Down, diz que o acidente da filha serviu como um alerta para que estruturassem o sistema produtivo de modo que suportasse a ausência de casa no caso do pequeno Arthur vir a necessitar de algum atendimento emergencial.

Estes exemplos são representativos de como a necessidade de cuidados é parte integrante do cotidiano das pessoas e, por este motivo, torna-se central para compreender as relações sociais engendradas entre os indivíduos em uma determinada configuração social. A vida cotidiana dos agricultores nos mostra que, mesmo em decisões produtivas, muitas vezes entendida como resultante de uma racionalidade instrumental, voltada para um objetivo exclusivamente econômico, a estrutura dos cuidados está presente na tomada de decisões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da tese me propus a utilizar uma perspectiva teórico-metodológica que me auxiliou a compreender e interpretar a experiência das mulheres rurais no trabalho reprodutivo. Para isto lancei mão do termo reprodutivo em contraponto ao produtivo, visando abarcar a vivência das mulheres nestas duas esferas, não só separadamente, mas, também, no seu entrelaçamento e sobreposição.

Como vimos, o termo trabalho reprodutivo é utilizado em oposição ao trabalho que produz renda, conhecido como produtivo. No entanto, apesar de ser uma denominação adotada por toda a literatura especializada nos estudos de gênero e trabalho, é de conhecimento das especialistas na área as limitações que o termo reprodutivo apresenta (CARRASCO, 2013). Entre as quais destaca-se a problemática referente à utilização do termo como oposição ao produtivo, uma vez que a atividade com definição e valoração própria continua sendo, na agricultura familiar, a da produção mercantil. Neste sentido, a esfera da reprodução somente pode existir na medida em que reflete o seu oposto, ou seja, a esfera da produção.

A segunda problemática refere-se à visão dicotômica⁸⁸ que essas duas esferas representam, posição esta que vem sendo sistematicamente combatida pelas feministas, pois as dicotomias são sempre prejudiciais às mulheres, que geralmente estão associadas ao polo hierarquicamente inferior.

Adicionalmente, a perspectiva da conciliação entre as duas esferas também resulta problemática. Apesar de ser uma realidade na vida de muitas mulheres, é necessário tomá-la com cautela. Alguns estudos reforçam a capacidade inata das mulheres de estarem presentes em muitos espaços e de realizar tarefas simultâneas. A valorização desta “capacidade” é, na verdade, uma armadilha para as mulheres. Assumir tantas tarefas lhes consome tempo e disposição física e mental e limita a disponibilidade de tempo para projetos pessoais. Neste sentido, evidenciar a habilidade feminina para realizar múltiplas tarefas, resultando em uma conciliação entre as esferas produtivas e reprodutivas, além de correr o risco de reforçar uma visão essencialista da mulher, resulta numa forma de resignação com as estruturas desiguais na divisão do trabalho⁸⁹.

A estratégia de separação e contraposição das esferas produtivas e reprodutivas, portanto, tem caráter heurístico e é utilizada no âmbito do conhecimento, como comentei no capítulo 2, para analisar a divisão sexual do trabalho, as desigualdades que supõe a atuação de homens e mulheres nestas duas esferas, e também para denunciar a sobrecarga de trabalho a que estão expostas as mulheres. Reforço que minha intenção, apesar de fazer uso de dois polos, não é tratá-los em oposição e muito menos analisá-los de maneira hierárquica. Lanço mão desta dicotomia como ferramenta analítica para compreensão da vivência cotidiana das agricultoras.

⁸⁸ Ao refletir sobre o uso de dicotomias para interpretar o mundo social, Martins (1981) ressalta a condição de ambígua que se instalou na sociologia desde seus primórdios e que se tornou uso comum. Nesta situação, ao invés de evoluímos na compreensão de determinados fenômenos sociais, nos utilizamos de categorias consolidadas para analisar o seu oposto antagônico, como no caso dos pares de ideias-elementos: comunidade/sociedade; autoridade/poder; status/classe; sagrado/profano; e alienação/progresso.

⁸⁹ Desde a perspectiva econômica, Carrasco (2013, p.41) aponta mais uma problemática. Segundo a autora “en economía se conoce como enfoque reproductivo a aquella perspectiva de análisis que tiene en cuenta no solo los procesos productivos, sino también las condiciones de reproducción de dichos procesos. Estos enfoques, a nivel teórico, comienzan con David Ricardo, continúan con Carlos Marx y actualmente han sido desarrollados por la llamada escuela sraffiana.”

Pode-se dizer, então, que estou tratando de conceitos de conflito, conforme alude Elias (2008), que estão imbrincados no cotidiano das relações sociais. Concretamente, neste percurso, de cerca de quarenta anos, de problematização do trabalho das mulheres, nenhum dos termos cunhados foi totalmente satisfatório, o que denota a complexidade do tema, que engloba elementos teóricos, históricos, sociais e políticos. Não pretendo, portanto, criar um novo conceito de equilíbrio, como alude Elias (2008) para análises de relações de interdependência. As noções de produtivo e reprodutivo são modeladas socialmente e estão em constante utilização por tradições teóricas que abordam a temática, compartilhada por feministas do trabalho e, também, por pesquisadoras dos estudos rurais, conforme discussões recentes realizadas em mesas redondas e grupos de trabalho de importantes congressos, tais como, o Seminário Internacional Fazendo Gênero, a Redes de Estudos Rurais e a Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU).

Quando trocamos nossas lentes para uma visão não androcêntrica, deixando de analisar a situação das mulheres a partir da perspectiva construída pela experiência masculina- situação na qual, em uma sociedade cujo modelo está baseado nas relações patriarcais, a análise a partir do trabalho produtivo expressa a participação das mulheres dentro de um espaço predominantemente masculino- podemos abranger a experiência das mulheres como eixo central para a compreensão das relações sociais estabelecidas no espaço rural.

De minha incursão no universo empírico emergiram limitações do uso da dicotomia entre as esferas produtiva e reprodutiva, como insuficientes para compreender a vivência das mulheres rurais no cotidiano do trabalho em sua plenitude. A partir das experiências das próprias mulheres foi possível apreender que elas exercem atividades de reprodução social e sustentabilidade da vida, por meio de seus papéis no trabalho doméstico e de cuidados, e em suas atuações na vida cotidiana. As mulheres fluem de um polo a outro atuando concomitantemente nestas duas esferas, sendo que a qualidade do trabalho varia de acordo com o momento de vida das mulheres e das necessidades dos demais.

As denominações “trabalho de fora” e “trabalho de dentro” utilizada pelas mulheres ao narrarem os seus cotidianos, são representativas de como os termos produtivo e reprodutivo não são suficientes para abarcar as suas experiências. Elas próprias segregam espacialmente as suas tarefas, configurando os locais em que atuam como dentro de casa e fora de casa. Tudo o que fazem em seus cotidianos constitui-se em trabalho. As atividades que realizam ao longo do dia partem das necessidades dos demais: dos filhos, do marido, familiares,

animais e plantas que compõe a casa, e das atribuições nas atividades agropecuárias, dedicando seu tempo integralmente às famílias e ao estabelecimento rural. Elas passam o dia entrando e saindo de casa para trabalhar nestes dois espaços, independente da natureza da atividade realizada.

No sistema de produção sobre o qual se assenta o trabalho produtivo familiar, verifica-se, como já foi mencionado, que este é um espaço de responsabilidade do homem, conferindo-lhe a legitimidade necessária para exercer sobre ele o seu controle, que envolve a tomada de decisão sobre a atividade produtiva, a gestão e a centralização dos recursos financeiros que venham a ser ali gerados. Em uma análise sobre a participação das mulheres neste espaço é possível observar que ele é marcado pela falta de autonomia feminina na tomada de decisão da atividade produtiva e na gestão da propriedade, configurada, também, pela frequente ausência da posse da terra e de renda como contraparte ao trabalho produtivo empenhado por elas.

Neste tipo de situação, mesmo que as análises pretendessem tão e tão somente verificar a participação feminina no processo produtivo, acabam por evidenciar a parte que lhes cabe (ou a que não lhes cabe) no universo masculino. Estas análises revelam, justamente, a desigualdade de poder em uma esfera que é entendida socialmente como de responsabilidade do homem, com participação das mulheres.

É necessário, assim se precaver com a simplificação da compreensão do trabalho das mulheres a partir da noção de trabalho produtivo. Por vezes, ele é tão reduzido em sua compreensão, de modo que o trabalho exercido pelas mulheres nos espaços rurais se torna irreconhecível. Por isso dizemos, muitas vezes, que é um trabalho invisível (AGUIAR, 2016).

Apesar desta noção ser muito útil para denunciar a situação de desigualdade e invisibilidade social e econômica, ela não é suficiente. Assim como, não é suficiente nos restringirmos a iluminar a importância do papel das mulheres nas atividades de produção. Pois, se utilizarmos continuamente a percepção aprendida a partir da experiência masculina, ela acaba se apresentando como a única opção possível e nos impede de analisar as realidades, a não ser através das lentes fornecidas pelo paradigma dominante.

Neste caso, a visão centrada na atividade produtiva familiar acaba apenas por evidenciar as diversas formas de hierarquização e dominação no meio rural, sendo somente suficiente para destacar as relações desiguais e o sistema de hierarquia familiar. O risco deste tipo de

abordagem é o de reforçar, ao invés de romper, a forma como a divisão sexual do trabalho está estruturada.

Quando mudamos o nosso olhar para as experiências das mulheres ao invés de nos limitarmos às razões imanentes ao trabalho produtivo, tomamos como eixo estruturante os trabalhos doméstico e de cuidados que são constituintes das relações estabelecidas no espaço rural. Diferentemente do trabalho produtivo cujo objetivo final é a produção de um bem que possibilite obter um benefício econômico, os trabalhos doméstico e de cuidados têm como característica o contato direto com as pessoas, com as plantas e com os animais. O que faz com que o estabelecimento rural se torne o local primordial no qual os integrantes do núcleo familiar nascem, desenvolvem as suas primeiras experiências, amadurecem e vivem. Ou seja, é neste lugar em que são realizadas as partes mais importantes da vida cotidiana, relacionadas aos interesses e necessidades que vão além da mera participação no mercado.

Ao recuperar a experiência das mulheres no meio rural é possível reconhecê-las como protagonistas, conferindo-lhes uma compreensão oposta às posições secundárias ou subalternizadas sustentadas por narrativas dominantes. Suas vidas extrapolam o paradigma hegemônico, pois estão baseadas na vivência cotidiana de forma ampliada, que embora seja determinada por estruturas sociais cristalizadas ao longo do tempo, rompem com a forma dominante de enxergar o mundo, pois as atividades realizadas pelas mulheres estão voltadas para os cuidados com as necessidades das pessoas, com as plantas e com os animais, com os afetos e com a manutenção da vida.

Atividades estas que ao longo da história permitiram que a sociedade se reproduzisse não somente em termos biológicos, mas também em termos sociais, desenvolvendo vínculos e relações essenciais para a existência humana, uma vez que representam a expressão do trabalho fundamental para a manutenção da vida. Todas as atividades executadas por elas estão interligadas e se condicionam mutuamente, pretendendo, com isto, propiciar aos seres vivos do estabelecimento rural uma melhor qualidade de vida de forma plena e integral.

O sentido que atribuem ao trabalho reprodutivo em suas vidas está emaranhado em seus cotidianos. Estas atividades são como um amalgama em suas vidas. Pois, associam as suas ações no trabalho reprodutivo com o lugar da mulher, representado pelos papéis de filha, de esposa e de mãe. Justificam as suas atribuições utilizando-se dos componentes morais da obrigação e da responsabilidade e, também, pelo afeto que sentem com seus familiares, com as plantas e com os animais. O sentimento de culpa

parece, também, perseguir suas trajetórias, pois, sempre paira a sensação de que poderiam ter feito um pouco mais pelos outros.

Apesar desta significação conotar uma posição essencialista das mulheres, elas não aceitam sua condição sem reflexão crítica e conflitos internos. As mulheres rurais têm plena consciência de que seus papéis são centrais para a manutenção da vida e para o bem-estar e reconhecem que são peças fundamentais para suas famílias e para o bom funcionamento do estabelecimento rural. Além disso, elas se sentem sobrecarregadas e cansadas e manifestam o desejo de que suas vidas fossem diferentes.

Apesar da sobrecarga de trabalho, a divisão de tarefas com os companheiros e com os filhos homens não é considerada por elas, pelo contrário, elas valorizam as atuações deles nos serviços doméstico e de cuidados, ressaltando suas atuações como como ajudantes. Contudo, a ajuda concedida por eles tem um peso completamente diferente da atuação delas no trabalho produtivo. A denominação “ajudante” para ambos os gêneros evidencia que a atribuição dada às mulheres se remete à sua posição hierarquicamente inferior nas famílias e não pela qualidade e quantidade do serviço executado.

A falta de divisão de tarefas resulta em uma maior intensividade e extensividade da jornada de trabalho das mulheres, agravada pela forma como a herança da terra foi forjada em suas vidas e pelas suas origens étnicas. As estruturas sociais patriarcais contribuem para que elas sejam desprovidas dos meios de produção, e estejam submetidas à autoridade de seus sogros e maridos.

O controle da vida cotidiana das agricultoras se dá a partir do ritmo do trabalho, especialmente porque elas sentem que não existe outra alternativa que não a de dispor de seu tempo para as famílias. O tempo que elas dispõem nas tarefas do estabelecimento rural está longe de ser uma escolha voluntária. A subalternidade de seus tempos se deve a suas posições desiguais na estrutura familiar, pois a perpetuação da divisão sexual do trabalho usurpa o tempo das mulheres. Em meio a uma jornada interminável, é manifesto o desejo de mais tempo para si e para o lazer.

Com relação à divisão espacial das atividades atribuída pelas agricultoras, sendo o trabalho doméstico realizado primordialmente dentro da casa ou em seu entorno, por meio de atividades como lavar, passar, cozinhar, limpar e consertar, resta evidente que estas tarefas são realizadas quase que integralmente dentro de casa. Pressupondo, indubitavelmente, como já mencionei, a indissociabilidade entre os trabalhos doméstico e de cuidados, ou seja, as ações dos serviços domésticos estão vinculadas mutuamente aos serviços de cuidados. Não obstante, o trabalho de cuidados é uma atividade que transborda o espaço

da casa. O *care* flui entre um espaço e outro e, também, paira entre os dois espaços, uma vez que é realizado tanto em prol das pessoas, quanto das plantas e dos animais.

O cuidado é um fato no cotidiano das pessoas, um elemento organizador de suas relações e mantém-se inseparável da pessoa que o realiza. O objetivo do cuidado não se resume a um produto acabado, pois consubstancia-se nas relações entre pessoas ou entre pessoas com outros seres vivos, como animais e plantas. Ou seja, constitui-se em uma etapa determinada do ciclo da vida ou em momentos que podem mudar ao longo da vida, dependendo do grau de vulnerabilidade das pessoas, dos animais e das plantas. Assim, o seu objetivo não se direciona para a produção de um serviço ou de um bem, mas antes, e de forma mais relevante, visa a relação entre as pessoas que se estabelece durante o processo de interdependência, ou seja, um vínculo criado em relação a outros. Além de visar as necessidades que se pretende satisfazer, é impulsionado por uma motivação na relação que advém do ato de cuidar, atrelada ao afeto e/ou à obrigação e responsabilidade.

A experiência das mulheres na vida cotidiana rompe com as categorias analíticas dicotômicas expressas nos termos produtivo e reprodutivo. Isto se torna bastante evidente quando o objeto de análise está voltado para a vivência das próprias mulheres rurais. O espaço rural é, neste ponto de vista, um *locus privilegiado* de análise, pois, como os homens e as mulheres não se deslocam do estabelecimento rural para exercer as suas atividades, torna-se indiscutível a insuficiência da dicotomia produtivo e reprodutivo para compreender a experiência de trabalho das mulheres na vida cotidiana. O contrário sucede no meio urbano, em que as pessoas se dirigem a outro local para exercer o trabalho remunerado. Neste caso, a separação espacial das atuações nas esferas produtivas e reprodutivas dificulta a visualização da sobreposição destas esferas.

Apesar de ter me dedicado a analisar o trabalho reprodutivo no cotidiano familiar, não pretendo com isto insinuar que este é um assunto privado das famílias. A defesa de relações mais justas e democráticas na esfera privada, representada pela divisão igualitária das atividades essenciais para a manutenção da vida, expõe a necessidade de discutir sobre as implicações resultantes da falta de participação paritária de mulheres e homens na vida pública, conforme advogam Miguel e Biroli (2014).

Relações mais igualitárias no trabalho reprodutivo, permitiriam dispensar as mulheres de determinadas atividades e possibilitar-lhes disponibilidade de tempo livre para que possam ampliar as diferentes

formas de participação em outras esferas, além de poderem usufruir de tempo para si. Isto pode ser determinante para que haja possibilidade de modificar as suas trajetórias pessoais, estimulando-as a exercitar a autonomia e a capacidade de decisão sobre os seus desejos pessoais, para além das necessidades e desejos da esfera familiar.

Neste sentido, podem assumir, caso desejem, mais espaço de participação na vida política. Quando as mulheres se sentem impedidas de participar da esfera política, muitas vezes em função da falta de tempo devido à sobrecarga de trabalho resultante da estrutura desigual forjada no interior das famílias, reduzem-se as possibilidades de que a agenda das necessidades das mulheres, a partir de suas experiências no âmbito reprodutivo, sejam inseridas nos debates políticos (BIROLI, 2015).

Os temas resultantes das atividades do trabalho doméstico e de cuidados devem ser, inseridos na agenda política como forma de aperfeiçoar a democracia (TRONTO, 2007; BIROLI, 2015), haja vista que os serviços domésticos e as relações de cuidado não estabelecessem relações igualitárias, como pressupõe as concepções democráticas hegemônicas. Isso possibilitaria uma compreensão alargada dos mecanismos de reprodução de vantagens e desvantagens para os indivíduos e grupos sociais. Longe de ser um problema pessoal, o *care* é um problema político, de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Anpocs/Edunicamp/Hucitec, 1992, 275p.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T., FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. 2. ed. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p.17-26.

AGUIAR, Neuma. **Casa e modo de produção**. Trabalho apresentado no Seminário “A mulher na força de trabalho na América Latina”. Rio de Janeiro. IUPERJ, 1978.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**. V.15, p.261-295, 2016. Disponível em: << <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/33804> >> Acesso em: 24/02/2019.

_____. O trabalho das mulheres nos espaços rurais: algumas reflexões. **Raízes**, v. 37, n. 2, p. 134-149, jul-dez. 2017. Disponível em: << http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_422.pdf >> Acesso em: 24/02/2019.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p.157-181.

ALTMANN, Rubens. **Informe Conjuntural. Crise na suinocultura ou crise da pequena agricultura?** Florianópolis: Epagri, 2003. Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço de reprodução da família. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11 n. 2, p. 271-289, maio/ago. 2013. Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em: 24/02/2019.

ARANGO, Luz. Cuidado, emoções e condições de trabalho nos serviços estéticos do Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.) **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 223-232.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: _____. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014. 105 p.

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

BESSIN, Marc. Le présence sociale et temps sexués du care por repenser la solidarité. In: CASTEL, Robert.; MARTIN, Claude. (Org.) **Changement et pensée du changement: échanges avec Robert Castel**. Paris, La Découverte, 2012.

_____. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 235-246.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n.18, p.81-117, set./dec. 2015. Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000400081&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em: 24/02/2019.

BLAY, Eva. A. Trabalho industrial x trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, p. 8-20, 1975. Disponível em: << <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1810/1783> >> Acesso em: 24/02/2019.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução: casa e trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 101-121, jun. 2014. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/08.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

BOSERUP, Esther. **Women's role in economic development**. Nova York: Saint Martin's Press, 1970.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**. Celta Editora. Oieras, Portugal. 2002.

_____. **El baile de los solteros**. Barcelona: Editorial Anagrama. 2004, 258 p.

_____. O Camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006. Disponível em: <<
<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a07n26.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. Tradução de G.J.F. Teixeira. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 340 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Campinas: Educamp, 1999.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan. 2004. Disponível em: <<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em: 24/02/2019.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, São Paulo, v.11, n.12, p.6-17, jan./jun. 2008. Disponível em:
 <<<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>
 >> Acesso em: 24/02/2019.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: **Fundação Carlos Chagas**, 1990. 222 p.

_____. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira Estudo Popular**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez, 2006. Disponível em: <<
<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbepop/v23n2/a09v23n2.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

BRUSCHINI, Maria Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra; RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. **Articulação trabalho e família**: famílias

urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras. São Paulo: FCC/DPE, 2008. 147 p.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez.

Revendendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico.

Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.20, n.1, 259-287, 2012.

Disponível em: <<

[https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-](https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100014/21861)

026X2012000100014/21861 >> Acesso em: 24/02/2019.

CAMPOS, Indio. História econômica da colonização do extremo oeste catarinense 1920/1980. **Papéis do NAEA**, Belém, 2013.

CARDOSO, Ruth Correia Leite. Aventuras de antropólogos em campo

ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth

(Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.).

Juventude rural: em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311

p.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores

familiares. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

Disponível em:

<<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

026X2001000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em:

24/02/2019.

CARRASCO, Cristina. Tiempo de trabajo, tiempo de vida. Las

desigualdades de género en el uso del tiempo. In: AGUIRRE, Rosario;

CARRASCO, Cristina; GARCÍA SAINZ, Cristina. **El tiempo, los**

tiempos, una vara de desigualdad. Santiago de Chile: CEPAL. 2005.

p. 51 - 79. (Mujer y Desarrollo, 65). Disponível em: <<

[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5942/S055367_es.p](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5942/S055367_es.pdf)

df >> Acesso em: 24/02/2019.

_____. El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía.

Cuadernos de Relaciones Laborales, Madrid, v. 31, n. 1, p. 39 -56,

abr. 2013. Disponível em: <<

<http://revistas.ucm.es/index.php/CRLA/article/view/41627/39688> >>

Acesso em: 24/02/2019.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa (Ed.).

El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas. Madrid: La

Catarata, 2011. 95 p. Disponível em:

<<https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Economia_critica/El-trabajo-de-cuidados_introduccion.pdf >> Acesso em: 24/02/2019.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 216-251.

CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: THORNER, D. (Comp.). **The theory of peasant economy, Kerblay y Smith**. Illinois, 1966. p.

CORDEIRO, Rosineide de L. M.; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Florianópolis, **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.15, n.2, p. 419 - 423, maio/ago. 2007. Disponível em: <<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200008 >> Acesso em: 24/02/2019.

DA COSTA, Cassiane. **“Somos solteirões”**: a construção social da solteirice na agricultura familiar de Alegrete/RS. 2014. 211 p. Tese. (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em <<
<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3814/COSTA%2C%20CASSIANE%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >> Acesso em 24/02/2019.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. L. de. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 49-68.

DEERE, Carmen; LEON, Magdalena. The gender asset gap: land in Latin America. **World Development**, Montreal, v.31, n. 6, p.925 - 947, 2003. Disponível em: <<
<https://www.amherst.edu/media/view/92212/original/gender%20asset%20gap.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

DEERE, Carmen. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004. Disponível em: <<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em: 24/02/2019.

_____. Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, nov. 2018. Disponível em: <<

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100206&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em: 24/02/2019.

DELGADO, Nelson G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: Sérgio Leite. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2ªed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, v. 1, p. 17-54.

DELPHY, Christine. **L'ennemi principal**. Économie politique du patriarcat. Paris: Syllepse, 2013. v. 1 (Nouvelles Questions Féministes).

DUMONT-PENA, Érica; OLIVEIRA e SILVA, Isabel de. **Aprender a cuidar**: diálogos entre saúde e educação infantil. São Paulo: Cortez, 2018. 120 p. (Educação & Saúde, 1).

DURÁN, María Ángeles. **La jornada interminable**, Barcelona: ICARIA, 1986. 80 p.

_____. **Si Aristóteles levantara la cabeza**. Madrid: Cátedra, 2000. 480 p.

_____. Uso del tiempo y trabajo no remunerado. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo n. 18, p. 56-69, 2000

ELIAS, Nobert. **Introdução a Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970. 204 p.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 202 p.

_____. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 432 p

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998

_____. **Escritos & ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 238 p.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70. 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGLAND, Paula; FOLBRE, Nancy. The cost of caring. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Jan. 1, 1999. Disponível em: <<

<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/000271629956100103> >> acesso em: 23/02/19.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Argentina: Traficante de Sueños, 2017. 282 p. Disponível em:

<<<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Revolucion%20en%20punto%20cero-TdS.pdf>>> Acesso em: 23/02/2019.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina**. 2003. 200 p.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). UNICAMP, Campinas, 2003. Disponível em: <<

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286191/1/Ferrari_DilvanLuiz_M.pdf>> Acesso em: 23/02/2019.

FERREIRA, Angela D. D.; ZANONI, Magda. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Angela D. D.; BRANDEMBURG, Alfio. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. (Org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. 268 p.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Forma de família e socialização: novos desafios. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis. ano 2, v. 29, p. 336-346. 1994. Disponível em <<
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16167/14822>>>
Acesso em: 23/02/2019.

_____. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Org.).

Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p. 256-261.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. **Revista Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul./Dez. 2009.

GEORGES, ISABEL. *New Public Policies and Care Work at the Crossroads of Formalisation/Informalization (Brazil)*. **The Journal of Latin-american Studies**, v. 9, p. 51-64, 2018.

GARRAU, Marie; LE GOFF, Alice. **Justice et dépendence**: introduction aux théories du care. Paris: Presses Universitaires de France, 2010. 151 p.

GELINSKI, Carmen; PEREIRA, Rosângela S. Mulher e trabalho não remunerado. **Mulher e Trabalho**, v.5, p.79-87. 2005. Disponível em:

<<
<https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2714/3037>>> Acesso em: 23/02/2019.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University, 1982. 184 p.

Disponível em: <<

https://www.researchgate.net/publication/275714106_In_A_Different_Voice_Psychological_Theory_and_Women's_Development >> Acesso em: 23/02/2019.

GROISMAN, Daniel. **O cuidado enquanto trabalho**: envelhecimento, dependência e políticas para o bem-estar no Brasil. 2015. 210 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<
<http://objdig.ufrj.br/30/teses/838646.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

GUIMARÃES, N. A.. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 46, p. 59-77, 2016.

Disponível em: <<

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100059&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em: 23/02/2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, jan. 2009. Disponível em: <<
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> >> Acesso em: 23/02/2019.

HARDING, Sandra. How standpoint methodology informs philosophy of social science. In: HESSE-BIBER, Sharlene Nagy; LEAVY, Patricia (Org.). **Approaches to qualitative research**: a reader on theory and practice. New York: Oxford University Press, 2004. p.62-80.

HARTMANN, Heidi. Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex. In: EISENSTEIN, Zillah R. (Ed.). **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism**. New York: Monthly Review Press, 1979.

HEILBORN, Maria. Luiza.; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In MICELI, Sergio (Org.). **O que ler nas ciências sociais brasileiras (1975-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

HEREDIA, Beatriz. **Morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France.; GARCIA JR. Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma. (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HERRERA, Karolyna. **Da invisibilidade ao reconhecimento:** uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. 2015. 133 p. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In: GODINHO, Tatau; DA SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 43-54. Disponível em: << <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf> >> Acesso em: 23/02/2019.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Bontempo, 2002.

_____. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos de debate. In: FARIA, Nalu; MONTEIRO, Renata (Org.) **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres.** São Paulo: SOF Sempreviva, 2010. 80 p.

HIRATA, Helena; DEBERT, Guita G. Apresentação. **Cadernos Pagu,** Campinas, n.46, p.7-15, jan./abr. 2016. Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100007&lng=es&nrm=iso >> Acesso em: 23/02/2019.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). **Cuidado e cuidadoras:** as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012. 236 p.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> >> Acesso em: 23/02/2019.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.) **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009. p. 251- 255.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The managed heart:** commercialization of human feeling. Berkeley: University of California, 1983. 327 p.

HOCHSCHILD, Arlie; MACHUNG, Anne. **The second shift:** working parents and the revolution at home. New York: Viking Penguin, 1989. 309 p.

ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Informativa sobre a Agricultura Catarinense 1976.**

Disponível em: <<

http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_1976.pdf. >> Acesso em: 10/12/2018.

ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1981.**

Disponível em: <<

http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_1981.pdf. >> Acesso em: 10/12/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Censo 2010. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 20/01/ 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), 2014.

Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 20/01/ 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD), 2017. Disponível em: <<

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-e-cuidados-de-pessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo> >> Acesso em: 15/12/ 2018.

JELIN, Elizabeth. **Pan y afectos:** la transformación de las familias. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010. 224 p.

KARAM, Karen Follador. A Mulher na agricultura orgânica e novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 303, jan. 2004. Disponível em: <<

<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21704.pdf> >> Acesso em: 23/02/2019.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J.; MEYER, D.; WALDAW, V. (Org.) **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 19-27, 1996.

_____. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Org.).

Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67.

_____. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa.

Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p.17-26.

KITTAY, Eva F. **Love's labor: essays on women, equality and dependence.** London, UK: Routledge, 1999, 257p.

KONRAD, Jóice; SILVA, Clécio Azevedo. Agricultura familiar no oeste Catarinense: da colônia à integração. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Uberlândia, 2012. Disponível em: <<
http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1153_1.pdf
 >> Acesso em: 23/02/2019.

KUHNEN, Tânia Aparecida. **O princípio universalizável do cuidado: superando limites de gênero na teoria moral.** 2015. 383 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LEGARETTA, Matxalen. La crisis de cuidados y sus rasgos temporales: tiempo encarnado, tiempo moralizado y tiempo politizado. In: ARAÚJO, Emília; DUQUE, Eduardo; FRANCH, Monica; DURÁN, José. (Ed.). **Tempos Sociais e o Mundo Contemporâneo: as crises, as fases e as ruturas.** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. 2014.

LIMA, Marcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, Mariana Mazzini et al. (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília: Ipea, 2013. p. 53-80.

LOPES, Marta Júlia Marques; LEAL, Sandra Maria Cezar. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 24, p.105-125, jan./jun., 2005. Disponível em: <<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em: 23/02/2019.

LOWY, Ilana. Ciências e gênero. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.) **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009. p. 40-43.

MANSFIELD, Louise. Reconsidering feminisms and the work of Norbert Elias for understanding gender, sport and sport-related activities. **European Physical Education Review.** v. 14, n.1. p. 93-121, 2008.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **A corresponsabilização do estado pelo cuidado: uma análise sobre a política de creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho.** 2013. 172 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARCONDES, Tabajara. A agropecuária em Santa Catarina: cenário atual e principais tendências. **Revista NECAT**, ano 5, n. 9, Jan-Jun. 2016. Disponível em: <<
<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/4171/4559> >> Acesso em: 23/02/2019.

MARTÍN PALOMO, María Teresa. Los cuidados y las mujeres en las familias: care women and famille. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 45, n. 2, p. 29-48. 2008. Disponível em: <<
<http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0808230029A/22027> >> Acesso em: 23/02/2019.

MARTINEZ-ALIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. **Debate e Crítica**, mar. 1975.

MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade–campo. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS RODRIGUES, Aracy. **Operário, operária.** São Paulo, Símbolo, 1978, 144p.

MEIHY, J. C. S. B. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História** n.155, p. 191-203, dez. 2006. Disponível em: <<
<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19041/21104> >>
 Acesso em: 23/02/2019.

_____. **Manual de história oral.** São Paulo: Loyola; 2000.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 435-454, dez. 2007. Disponível em: <<
<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n3/06.pdf> >> Acesso em: 23/02/2019.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Relações entre pais, mães e filhas (os) em famílias camponesas: memórias de infância. **Teoria & Pesquisa**, São Paulo, v. 49, p. 87-110, jul./dez. 2006.

_____. Família, juventude e migrações. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 23, n.1, p. 119-143, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25 n.3. p. 1219-1237, set./dez., 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINIER, Pascale. O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. Tradução de Nina de Melo Franco. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004. Disponível em: <<

http://pucmg.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20050602160638.pdf >> Acesso em: 23/02/2019.

_____. Temps professionnel et temps personnel des travailleuses du care: perméabilité ou clivage? In: **Le temps sexués de l'activité. Temporalités**. Revue des Sciences Sociales et Humaines. Paris, n.9, 2009. Disponível em: <<

<https://journals.openedition.org/temporalites/988> >> Acesso em: 23/02/2019.

_____. **Le travail du care**. Paris, La Dispute, 2013

_____. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 17-34, jun. 2014. Disponível em <<
<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/02.pdf> >> Acesso em: 23/02/2019.

MOURA, Maria da Conceição Dantas; MORENO, Renata Faleiros Camargo. A Interdependência das Esferas da Reprodução e Produção na Produção de Indicadores: Reflexões a Partir da Experiência das Mulheres Rurais no Sertão do Apodi. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**. v. 18, n. 2, 2013.

NEVES, Delma Pessanha; MOTTA-MAUÉS, Angélica. Apresentação. In: NEVES, D; MEDEIROS, L. (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. Disponível em: <<

https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf
>> Acesso em: 23/02/2019.

ONU MULHERES. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras:** caminhos de transformação econômica e social. (Encarte Brasil). Brasília: ONU, 2016. Disponível em: << http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf >> Acesso em: 23/02/2019.

PATAI, Daphne. **Brazilian women speak:** contemporary life stories. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988.

PASSOS, Rachel Gouveia. Trabalho, cuidado e sociabilidade: contribuições marxianas para o debate contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 126, maio/ago. 2016. Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000200281&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em 24/02/2019.

PAULILO, Maria Ignez. **O trabalho da mulher no meio rural.** 1976. 145 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

_____. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje.** Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.

_____. **Terra à vista... e ao longe.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. 3ª Ed.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004

_____. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 927, set. 2010.

_____.FAO, fome e mulheres rurais. **Dados.** Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013.

_____. Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: UFSC, 2016. 383 p.

PAULILO, Maria Ignez; DE GRANDI, Alessandra Bueno; SILVA, Marineide Maria. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Org.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2003.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.). **Experimentos com história de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, 1988.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; GODINHO, Tatau.

Pesquisas de uso do tempo no Brasil e reflexões sobre desigualdades de gênero na alocação de tempo em trabalho pago e não-pago.

Apresentação oral no Seminário Internacional Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas. 28 e 29 de agosto, 2014.

POLI, Jaci. Caboclos: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM.** Chapecó: Argos, n. 23, p. 149-187, 2006.

RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p. 861-870, set/dez. 2009. Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em: 24/02/2019.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM.** Chapecó, v. 10, n.1 a 8., p. 221-258, 1995. Disponível em: << <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2311/1389> >> Acesso em: 24/02/2019.

_____. **A luta da erva:** um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos. 1997.

_____. Expropriação do campesinato caboclo no oeste catarinense In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo, (Org.). **Diversidade do campesinato:** expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RIGOTTO, Raquel Maria. As técnicas de relatos orais e o estudo das representações sociais em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 116-130. 1998. Disponível em: << <https://www.scielo.org/pdf/csc/1998.v3n1/116-130/pt> >> Acesso em: 12 fev. 2019.

ROSADO-NUNES, Maria José. Direitos, cidadania das mulheres e religião. **Tempo Social.** Revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2, 2008. Disponível em: << <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12579/14356> >> Acesso em: 24/02/2019.

ROVER, Oscar. Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM.** Chapecó: Argos, n. 30, p. 101-117, 2009.

RUBIN, Gayle. The traffic of women: notes on the 'political economy' of sex. In: NICHOLSON, Linda (Ed.). **The second wave: a reader in feminist theory**. New York: Routledge, 1997 [1975].

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969. 404 p.

SALGADO, Martha Patricia Castañeda. **Metodología de la investigación feminista**. Guatemala, Fundación Guatemala, 2008. 134 p.

SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patrícia; SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: revisão e perspectivas.

Civitas, Porto Alegre, v.14, n.2, p. 359-382, maio/ago. 2014. Disponível em: << <https://www.redalyc.org/pdf/742/74231120011.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

SAUER, Sérgio. Terra no século XXI: desafios e perspectivas da questão agrária. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, p. 69-97, 2016.

Disponível em: <<

<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/239/214> >> Acesso em: 24/02/2019.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira;

FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres e trabalho feminino rural:

pesquisa no banco de teses da Capes (1987-2010). **Seminário de**

Ciências Sociais Aplicadas. v. 3, n. 3, 2012. Disponível em:

<<<http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/674/666> >>

Acesso em: 24/02/2019.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?

Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, n.16 v.1, p. 173-186,

2008. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a18v16n1>

>> Acesso em: 24/02/2019.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.

Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99, 1995.

Disponível em: <<

<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> >>

Acesso em: 24/02/2019.

_____. Experiência. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara Coelho;

RAMOS, Tânia O. (Org.). **Falas de gênero**. Florianópolis: Editora

Mulheres, p. 21-55, 1999.

SCOTT, John (Org.) **50 grandes sociólogos contemporâneos**. São

Paulo: Contexto, 2009. 240 p.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 351 p.

SILVA, Marilda Aparecida Moraes e. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. **Ruris**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 13-43, 2012.

Disponível em: <<

<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/770/595>

>> Acesso em: 24/02/2019.

SILVA, Marilda Aparecida Moraes e; MELO, Beatriz Medeiros de; MORAES, Lara Abrão de. Saindo das sombras: mulheres sitiadas paulistas. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 179-207, 2016.

Disponível em: <<

[https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-](https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p179/33801)

[7984.2016v15nesp1p179/33801](https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p179/33801) >> Acesso em: 24/02/2019.

SILVA, Marilda Aparecida Moraes e; MELO, B. M. ; MORAES, L. A. . Mulheres caipiras: dois olhares sobre o mundo rural paulista. Caravelle, Toulouse, v. 1, p. 77-105. 2012. Disponível em: <<

<https://journals.openedition.org/caravelle/343> >> Acesso em:

24/02/2019.

SILVEIRA, Maria Lúcia da; TITO, Neuza. (Org.). **Trabalho doméstico e de cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.43, n.149, p.478-491, maio/ago. 2013. Disponível em: <<

<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2661/2607> >>

Acesso em: 24/02/2019.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo, Brasiliense, 1991. 285 p.

STOLCKE, Verena. **Cafecultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. 410 p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 253-267, jan./abr. 2004. Disponível em:

<<[https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-](https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100013/8697)

[026X2004000100013/8697](https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100013/8697) >> Acesso em: 24/02/2019.

_____. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006. 345 p.

TAMANINI, Marlene et. al. (Org.) **O cuidado em cena**: desafios políticos, teóricos e práticos. Florianópolis: UDESC, 2018.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Avanços e continuidades para as mulheres no mundo do trabalho (2004-2014). **Revista da ABET**, v. 15, n. 1, p. 84- 99. jan./ jun. 2016. Disponível em: << <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/31261/16338> >> Acesso em: 24/02/2019.

TESTA, Vilson Marcos; MELLO, Márcio Antonio; FERRARI, Dilvan Luiz; SILVESTRO, Milton Luiz; DORIGON, Clovis. **A escolha da trajetória de produção de leite como estratégia de desenvolvimento do oeste catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. Time, work-discipline, and industrial capitalism. **Past & Present**. Vol. 38, Issue 1, Dec, 1967. Disponível em: << <https://www.sv.uio.no/sai/english/research/projects/anthropos-and-the-material/Intranet/economic-practices/reading-group/texts/thompson-time-work-discipline-and-industrial-capitalism.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

TILLY, Louise, y SCOTT, Joan W. (1978). **Les femmes, le travail et la famille**. Paris: Rivages. [1978].

TORNS, Teresa. El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad. In: CARRASCO, M. Cristina. **Tiempos, trabajos y género**. Barcelona: UB, 2002.

_____. El trabajo y el cuidado: cuestiones teóricometodológicas desde la perspectiva de género. **Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, n. 15, p. 53-73, enero/jun., 2008. Disponível em: << <https://core.ac.uk/download/pdf/78523583.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

TRONTO, Joan C.; FISHER, Berenice. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, E.; NELSON, M. (Ed.). **Circles of care**. Albany, NY, SUNY Press, 1990, p. 36-54.

TRONTO, Joan C. **Un monde vulnérable: pour une politique du care**. Paris, la Découverte, 1993a. 238 p. (Textes à l'appui. Philosophie pratique).

_____. **Moral Boundaries: A political argument for the ethics of care**. London: Routledge, 1993.

_____. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/03.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

_____. Consent as a grant of authority: a care ethics reading of informed consent. In: LINDEMANN, Hilde; VERKERK, Marian; WALKER, Margaret Urban. (Ed.). **Naturalized bioethics: toward responsible knowing and practice**. Cambridge New York: Cambridge University Press, 2009. p. 182-198.

VALENCIANO, Renata Cristiane. Processo de luta pela terra e seus desdobramentos no município de Teodoro Sampaio. **Pegada**. A Revista da Geografia do Trabalho, v.2, n.2, 2001. Disponível em: << <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/778/800> >> Acesso em: 24/02/2019.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 69-129 2000. Disponível em: << <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178> >> Acesso em: 24/02/2019.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2004. Disponível em: << <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238> >> Acesso em: 24/02/2019.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Ed.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. cap. 1, p. 21-55.

_____. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2011. 152 p.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 52, p. 25-44, 2014. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1999.

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1995.

ZIRBEL, Ilze. **Uma teoria político-feminista do cuidado**. 2016. 260 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE PESQUISA

- Quantos irmãos
- Relacionamento com a mãe e com o pai. O pai e a mãe como eram?
- O que os pais produziam?
- Você trabalhava na roça?
- Quem fazia o serviço da casa?
- Lembra com quantos anos começou a cuidar da casa?
- Cuidou de irmão pequeno?
- A mãe achava importante ser boa moça e cuidar da casa?
- Seus avós moravam com vocês? Eles eram doentes? Se sim, quem cuidava?
- Naquele tempo não usava máquina, nem veneno, não é? Quem tirava o mato com a enxadinha? Quem cuidava da horta?
- A mãe preparava o almoço dos homens na roça? Quem ajudava?
- Alguma vez algum irmão ou parente ficou doente grave, quem cuidou?
- Quando precisa de ajuda para cuidar do doente, quem ajudou?
- Como foi a retribuição do doente? A pessoa se sentia cuidada ou só reclamava?
- Alguma vez questionou porque cuidava de tudo e os irmãos não?
- Quando começou a estudar? Como era?
- Onde ficava a escola?
- Quais eram as atividades de lazer?
- Onde era o hospital? Tinha posto de saúde?
- Vocês iam à igreja e como eram as reuniões na igreja?
- Dava tempo de fazer tudo? Sua sensação é que o tempo passava devagarinho?
Saiu para trabalhar fora alguma vez?
Quanto tempo foi?
Enviava dinheiro para família?
Onde morava? Cuidava da casa sozinha?
Chegava a ir pra casa dos pais para cuidar da casa? Voltava todo fim de semana para casa dos pais?
- Quantos anos tinha quando casou?
- Casou com o primeiro namorado? Os pais autorizaram o casamento?
- Quem foi o primeiro irmão a se casar?
- Como conheceu seu marido?
- Casou na igreja?
-Você se considera uma pessoa religiosa? Igreja católica?

-Você se mudou após o casamento? Como ficou o relacionamento com a mãe?
- Logo depois de casados, moravam com os sogros? Como foi?
- Algum outro parente chegou a morar com vocês?
- O sogro e a sogra moraram com vocês? Se sim, como era o relacionamento?
- O que você e marido produziam?
- Vocês participavam das atividades na comunidade? Quais?
- Quais atividades você participava e o marido?
- Como era o trabalho na casa antes de nascerem os filhos?
- Quando começou a participar do MMC? O que motivou?
- Marido ajudava com a casa e horta?
- Planejou o nascimento dos filhos?
- Quando nasceu o primeiro filho e a filha?
- Onde nasceram? Quem ajudou no início, com os filhos bebês (na dieta)?
- Quantos filhos queria ter e porque não teve mais?
- Queria ter tido filhos homens?
- O que mudou na vida com a chegada dos filhos?
- O que você queria para seus filhos?
- Quem ajudava nas atividades da casa (filhos)?
- Os filhos iam pra roça? E para a horta?
- Você acha importante os filhos aprenderem a lida da agricultura?
- O nascimento dos filhos modificou a relação com a família? Como era com a sogra e a mãe?
- Como você fazia para cuidar dos filhos?
- Quando precisa de ajuda, quem ajudou?
- Como foi a retribuição dos filhos? Eles se sentiam cuidada ou só reclamava?
- Como dava bronca nos filhos? Costumava bater nos filhos?
- Quem levava os filhos para escola?
- Quem ajudava nos temas da escola?
- Os filhos eram bons alunos? Tem orgulho disso?
- Como era o preparo dos alimentos dos filhos?
-Você cuidava dos sobrinhos?
- Você se preocupava com a aparência dos filhos? Era diferente de quando você era pequena (usava qualquer roupa)?
- Acha que cuidou dos filhos mais que a mãe cuidava de vocês?
- Você trabalhava a mais para poupar os filhos (consideram no geral estudar difícil e acham que exige muito)?
- Acha que a filha deveria cuidar mais da casa por ser mulher?

- O que é ser mãe para você?
- Acha que ser mãe hoje (dos seus filhos) foi diferente de ser mãe no passado (relação com sua mãe, por exemplo)?
- O que mudou na sua vida com a saída dos filhos do campo?
- Tem algo que gostaria de ter feito pelos filhos e que não foi possível?
- Quando os filhos saíram o trabalho diminuiu?
- Você cuidou de algum parente depois?
- Você cuidou de sobrinhos.
- Como é seu relacionamento com nora/genro?
- Como você se relaciona com a família da nora/genro?
- O trabalho na casa diminuiu com a saída dos filhos ou antes, quando os filhos ajudavam, era mais tranquilo?
- Quando se aposentou?
- O que mudou na vida depois que se aposentou?
- Você tem algum problema de saúde? E o marido?
- O que significa ser avó para você?
- Você acha que é diferente ser avó hoje do que antes (como era a relação dos seus filhos com os avós)?
- Você acha que os filhos abusam da sua ajuda com os netos?
- Você se sente responsável pelos seus netos, no caso da falta dos filhos? Ex: se sua filha precisar ir para Cuba, você deixaria tudo aqui na propriedade para ir cuidar do seu neto.
- Quem cuida de você quando precisa? Tem uma dor, precisa de uma consulta...
- Você acha que o tempo passa mais rápido agora que antes?
- Quando algum irmão seu precisa de ajuda, como você faz?
- Você considera que faz uma boa gestão de seu tempo?
- Alguma coisa que você fez na vida obrigada mas nunca gostou?
- Do contrário, algo que gosta muito de fazer e faz mesmo?
- Como você e o marido decidem as atividades, quem vai fazer o que.
- O trabalho de casa era mais pesado antes que agora?
Comunidade
- Tem alguma atividade de cuidado que exerce na comunidade? Parteira? Ajuda doentes? Ajuda na igreja?
- Você se preocupa em deixar a casa sempre arrumada, caso apareça alguém?
- É comum vocês receberem vizinhos?
Observação
Atividades concomitantes

Atividades realizadas em sobreposição
Como distribui o tempo no dia
Disponibilidade para o cuidado
Cuidado
Aspecto material
O que se realiza com o trabalho doméstico.
Cuidar de doentes, crianças e velhos
Cuidado com a natureza, agricultura e animais
Afetivo
Cuida por que ama?
Moral
Religião influencia?
Cuida por obrigação?
Se sente na obrigação de cuidar por ser mulher